

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

VERIDIANA BERTELLI FERREIRA DE OLIVEIRA

**A UFSC NA DITADURA CIVIL-MILITAR: UM PROJETO DE
“DESENVOLVIMENTO COM SEGURANÇA”**

Marechal Cândido Rondon

2018

VERIDIANA BERTELLI FERREIRA DE OLIVEIRA

**A UFSC NA DITADURA CIVIL-MILITAR: UM PROJETO DE
“DESENVOLVIMENTO COM SEGURANÇA”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como requisito necessário para obtenção do título de Mestre em História na área de concentração História, Poder e Práticas Sociais.

Orientador: Gilberto Grassi Calil

Marechal Cândido Rondon

2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

O48u Oliveira, Veridiana Bertelli Ferreira de
A UFSC na ditadura civil-militar: um projeto de “desenvolvimento com segurança”. / Veridiana Bertelli Ferreira de Oliveira.— Marechal Cândido Rondon, 2018.
185 f.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Grassi Calil

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2018
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História

1. Tecnocracia. 2. Universidade Federal de Santa Catarina. I. Calil, Gilberto Grassi. II. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. III. Título.

CDD 20.ed. 321.5
CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Helena Soterio Beijo – CRB 9º/965



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46
Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>
Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000
Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE VERIDIANA BERTELLI FERREIRA DE OLIVEIRA, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 1 dia(s) do mês de fevereiro de 2018 às 14h00min, no(a) Sala de Aula do Mestrado (60), realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) Veridiana Bertelli Ferreira de Oliveira, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Mestrado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Gilberto Grassi Calil, Virginia Maria Gomes de Mattos Fontes, Carla Luciana Souza da Silva. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Gilberto Grassi Calil, orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) candidato(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "A UFSC na Ditadura Civil-Militar: um projeto de "Desenvolvimento com Segurança"". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Virginia Maria Gomes de Mattos Fontes, Carla Luciana Souza da Silva. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).

Orientador(a) - Gilberto Grassi Calil

Virginia Maria Gomes de Mattos Fontes
Universidade Federal Fluminense (UFF)



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE VERIDIANA BERTELLI FERREIRA DE OLIVEIRA, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Carla Luciana Souza da Silva

Veridiana Bertelli Ferreira de Oliveira

Candidato(a)

Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História

Prof. Dr. Marcio Antônio Both da Silva

Coordenador do Programa de

Pós-Graduação em História

Mestrado e Doutorado

Portaria nº 6213/2016-GRE



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
– MESTRADO E DOUTORADO - UNIOESTE

PARECER DESCRITIVO

Título da Dissertação: "A UFSC na Ditadura Civil-Militar: um projeto de "Desenvolvimento com Segurança"

Nome do concluinte: **Veridiana Bertelli Ferreira de Oliveira**

Integrantes da Banca: Prof. Dr. Gilberto Grassi Calil, Prof. ^a Dr.^a Virginia Maria Gomes de Mattos Fontes, Prof. ^a Dr.^a Carla Luciana Souza da Silva.

Parecer:

| |
|---|
| A banca destaca a qualidade do texto |
| a relevância do tema e da pesquisa, |
| a base documental levantada e |
| extensa bibliografia utilizada |
| A pesquisa contribui de forma efetiva |
| para a compreensão da dinâmica |
| da universidade brasileira e da |
| realidade nacional |
| Pela relevância e qualidade da pesquisa |
| recomenda-se fortemente a publicação |
| |
| |
| |
| |

Marechal Cândido Rondon, 01 de março de 2018.

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de iniciar esse agradecimento para todos os colegas, companheiros e camaradas com quem tive a honra de lutar, ombro a ombro, na disputa desta Universidade que é um bastião das políticas conservadoras de direita. Ainda que essa dissertação seja exatamente sobre essa sua tendência histórica autocrática, que vem se aprofundando, só pude desenvolvê-la porque fiz parte desse movimento contra-hegemônico que avança nas brechas, tensiona por processos democratizantes, disputa espaços e todas as grandes pautas universitárias. A própria hipótese norteadora dessa dissertação foi construída a partir de uma tese de uma parte do movimento dos técnico-administrativos em educação, do qual faço parte, que percebe a UFSC como um laboratório, um tubo de ensaio das políticas universitárias de direita.

Mas esses movimentos são constituídos de carne, osso e sangue, gente que carrega nos corpos as opções políticas feitas. E ainda que correndo o risco de não nomear todos, ao que de antemão faço *mea culpa*, gostaria de agradecer a velha guarda com quem tive o prazer de conviver, trabalhadores que desde a década de 1970 disputavam no movimento sindical e militavam por outra universidade, como Silva, Mané, Valcionir, Moisés e Helena. Especialmente esses dois últimos, que se tornaram grandes amigos, foram fundamentais para trazer para a nova geração uma tradição política de enfrentamento e luta, com suas análises e convicção. Dispuseram-se a fazer um processo de transição, contando e recontando a história da Universidade e do movimento democrático. Junto a esses guerreiros, uma geração intermediária, mas não menos de luta, que também se dispôs a contribuir nesse processo, como Elaine e Clezio. Na beleza das palavras, na clareza das análises e na simplicidade. Pessoas diferentes, de grupos diferentes, mas que tem em comum a convicção de lutar por uma universidade democrática e voltada aos interesses populares.

Nesse processo de transição, os anos de 2012 e 2014 foram marcantes, e tenho muito a agradecer a todos os companheiros do Grupo de Trabalho Reorganiza UFSC, do Círculo dos TAEs, representantes no Conselho Universitário, Conselho de Curadores e Comissão Interna de Supervisão da Carreira, dos levantes dos TAEs, da primeira greve interna de trabalho na UFSC. Anos quentes, de liberdade, formação política e intelectual acelerada! Por meio deles agradeço a todos: Obrigada Gabriel, Daniel, Luciano, Carla, Laís, Brenda, Selma, Dalânea, Andrea, Ricardo, Paulo, Antônio, Hélio, Ismael, Jamile, Helena, Elaine, Irene, Gabriela e Rosana. E em tempos mais recentes, a partir de 2016, aos companheiros incansáveis da

campanha Somos Todos Daniel, contra a primeira tentativa de exoneração política de um trabalhador da UFSC e o movimento contra o golpe para indicação do Reitor pelo Conselho Universitário, sem o processo eleitoral com a comunidade universitária. Ambos movimentos em que saímos vitoriosos. Impossível nomear todos os envolvidos, por isso um obrigada a todos.

Aos colegas de mestrado e de casa, de risadas e de angústias Fernanda, Sabrina, Rony, Julius, Hiolly e Raiane. Aos professores Rodrigo, Vagner, Rinaldo, Carla e Marcio com quem tive o prazer de discutir textos clássicos. Ao meu orientador Gilberto, que não podia ter sido melhor, respeitando os momentos de excesso de trabalho, de militância, de dificuldades, mas que de tempos em tempos me lembrava de retomar o fio da pesquisa e avançar. Um estilo de orientação que me garantiu a tranquilidade para desenvolver e terminar o trabalho. À banca, tanto na qualificação como na defesa, Virgínia e Carla. A arguição fraterna na qualificação e as várias sugestões de possíveis caminhos a seguir foram preciosos para o rumo que o trabalho tomou. Tornou-se outra dissertação, e tenho convicção que muito mais rica e muito mais aproximativa do objeto, ainda que tenha finalizado com mais questões do que quando comecei.

Às técnicas da Unioeste Lisane e Iraci, trabalhadoras técnicas como eu, e que deixaram esse percurso suave e sem sobressaltos, prestando todas as informações necessárias, inclusive lembrando de responsabilidades que seriam do pós-graduando, facilitando assim a vida acadêmica. Aos TAEs do Arquivo Central da UFSC, que ao fazerem seu trabalho, tornaram o acesso à documentação tão simples, o que me surpreendeu diante de experiências anteriores em outras instituições.

Aos membros da Comissão da Memória e Verdade da UFSC, agradeço a todos por meio de Jean-Marie e Laura, que sem nenhum entrave disponibilizou o acesso a todo o acervo documental e audiovisual que tinham, enriquecendo sobremaneira a pesquisa com as fontes primárias. Para Fernando Ponte que, em palestra pelo Memorial de Direitos Humanos e pelo exemplo, foi a primeira inspiração para o projeto de pesquisa.

Aos familiares incansáveis que estiveram presentes durante todo o processo: minha mãe Heliana, meu pai Cassiano e minhas irmãs Vanessa e Vívian. Firmes e fortes em todo o percurso, incentivando da seleção à entrega da versão final. Que inclusive assumiram responsabilidades para que eu pudesse ficar exclusivamente estudando e escrevendo durante as férias do trabalho, muito obrigada!

Para Mayara e Andreia, amigas pacientes que compartilharam todo o processo, me ajudaram a refletir, a relaxar e a seguir em frente. Para Leonardo, fundamental para que essa dissertação fosse terminada de forma bastante equilibrada. Para Samuel, que compartilhando do mesmo barco nos momentos finais da escrita, dividiu as asperezas, a empolgação de descobertas nas fontes, discussões teóricas e políticas e momentos de descontração e tranquilidade. Finalmente, aos camaradas Luciano e Gabriel, conhecidos já desde o movimento estudantil e que me acompanharam firmemente em todo o processo pessoal, acadêmico e político, e foram leitores críticos e revisores de todos os textos elaborados para essa dissertação e com quem pude travar um diálogo, desde sempre, sobre os diversos temas que vinha desenvolvendo.

Se a UFSC é um bastião das políticas de direita e tem nas consecutivas administrações universitárias os seus representantes, compartilhando desse movimento tive oportunidade de vislumbrar as possibilidades de construir algo diferente, na política e na vida.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar como a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSN) se expressa nas universidades e as contribuições da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) na concepção e consolidação de um projeto de universidade calcado no “desenvolvimento com segurança”, que tem continuidades até os dias de hoje na estrutura acadêmica, administrativa e política da universidade. Num contexto de transição para o capitalismo monopolista de forma dependente no Brasil e da instauração da ditadura civil-militar em 1964, sob o binômio da repressão e concessão é requerida uma nova funcionalidade para as universidades. E é com o processo de institucionalização da DSN que esse novo papel passa a ser configurado. Dessa forma, na articulação entre universitários, empresários, políticos e militares é possível compreender a orientação autocrática e tecnocrática assumida pela UFSC desde sua fundação em 1962. E o grau de compromisso com o projeto da ditadura permite explicar porque torna-se pioneira na implantação da Contrarreforma Universitária de 1968, nos cursos sobre Administração Universitária ou na concepção do vestibular único e unificado.

Palavras-chave: Universidade Federal de Santa Catarina. Desenvolvimento com Segurança. Autocracia Burguesa. Tecnocracia.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to analyze how the National Security and Development Doctrine (DSN) is expressed in the universities and as contributions of the Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) in the design and consolidation of a university project based on "development with security" that has continuities to this day in the academic, administrative and political structure of the university. In a context of transition to monopoly capitalism dependent on Brazil and the establishment of the civil-military dictatorship in 1964, under the binomial of repression and concession requires a new functionality for universities. And it is with the process of institutionalization of the DSN that this new role is set up. This way, in the articulation between university students, businessmen, politicians and the military, it is possible to understand the autocratic and technocratic orientation assumed by UFSC since its foundation in 1962. And the degree of commitment to the dictatorship project allows explaining why it becomes a pioneer in the implementation of the Counter-Reformation University of 1968, in the courses on University Administration or in the conception of the vestibular unique and unified.

Keywords: Universidade Federal de Santa Catarina. Development with Security. Bourgeois Autocracy. Technocracy.

LISTA DE SIGLAS

ACARESC – Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina

ACESITA – Companhia Aços Especiais de Itabira

ADESG – Associações de Diplomados da Escola Superior de Guerra

ADP – Ação Democrática Popular Catarinense

AESIs – Assessorias Especiais de Segurança e Informação

AI – Ato Institucional

AID – *Agency for International Development*

AIU - Associação Internacional de Universidades

ANDES – Associação Nacional de Docentes da Educação Superior

APUFSC - Associação de Professores da UFSC

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ASI – Assessoria de Segurança e Informações

ASI/Eletrosul – Assessoria de Segurança e Informações da Eletrosul

BC – Batalhão de Caçadores

BDE – Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento

BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

CAMDE – Campanha da Mulher pela Democracia

CANDES – Congresso da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CC – Conselho de Curadores

CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina

CERTI – Fundação Centro Regional de Tecnologia em Informática

CFE – Conselho Federal de Educação

CISMEC - Comissão de Investigação Sumária do MEC

CMV – Comissão da Verdade

CNPPG – Comissão Nacional Provisória dos Pós-Graduandos

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CODESUL – Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul

COSUPI – Comissão Supervisora do Plano dos Institutos

CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura

CRUB – Conselho de Reitores

CRUTAC – Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

CUN – Conselho Universitário

C&T – Ciência e Tecnologia

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DCI – Departamento de Ciência da Informação

DEMEC – Delegacias Regionais do MEC

DEOPS-PR – Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Paraná

DEOPS-SP – Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo

DNE – Diretório Nacional de Estudantes

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna

DPD – Departamento de Processamento de Dados

DSI – Divisão de Segurança e Informações

DSI/MME - Divisão de Segurança e Informações do Ministério de Minas e Energia

DSN – Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento

EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMFA – Estado Maior das Forças Armadas

EPC – Estudos dos Problemas Catarinenses

EPB – Estudo de Problemas Brasileiros

ESALQ – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”

ESG – Escola Superior de Guerra

EsNI – Escola Nacional de Informações

FAPEU – Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária

FEESC – Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina

FEUB – Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília

FEUSC – Federação dos Estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNDESC – Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina

FUNTEC – Fundo Nacional de Desenvolvimento

FUPAC – Federação das Universidades Particulares da América Central

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBAGESC – Instituto Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa

IEL – Instituto Euvaldo Lodi

IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina

INCO – Banco da Indústria e Comércio de Santa Catarina

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEE – Instituto de Pesquisa e Estudos Econômicos

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

IPMs – Inquéritos Policiais Militares

MEC – Ministério da Educação

MCI – Movimento Comunista Internacional

OBAN – Operação Bandeirantes

OEА – Organização dos Estados Americanos

OSPВ – Organização Social e Política do Brasil

PBDCT – Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCD – Projeto Catarinense de Desenvolvimento

PLAMEG – Plano de Metas do Governo

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PUCAMP – Pontifícia Universidade Católica de Campinas

RU – Restaurante Universitário

SCGI – Sub-Comissão Geral de Investigações de Santa Catarina

SFICI – Serviço Federal de Informações e Contrainformação

SISNI – Sistema Nacional de Informações e Contrainformações

SNI – Serviço Nacional de Informações

SNI/AC – Agência Central do Serviço Nacional de Informações

SNI/ACT – Agência Curitiba do Serviço Nacional de Informações

SNI/APA – Agência Porto Alegre do Serviço Nacional de Informações

SSI – Serviço Setorial de Informações

SUDESUL – Superintendência do Desenvolvimento do Sul

TAC – Transportes Aéreos Catarinenses S/A

UCE – União Catarinense dos Estudantes

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UDN – União Democrática Nacional

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UnB – Universidade de Brasília

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICAMP – Universidade de Campinas

UFRGS (URGS) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

USAID – Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (*Agency for International Development*)

USO – Universidade do Estado de Ohio (*Ohio State University*)

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 17 |
| 1. A UNIVERSIDADE E O CAPITALISMO MONOPOLISTA NO BRASIL..... | 20 |
| 1.1 Capitalismo monopolista e Estado no Brasil..... | 20 |
| 1.2 O Estado e a universidade no capitalismo monopolista | 42 |
| 2. SEGURANÇA, DESENVOLVIMENTO E UNIVERSIDADES | 58 |
| 2.1 Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento | 60 |
| 2.2 As universidades e os mecanismos de cooptação, vigilância e repressão | 80 |
| 3. AUTOCRACIA BURGUESA E TECNOCRACIA NA UFSC | 123 |
| 3.1 A formação da UFSC e sua relação com as necessidades econômicas do estado..... | 125 |
| 3.2 Autocracia e suas expressões | 136 |
| 3.2.1 A autocracia já estava aqui: UFSC pré-golpe | 137 |
| 3.2.2. Quem são os sujeitos políticos, quem compõe e quem vota | 140 |
| 3.2.3. O “espúrio” Conselho de Curadores e a centralização do poder..... | 144 |
| 3.2.4. <i>Modus operandi</i> e centralização na reitoria | 147 |
| 3.2.5. No entre-golpe: a vingança é um prato que se come quente | 155 |
| 3.2.6. A legislação e <i>modus operandi</i> no pós-golpe..... | 158 |
| 3.2.7. A “Contrarreforma” Universitária de 1968 e a UFSC | 161 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS: | 175 |
| FONTES: | 178 |
| REFERÊNCIAS: | 181 |

INTRODUÇÃO

Fundada às vésperas do golpe de 1964 que instaurou uma ditadura civil-militar no país, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), desde sua fundação, esteve sob o controle de grupos que apoiaram o golpe e que implantaram mecanismos administrativos e políticos propícios à adaptação das universidades ao “desenvolvimento com segurança”. Se Santa Catarina era um Estado, cuja criação de uma Universidade Federal em sua capital causou um grande impacto¹, e o fato de estar na periferia não diminuiu a importância da Universidade no cenário nacional, pois tanto o governo do Estado, o empresariado quanto as gestões universitárias foram bastiões de apoio ao golpe de 1964, à ditadura e ao modelo de universidade consolidado com a Contrarreforma Universitária de 1968.

Nesse sentido, o objetivo geral desta dissertação é analisar como a autocracia, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSN) e a tecnocracia se expressa nas universidades, particularmente na UFSC, e as contribuições dessa na concepção e consolidação de um projeto de universidade calcado no “desenvolvimento com segurança”, que permanece até os dias de hoje na estrutura acadêmica, administrativa e política da universidade.

Assim, a UFSC desde sua constituição, em 1962, já contava com uma estrutura política centralizada e que não reconhecia a maioria da comunidade universitária² como sujeitos políticos. Neste sentido, busca-se demonstrar que, do ponto de vista da “segurança”, a UFSC já foi constituída numa perspectiva autocrática, com mecanismos que posteriormente se institucionalizaram e se aprofundaram com os Atos Institucionais, Leis e Decretos, numa estrutura decisória calcada nos “de cima” e que excluiu a maior parte da comunidade acadêmica.

Ademais, a Universidade também se constituiu em estreita relação com setores empresariais e políticos, numa perspectiva tecnocrática que, a partir do golpe, contribuiu para a construção e disseminação do projeto de contrarreforma de 1968, no país e na América

¹ O impacto da criação da Universidade no Estado pode ser medido pelos recursos orçamentários. Atualmente a UFSC tem o terceiro maior orçamento do Estado.

² Quando nos referimos à maioria da comunidade universitária estamos apresentando a maioria dos professores, dada a hierarquia existente entre os mesmos, os técnicos-administrativos e os estudantes.

Latina. Perspectiva tecnocrática que, por meio da aparente neutralidade “científica”, esconde seu conteúdo político de manutenção e reprodução da ordem.

Mas apesar do objetivo principal da dissertação ser a particularidade da UFSC, não é possível compreendê-la sem analisar a forma como se desenvolveu a DSN e a sua institucionalização ao longo da ditadura nas universidades, culminando no projeto expresso na contrarreforma Universitária de 1968.

Tudo isso ocorrendo no contexto da Guerra Fria e sob uma ditadura que viabilizou, a ferro e fogo, a transição do capitalismo concorrencial para o monopolista de forma subordinada econômica e militarmente aos países centrais. Nesse contexto, procuramos verificar quais os mecanismos de cooptação, vigilância e repressão utilizados na UFSC e em outras universidades brasileiras com distintas características.

Para atendermos a tais fins, estruturamos a dissertação de maneira a discutir no primeiro capítulo a transição, no Brasil, do capitalismo competitivo para o monopolista de forma dependente e o papel requerido das universidades, seu desenvolvimento no país e quais as alterações após o Golpe de 1964. No primeiro capítulo, utilizaremos exemplos que demonstram, por meio da UFSC, o papel das universidades no capitalismo monopolista.

No segundo capítulo trataremos da formulação da DSN, suas formas de disseminação através da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra de Santa Catarina (ADESG/SC) e os mecanismos desenvolvidos de cooptação, vigilância e repressão, assim como sua instrumentalização nas universidades.

Discutimos estes mecanismos a partir dos Relatórios Finais de quatro Comissões da Verdade Universitárias (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Universidade de Brasília – UnB; Universidade de Campinas – Unicamp; e Universidade Federal da Bahia – UFBA). Para a análise das particularidades da UFSC ainda utilizamos como fonte os documentos produzidos pelo Sistema de Informações que estão sob a guarda do Arquivo Nacional e documentos do Arquivo Central da UFSC, como as Atas do Conselho Universitário e de Curadores, além de documentos produzidos pelas Comissões de Inquérito do Ato Institucional nº 1.

Nesse caminho, apresentamos no terceiro capítulo como foi se desenvolvendo na UFSC o binômio “desenvolvimento com segurança”, ao mostrar a imbricação entre os setores empresariais, políticos, militares e universitários, assim como o papel desenvolvido pela Universidade junto a esses setores para a consolidação de um tipo de “modernização conservadora” no Estado. E também o modo de funcionamento expresso nas legislações,

estrutura política e administrativa que revela o caráter autocrático de atuação da burguesia no trato com as demais classes sociais reproduzido na Universidade.

Se esse caráter já estava presente antes de abril de 64, como veremos, a partir do golpe, ele se aprofunda ainda mais. Mas se a autocracia é uma manifestação do capitalismo dependente, e se foi necessária a reorganização das instituições para atender às necessidades desta nova fase de desenvolvimento capitalista, nossa hipótese é que a UFSC contribuiu na concepção e disseminação de um novo projeto de universidade.

Num momento em que está em curso um novo golpe de Estado no país, com forte ataque aos direitos dos trabalhadores, ao serviço público e às universidades, analisar as rupturas e continuidades com as políticas desenvolvidas durante a ditadura, e o papel de bastião conservador da UFSC pode contribuir, ainda que limitada e modestamente, para enfrentar os desafios postos àqueles que se dispõem a construir outra forma de sociabilidade que rompa com a ditadura do capital, na universidade e fora dela.

Além disso, um dos objetivos desta dissertação é contribuir, seja com as fontes utilizadas ou com os seus resultados, com a Comissão do Acervo de Direitos Humanos da UFSC constituída pela Portaria nº 2827/2017/GR em 20/12/17, da qual sou integrante, na constituição de um acervo documental e audiovisual, atualmente em fase de planejamento, cujo objetivo é unificar todos os documentos, entrevistas, documentários e pesquisas disponíveis sobre o período, sejam do Memorial de Direitos Humanos, da Comissão da Memória e Verdade da UFSC ou ainda em acervos pessoais.

1. A UNIVERSIDADE E O CAPITALISMO MONOPOLISTA NO BRASIL

Para entendermos os motivos pelos quais as universidades se tornaram um espaço de especial preocupação após o Golpe de 64, momento que o país consolida sua transição ao capitalismo monopolista de forma dependente (Fernandes, 1976), será preciso analisar as transformações pelas quais o país passou e, portanto, as universidades, desde sua constituição. Como nosso objeto de estudo é uma universidade brasileira durante a ditadura civil-militar de 1964, e a própria constituição das universidades brasileiras é recente, nos ateremos aos motivos, interesses e forças sociais pelos quais o golpe de 1964 foi uma necessidade e às mudanças estruturais que engendrou no conjunto da sociedade brasileira, tanto através do aumento do papel do Estado, como na própria funcionalidade da universidade para o capital.

Em um período em que um novo golpe de Estado está em curso, agora de feições parlamentares e comandado por civis, e de avanço contra a legislação social na esfera trabalhista, da seguridade social, na educação, para citar algumas, compreender a forma de sociabilidade que se desenvolveu a partir de 1964 se torna vital, já que, conforme Ianni (1984) foi com o golpe e seu desenvolvimento que se encerrou o ciclo da revolução burguesa iniciada com a abolição da escravatura e se conformou o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho na lógica do capitalismo monopolista.

Para atendermos a tais fins, estruturamos o presente capítulo em duas subdivisões, de forma a analisar a transição do Brasil do capitalismo competitivo para o monopolista de forma dependente e as alterações qualitativas que foram engendradas; e o papel das universidades sob o capitalismo monopolista, seu desenvolvimento no Brasil e quais as alterações após o Golpe de 1964.

1.1 Capitalismo monopolista e Estado no Brasil

O capitalismo monopolista é a fase de desenvolvimento do capital em que seu movimento incessante e insaciável atinge escalas planetárias, com a partilha do mundo entre as potências e em que se consolida uma efetiva divisão internacional capitalista do trabalho, cindindo o mundo entre países *hegemônicos* e *periféricos*.

A transição do capitalismo concorrencial ao monopolista³ engendra uma série de elementos que remodelam o capitalismo, intensificando suas leis tendenciais de desenvolvimento e redefinindo o papel do Estado. José Paulo Netto (1996, p. 15) assim sintetiza essa questão:

As profundas modificações sofridas então pelo capitalismo – que enquanto tendências, foram objeto de prospecção teórica marxiana – não infirmaram em nenhuma medida substantiva as análises elementares de Marx sobre o seu caráter essencial e o da ordem burguesa: o capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxiana. Repondo estes caracteres em nível econômico-social e histórico-político distinto, porém, a idade do monopólio altera significativamente a dinâmica inteira da sociedade burguesa: ao mesmo tempo em que potencia as contradições fundamentais do capitalismo já explicitadas no estágio concorrencial e as combina com novas contradições e antagonismos, deflagra complexos processos que jogam no sentido de contrarrestar a ponderação dos vetores negativos e críticos que detona. Com efeito, o ingresso do capitalismo no estágio imperialista assinala uma inflexão em que a totalidade concreta que é a sociedade burguesa que ascende à sua maturidade histórica, realizando as possibilidades de desenvolvimento que, objetivadas, tornam mais amplos e complicados os sistemas de mediação que garantem a sua dinâmica. Onde, simultaneamente, a contínua reafirmação de suas tendências e regularidades imanentes (as suas “leis” de desenvolvimento gerais, capitalistas) e a concreta alteração delas (as “leis” particulares do estágio imperialista).

A maturidade do capitalismo se deve ao fato de a articulação de todas essas características conduzirem ao ápice as contradições elementares da sociabilidade capitalista, dentre as quais aqui destaco a contradição entre a socialização da produção, de um lado, e a apropriação privada dessa mesma produção, de outro. Se de uma forma o monopolismo significou a alternativa de maximização de lucros pela via do controle de mercados, por outro lado essa solução é muito problemática por demandar mecanismos de intervenção extraeconômicos. Nas palavras de José Paulo Netto (1996, p. 20): “daí [decorre] a refuncionalização e o redimensionamento da instância por excelência do poder extraeconômico, o Estado”.

A necessidade de uma nova modalidade de intervenção do Estado, antes restrita a uma função de guardião das condições externas da produção capitalista, demanda uma atuação de

³ Essa transição nos países hegemônicos se deu entre o final do século XIX (1870) e a Segunda Guerra Mundial, e é sobre esse período que nos referimos (Sweezy, 1985; Mandel, 1985). Quando nos referirmos ao Brasil, no mesmo período (1860-1950) desenvolve-se o capitalismo competitivo (Fernandes, 1976). O capitalismo tardio, caracterizado por Mandel (1985) inicia a partir de 1945.

um ente extraeconômico para assegurar os objetivos estritamente econômicos dos monopólios, em funções econômicas diretas e indiretas desse mesmo Estado, conforme aponta José Paulo Netto (1996, p. 21-22):

O elenco das funções econômicas *diretas* é larguíssimo. Possuem especial relevo a sua inserção como empresário nos setores básicos não rentáveis (nomeadamente aqueles que fornecem aos monopólios, a baixo custo, energia e matérias-primas fundamentais), a assunção do controle de empresas capitalistas em dificuldades (trata-se, aqui, da socialização das perdas, a que frequentemente se segue, quando superadas as dificuldades, a reprivatização), a entrega aos monopólios de complexos construídos com fundos públicos, os subsídios imediatos aos monopólios e a garantia explícita de lucro pelo Estado. As *indiretas* não são menos significativas; as mais importantes estão relacionadas às encomendas/compras do Estado aos grupos monopolistas [com especial relevância à indústria bélica, ou complexo industrial-militar, na conceituação de Mészáros (1995)], assegurando aos capitais excelentes possibilidades de valorização; não se esgotam aí, no entanto – recordem-se os subsídios indiretos, os investimentos públicos em meios de transporte e infraestrutura, a preparação institucional da força de trabalho requerida pelos monopólios e, com saliência peculiar, os gastos com investigação e pesquisa. A intervenção estatal macroscópica em função dos monopólios é mais expressiva, contudo, no terreno *estratégico*, onde se fundem atribuições diretas e indiretas do Estado: trata-se das linhas da direção do desenvolvimento, através dos planos e projetos de médio e longo prazos; aqui, sinalizando investimentos e objetivos, o Estado atua como instrumento de organização da economia, operando notadamente como um administrador dos ciclos de crise.

Essa atuação do Estado no capitalismo monopolista infere que o Estado é capturado pelo imperialismo a atuar como “árbitro” das relações econômicas e extraeconômicas, com o imperativo de favorecer ao máximo a lucratividade dos monopólios, operando “para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista” (NETTO, 1996, p. 22). Como ocorreu com o Estado no período do capitalismo concorrencial, compete ao Estado atuar enquanto amortecedor da luta de classes, por um lado, e como preservador e controlador dos contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente. Com o ingresso do capitalismo em sua fase monopolista esse papel não somente se destaca como também se complexifica.

O crescimento e complexificação do papel do Estado no capitalismo monopolista, em funções econômicas e extraeconômicas, diretas e indiretas, decorre da necessidade de manutenção da relação de exploração produtora de mais-valia em favor dos monopólios, desenvolvidas (as novas funções do Estado) em um período caracterizado não somente por crise econômica capitalista, mas também em um momento de grande crescimento do movimento dos trabalhadores.

Com essa redefinição do papel do Estado aumenta suas funções significativamente na luta concorrencial entre as potências imperialistas. Do ponto de vista da reprodução ampliada do capital aumenta a necessidade de controle, legitimação e interiorização dessa forma de sociabilidade que antagoniza capital e trabalho, num momento em que irrompem alternativas de outra forma de sociabilidade com as várias revoluções socialistas do século XX. Assim o papel do Estado passa a ser fundamental e é ampliado⁴.

E nessa divisão internacional do trabalho entre países hegemônicos e periféricos, que a revolução burguesa no Brasil, segundo Fernandes (1976, p. 21) foi uma questão estrutural, demandada pelo capital internacional e originou novas formas de organização do poder, ao nível da economia, da sociedade e do Estado. De forma alguma isso minimiza o papel e a decisão da burguesia nativa de levar adiante a contrarrevolução e de associar-se com a burguesia hegemônica reforçando assim a sua dominação interna, que compartilha com as burguesias hegemônicas os interesses e orientações de “manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore”. Destaca-se ainda que, o caráter dual da apropriação do excedente econômico, a partir de dentro pela burguesia nativa, e a partir de fora pelos países capitalistas hegemônicos, provoca uma hipertrofia do caráter social e político da dominação burguesa. O capitalismo dependente e subdesenvolvido é frequentemente viabilizado por meios políticos e no terreno político, calcado numa burguesia bastante forte para saturar todas as funções políticas autodefensivas e repressivas da dominação burguesa (p. 292-294).

Três fases marcam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, segundo Fernandes (1976): (i) a emergência e expansão do mercado capitalista moderno (com a acumulação

⁴ Entende-se por ampliação das funções do Estado sua atuação na esfera econômica e extraeconômica (entre elas a preparação de força de trabalho requerida pelos monopólios e os gastos em pesquisa) e não sobre a distinção metodológica feita por Gramsci entre sociedade civil e sociedade política, que compõe o Estado integral como uma totalidade orgânica, sendo responsáveis por organizar tanto o consentimento como a coerção. Na sociedade civil organizam-se distintos projetos que disputam o consenso em busca de hegemonia, via organismos “privados”. Na sociedade política (ou Estado restrito) se organiza a coerção, ainda que o consentimento também seja buscado. Segundo Mendonça (2014, p. 9), “podemos entender o Estado ampliado a partir de dois conceitos-chave: sociedade política e sociedade civil. O primeiro termo é bastante claro na obra de Gramsci, referindo-se ao Estado em seu sentido restrito – ou seja, os aparelhos governamentais incumbidos da administração, da organização dos grupos em confronto, bem como do exercício da coerção sobre aqueles que não consentem, sendo por ele também denominado de ‘Estado político’ ou ‘Estado-governo’. A despeito de menos clara e mais complexa nos Cadernos, a noção de sociedade civil implica no conjunto dos organismos chamados de ‘privados’ ou ‘aparelhos privados de hegemonia’, no sentido da adesão voluntária de seus membros. Dentre esses aparelhos Gramsci destaca igrejas, associações privadas, sindicatos, escolas, partidos e imprensa. É em torno a eles que se organizam as vontades coletivas, seja dos grupos dominantes, seja dos dominados”.

primitiva de capital); (ii) do capitalismo competitivo [chamado na economia marxista de *capitalismo concorrencial*]; e do (iii) capitalismo monopolista.

A questão central seria como manter a acumulação originária favorável herdada do período colonial ou neocolonial em condições modernas de acumulação de capital (ligadas à expansão do capitalismo comercial seguido do industrial) (Fernandes, 1976, p. 210). E será sobre quais foram os caminhos trilhados para chegarmos ao atual estágio de desenvolvimento que passaremos a discutir agora, baseados em Fernandes (1976, p. 222-288).

A expansão do mercado capitalista moderno (entre 1808 e 1860) refere-se à fase de transição neocolonial e de acumulação primitiva que permitiu o desenvolvimento do capitalismo, ainda que retardatário, num país periférico. Ainda que sob o sistema de produção escravista (da grande lavoura e lavoura de subsistência, produção de gêneros, animais e transporte), difere do período colonial, pois uma parcela do excedente econômico era aplicada no mercado interno, fora do circuito de produção escravista, e que estimulou a passagem do entesouramento para transações especulativas. Essas transações são feitas nas cidades que se tornam um polo crescente de dinamização e desenvolvimento do comércio interno.

Inicia-se nessa articulação da economia urbano-comercial com a economia agrária uma revolução urbana desigual, dinamizando as cidades ao mesmo tempo em que é mantido o sistema escravista e sua estrutura rural. Essa nova dinamização tem relação com uma nova forma de integração ao mercado mundial e ao mercado externo hegemônico (Inglaterra), que mantinham um controle indireto sobre as relações comerciais e injetou nas estruturas econômicas mecanismos aptos a produzir o desenvolvimento capitalista, com firmas, controles econômicos e produtos industrializados.

A expansão do capitalismo competitivo (1860 até 1950) caracteriza-se pela consolidação desse mercado capitalista e seu funcionamento como diferenciador do sistema econômico, no período consolidador da economia urbano-comercial e a primeira transição industrial. A passagem para o período competitivo se deveu a produtividade da grande lavoura de café, a eficácia do comércio de importação e exportação e seus efeitos na expansão relativa do setor urbano-industrial e do interesse pelo Brasil dos países hegemônicos que partilhavam o mundo. Esse interesse justifica-se pelas reservas de recursos e as potencialidades de um país com dimensões continentais. Nesse sentido não bastava apenas o controle indireto das relações comerciais, mas tornaram-se necessários controles econômicos para o “desenvolvimento da livre empresa [...] e, progressivamente, do movimento bancário e da produção que o fluxo comercial-financeiro exigisse” (FERNANDES, 1976, p. 232-233).

Portanto, na disputa intercapitalista era necessário, junto ao esquema de importação e exportação, uma nova infraestrutura para o mercado capitalista moderno e a organização de outros esquemas comerciais. Assim:

[...] na esfera dos serviços públicos e da estrutura das cidades, na rede de comunicações e de transportes, na transplantação de imigrantes, na preparação de planos de colonização e de expansão da agricultura comercial ligada ao comércio interno, na substituição da produção artesanal pela produção manufatureira, na introdução de novos padrões de ensino, de utilização de recursos humanos e de estilo de vida, na transferência de tecnologias que tornassem tudo isso viável, etc. (FERNANDES, 1976, p. 234).

O que aparecia como um desenvolvimento puramente interno foi também impulsionado de fora para dentro, mantendo-se o controle da intensidade e ritmo dessas modificações, de forma a manter o país na situação de dependência. Nesse processo generalizou-se o trabalho assalariado e o grau de penetração do capitalismo no campo e um novo estilo de associação entre as oligarquias agrárias com o capital financeiro. E diante de pressões, sejam empresariais ou do extrato médio, desencadeia-se um intervencionismo estatal para saturação de certas funções de sustentação ou reforço do desenvolvimento capitalista, mediante empresas públicas (como Petrobrás, por exemplo).

Esse desenvolvimento do capitalismo competitivo tardio se deu numa dupla articulação: internamente entre o setor arcaico e o moderno (urbano-industrial) e externamente pelo complexo agrário-exportador às economias capitalistas centrais. No momento em que se desenvolve o capitalismo competitivo no Brasil, no plano internacional a disputa imperialista e o capitalismo monopolista já eram uma realidade.

Foi após a crise de 1929 e antes e depois da Segunda Guerra que o quadro se altera e se torna necessário ao “mundo capitalista” o controle da periferia, “não só porque as economias centrais precisam de suas matérias-primas e dos seus dinamismos econômicos, para continuarem a crescer, mas também porque nela se achava o último espaço histórico disponível para expansão do capitalismo” (FERNANDES, 1976, p. 253).

Poder-se-ia, dessa forma, apontar para três fases de irrupção do capitalismo monopolista no Brasil. Nesse primeiro período, a partir da década de 1930, temos a marca da aliança populista. Nesse período o Estado brasileiro desenvolve um projeto nacional-desenvolvimentista marcado pela forte intervenção estatal para a criação de um mercado interno tanto de força de trabalho urbana quanto de mercado consumidor. Esse projeto apostou bastante em infraestrutura e atendeu às reivindicações próprias de uma classe

trabalhadora urbana, consolidado na legislação trabalhista, mas também em políticas de crédito e da ordenação de monopólios estatais.

Concomitante à aliança populista, nesse primeiro momento que vai até o início da Segunda Guerra, segundo Fernandes (1976, p. 255-256), a economia brasileira se relacionou com a expansão do capitalismo monopolista por meio das grandes corporações operando de modo direto, através de filiais ou concessionárias⁵, mas ainda de forma segmentada⁶, que acabaram se diluindo nos mecanismos de uma economia competitiva e não concorreram para a emergência do capitalismo monopolista a partir de dentro⁷.

A segunda tendência de irrupção do capitalismo monopolista é identificada na década de 50, quando a economia brasileira não intensifica apenas o crescimento monopolista no exterior, como na fase anterior, mas se incorpora a este crescimento como um de seus polos dinâmicos, devido a uma evolução gradual. Houve de um lado a disposição das economias centrais e da comunidade de negócios de converter o Brasil numa economia monopolista dependente, e de outro lado a “decisão interna” de levar a cabo a transformação capitalista. Mas o esforço externo nesse período esbarrou em alguns obstáculos ao capitalismo industrial:

pelas dimensões do mercado interno, ausência de um mercado financeiro organizado e dinâmico e pela inflação endêmica [...]; ou, na falta de correspondência adequada nos setores estratégicos do Governo brasileiro e dos círculos industrialistas (mais propensos a graduar a transição industrial a partir de dentro, combinando o intervencionismo estatal a um nacionalismo econômico moderado). Ao que parece, os referidos “obstáculos” tinham pouca significação estrutural (FERNANDES, 1976, p. 256).

Como afirma Ianni (1984 p. 52), “foram motivos econômicos e políticos que levaram a burguesia nacional a abandonar a aliança populista que poderia ter sido, segundo o modelo [nacional-desenvolvimentista], uma base importante para o capitalismo nacional”.

⁵ Fernandes (1976, p. 255) cita nesse primeiro momento os setores explorados pelas grandes corporações, como a “produção e fornecimento de energia elétrica; operações de serviços públicos (transporte por bonde ou trem; gás; telefonia; etc); exportação de produtos agrícolas ou derivados de industrializados, carnes, minérios, etc; produção industrial de bens de consumo perecíveis, semiduráveis e duráveis para o mercado interno; loteamento de terrenos, construção de casas ou venda de terras para fins agrícolas; comércio interno, especialmente nas esferas em que se tornara típico de uma sociedade urbano-comercial de massas, em transição industrial; operações de crédito, de financiamento e bancárias; projetos de desenvolvimento agrícola ou urbano, em conexão com a iniciativa privada ou poder público”.

⁶ Fernandes (1976, p. 255) afirma que apenas excepcionalmente transformam o controle econômico segmentar em fonte de controle monopólico real, como a Light. Ou seja, neste período sua influência se dilui nos mecanismos de uma economia competitiva.

⁷ No primeiro momento das grandes corporações com atuação segmentada tanto as matérias-primas como o excedente econômico eram drenados para o exterior.

E o terceiro momento se dá após a consolidação dos governos militares no poder, “que puderam contar com uma política econômica que unificava a ação governamental e a vontade empresarial. Então começa a configurar-se o espaço econômico típico de que ela necessitava para crescer” (FERNANDES, 1976, p. 257). Destaca-se, no entanto, que numa sociedade periférica e dependente coexistem diferentes formas econômicas, desde formas arcaicas e antigas com as formas mais modernas.

Nesse sentido, a expansão do capitalismo monopolista no Brasil marca um período de reorganização do mercado através das operações comerciais, financeiras e industriais da grande corporação (a maioria estrangeira, mas também estatal ou mista), e marca a resolução da crise de hegemonia entre os projetos da burguesia nativa, que tensionados com a guerra fria e a ameaça revolucionária no cenário latino-americano somente se completa, em seu caráter estrutural, que define essa passagem do capitalismo competitivo à sua fase monopolista com as acomodações advindas do golpe de 1964.

Deste modo, a transição do capitalismo competitivo para o monopolista exigia um ambiente estável e seguro para os negócios, permitindo que a extração econômica pudesse ocorrer sem sobressaltos. E para garantir essa extração era importante que a relação com o imperialismo aparecesse dissimulada como questões puramente internas. Nesse sentido que a transferência das questões econômicas para a segurança nacional garantiu que não houvesse comportamentos coletivos de autodefesa dos trabalhadores que ameaçassem o nível da extração (Fernandes, 1976, p. 276).

A alternativa para a garantia desse ambiente estável e seguro foi a implantação das ditaduras no Brasil e Cone Sul como uma contrarrevolução preventiva marcada por dois fatores geradores, segundo Padrós (2005): pela pressão do capital internacional para outro padrão de acumulação e pela radicalização das contradições de classe.

Isto é fundamental para entendermos o interesse imperialista na América Latina e a sua inserção subordinada na divisão internacional do trabalho, com o apoio das burguesias nativas. Segundo Fontes (2010, p. 167):

Uma divisão internacional do trabalho lastreada em autocracias burguesas calcadas em peso militar e no controle estrito da ciência e da tecnologia de ponta pelos países dominantes, ao lado da exportação de indústrias, dentre as quais eram prioritariamente deslocadas as mais poluentes e/ou em processo de obsolescência. Qualquer que tenha sido seu formato, a dimensão espacial e histórica do processo de reprodução do capital se alargava, com uma socialização profundamente desigual da força de trabalho, efetivamente internacionalizada.

Nesse sentido, Fontes (2010) nos coloca o papel da autocracia burguesa como forma de garantir as condições necessárias à divisão internacional do trabalho. Assim, podemos ter, numa mesma empresa multinacional, trabalhadores submetidos a profundas desigualdades, seja em direitos trabalhistas ou formas contratuais. Ressalta-se que as concessões aos trabalhadores dos países hegemônicos no pós-guerra estão relacionadas à correlação de forças entre as classes sociais, como a política keynesianista⁸, cujo “pacto entre as classes”, cedeu muitos direitos aos trabalhadores com a finalidade de evitar movimentos revolucionários.

Segundo Ianni (1984, p.53-54) durante o desenvolvimento da industrialização e do conjunto da economia brasileira, expandia-se o capital monopolista no Brasil e o comprometimento do papel estatal com esse capital e sua crescente participação na economia: isso ficou ressaltado durante o governo de Juscelino Kubitschek e sob os governos militares pós-golpe de 1964, quando o Estado reelaborou as garantias políticas para os investimentos estrangeiros (Acordo de Garantia de Investimentos de 1965) e readequou o funcionamento (na perspectiva da empresa privada) dos mercados de capital e força de trabalho.

No caso do Brasil, o relativo êxito da passagem para o capitalismo monopolista deveu-se a quatro fatores:

[1º] As características demográficas, econômicas e sociais da sociedade brasileira, que tornavam viável e fácil uma nova eclosão do industrialismo e a aceleração do crescimento econômico com colaboração externa; [2º] a assistência técnica, econômica e política intensiva das nações capitalistas hegemônicas e da “comunidade internacional de negócios”; [3º] a forte identificação das forças armadas com os móveis econômicos, sociais e políticos das classes burguesas e sua contribuição prática decisiva na rearticulação do padrão compósito de dominação burguesa; [4º] a ambiguidade dos movimentos reformistas e nacionalistas de cunho democrático-burguês e a fraqueza do movimento socialista revolucionário, com forte penetração pequeno-burguesa e baixa participação popular e operária (FERNANDES, 1976, p. 310).

Retomando então os diferentes períodos da história brasileira, Ianni (1984) apresenta as diferentes formas de Estado e os blocos de poder que predominaram em cada período, no Estado monárquico, oligárquico, populista, pela ditadura do Estado Novo e militar pós-64:

No princípio, sob o Estado monárquico (1822-89), no qual o poder moderador do rei tem uma conotação arbitrária, predominam os interesses do bloco agrário vinculado principalmente à cana de açúcar e ao café. Em

⁸ Para uma discussão sobre o keynesianismo, ver tese de Martins (2016).

seguida, sob o Estado oligárquico (1889-1930), no qual a política dos governadores tem um papel saliente, reforçando o autoritarismo, predominam os interesses do bloco agrário apoiado principalmente na cafeicultura. Depois, sob o Estado populista (1930-37) e pela ditadura do Estado Novo (1937-45), predominam os interesses do bloco industrial-agrário, vinculado principalmente ao café e à indústria de bens de consumo duráveis. A partir de 1964, sob o Estado militar, apoiado em um poderoso bloco industrial, ou melhor, financeiro e monopolista, predominam os interesses da grande burguesia financeira e monopolista estrangeira. Em todas as épocas, os imperialismos inglês, alemão, norte-americano e outros estão presentes e são decisivos (IANNI, 1984, p. 21).

E sobre essa articulação entre diferentes períodos históricos (colônia, império e república) que Molina (2016, p. 40-180) afirma que a dinâmica da nossa produção, especialmente agrícola, tem como sua principal característica a exportação de produtos primários, desde minérios, carnes até produtos agrícolas. Constituída assim por um tripé organizado sob o latifúndio, a monocultura e a extrema exploração do trabalho (do trabalho escravo ao assalariado). Dessas relações desiguais que provêm os lucros imperialistas que controlam a cadeia produtiva, por meio de trustes, das fazendas à circulação. Isso seria o que passou a ser denominado como a Revolução Verde, com grandes investimentos dos países hegemônicos, especialmente os Estados Unidos visando a “modernização capitalista”. O objetivo era intervir nas relações sociais no meio rural reforçando o latifúndio, a mecanização, o uso de insumos, a mutação genética de sementes e a introdução da energia nuclear para a produção. O complexo agroindustrial foi constituído no final dos anos 60, já sob a ditadura.

Conforme Ianni (1984, p. 41-43) para explicar tanto a questão da revolução burguesa no Brasil quanto o caráter autoritário do Estado brasileiro é necessário compreender a (i) forma das relações de classe e (ii) como o imperialismo se faz presente nessas relações. O autor reafirma que, sobre a forma das relações de classe, a história da sociedade brasileira está repleta de protestos, manifestações, greves, movimentos sociais, revoltas, formação de sindicatos e ligas no campo, entre outros, e que a resposta frequente das classes dominantes sempre foi a violência, a repressão e o golpe de Estado.

E quanto ao papel do imperialismo nessas relações, apresenta duas formas distintas: a primeira é que a burguesia estrangeira (diretamente ou por meio dos seus associados nativos) sempre está presente na exploração dos trabalhadores. E a segunda com a busca de apoio e comando por parte das classes dominantes nativas em momentos onde as condições de classe ameaçam a dominação vigente. “A história da violência, repressão e golpes de Estado é uma história ininteligível se não se descobre o modo pelo qual o imperialismo participa dos acontecimentos” (IANNI, 1984, p. 42).

Para isso utilizam as embaixadas, empresas, intercâmbio de profissionais, programas de assistência técnica, disponibilizando toda uma tecnologia do autoritarismo. Ianni (1984) cita então a participação dos embaixadores estadunidenses tanto no golpe de 1945 contra Getúlio Vargas como o de 1964 contra João Goulart. Mas retomaremos a discussão sobre o papel do imperialismo no próximo capítulo.

Sobre a forma das relações de classe e a radicalização de suas contradições, filio-me as interpretações⁹ de que o golpe de 1964 foi organizado e orquestrado por setores empresariais e militares num processo de exacerbação de conflitos e antagonismos sociais e interrompeu um processo de democratização da sociedade brasileira. Nesse contexto, o que víamos, a partir da década de 1950, era a crescente organização de movimentos sociais (operários, camponeses, estudantis, ligados a Igreja), com ocupações de terra, greves e grandes manifestações no período, pois como afirma Ianni (1984, p. 62):

Nos anos de 1961-64 evidenciou-se um crescente divórcio entre as tendências do poder econômico, dominado pelo capital monopolista, e as tendências do poder político, dominado pela aliança populista. Cresceu bastante a politização das classes subalternas, na cidade e no campo. Parecem ter surgido inclusive condições pré-revolucionárias¹⁰ no país. Diante dessa situação, as forças burguesas e conservadoras nacionais, com apoio do imperialismo, depuseram o governo do presidente Goulart. Vencia econômica e politicamente o grande capital.

Segundo Toledo (2004) nos anos 1960 diferentes setores políticos (conservadores, liberais, nacionalistas, comunistas e socialistas) formulavam publicamente suas propostas e o Golpe de 1964 representou um golpe contra as reformas e contra a incipiente democracia que nascera em 1945. Lembramos ainda que as classes dominantes juntam suas forças para fortalecer e garantir o Estado sempre que há um avanço político das forças populares (operários, camponeses, setores médios urbanos e outras). (IANNI, 1984, p. 40).

Segundo Fernandes (1976, p. 300-301), quando a crise da transição atingiu seu ápice a burguesia definiu sua lealdade, tarefas e missão histórica: consolidar seu poder pelo fortalecimento das estruturas e funções nacionais da dominação de classe, na qual seus

⁹ Conforme estado da arte proposto por Lucila Delgado (2004).

¹⁰ Ianni (1984, p. 40-41) afirma que entre 1961 e 1964 faltou “a decisão revolucionária possível em uma conjuntura de cunho revolucionário” aos partidos e movimentos populares, e que a resposta foi o golpe, “o fortalecimento do poder estatal, o monopólio do Estado pela grande burguesia financeira imperialista e nacional associada”. Para Florestan (1976, p. 322) existiu uma situação *potencialmente* pré-revolucionária, pelo grau de desagregação, desarticulação e desorientação da própria dominação burguesa e não fundada numa rebelião anti-burguesa.

interesses fossem universalizados, impostos a toda a comunidade nacional por mediação do Estado e tratados como se fossem interesses universais de toda nação. Assim:

Nesse contexto histórico-social, a dominação burguesa não é só uma força socioeconômica espontânea e uma força política regulativa. Ela polariza politicamente toda a rede de ação auto-defensiva e repressiva percorrida pelas instituições ligadas ao poder burguês, da empresa ao Estado, dando origem a uma formidável superestrutura de opressão e de bloqueio, a qual converte, reativamente, a própria dominação burguesa na única fonte de “poder político legítimo” (FERNANDES, 1976, p. 302-303).

Após o golpe, a burguesia conseguiu contar com uma política econômica que unificava a ação governamental [dos militares] e a vontade empresarial (Fernandes, 1976, p. 257). Aqui o Estado teve a função de fortalecer a iniciativa privada e como elo do florescimento das grandes corporações privadas. O Estado é o veículo do poder burguês, instrumentalizado pela maquinaria estatal.

Apesar disso, Fernandes (1976, p.282-283) afirma que ao mesmo em tempo que as classes dominantes aprofundaram seu poder, ele não é unilateral, uma vez que ocorrem alterações no desenvolvimento dos padrões das demais classes e setores sociais, no aspecto tecnológico e educacional, nos padrões de participação política e intelectual. Isto potencialmente altera o patamar da luta de classes.

Se o golpe de 1964 interrompeu o processo de democratização da sociedade brasileira, também completou o ciclo da revolução burguesa brasileira, sob e dentro do capitalismo dependente, pois segundo Fernandes (1976, p. 319), com o golpe foi superada a crise do poder burguês com a adaptação da burguesia brasileira ao industrialismo intensivo através do desenvolvimento desigual interno e a intensificação da dominação imperialista externa.

Segundo Coggiola (2001), houve a dissolução das instituições representativas, a falência ou crise aguda dos partidos políticos tradicionais e a militarização da vida política e social, auxiliados pela “diplomacia” estadunidense. Aliado a isto, a eliminação, via repressão, de boa parte das lideranças políticas de esquerda (de grupos armados, comunistas, ou mesmo progressistas, estudantis, sindicais e intelectuais). Para Lechner (1977), um novo tipo de autoritarismo se instalou nos países da América Latina. Institucionalizou-se as Forças Armadas no poder, baseando-se na Doutrina de Segurança Nacional para estabelecer uma nova ordem hierárquica na sociedade e num tecnocratismo econômico, relacionado à dinâmica do capitalismo internacional. Fernandes (1976, p. 340-341), afirma que

era da própria essência do padrão agregado ou articulado da hegemonia burguesa que se transferissem para certos setores burgueses, civis e principalmente militares, as tarefas centrais do movimento histórico autodefensivo e contra-revolucionário da burguesia. Pode-se afirmar com segurança que, se a burguesia brasileira não possuísse estratos médios e altos fortemente instalados, em massa, “dentro do Estado” (os quais constituíam uma autêntica burguesia burocrática, dotada de poder estatal e de ampla liberdade para usar este poder), os processos de unificação e de centralização do poder burguês eclodiriam no vazio [...] dessa perspectiva, a militarização e a tecnocratização tanto do movimento contra-revolucionário da burguesia [...] quanto do Estado nacional “regenerado”, autocrático-burguês, são intrínsecas à reação autodefensiva da burguesia e instrumentais para os fins históricos imanentes, de auto-afirmação e autoprivilegiamento das classes burguesas.

Mas a unificação e centralização da burguesia e a contrarrevolução burguesa imposta às demais classes trouxeram alterações profundas na economia, sociedade e Estado, com consequências negativas em todas elas, que vão da compressão salarial e do direito de protesto à compressão das oportunidades educacionais “democráticas” (Fernandes, 1976, p. 342-343).

São rápidas as mudanças na infraestrutura (na organização, na produção e no mercado local, nacional e continental), no sistema de educação, na tecnologia, na eficácia e organização dos serviços públicos, no papel do Estado para a segurança e expansão dos setores privados, no consumo, na comunicação de massa, no padrão de vida, na ideologia das camadas dominantes altas e médias (Fernandes, 1976a, p. 108). É nesse sentido que a contrarrevolução burguesa interfere e altera a estrutura e funções do Estado. Como consequência, o papel desempenhado pela universidade no país também se alterará, conforme será abordado no item seguinte deste capítulo. Mandel (1985) classifica as principais funções do Estado na esfera da produção, da repressão e da ideologia:

- 1) criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante;
- 2) reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes ao modo de produção corrente através do Exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário;
- 3) integrar as classes dominadas, garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante e, em consequência, que as classes exploradas aceitem sua própria exploração sem o exercício direto da repressão contra elas (porque acreditam que isso é inevitável, ou que é “dos males o menor”, ou a “vontade suprema”, ou porque nem percebem a exploração) (MANDEL, 1985, p. 333-334).

Segundo Mandel (1985, p. 326-327) a concorrência determina a autonomização (relativa) do aparato estatal, como se o mesmo representasse o “capitalista total”, garantindo a

continuidade do modo de produção capitalista como um todo, em detrimento dos interesses conflitantes dos capitalistas individuais. Mas essa autonomia é relativa tendo em vista que toda decisão estatal sobre tarifas, impostos, distribuição de orçamento interfere na concorrência intercapitalista em favor de alguns em detrimento de outros. Isso fez com que os grupos capitalistas se tornassem ativos politicamente para defenderem os seus interesses.

Já a partir da fase imperialista o papel do Estado ampliou-se e imbricou-se internamente ao processo econômico, de forma sistemática e contínua, pois a organização monopólica introduz na dinâmica da economia capitalista uma série de fenômenos, conforme Sweezy (1985, p. 218-219) sumaria¹¹:

1) os preços das mercadorias monopolizadas se elevam; 2) as taxas de lucro iguais do capitalismo em regime de concorrência são transformadas numa hierarquia de taxas de lucro, mais altas nas indústrias onde o monopólio é mais completo, e mais baixas onde a concorrência predomina; 3) pequenos segmentos de mais-valia são reduzidos, e aumentam os grandes segmentos. Isso eleva a taxa de acumulação e, portanto, acentua tanto a tendência decrescente da taxa média de lucro como a tendência ao subconsumo; 4) o investimento nas indústrias monopolizadas é restringido, o capital se lança às áreas onde predomina a concorrência. A taxa de lucro que inclui nas decisões de investimento é, com isso, reduzida. Trata-se de um fator que causa depressões independentemente tanto da tendência decrescente geral da taxa de lucro como da tendência do subconsumo; 5) a tendência de economizar trabalho pela tecnologia é fortalecida, e a introdução de novas técnicas é disposta de modo a tornar mínima a necessidade de novos capitais; 6) os custos de venda se elevam e o sistema de distribuição se amplia além do que é socialmente necessário. Isso por sua vez tem as seguintes consequências: a) os lucros extras do monopólio são reduzidos, em muitos casos aos mesmos níveis do regime de concorrência; b) são criados novos segmentos da mais-valia, e um grande número de consumidores improdutivos surge. Portanto, a taxa de acumulação se reduz e a taxa de consumo aumenta. Isso atua como força neutralizadora da tendência do subconsumo; e c) a nova classe média que proporciona apoio social e político aos capitalistas se amplia.

Os efeitos do monopolismo apresentados acima alteram as funções do Estado, aos quais destacaremos a tendência do capital de buscar áreas nas quais o capitalismo ainda se encontrava na fase concorrencial, pois se relacionam com a partilha do mundo pelos Estados imperialistas, as guerras imperialistas e a inserção de forma dependente do Brasil.

Relacionado a isso a economia de trabalho vivo que estimula a inovação tecnológica, sob dois aspectos: o primeiro é a subordinação da ciência e inovação à lógica de acumulação

¹¹ Estes mesmos efeitos são apresentados por Netto (2007, p. 20-23).

do capital e a necessidade de formação de trabalhadores intelectuais pela universidade, tanto com os que atuarão na produção com pesquisa e desenvolvimento como com os que atuarão no controle sistemático do processo de produção e reprodução (que discutiremos melhor no próximo item). O segundo relaciona-se à economia de trabalho vivo e que faz aumentar o exército industrial de reserva, e essa força de trabalho excedente (bem como ocupada) precisa ser preservada e controlada pelo Estado.

Além disso, segundo José Paulo Netto (2007, p. 22-23)¹² sob o monopolismo dois outros elementos são típicos da monopolização, sendo o primeiro a tendência à supercapitalização e suas crescentes dificuldades de valorização. Isto gera a propensão a exportação de capitais por cima dos marcos estatais e nacionais e a busca por novos mercados com a partilha do mundo em colônias ou Estados sob influência das potências imperialistas. Essas tendências foram contornadas com a emergência da indústria bélica e o aumento crescente dos orçamentos com armamento, o que levou a um aumento maior do aparato estatal, com maior desvio de rendimentos sociais para o Estado e a “queima” de excedentes em atividades que não produzem valor.

O segundo é o parasitismo, tomado sob duplo aspecto: por engendrar a oligarquia financeira e divorciar a propriedade da gestão dos grupos monopolistas, coloca em relevo o parasitismo da burguesia, por outro a já citada “queima” de excedente, com o aumento da burocratização da vida social, multiplicando ao extremo não só as atividades improdutivas, mas todo um espectro de operações vinculadas a legitimação e conservação do monopólio, como no “setor terciário”.

Até então a função do Estado era, segundo José Paulo Netto (2007, p. 24-25) de “um cioso guardião das condições externas ao processo de produção”, com o monopólio da força e disposto a usá-la na manutenção do conjunto de relações de propriedade e intervindo no processo econômico pontual e emergencialmente. Já no monopolismo, além da preservação das condições externas, também passa a atuar desde dentro na organização e dinâmica econômicas de forma sistemática e contínua. Há a imbricação orgânica das suas funções políticas e econômicas.

¹² Mandel (1985, p. 333-350) também discute nesta mesma perspectiva estes aspectos do monopolismo.

Nesse sentido, José Paulo Netto (2007, p. 25-27)¹³ distingue dois tipos de intervenções, as diretas e indiretas: entre as diretas destaca como principais a atuação do Estado como empresário em setores pouco rentáveis, principalmente aqueles nos quais os monopólios necessitam, como por exemplo, fornecendo a baixo custo energia e matérias-primas; assumindo o controle de empresas em dificuldades, socializando as perdas e reprivatizando-as posteriormente, caso tornem-se rentáveis; a construção de complexos construídos com fundos públicos e entregues aos monopólios; os subsídios imediatos e a garantia explícita de lucro.

Entre as indiretas, as principais são a encomenda e compra de produtos excedentes dos monopólios; os subsídios indiretos; investimentos em infraestrutura e transporte; a preparação da força de trabalho, com saliência para os gastos com investigação e pesquisa. Mas cita como a função estratégica servir de instrumento de organização da economia, principalmente como administrador dos ciclos de crise. E uma das funções vitais de articulação de suas funções políticas e econômicas é a preservação e controle da força de trabalho ocupada e excedente¹⁴ por meio de uma política para tratar da “questão social”.

E sobre essa preservação e controle da força de trabalho, José Paulo Netto (2007, p. 31) afirma que o Estado garante a reprodução da força de trabalho ocupada pela regulamentação das relações trabalhistas entre capitalistas e trabalhadores e do excedente através da seguridade social. Segundo Netto, desse modo:

é obrigado não só a assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho, ocupada e excedente, mas é compelido (e o faz mediante os sistemas de previdência e segurança social, principalmente) a regular a sua pertinência a níveis determinados de consumo e a sua disponibilidade para a ocupação sazonal, bem como a instrumentalizar mecanismos gerais que garantam a sua mobilização e alocação em função das necessidades e projetos do monopólio (NETTO, 2007, p. 27).

E é nesse sentido, que ao generalizar e institucionalizar direitos e garantias cívicas e sociais o Estado incorpora outros protagonistas sócio-políticos para legitimar-se e alargar a sua base de sustentação, buscando construir o consenso para seu desempenho (Netto, 2007,

¹³ Sweezy (1985) também destaca a intervenção por meio de fundos públicos em empréstimo, subsídios ou da própria propriedade governamental de empresas em decadência ou não lucrativas, ou seja, a socialização das perdas, pois “o que é socializado, quase sempre, é o prejuízo dos capitalistas” (p. 242).

¹⁴ Sobre a tendência crescente de aumento do exército industrial de reserva pelo aumento da composição orgânica do capital e como se desenvolveram as políticas adotadas pelo Estado nos diferentes períodos para assegurar a reprodução do sistema e combater as crises, ver a tese de doutorado de Martins (2016).

p.27). Essa apresentação do Estado como acima e mediador dos conflitos de classes e representante do “interesse nacional” é uma mistificação fundamental para sua legitimidade e assim garantir o exercício de suas novas funções para o desenvolvimento do capitalismo monopolista.

Destaca-se, no entanto, que a concessão de uma legislação social é fruto direto do aumento das contradições internas do capital e dos antagonismos de classes, desde que esses ameacem a estabilidade e funcionamento do sistema global, tais como os processos revolucionários como a Revolução Russa e a crescente organização e luta do proletariado (Sweezy, 1985, p. 193). No caso brasileiro, esses avanços são ainda incorporados aos projetos nacional-desenvolvimentistas em curso. Essa particularidade nacional possibilitou a organização do mercado de trabalho urbano, contribuindo ao fluxo de capital no país desde o mercado de força de trabalho organizado, até o estabelecimento de um mercado consumidor ativo e permanente.

Em cada região capitalista do mundo, o desenvolvimento desigual e combinado das necessidades político-econômicas das classes dominantes encontram formas de resistência e contratendências crescentes com a passagem do capitalismo competitivo ao capitalismo monopolista, em especial no que tange ao aumento de poder político das chamadas classes subalternas. Para Mandel (1985, p. 338) o aumento da influência política do movimento da classe operária, com o surgimento de poderosos partidos da classe trabalhadora, coincidiu com a ascensão do capitalismo monopolista, exigindo mais das funções integradoras do Estado.

Essas mesmas organizações da classe trabalhadora passaram a entrar nos parlamentos que se tornaram um campo de batalha entre os partidos que representavam interesses antagônicos com o aguçamento do conflito de classes, e ao mesmo tempo perdendo a função de árbitro entre os interesses divergentes dos diferentes grupos da classe burguesa. Daí a necessidade crescente de um Estado fortemente centralizado em detrimento de um parlamento, havendo um deslocamento da dominação política do capital do parlamento para os altos escalões do Estado. A tendência a centralizar cada vez mais no aparato do Estado foi uma resposta a esses desenvolvimentos (Mandel, 1985, p. 338). Quanto a este aspecto, Sweezy (1985, p. 243) aponta que:

enquanto de um lado declina a capacidade parlamentar de ação positiva, do outro, surge uma crescente necessidade de um Estado fortemente centralizado, pronto e capaz de governar territórios distantes, de dirigir as

atividades de frotas e exércitos, de resolver problemas econômicos difíceis e complexos.

Ressalta-se que as concessões estão relacionadas à correlação de forças entre as classes sociais, e que o Estado burguês, dentro da lógica da cooptação ou repressão características do capitalismo monopolista, pode comportar de políticas keynesianistas à ditaduras fascistas ou mesmo as militares que se disseminaram na América Latina, pois, como afirma Fernandes (1976, p. 219) para atingir a fase do monopolismo no Brasil foi preciso a reorganização do Estado, a concentração e militarização do poder estatal bem como a reorientação da política econômica sob égide do Estado. Fase transitória, mas necessária, do ponto de vista do capital.

É importante, nesse momento, retomarmos que o Estado ao buscar legitimação política tem que incorporar outros setores sócio-políticos, ficando assim aberto ao jogo democrático e às demandas das classes subalternas. Esse processo é todo tensionado não só pelas exigências dos monopólios, mas pela luta de classes. Somente nessas condições, segundo José Paulo Netto (2007, p. 29), que as sequelas da “questão social” se tornam objeto de intervenção contínua e sistemática por parte do Estado, como necessidade de amortecimento da luta de classes. Até o capitalismo concorrencial a “questão social” só era tratada pelo Estado quando mobilizava os trabalhadores e ameaçava a ordem burguesa ou colocava em risco o fornecimento da força de trabalho. No monopólio, com a consolidação do movimento dos trabalhadores e a necessidade crescente de legitimação por parte do Estado, a “questão social” se internaliza, e torna-se atividade permanente do capital, demandada, em geral, ao Estado. A partir de então:

Não é apenas o acrescido excedente que chega ao exército industrial de reserva que deve ter a sua manutenção “socializada”; não é somente a preservação de um patamar aquisitivo mínimo para as categorias afastadas do mundo do consumo que se põe como imperiosa; não são apenas os mecanismos que devem ser criados para que se dê a distribuição, pelo conjunto da sociedade, dos ônus criados que asseguram os lucros monopolistas – é tudo isto que, caindo no âmbito das condições *gerais* para a produção capitalista monopolista (condições externas e internas, técnicas, econômicas e sociais), articula o enlace, já referido, das funções econômicas e políticas do Estado burguês capturado pelo capital monopolista, com efetivação dessas funções se realizando *ao mesmo tempo* em que o Estado continua ocultando a sua essência de classe (NETTO, 2007, p. 30, grifos do autor).

E é a política social pública que demonstra o paradigma da indissociabilidade entre o político e econômico no Estado maduro sob o capitalismo monopolista. Nesse sentido, José

Paulo Netto (2007, p. 31-37) retoma que do ponto de vista econômico essas políticas asseguram condições adequadas ao desenvolvimento monopolista e do ponto de vista político permite a imagem do Estado como mediador e oferece respaldo à imagem do Estado como “social”. Mas as intervenções sobre “questões sociais” se dão de forma parcializada e fragmentada e são recortadas como problemáticas particulares e assim enfrentadas. Elas são tratadas como se fossem inevitáveis ou um “desvio” da lógica social e com isso sua categorização passa a ser de problemas sociais. Desse modo ampliou-se as funções do Estado, incorporando as sequelas da ordem burguesa que passam a serem áreas e campos que mereciam a intervenção da instância política, que apareciam como manifestação da coletividade formal e explicitamente.

Um das peculiaridades da sociedade burguesa e que distingue o Estado burguês de todas as formas anteriores de dominação é o isolamento das esferas pública e privada da sociedade, consequência da generalização da produção de mercadorias, da propriedade privada e da concorrência de todos contra todos. Assim, o Estado passa a se autonomizar (relativamente) para servir como a representação de um capitalista ideal (Mandel, 1985, p. 336). Além disso, a “questão social” é tratada em termos da política social *pública* por parte do Estado, ao mesmo tempo em que responsabiliza os *indivíduos* por suas mazelas representadas nas “questões sociais” e mercantilização cada vez maior, sob o monopolismo, dos espaços *privados*.

A ordem burguesa supõe que em última instância o destino pessoal é responsabilidade do indivíduo e o Estado na fase monopolista “simultaneamente corta e recupera o ideário liberal – *corta-o*, intervindo através de políticas sociais; *recupera-o*, debitando a continuidade das suas sequelas aos indivíduos por elas afetados” (NETTO, 1996, p.31-32). Ao mesmo tempo em que se incorpora com um caráter público também reforça a aparência da natureza privada das suas manifestações individuais. E ao transfigurar as “questões sociais” como problemas sociais e, enquadrar indivíduos e grupos na lógica da individualização, transforma os problemas sociais em problemas pessoais. É a responsabilização do indivíduo pelas mazelas inerentes ao próprio sistema. Isso torna legítima a intervenção empírica do Estado sobre as “questões sociais” bem como é funcional para vulnerabilizar projetos de sociabilidade contra a ordem burguesa.

Nesse sentido, dependendo da conjuntura, as questões são tratadas na esfera pública ou privada. Ressalta-se que o capital em sua fase monopolista tende a preencher todos os aspectos da vida, penetrando na totalidade da existência dos indivíduos e povos. Áreas antes

reservadas como espaço de autonomia do indivíduo, como a fruição estética, o erotismo, a constelação familiar, a gratuidade do ócio, entre outros, convertem-se em áreas mercantilizadas de potencial valorização do capital monopolista. A esfera do privado não desaparece, mas se dinamiza e tenciona por um comando tendencialmente heteronômico, pela invasão da lógica monopólica nessa esfera, transformando tudo em serviços (Netto, 2007, p. 38-39).

Mas as ilusões quanto a esse “Estado social” se baseavam na falsa crença de uma redistribuição de renda nacional, que só foi possível em determinadas conjunturas nos países hegemônicos, como o keynesianismo e tendo como condição necessária a superexploração dos trabalhadores nos países periféricos, dentro da divisão internacional do trabalho. Contudo, no capitalismo tardio, com as contradições e limites do capital levados a sua maturidade, as políticas sociais encontram cada vez menos espaço de potencial realização e o Estado passa a ser cada vez mais requerido, já que “a hipertrofia e a autonomia crescentes do Estado capitalista tardio são um corolário histórico das dificuldades crescentes de valorizar o capital e realizar a mais-valia de maneira regular” (MANDEL, 1985, p. 341).

No capitalismo tardio temos uma série de ampliações da função do Estado, como consequência, por exemplo, da (i) redução da rotação do capital fixo, (ii) da aceleração da inovação tecnológica e (iii) do aumento dos custos dos principais projetos de acumulação de capital em função da terceira revolução tecnológica.

O resultado é a tendência a aumentar o planejamento econômico estatal e também a socialização estatal dos custos dos processos produtivos. Um dos exemplos¹⁵ é o crescente uso do orçamento do Estado para financiamento de pesquisas e dos custos de desenvolvimento, como o financiamento ou subsídio de usinas nucleares, aviões a jato ou fornecimento de matérias-primas baratas mediante a nacionalização de determinadas indústrias. Além disso, a garantia de investimentos lucrativos ou subsídios, ou ainda a administração das crises. No último caso o Estado desenvolve uma vasta maquinaria de manipulação ideológica para integrar o trabalhador como consumidor ou cidadão, relacionado à necessidade do controle maior do processo produtivo e reprodutivo (Mandel, 1985, p. 339-342).

Veja-se a importância da universidade em todos esses aspectos, com sua função de buscar consensos e a internalização dos valores dominantes pelos setores subalternos, na

¹⁵ Aqui trata-se de um exemplo dos anos 1970.

formação de trabalhadores intelectuais tanto para a inovação, pesquisa e desenvolvimento quanto para funções do controle do processo social de produção e reprodução.

O deslocamento da articulação dos interesses burgueses do parlamento para os altos escalões do aparato estatal, e a ampliação da intervenção do Estado, o aumento do número de leis, decretos, normas e regulamentos resultam na necessidade “que o próprio ‘governo’, no sentido de ‘administração’, torna-se uma profissão que obedece às regras da divisão do trabalho” e nessa organização hierárquica na máquina estatal os funcionários mais graduados são de origem ou estão integrados à burguesia (Mandel, 1985, p. 343-345). Assim, continua Mandel (1985), os grupos de pressão passam a ter sua importância aumentada e as negociações com a administração estatal acontecem fora da esfera das instituições, embora com envolvimento de líderes políticos. Identifica-se então diferentes agentes nesse processo, os grupos de pressão como representantes particulares de determinados grupos de capitalistas ou setores específicos; as organizações patronais; e os monopólios que dado o seu poder financeiro e econômico podem intervir diretamente na formulação de decisões políticas. A articulação dos interesses privados com a crescente centralização das decisões políticas no aparelho técnico-administrativo leva a uma aliança entre os mais altos funcionários do Governo e as grandes empresas.

É a estrutura global que assegura ao Estado desempenhar esse papel, pela sua dupla determinação: pela promoção aos cargos executivos após filtro e seleção, onde o que conta mais é sua identificação com as normas da conduta burguesa do que pela competência profissional, e em segundo pelo princípio de separação dos poderes e de uma burocracia profissional, em detrimento da autogestão pela massa da classe operária. “Um aparelho de Estado construído sobre essas bases se propõe a administrar o sistema social existente – ou, na melhor das hipóteses, modificá-lo mediante reformas ‘aceitáveis’, isto é, assimiláveis. Sua função é intrinsecamente conservadora” (MANDEL, 1985, p. 346-348).

Nesse sentido temos uma clara diferença entre o Estado nos países hegemônicos e nos periféricos como o Brasil, pois no segundo o Estado sempre teve feições autocráticas, como veremos a seguir.

Mas o Brasil passou por três fases no desenvolvimento capitalista: na ampliação do mercado, no capitalismo competitivo e no capitalismo monopolista e houve mudanças qualitativas no papel do Estado e da relação com o imperialismo em cada uma dessas fases. Mas o Estado nos países imperialistas tem funções diferentes do que nos países periféricos, e é sobre isso que trataremos a partir de agora.

Uma primeira distinção é que nas revoluções burguesas clássicas, a burguesia primeiro garantiu seu poder econômico e só fez sua revolução para garantir também o domínio político. Segundo Fernandes (1976, p. 204-213), ao contrário das burguesias dos países hegemônicos, a burguesia nativa fez sua unificação política através do Estado antes de se converter em dominação socioeconômica, portanto o Estado sempre foi central no desenvolvimento brasileiro. Não houve ruptura definitiva com o passado, e o que veio a ser a burguesia nativa era oriunda ou vivia num mundo provinciano rural, com o mesmo horizonte cultural da oligarquia, com preocupações particularistas e um conservantismo sociocultural e político e mandonismo oligárquico. E a influência modernizadora externa (imperialismo) esteve presente na difusão de valores, técnicas e instituições instrumentais, de forma gradual e constante, mas controlada para que não se tornasse impulsionadora de um “espírito revolucionário”¹⁶, capaz de romper com os laços de dependência e desenvolvimento heterônimo.

A atuação da burguesia nativa tendencialmente de formas autocráticas e reacionárias fazia parte do seu estilo de atuação histórica, que identificava os setores subalternos como os principais inimigos. Como afirma Ianni (1984, p. 43) a associação das classes dominantes [nativas] com o imperialismo reforçava as potencialidades de dominação burguesa no espectro da luta de classes no Brasil. Frequentemente o que se concretiza, ainda que com diferentes intensidades, em sociedades dependentes é uma dissociação pragmática entre democracia e desenvolvimento capitalista ou um desenvolvimento capitalista autocrático (Fernandes, 1976, p. 292). Segundo Ianni (1984, p.11):

todas as formas históricas do Estado, desde a Independência até o presente, denotam a continuidade e reiteração de soluções autoritárias, de cima para baixo, pelo alto, organizando o Estado segundo os interesses oligárquicos, burgueses, imperialistas. O que se revela, ao longo da história, é o desenvolvimento de uma espécie de contra-revolução burguesa permanente.

Mas para que a burguesia nativa adquirisse a “racionalidade burguesa” sobre seu papel histórico foram necessários três movimentos. O primeiro refere-se a compreensão de que a história não se repete, e sob o industrialismo intensivo, entendeu que a história não é autogerminadora. O segundo foi a partir das disputas intraclasses, quando os setores que

¹⁶ Por controle do “espírito revolucionário” entenda-se impedir a defesa pela burguesia nativa dos ideais liberais e da revolução burguesa clássica, nos moldes dos países hegemônicos, cumprindo com as tarefas da revolução democrática, nacional, urbana, entre outras.

defendiam as causas mais amplas não conseguiam romper com a dominação imperialista e aprendeu a não procurar vantagens relativas para setores isolados em detrimento da segurança e estabilidade da dominação burguesa. Finalmente, pelas influências socializadoras externas, seja ministrando cursos para categorias profissionais, civis e militares no exterior, para reciclagem (ideológica), treinamento, preparação técnica ou doutrinação, ou ainda por programas de comunicação em massa e mesmo educação escolarizada (saúde, cooperação militar, defesa e segurança pública, cooperação econômica, educacional etc.) (Fernandes, 1976).

Assim, a burguesia enquanto classe adquiriu uma “racionalidade” que estabeleceu como o ideal básico àquele irradiado pelos Estados Unidos, de desenvolvimento com segurança (Fernandes, 1976, p. 313-315). A crise pré-64 não coincidia com um movimento de democracia burguesa no Brasil por parte das classes ou estratos da classe burguesa, pelo contrário, as pressões colocavam a classe diante do “problema da ordem”, ou o problema da “democracia forte” (ambiguidade que dissimula a questão da autocracia burguesa).

Nesse sentido, de fora para dentro, diferente da irradiação do capitalismo competitivo que não atingia as estruturas de poder político, no capitalismo monopolista isso era necessário. Mas para a burguesia era necessário manter o status de burguesia nacional, que ao mesmo tempo era em parte mediadora dos interesses externos e em parte livre, como forma de estabelecer um limite à interdependência e sua própria autoproteção, autodefesa e autoafirmação (Fernandes, 1976, p. 324-326).

1.2 O Estado e a universidade no capitalismo monopolista

Como vimos na discussão realizada até agora, o Estado teve suas funções ampliadas na fase do capitalismo monopolista e isso interfere numa de suas instituições centrais, a universidade, cujas funções são: produção e difusão ideológica; de reprodução da força de trabalho; e na investigação científica e tecnológica.

Mas se as universidades nos países hegemônicos são uma realidade mais longínqua, num país como o Brasil, datam do século XX¹⁷, ou seja, são muito recentes. Além disso, a

¹⁷ No Brasil colonial os estudos universitários estavam restritos à metrópole, pois não haviam instituições universitárias instaladas na colônia, apenas as instituições jesuítas. No século XIX se formaram escolas isoladas

universidade brasileira se estruturou primeiro seguindo um modelo europeu e posteriormente, com a ditadura civil-militar, estadunidense. Como afirma Fernandes (1976, p. 268) os países hegemônicos tiveram duráveis e amplos processos de acumulação de capital; de expansão de uma sociedade de consumo de massas e de um mercado de massas; de invenção tecnológica; de modernização institucional; de educação formal e participação cultural; de elevação dos padrões de vida; de democratização do poder, entre outros. Requisitos esses que não estavam presentes em países periféricos, como o Brasil.

Com isso, o papel das universidades - instituição que agrupa, incorpora e desenvolve atividades de cunho econômico e extraeconômico – é distinto conforme a inserção de cada país na divisão internacional do trabalho. O Brasil, país periférico e dependente, possui uma universidade cuja correlação de forças tende ao atendimento dos interesses do capital internacional para o país. Interesses estes que são distintos dos interesses dos países centrais. Não obstante, não é uma questão financeira que separa as grandes universidades estadunidenses e inglesas das universidades brasileiras, mas a inserção desses países na divisão internacional do trabalho.

Nesse sentido, o que determina - enquanto *tendência*, não como determinismo mecânico, que isso fique claro – é o papel que cada Estado atribui a seus sistemas de educação superior, de acordo com a inserção desse país na divisão internacional do trabalho e dentro das funções do próprio Estado a partir da fase monopolista do capital.

Para Mandel (1985, p. 333-334) são três as principais funções do Estado: (i) criar as condições de produção, (ii) o monopólio da repressão e violência (Exército, polícia, sistema judiciário e penitenciário) e (iii) a função integradora da ideologia para garantia de um consenso e manutenção da ordem. Sobre o papel da repressão e uso da violência abordaremos mais especificamente no capítulo 2. Quanto à função integradora, Mandel (1985) destaca sua importância e a maneira pela qual se efetiva, entre elas pela instrução e educação. Nesse sentido:

a reprodução e a evolução dessas funções integradoras [ideologia] efetivam-se pela *instrução; pela educação, pela cultura* e pelos meios de comunicação

e de caráter profissionalizante, mas a primeira universidade duradoura a ser constituída pelo Governo Federal data de 1920 e reunia a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito (Decreto 14.343 de 07/09/1920): a Universidade do Rio de Janeiro (atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro). A partir daí foram formadas outras universidades na mesma lógica, com exceção da Universidade de São Paulo (1934) e Universidade de Brasília (1961).

– mas sobretudo pelas categorias de pensamento peculiares à estrutura de classe de uma sociedade (MANDEL, 1985, p. 334, grifos nossos).

Sabemos que a educação é muito mais ampla do que as instituições escolares e, portanto, mais ampla do que as universidades, mas nem por isso essas deixam de cumprir uma importante função de geração e transmissão ideológica, e principalmente no consenso, pois como afirma Mészáros (2005, p. 45) a principal função da educação formal é a produção do máximo de conformidade de que for capaz dentro de seus limites institucionais. E o objetivo da produção e disseminação ideológica é viabilizar a internalização dos valores dominantes pelas classes exploradas no sistema do capital.

Ou seja, as instituições formais, além de preparar a força de trabalho, também fazem parte do sistema global de internalização, como bem afirma Mészáros (2005, p. 35, grifos nossos)

a educação institucionalizada [...] serviu ao propósito de não só *fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital*, como também *gerar e transmitir um quadro de valores que legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na *forma internalizada* [...] ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e *implacavelmente impostas*.

Essa função ideológica do Estado serve como falsificadora da história também ao afirmar que esta forma de sociabilidade é natural e, portanto, eterna, com isso distorcendo a realidade e a propagando nos diferentes órgãos de opinião pública, que vão dos diferentes meios de comunicação até a produção de teorias acadêmicas supostamente objetivas (Mészáros, 2005, p. 37).

E a universidade como mecanismo de difusão ideológica, num período de rearranjos no bloco de poder, como na ditadura civil-militar brasileira, legitima a política econômica, edifica marcos jurídicos, oferece explicações e justificativas sobre as formas de governo, produz tecnologias necessárias à ordem econômica, afetando assim a subjetividade da sociedade (Leher, 2005, p. 224).

A questão central da função integradora da ideologia é garantir, por meio do consenso, a contenção do antagonismo básico da sociabilidade capitalista, ou seja, o antagonismo entre capital e trabalho.

Quanto à esfera da produção, Mandel (1985, p. 334) afirma que cabe ao Estado garantir os seguintes requisitos: (i) gerais e técnicos do processo de produção efetivo (por

meio da infraestrutura); providenciar os requisitos (ii) gerais e sociais (por meio da lei e da ordem estáveis, do mercado nacional e de um Estado territorial, de um sistema monetário); e finalmente a (iii) *reprodução contínua das formas de trabalho intelectual*.

Portanto, em conjunto com a geração e transmissão da ideologia dominante, a universidade também deve formar a força de trabalho intelectual que vai atuar tanto diretamente no processo de produção quanto no controle desse processo social. Isso está relacionado às duas tendências acentuadas sob o monopolismo: a primeira é a crescente substituição do trabalho vivo pela tecnologia, que leva à necessidade de geração de novos conhecimentos ou tecnologias que possam ser incorporadas diretamente no processo de produção. A segunda tendência é de um controle cada vez maior do processo social de produção e reprodução.

Mandel (1985, p. 186) chama a atenção que a ampliada demanda de trabalhadores intelectuais está associada a essas duas tendências e, portanto, o trabalho intelectual se desenvolve em duplo caráter: i) no processo de produção por meio do tempo mais curto de rotação do capital fixo pela aceleração da inovação tecnológica e ii) na necessidade de controle sistemático de todo processo social de produção e reprodução, com a integração crescente nas instituições superestruturais e na administração da força de trabalho – inclusive a administração industrial e a “administração” da força de trabalho.

Apesar da diferença entre esses dois grupos ser de que o primeiro cria mais-valia e o segundo recebe as rendas provenientes da mais-valia, a distinção fundamental, para Mandel (1985), é a identificação do segundo grupo com os interesses burgueses e empresariais. E afirma que essa identificação com a ideologia dominante é mesmo uma pré-condição ao exercício dessa função, assim como dos juízes, dos chefes de polícia burguesa ou dos altos funcionários do Estado.

Mas é essa subordinação cada vez mais intensa da universidade às necessidades de reprodução do capital que intensificam a crise da universidade humanista clássica. Por essas razões diretamente econômicas, específicas do trabalho intelectual no capitalismo tardio, que se exige a adaptação da estrutura universitária, a forma de seleção de estudantes e a escolha de programas para a inovação tecnológica acelerada¹⁸. Sua função é a de produção de

¹⁸ Mandel (1985, p. 176) diferencia a “inovação tecnológica” da “descoberta e invenção científica e técnica”, diga-se “pesquisa e desenvolvimento”, sendo a primeira inerente ao trabalho intelectual capaz de conduzir a uma aceleração da inovação, enquanto a segunda responde a necessidade de valorização do capital e tem uma aplicação mais rápida e direta no processo de produção.

assalariados intelectualmente qualificados para a produção e circulação de mercadorias (Mandel, 1985, p. 183).

Os monopólios procuram estabelecer, por intermédio do Estado ou da iniciativa privada, o controle sobre todas as fases de produção e reprodução, por isso estão tentando controlar “com uma ‘pinça’ organizacional o processo de subordinação do trabalho intelectual ao capital, pela ‘programação’ do número de universidades, do alcance dos seus cursos e a distribuição dos estudantes pelas várias disciplinas” (MANDEL, 1985, p. 185). O autor afirma ainda que as empresas estão interessadas numa escolaridade abrangente, que desenvolva a aptidão e adaptabilidade politécnica.

São essas demandas que explicam o aumento significativo no número de universidades e de estudantes universitários, tanto nos países hegemônicos quanto nos periféricos como o Brasil. Assim,

o rápido crescimento da pesquisa e do desenvolvimento criou um vasto acréscimo na demanda de força de trabalho intelectual altamente qualificada. Daí a “explosão da universidade”, que, por sua vez, é acompanhada por uma vasta oferta de candidatos (aprendizes) à força de trabalho intelectualmente treinada, o que pode ser explicado pelo padrão mais alto de vida e pela promoção social individual a ele associada. Já no fim dos anos 50, 32,2% do grupo etário de 20 a 24 anos tinha acesso à educação superior nos Estados Unidos [...] o mais notável da transformação social ocasionada por essa “explosão da universidade” é que pelo menos nos Estados Unidos, e provavelmente em vários outros países capitalistas, o número de trabalhadores na educação universitária, senão também o de estudantes, excede atualmente o de agricultores ou camponeses (MANDEL, 1985, p. 182-183).

Corroborando a afirmação da necessidade de massificar a educação, Hobsbawm (2008) apresenta dados sobre essa multiplicação nos números de estudantes em países europeus, mas também cita o Brasil como um dos pioneiros nessa massificação após a década de 1980, ou seja, a universidade brasileira já reestruturada pela ditadura civil-militar, tanto a universidade pública como as instituições privadas (que ampliaram consideravelmente durante o período a base de subsídios).

Antes da Segunda Guerra Mundial, mesmo a Alemanha, França e Grã-Bretanha, três dos maiores países, mais desenvolvidos e mais instruídos, com uma população total de 150 milhões, não tinham juntos mais que aproximadamente 150 mil universitários [...]. Contudo, no fim da década de 1980 os estudantes eram contados aos milhões na França, república Federal da Alemanha, Itália, Espanha e URSS (para citar apenas países europeus), isso sem falar no Brasil, Índia, México, Filipinas e, claro, EUA, que tinham

sido pioneiros na educação universitária em massa (HOBSBAWM, 2008, p. 290).

Essa informação sobre o Brasil é confirmada pelos dados da *Universia* Brasil¹⁹, vinculada aos monopólios transnacionais, e que ao apresentar o histórico das universidades brasileiras na sua página na internet refere-se à explosão no número de matrículas entre as décadas de 1970 e 1980 (de 300 mil para um milhão e meio). Ou seja, no Brasil também se manifesta, a partir do golpe de 1964 e a implantação da ditadura civil-militar, com a transição do capitalismo competitivo para o monopolista, os requisitos de reestruturação das universidades.

Segundo Katia Lima (2005) o desenvolvimento do capitalismo monopolista no Brasil exigiu a ampliação do acesso à educação superior, seja para a qualificação da força de trabalho, seja para a difusão da concepção burguesa de mundo. Por isso, e também como forma de frear o movimento social, em especial o estudantil, que se intensificava e reivindicava uma reforma universitária que democratizasse as relações universitárias, que a burguesia tomou para si o enquadramento das instituições universitárias a partir de sua perspectiva, consolidada na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.

Leher (2005, p. 212-221), ao analisar o trabalho de Florestan Fernandes, afirma que o mesmo estabeleceu a relação entre o capitalismo dependente e a condição da universidade marcada pela heteronomia cultural, que não é apenas o consumo de ideias exógenas, mas principalmente a internalização de esquemas e disposições de pensamento para uma realidade completamente diferente dos países hegemônicos. Como parte da problemática ideológica “a história ‘tende’ para o Ocidente: capitalista, liberal, branca, moderna, civilizada e desenvolvida” (LEHER, 2005, p. 222). Mas essa heteronomia cultural é consequência da forma de inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, de forma dependente. “A heteronomia é econômica, política, social, ideológica e moral” (LEHER, 2005, p. 222).

Mas não é possível pensar essa dependência e heteronomia cultural sem levar em conta o papel do imperialismo nas transformações pelas quais o país passou a partir de 1964. Na lógica da guerra fria e da expansão imperialista o Departamento de Estado dos Estados

¹⁹ A *Universia* Brasil é vinculada a *Fundación Universia*, instituição privada voltada para países ibero-americanos e que tem como objetivo promover a pesquisa, a educação universitária e o emprego “qualificado”, oferecendo cursos, bolsas de estudo, intercâmbio, eventos, seleção de trabalhadores, entre outros. Entre seus “colaboradores” encontramos monopólios transnacionais como os bancos Santander e American Express, a indústria farmacêutica e cosmética, com a Pfizer e L’oreal até a indústria de alimentos e bebidas, como a Nestlé. Disponível em: <http://universidades.universia.com.br/universidades-brasil/historia-ensino-superior/>

Unidos definiu que algumas nações eram prioritárias para repasse de recursos e suporte técnico, e na América Latina foram incluídos o Brasil, o México e a Argentina (Leher, 2005, p. 214).

Esse é um período onde se desenvolveu a doutrina do desenvolvimento com segurança e floresceu uma indústria de “estudos de desenvolvimento” generosamente financiada (Mészáros, 2003, p. 24 *apud* Leher, 2005, p. 215). Esses estudos sob patrocínio estadunidense tiveram uma profunda influência na América Latina e contaram com a incorporação dos setores intelectuais conservadores na preparação e consolidação do golpe de 1964 e na intelectualização dos militares (consequência das mudanças na indústria bélica, padrão de guerra e interesses dos militares na pesquisa científica e tecnológica) (Fernandes, 1976a, 126-127).

Essa relação entre o imperialismo e a burguesia local, e o desenvolvimento dos estudos de segurança e desenvolvimento²⁰, com a conseqüente instauração da ditadura civil-militar baseada no Terrorismo de Estado, relaciona-se ao espaço histórico reduzido de autoafirmação, de autoprivilegiamento e de autodefesa dessa burguesia, que reiteradamente na história do Brasil recorria às formas tirânicas de dominação de classe e de organização do Estado. Houve, portanto, uma confluência entre o *modus operandi* do imperialismo e o da burguesia local (Leher, 2005, p. 215).

Durante os anos 1960 tivemos as lutas por libertação nacional na África, a Revolução Cubana e os governos populistas na América Latina, como o caso do Brasil com João Goulart, levando os Estados Unidos a buscar vincular as universidades aos seus objetivos político-militares, como abordamos brevemente acima, e ao mesmo tempo afastar a influência marxista. “De fato, nessa década, com a influência da Aliança para o Progresso e de projetos como o Carmelo, os EUA empreenderam abrangente movimento no intuito de tornar as universidades da região em instituições do ‘mundo livre’” (LEHER, 2005, p. 236). E tão logo a ditadura foi implantada iniciou um processo que culminou numa ampla contrarreforma universitária (Lei nº 5.540/68) com a cooperação estrangeira, desenvolvendo uma lógica empresarial na sua reestruturação.

²⁰ A discussão sobre a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, bem como suas conseqüências para as universidades, será feita no capítulo 2.

Veremos como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) contribuiu e disseminou essa organização na lógica empresarial, ao ponto de ter sido inclusive utilizada como modelo e elogiada por Rudolph Atcon, autor do Relatório Atcon²¹.

Essa contrarreforma da ditadura vinha para contrapor-se às reivindicações e manifestações estudantis pela reforma universitária que se desenrolaram até 1968, e ao mesmo tempo adequar a universidade às necessidades da modernização conservadora, pois conforme discutido anteriormente, era necessário uma rápida modernização da infraestrutura da economia, da tecnologia, do sistema educacional e na orientação dos valores das classes dominantes. E como afirma Fernandes (1976a, p. 131) sobre o papel dos intelectuais:

em resumo, os intelectuais não constituíram problema para a ditadura militar e para a nova tirania de classe. Eles deram apoio à nova tendência com lealdade ou por interesse. Os que ficaram com a democracia e na oposição eram demasiado fracos para organizar uma reação interna. Por isso, foram derrotados quase sem luta, embora não tenham se rendido, até agora, diante da violência militar e da contra-revolução “burguesa”.

E é sobre a universidade e seus intelectuais relacionada à Contrarreforma Universitária de 1968, a expansão no número de matrículas e instituições (especialmente privadas), a extinção das cátedras e as alterações na carreira docente, o aumento de verbas para infraestrutura, pesquisa e pós-graduações, os programas de cooperação e intercâmbio com instituições estrangeiras, ou seja, na totalidade da adequação da universidade às necessidades do capitalismo monopolista dependente e sua relação com o imperialismo que passaremos a discutir agora.

Motta (2014, p. 77-78) afirma que na fase inicial da ditadura, além do acordo MEC-USAID, o Ministério da Educação contratou o consultor Rudolph Atcon (citado acima), um especialista em planejamento e gestão universitária com atuação principalmente na América Latina, para fazer um diagnóstico sobre as universidades brasileiras e que gerou um relatório publicado pelo MEC em 1966. As sugestões seguiam as mesmas linhas da USAID, com centralização administrativa, profissionalização da gestão das universidades, criação de

²¹ Rudolph Atcon foi um teórico estadunidense encarregado de assessorar o projeto de Reforma Universitária no Brasil. Elaborou o Relatório Atcon, que junto com o Relatório Meira Mattos embasaram a formulação da Lei Nº 5.540/68, a “Lei da Reforma Universitária”. Rudolph Atcon foi secretário executivo do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) entre 1966 e 1968, no momento em que o primeiro Reitor da UFSC, João David Ferreira Lima, foi presidente do CRUB (1967-1969).

departamentos, maior autonomia em relação ao Estado, diversificação das fontes de recursos, investimento em *campi* universitários, entre outros.

Uma sugestão foi a criação de um órgão que reunisse as diferentes universidades para troca de experiências visando a modernização (conservadora). Assim, foi criado o Conselho de Reitores (CRUB), para o qual Atcon foi contratado como secretário e permaneceu até 1968. Ressalta-se que o segundo presidente do CRUB foi João David Ferreira Lima, o reitor (1962-1972) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Para Atcon, a UFSC era um exemplo de organização administrativa e por sua forma de funcionamento e a vinculação dos principais expoentes com os setores que conceberam o projeto de contrarreforma, antecipou-se e difundiu um modelo que deveria ser seguido pelas demais universidades brasileiras. Foi nesta perspectiva que foi ministrado pela UFSC, um curso de treinamento de pessoal administrativo das Universidades Brasileiras entre novembro de 1967 e dezembro de 1968, por meio de um convênio entre a UFSC e o CRUB, tendo dele participado 254 funcionários, divididos em 12 turmas (Silva, 2000).

Segundo Motta (2014, p. 78) o CRUB teve importante papel na consolidação da Contrarreforma, principalmente no treinamento para as universidades adotarem o sistema de créditos e matrículas por disciplina, planejar e gerir orçamentos e planejar a implantação dos *campi*. Mas a principal função do CRUB foi criar os mecanismos para o bom funcionamento das novas instâncias de poder e gestão da universidade, principalmente conselhos, assessorias e serviços coordenados pelas reitorias, pois no novo modelo universitário a administração central teve suas funções e atribuições ampliadas e deveria ser o condutor das tarefas “modernizadoras”. Nesse sentido com a implantação da ditadura e a centralização administrativa, aumentou o papel dos reitores. Portanto, sua fidelidade política aos novos governos era fundamental.

Foi na lógica da centralização que houve a unificação do vestibular por instituição como forma de ingresso e o mesmo deixou de ser por nota mínima e passou a ser um concurso classificatório. No ano de 1970 a UFSC foi pioneira e realizou o primeiro Vestibular “Único e Unificado”, que repercutiu nacionalmente. A repercussão foi tamanha que o Coronel Jarbas Passarinho, então Ministro da Educação, enviou mensagem para o Reitor Ferreira Lima solicitando relatório minucioso sobre como foi realizado. Nos jornais da cidade a manchete foi: “Passarinho quer saber como SC fez vestibular” (SILVA, 2000, p. 12).

Com o crescimento urbano, uma das principais reivindicações era o aumento de vagas nas universidades, e era uma das principais bandeiras do movimento estudantil – o fim dos

“excedentes”²². Assim, retirou-se poder das faculdades isoladas e centralizou na administração central a realização de um único vestibular e acabou com a existência dos “excedentes” pelo concurso classificatório. Mas para atender essa demanda era necessária principalmente a ampliação no número de instituições e vagas.

E por isso foi elaborado em 1968 o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT) que compunha um plano mais amplo, de autoria do núcleo empresarial-militar chamado Programa Nacional de Desenvolvimento (PND), na qual a educação superior e a pesquisa teriam papel estratégico no novo modelo de desenvolvimento, e que previa mais investimentos nas universidades, para uma maior integração com o setor produtivo e o aceleração na formação da mão de obra requerida (Motta, 2014, p. 82-84).

Foi assim que as verbas para a educação superior aumentaram consideravelmente, bem como o número de instituições e de matrículas, tanto no setor público quanto no privado, sendo a ênfase no setor privado. Dados apresentados por Motta (2014, p. 249) demonstram que o total de matrículas no ano de 1964 era de aproximadamente 93 mil alunos, sendo 52 mil nas instituições públicas e 41 mil nas instituições privadas. Em 1979 estes números multiplicaram para o total de 1 milhão e 400 mil matrículas, sendo 572 mil nas públicas e 828 mil nas privadas.

A maioria das instituições privadas eram pequenas e não desenvolviam pesquisas, e foram incentivadas via financiamentos ou isenções fiscais, bem como auxiliadas pelo crédito educativo para os estudantes. Mesmo assim, as verbas para as universidades públicas foram significativas, sem contar as verbas para pesquisa destinadas via Finep, Capes e CNPq. Para isso foi necessária a construção da infraestrutura de cidades universitárias, com *campi*, laboratórios e salas de aula. Mas o financiamento dessa infraestrutura foi feito em parte com empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujo contrato estipulava as áreas de conhecimento que deveriam ser priorizadas: tecnologias, ciências básicas e ciências agrícolas (Motta, 2014, p. 264-265). Uma análise mais crítica é feita por Leher (2005, p. 234), segundo o qual

²² Na década de 1960 o ingresso nas universidades públicas era por nota mínima. Assim, todos os estudantes concluintes do ensino médio que tirassem essa nota mínima eram considerados habilitados, mas devido ao pequeno número de vagas disponíveis nos cursos, ainda que aprovados, eram impedidos de se matricular e frequentar o curso, por isso o termo “excedente”. Ao longo dos anos 60 o número dos estudantes “excedentes” aumentou progressivamente e essa era uma das principais pautas do movimento estudantil e suas entidades.

a reforma foi empreendida por meio de acordos de ‘cooperação técnica’ com o Departamento de Estado dos EUA e financiada com verbas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial (BM), ao mesmo tempo em que violenta repressão atingia os setores inconformistas que se opunham à reforma *made in USA*.

Ou seja, ao mesmo tempo em que um montante significativo foi destinado às universidades e vários setores colaboraram direta ou indiretamente, uma violenta repressão foi a contrapartida desse processo de reestruturação, que ainda extirpava todos os elementos democráticos reivindicados pelo movimento estudantil pró-reforma que se organizou até a edição do AI-5. Esse assunto será abordado nos próximos capítulos.

Mas um requisito para o desenvolvimento das universidades foi a alteração da carreira docente, outra importante mudança vinda com a Contrarreforma Universitária. A cátedra foi extinta, foi criado o regime integral com dedicação exclusiva, para que os docentes pudessem fazer pesquisa, e foi dado aumento salarial e plano de carreira (Motta, 2014, p. 247).

Junto à expansão das universidades foram destinados muitos recursos para o desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação, que foram tornadas uma das prioridades. A pós-graduação foi criada da forma como a conhecemos, como *stricto-senso* (com mestrado e doutorado, para desenvolvimento da pesquisa) e *latu-senso* (para aperfeiçoamento e especialização, formando a força de trabalho requerida). Com isso, estruturou-se a pós-graduação e ampliou-se o número de vagas para formação de mais força de trabalho intelectual para o processo de produção. Com mais técnicos e mais especialistas, fomentou-se o desenvolvimento tecnológico e a preparação do professor universitário. E não é menos importante o número de bolsas disponibilizadas tanto pela Capes quanto pelo CNPq.

No II PND destacam-se os investimentos nas universidades por motivos geopolíticos (guerra fria), interesses econômicos (como a agricultura, entre outros) e pelo “equilíbrio de poder” (segurança e desenvolvimento). Além disso, o CNPq, Capes e Finep foram subordinados à Secretaria de Planejamento (Leher, 2005, p. 217-235). Como afirma Motta (2014, p. 287), a agricultura foi um setor na qual os resultados das pesquisas foram mais imediatos, sendo destaque no II PND:

as principais linhas de pesquisa advindas do II PND, é possível constatar que um dos maiores esforços de institucionalização da pesquisa e da pós-graduação do país nos anos 1970 (na pesquisa básica e aplicada, em diversos ramos do saber) foi a chamada “revolução verde”. O objetivo do novo modelo agrícola era, ao mesmo tempo, consolidar o moderno setor de agronegócios – produção de commodities – em latifúndios, por meio de intensa mecanização, do uso de sementes melhoradas e do emprego

intensivo de energia (adubos e defensivos) e, também, “aprofundar o capitalismo no campo”, pois os camponeses eram vistos como um potencial foco insurgente [...] Para a consecução desse objetivo, era preciso um aparato de ciência e tecnologia que pudesse adequar o modelo às condições ambientais e sociais do país, formar técnicos dispostos a difundir o novo paradigma e estruturar um ambiente de pesquisa em áreas como a genética, a fisiologia, a agronomia, etc. que pudesse fornecer o suporte ao modelo. Os mesmos objetivos pragmáticos orientaram a expansão da física nuclear, o planejamento educacional e outras áreas tidas como estratégicas para a implementação da modernização conservadora. Com isso, convênios foram assinados com universidades estadunidenses, programas de pós-graduação foram constituídos e linhas de fomento foram estabelecidas, causando um *boom* da pesquisa no Brasil (LEHER, 2005, p. 218).

Nesse sentido, podemos retomar que o desenvolvimento capitalista dependente no campo, sob o monopolismo, ao mesmo tempo em que introduziu novas tecnologias - seja com a mecanização, o melhoramento genético ou ainda na utilização em larga escala do uso de adubos e defensivos químicos -, manteve a estrutura fundiária concentrada baseada no latifúndio, e exportadora de produtos primários²³. E as universidades foram requeridas no desenvolvimento científico, na formação da força de trabalho intelectual necessária, na assistência técnica e na função ideológica de difundir o novo paradigma.

Neste sentido que o representante da Federação da Agricultura no Conselho Universitário da UFSC registrou, na reunião de 31/10/74, sua satisfação pela implantação do curso de Agronomia na instituição universitária. Além disso, a UFSC firmou uma série de convênios²⁴ em outubro e novembro de 72 para promoção de cursos no campo, como cursos de tratorista agrícola; convênios com a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC) para execução de serviços de computação eletrônica; para a instalação do Centro Agropecuário; criação e implantação do Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC; com Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, ACARESC, Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina e Coordenação da Organização de Produção e Abastecimento da Agricultura do Estado.

Outro aspecto destacado por Leher (2005) são os acordos de cooperação estabelecidos com universidades dos EUA, convênios com fundações estrangeiras e organismos

²³ A relação entre a modernização conservadora empreendida pela ditadura civil-militar sob o imperialismo e as pesquisas da Escola Superior de Agricultura (Esalq) da Universidade de São Paulo podem ser vistas em Molina (2016). A partir de 1968 (Decreto nº 62.178 e nº 62.163) a UFSC passou a ter a responsabilidade administrativa e financeira, respectivamente pelo Colégio Agrícola de Camboriú e Colégio Agrícola de Araquari.

²⁴ Consultamos a aprovação destes convênios nas atas do Conselho de Curadores e Conselho Universitário, e outros continuaram sendo firmados para formação e assistência técnica rural.

internacionais, com envio de docentes para essas universidades e o financiamento de pesquisas no Brasil por fundações como Ford e Rockefeller. Além disso, os EUA davam bolsas para vários intelectuais se formarem em suas instituições.

Na UFSC em sessão do Conselho Universitário de 29/10/64 foi dado informe sobre reunião do Fórum de Reitores com o Ministério da Educação (MEC). O tema eram os novos rumos relacionados aos concursos de habilitação, aperfeiçoamento do pessoal docente e estatuto do magistério. Informou o MEC que uma parte dos recursos seria garantida pela CAPES e outra parte pela *Fundação Ford*. Essa reunião do Fórum foi encerrada com a visita do Presidente Marechal Castelo Branco, que demonstrou a intenção do executivo em respeitar a autonomia das universidades, desde que estas se afastassem de querelas políticas e ideológicas.

Também foi recebida Carta do Adido Cultural do Consulado Americano²⁵ em Curitiba solicitando informações sobre o desenvolvimento e planos sobre a televisão educativa²⁶ e sugerindo auxílio por parte dos Estados Unidos.

O Reitor Ferreira Lima informou sobre convênio que seria firmado entre o CRUB e a UNESCO para ida de 400 professores brasileiros para a França para curso de aperfeiçoamento. Ao informar sobre sua participação no Grupo de Trabalho da Educação e sua conversa com a *Missão Rockefeller*, afirmou que:

tendo na oportunidade feito entrega de duas propostas ao Ministro Tarso Dutra para que fôssem passados às mãos do enviado especial do Governo Norte Americano. Disse que as propostas foram muito bem recebidas sendo uma no sentido de se efetivar intercâmbio de Professores dos Estados Unidos e do Brasil para a realização de estágios em Universidades Americanas e Brasileiras. A outra proposta foi no sentido de se obter financiamento do Governo Americano para a conclusão dos “Campus” Universitários em construção, através de empréstimo que seria amortizado anualmente com recursos da União provenientes das verbas de obras das Universidades (Ata da sessão do CUn de 26/06/69, livro 3, p. 109).

²⁵ Lida na sessão do Conselho de Curadores de 21/12/66.

²⁶ Sobre esse convênio, a proposta foi feita no dia 30/04/65 e o convênio aprovado na sessão de 25/04/66 entre a UFSC e a Empresa Catarinense de Televisão S/A (ECATEL), para execução de serviços de televisão educativa, no qual cabia a UFSC requerer das autoridades federais o canal 2 de televisão educativa de Florianópolis e em contrapartida a ECATEL prestaria serviços, sem ônus, de organização, direção e orientação do setor cultural e educacional de televisão.

Outro exemplo foi a aprovação de convênio²⁷ entre a UFSC com a Organização dos Estados Americanos (OEA), para recebimento de um reforço nos recursos do curso de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica, uma das áreas consideradas estratégicas (tecnologia).

Ou ainda o intercâmbio com os franceses para o curso de Engenharia Elétrica, com “a vinda de um contingente de cooperantes, pelo programa de *cooperação militar* daquele país, e oportunidades para que diversos professores novos do curso realizassem seu doutoramento na França” (BLASS, 2015, p. 56, grifos nossos).

Dessa forma e com o aumento significativo de verbas o governo militar contou com a colaboração de vastos setores das universidades no desenvolvimento das políticas de Estado - especialmente nos órgãos de fomento à ciência e tecnologia (C&T) e na criação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico no início da década de 1970, principalmente daqueles setores que encabeçaram as áreas definidas como estratégicas (Leher, 2005, p. 235). Esses docentes qualificados, imbuídos dos valores das universidades estadunidenses

[...] empenharam-se na organização da pesquisa e da pós-graduação, assim como constituíram (ou revigoraram) entidades acadêmicas por área de saber, logrando rapidamente influência nos comitês científicos dos órgãos de fomento. Desse modo, verbas públicas migraram para seus programas e laboratórios, criando um staff que, em parte, vinculou-se ao programa de ‘modernização conservadora’ (LEHER, 2005, p. 225).

Nesse período, apesar do aumento significativo no número de matrículas, mais significativo foi o crescimento da pós-graduação e principalmente a constituição de laboratórios e centros tecnológicos em áreas estratégicas como agricultura, energia, extração e beneficiamento de minérios, telecomunicações, saúde, aeroespacial, entre outras (Leher, 2005, p. 235).

Isso fez com que o principal local de produção de C&T se desse nas universidades públicas e não nas empresas, como nos países hegemônicos. Ao mesmo tempo, constituiu entre os docentes das universidades um extrato colaborador com a ditadura civil-militar e que controlava as agências de financiamento e linhas de pesquisa (ao que Leher (2005) afirma que se mantém uma linha de continuidade até os dias de hoje).

Segundo Motta (2014, p. 262) foram nas empresas com vocação para o mercado onde mais se desenvolveram as pesquisas no Brasil, como Embrapa e Embraer. Mas também nas

²⁷ Aprovado na reunião do Conselho de Curadores de 18/10/1972.

universidades em áreas privilegiadas, como engenharia, houve parcerias entre universidades e empresas, como Petrobrás, CSN e Acesita. É nesse momento que surgem as fundações de apoio criadas para disputar verbas de pesquisa com mais agilidade para atender as demandas do mercado.

Nesse sentido, foi criada em 1966 a Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina (FEESC) para criação do curso de graduação em Engenharia Eletro-Técnica e também para celebrar uma série de convênios, nos diferentes ramos de engenharia, entre a Universidade e empresas. Essa foi apenas uma das três fundações criadas durante a ditadura, pois o Grupo de Trabalho²⁸ constituído com a finalidade de implantar um sistema de *captação de recursos* para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa propôs a criação de uma Fundação e foi assim que em novembro de 76 foi criada a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU)²⁹.

Mas se no Brasil as pesquisas foram desenvolvidas principalmente nas universidades públicas, Leher (2005, p. 240) afirma que o setor de pesquisa e desenvolvimento nos países hegemônicos, como os Estados Unidos, é feito nas empresas, sendo que apenas 3% das patentes com origem nas universidades, o restante vem do setor empresarial. E que pelo nosso desenvolvimento dependente as empresas instaladas no Brasil não são, nem poderiam ser, intensivas em P&D. Assim, desviam essas funções para as universidades públicas e ressignificam suas funções.

Deste modo, além da importação de tecnologias dos países hegemônicos, é necessário que a universidade forme os técnicos, supervisores e gerentes necessários ao processo de produção e reprodução social, bem como produza e reproduza a ideologia dominante. Além disso, intervir na universidade significa ocupar os espaços políticos e liberdades que permitiam até então a existência de uma *intelligentsia* que poderia se vincular aos setores que se opunham à ditadura ou defendiam abertamente a revolução e colocar em risco a ordem social e a dominação autocrática.

Foi nesse sentido que a ditadura civil-militar suprimiu o vácuo político pela superconcentração de poder e restringiu a liberdade aos interesses políticos da elite no poder (Leher, 2005, p. 227). Assim, foram utilizados uma série de mecanismos para garantir um ambiente “estável” dentro das universidades, que vão da colaboração e cooptação, como a

²⁸ Grupo de trabalho constituído pela Portaria 434/76, que apresentou os resultados na sessão do CUn de em 03/09/76.

²⁹ A criação da FAPEU foi aprovada na reunião do CUn de 26/11/76.

manutenção de administrações universitárias alinhadas às diretrizes federais e a colaboração de diversos setores na elaboração e disseminação da concepção de “desenvolvimento com segurança”, como exemplo pela Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra ou pela disciplina de Estudos dos Problemas Brasileiros. Ademais, a vigilância, o controle e a violência foram recursos usados para silenciar e intimidar os setores que eram considerados ameaçadores à ordem que se estabelecia, seja por meio de Comissões de Inquérito, de expurgos, pela institucionalização de um serviço de informações (Assessorias de Segurança e Informação) e cerceamento às organizações coletivas. E é sobre esses temas que passaremos a discorrer no capítulo 2.

2. SEGURANÇA, DESENVOLVIMENTO E UNIVERSIDADES

Como vimos no Capítulo 1, o século XX assiste à maturidade do monopólio. O capital avança sobre o trabalho desenvolvendo ao extremo suas tendências já previstas por Marx:

- o movimento incessante e insaciável de reprodução do capital, e sua tendência à mundialização;
- a concorrência intercapitalista com tendência a centralização e concentração de capital;
- o aumento da composição orgânica do capital (aumento do capital fixo em detrimento do capital variável);
- a lei técnica (para diminuição do tempo socialmente necessário para produção de mercadorias, ou diminuição do valor);
- a tendência decrescente da taxa de lucro;
- a formação crescente do exército industrial de reserva;
- a financeirização, com a fusão do capital industrial e bancário;
- a ampliação das funções do Estado; e
- as crises cíclicas.

Mas o antagonismo estrutural e inconciliável entre capital e trabalho, ou seja, entre suas classes antagônicas, se expressa, concomitantemente, nas revoluções socialistas vitoriosas que buscaram outra forma de sociabilidade, como a Russa, a Chinesa, a Cubana, entre outras. Como também se manifesta nos países capitalistas pela organização de sindicatos, partidos e movimentos de luta dos trabalhadores que obriga os respectivos Estados dos países hegemônicos, como forma de conter o avanço das lutas de classe e evitar a ruptura da sociabilidade capitalista, a uma série de concessões sobre as questões sociais.

Como contra-ataque à crescente força da classe operária, Sweezy (1985, p. 242) afirma que os capitalistas adotam o binômio da repressão e concessão como método de intervenção. Binômio esse que possui polos opostos, porém, complementares, que atuam em proporções variáveis de acordo com o período histórico, dependendo da ampliação do poderio e funções do Estado. Portanto, ao lado do crescimento dos instrumentos de força para garantir a “lei e a ordem” também temos a ampliação da legislação social.

Toda essa ampliação da legislação social que ocorreu nos Estados Unidos e alguns países europeus, com seu ápice com o *Welfare State*, assim como a passagem para o monopolismo, foi um processo diferente do ocorrido na realidade latino-americana. Nesta região, a inserção na fase monopolista do capitalismo se deu de modo subordinado econômica e militarmente aos países hegemônicos deste modo de produção. No Brasil, por exemplo, não tivemos uma revolução burguesa clássica, mas uma contrarrevolução preventiva que consolida essa forma de inserção na divisão internacional do trabalho. E o golpe de 1964 tem relação com as pressões das potências hegemônicas, as pressões dos setores subalternos por ampliação da participação política e democratização da vida social, e como forma de resolver a crise de hegemonia do bloco de poder.

Importa ressaltar que as soluções autocráticas fazem parte da história do Estado brasileiro no trato com as demais classes, sempre representando seus interesses particularistas. Mas não é possível entender a história de violência, golpes e repressão sem descobrir o modo pelo qual o imperialismo, em especial a principal potência hegemônica, os Estados Unidos, participa dos acontecimentos, seja através de sua embaixada, empresas, agências governamentais, programas de assistência, entre outros, pois a associação das classes dominantes locais com os interesses imperialistas potencializa as formas de dominação burguesa e do despotismo do capital (Ianni, 1984, p. 42-43).

Assim, num primeiro momento discutiremos a formulação da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento no contexto da Guerra Fria, e a sua adaptação ao contexto brasileiro pelos formuladores da Escola Superior de Guerra (ESG) e disseminado de diferentes maneiras, como por seus cursos na própria ESG ou nas Associações de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG). No segundo momento abordaremos a forma como o Estado impôs nas universidades, por meio do controle, da violência e da ideologia, a institucionalização do projeto de “Desenvolvimento com Segurança”, por meio das formações de Comissões de Inquérito, de um sistema de informações articulado interna e externamente, do cerceamento às organizações coletivas, principalmente a estudantil, da inserção da disciplina de Estudos de Problemas Brasileiros, entre outros, identificadas a partir dos Relatórios Finais de três Comissões da Verdade Universitárias (Universidade de Brasília – UnB; Universidade de Campinas – Unicamp; e Universidade Federal da Bahia – UFBA). Além desses três relatórios, analisaremos como se deu na UFSC, a partir do Relatório da Comissão da Verdade da UFSC, ainda não publicado, e das documentações constantes no Arquivo Central da UFSC e documentação relacionada à UFSC no Arquivo Nacional.

2.1 Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento

Entre os anos de 1930 e 1964 tivemos diversos matizes de populismos com diferentes gradações e que, conforme Ianni (1984), representam uma crise de hegemonia, em que nenhuma classe teve poder suficiente para se impor às demais e ao conjunto da sociedade. Mas nem por isso o Estado deixou de ser burguês e as políticas que adotou deixaram de favorecer o desenvolvimento do capital, da indústria e do imperialismo. Diante dessa incapacidade, várias classes sociais estabeleceram uma aliança tática implícita e acomodaram-se ao populismo. O populismo, nesse sentido, expressa tanto a crise de hegemonia como a importância da aliança de classes, como se observa:

burguesia nacional, operários, setores de classe média, militares, intelectuais e partidos, principalmente PSD, PTB e PCB. Assim, o populismo tendia a articular um sistema de poder composto na seguinte forma: aparelho estatal, segmento do sistema partidário e o conjunto do sindicalismo (IANNI, 1984, p. 105).

Mas Ianni (1984) atenta que isso não explica completamente a opção pelo golpe de Estado. Foram as próprias políticas desenvolvidas sob o populismo que provocaram a sua crise³⁰. E são essas forças antagônicas desenvolvidas sob o populismo que aumentam a contradição entre o poder político e o poder econômico:

A crise do populismo em 1961-64 é bem uma crise do bloco de poder. As mesmas políticas que haviam sido possíveis sob o populismo provocaram tantos e tais desenvolvimentos das classes sociais e dos antagonismos dessas classes que o pacto do populismo e a democracia populista vieram abaixo. Só na aparência o populismo entrou em colapso devido ao esgotamento do modelo de substituição de importações; ou devido ao “esgotamento das fórmulas institucionais do pacto de dominação” vigente nos anos da democracia populista. Além desses aspectos, que podem ter tido alguma importância na gestação e no andamento da crise, convém lembrar que essa é uma época em *que se aguça a contradição entre o poder político cada vez mais influenciado e orientado por forças de base popular, e o poder econômico, cada vez mais determinado pelos interesses da grande burguesia monopolista estrangeira e nacional.* [...] As contradições econômicas e políticas, amplamente desenvolvidas pelo Plano de Metas [do governo de Juscelino Kubitschek], aguçaram-se em 61-64. Além do mais, nesses anos, intensificou-se a politização das classes assalariadas e camponato. Houve

³⁰ Para Fernandes (1976, p. 339) o colapso do populismo está relacionado ao colapso do radicalismo burguês e da ordem democrático-burguesa que o engendrara.

uma larga metamorfose das massas em classes (IANNI, 1984, p. 106-107, grifos nossos).

Portanto, era a contradição entre o poder político dominado pela aliança populista e o poder econômico cada vez mais determinado pela burguesia monopolista estrangeira que foram fundamentais para a gestação e posterior concretização do Golpe, que representou a vitória da opção pelo capitalismo dependente ou associado e de um novo e poderoso bloco de poder, composto pelo grande capital financeiro e monopolista (combinando a indústria, o sistema bancário, o comércio e a agricultura), ao mesmo tempo em que impediu pela força o crescimento de opções socialistas.

Mas antes do golpe de Estado, no contexto de aprofundamento da Guerra Fria e da recente Revolução Cubana, foram desenvolvidas diretrizes específicas para a política externa estadunidense na América Latina. Portanto, o papel das potências hegemônicas, em especial, os EUA, foi fundamental, e esse golpe foi preparado e orquestrado por setores empresariais e militares em associação com agências e governos estrangeiros.

É nesse contexto que, em 1949 surge a Escola Superior de Guerra (ESG), que apesar de suas particularidades, foi inspirada e influenciada pelo *National War College* dos Estados Unidos e que fez parte da “diplomacia total” pela qual se pôs em prática a doutrina estadunidense da Guerra Fria. Segundo Alves (1985, p. 24) a ESG recebeu assistência de consultores estadunidenses e franceses³¹ que tinham por objetivo treinar pessoal para as funções de direção e planejamento da segurança nacional. O papel foi ampliado para um método de análise e interpretação dos fatores militares, diplomáticos, políticos e econômicos que condicionaram o conceito de estratégico. Assim, a Doutrina é uma teoria, segundo Alves (1985, p. 26):

Em sua variante teórica brasileira, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento constitui um corpo orgânico de pensamento que inclui uma teoria de guerra, uma teoria de revolução e subversão interna, uma teoria do papel do Brasil na política mundial, e um modelo específico de desenvolvimento econômico associado-dependente.

E dessa forma desenvolvem-se os conceitos básicos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN): i) segurança nacional, segurança interna e oposição; ii) geopolítica: o papel

³¹ Segundo Oliveira (1978), também foi examinada a experiência inglesa.

do Brasil no contexto internacional; e iii) um modelo econômico. Assim, se moldaram as estruturas do Estado, se impuseram formas de controle e delinearam um projeto de país.

Dessa maneira, articulou-se na ESG tanto militares quanto civis e na qual a questão da segurança se metamorfoseou da doutrina de *defesa* nacional [voltado às ameaças externas] para a doutrina da *segurança* nacional, entendendo-se essa como *segurança interna e externa* (Ianni, 1984, p. 64-65, grifos nossos).

Logo, como afirma Dagostin et. al. (2007, p. 96), isso significou a transposição das leis aplicáveis aos estados beligerantes (externos) ao âmbito interno, na relação entre os indivíduos e o Estado, buscando a defesa da estabilidade da política interna, da manutenção das instituições e do desenvolvimento. Foi a partir da teoria da guerra total entre as duas superpotências que se construiu na América Latina a teoria da ameaça indireta do comunismo, portanto preocupados com os movimentos sociais dos trabalhadores, enfatizaram a ameaça de subversão interna e de guerra revolucionária (Alves, 1984, p.33).

Sobre o conceito de Segurança Nacional, Segurança Interna e Oposição, segundo Alves (1984) a guerra revolucionária não envolveria necessariamente o uso da força armada, mas abrangeria toda iniciativa capaz de desafiar as políticas de Estado, e não se limitavam mais às fronteiras territoriais entre países beligerantes, e assim surge o conceito de “fronteiras ideológicas” em oposição ao de fronteiras territoriais. “Na guerra revolucionária, a guerra ideológica substitui a guerra convencional entre Estados no interior das fronteiras geográficas de um país” (ALVES, 1984, p. 37). Portanto, essa guerra classificada no manual da ESG como não-clássica visa a população do país-alvo numa ação lenta e progressiva, explorando os descontentamentos, para a conquista de “corações e mentes”.

Assim, a guerra revolucionária assume formas psicológicas e indiretas, sendo promovida secretamente por forças do comunismo internacional, que recruta seus militantes entre a população local. Daí que toda população se torna suspeita e todos são “inimigos internos” em potencial, portanto devem ser controlados, perseguidos e eliminados. Dessa concepção que a coleta de informações passa a ser essencial para a defesa do país e planejamento da segurança nacional.

Como sintetiza Alves (1984, p. 39),

a campanha psicológica estimula a população a empenhar-se na oposição direta, a simpatizar com as reivindicações da oposição e eventualmente a incitar à revolta contra as autoridades constituídas. O principal problema para o Estado, no combate a esta estratégia indireta do comunismo, consiste em que, potencialmente, o inimigo está em toda parte.

Assim, esta campanha psicológica necessita de uma contraofensiva, que partia da teoria do “inimigo interno” que induz ao desenvolvimento de dois tipos de estruturas defensivas: um aparato repressivo e de controle armado, por um lado, e uma rede de informações, por outro. Isto implicava numa grande centralização de poder no Executivo, conforme preconiza a DSN e o esquema desenvolvido por Golbery do Couto e Silva (1981, p. 11). Neste esquema apresenta um quadro no qual identifica na história do Brasil República momentos que considera de descentralização e centralização: de descentralização alguns exemplos são a revolta da armada, a campanha do contestado (no oeste de Santa Catarina), a revolta comunista [trata-se da Intentona Comunista]. Nos períodos de centralização, a Proclamação da República, a Revolução de 30, o Estado Novo e a Revolução de 64.

Assim, a centralização no Executivo, o planejamento e a colocação em posições-chave de pessoas integradas à Doutrina é um elemento central para sua efetivação.

O planejamento e administração do Estado de Segurança Nacional implica o desenvolvimento de diretrizes governamentais que determinem políticas e estruturas de controle de cada área política e da sociedade civil. Para levar a efeito tal programa, tem sido necessário assumir pleno controle do poder de Estado, centralizá-lo no Executivo e situar em posições-chaves do governo os elementos mais integrados à rede de informação e à programação da Política de Segurança Interna (ALVES, 1984, p. 46).

Assim, a Estratégia ou Política de Segurança Nacional, centralizados no executivo envolveria a i) estratégia política, ii) estratégia econômica, iii) estratégia psicossocial e iv) estratégia militar. Alves (1984) sintetiza então estas quatro estratégias:

A *Estratégia Política* define as metas e diretrizes do Estado para a neutralização de óbices, antagonismos ou pressões na esfera política – o próprio Executivo, o Legislativo, o Judiciário e os partidos políticos. A *Estratégia Econômica* ocupa-se igualmente dos setores privados e público da economia. Esta área é ainda subdividida em políticas específicas para os setores primário, secundário e terciário da economia. Essencialmente, a Estratégia Econômica trata de compilar as informações básicas necessárias a uma política coerente de desenvolvimento econômico, integrada à política de Segurança Nacional. A *Estratégia Psicossocial* diz respeito, tal como é definida no manual, segundo os objetivos da Política de Segurança Nacional, às instituições da sociedade civil: a família, escolas e universidades, os meios de comunicação de massa, sindicatos, a Igreja, a empresa privada, etc. [...] A *Estratégia Militar* finalmente, deve controlar a Marinha, o Exército, a Aeronáutica e todas as corporações paramilitares da vasta estrutura militar brasileira (ALVES, 1984, p. 44-45).

A ESG consolidou, institucionalizou e disseminou esta Doutrina por uma rede organizada na Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), que promovia cursos, conferências, seminários em todo o país, entre eles Santa Catarina³².

Uma das diferenças da ESG de sua congênere estadunidense, segundo Eliézer Oliveira (1978, p. 21-22) foi a proposta de inclusão de estagiários (alunos) civis de diferentes setores (Ministérios, autarquias, organizações profissionais), sendo o pré-requisito o nível universitário ou equivalente.

Cabia à ADESG a promoção de Ciclos de Estudos, Conferências, Palestras, e como campo organizador dos estagiários que por lá passaram. Em Santa Catarina a ADESG era uma representação vinculada ao Estado do Paraná até o ano de 1970, quando então foi instalada sua sede definitivamente³³. Neste primeiro ano de funcionamento independente foi promovido um ciclo de estudos, que culminou com a publicação do documento intitulado *Ciclo de Estudos sobre Segurança e Desenvolvimento*. O estudo foi composto por um momento conjuntural, um momento doutrinário e a separação em grupos de trabalho para apontar as necessidades básicas, antagonismos e as políticas de consecução para Santa Catarina. Antes de discutirmos a síntese dos grupos de trabalho, apresentamos os temas de algumas das conferências realizadas previamente e transformadas em cadernos impressos, o principal deles impresso pela Imprensa da UFSC. Os cadernos eram intitulados:

- *Panorama infra-estrutural de Santa Catarina: a energia elétrica*, de Júlio Horst Zadrozny;
- *Panorama infra-estrutural de Santa Catarina: as comunicações*, de Alcides Abreu³⁴;
- *Panorama financeiro do Estado de Santa Catarina: agentes financeiros*, de Carlos Passoni Júnior;
- *Política Social*, de Ferdinando de Carvalho et al.; e
- *Panorama Psicossocial de Santa Catarina: a assistência social*, de Maria Zélia Rodrigues.

³² Em 2018 a ADESG-SC conta com Delegacias nas cidades de: 1) Balneário Camboriú; 2) Blumenau; 3) Canoinhas; 4) Chapecó; 5) Criciúma; 6) Florianópolis; 7) Itara; 8) Itajaí; 9) Jaraguá do Sul; 10) Joinville; 11) Lages; 12) Laguna; 13) Rio do Sul; 14) São Bento do Sul; 15) São José; e 16) Tubarão. Seus representantes atuais são advogados; engenheiros; militares; e professores. Ao contrário das 16 delegacias de SC, tanto o Estado do Paraná como o Rio Grande do Sul contam com três delegacias. Consultado em: <http://www.adesg.net.br/delegacias-regionais-sul>. Além disso, Santa Catarina é o sétimo Estado com maior número de formados (3.355), perdendo para SP, MG, RJ, RS, PR e DF. Os três primeiros Estados juntos somam quase metade dos formados. Consultado em: <http://www.adesg.net.br/diplomados-por-estado>.

³³ ADESG. *60 anos: lapidando lideranças!* Revista da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra. Edição Especial Comemorativa Jubileu de Diamantes 1951/2011, p. 46. Disponível em: <http://www.adesg.net.br/arquivos/biblioteca/1334879647.pdf>.

³⁴ Este professor também cursou a ESG em 1973 e era membro do PSD.

Nestes pequenos livros são apresentadas as conferências proferidas durante o Ciclo e dois autores eram professores da UFSC: Alcides de Abreu e Carlos Passoni Júnior.

A síntese dos grupos de trabalho está no caderno *O Estado de Santa Catarina: necessidades básicas, antagonismos, política de consecução*, impresso nas oficinas gráficas da Imprensa Universitária da UFSC em 1971. Além dos vários professores participantes, a impressão na gráfica da UFSC já mostra a colaboração da administração universitária neste tipo de evento.

Neste documento estão os resultados de seis grupos de trabalho de estagiários da ADESG que participaram do ciclo de estudos. O ciclo foi composto de um período “doutrinário”, outro “conjuntural” e finalmente dos grupos de trabalho, os quais ficaram responsáveis por debater temas propostos previamente pela ADESG-SC: *Levantamento das Necessidades Básicas do Estado*, *Levantamento dos Antagonismos que se opõem à sua satisfação* e *Definição dos Objetivos Estaduais Atuais e Respectiva Política de Consecução*.

Esta discussão na ADESG-SC faz parte das estratégias previstas na DSN, que visava, no âmbito estadual e em consonância com as diretrizes nacionais, ao planejamento e a administração do Estado de Segurança Nacional em Santa Catarina, nos seus setores políticos, econômicos, psicossociais e militares. Além disso, esse espaço de formação e formulação também objetivava à formação de quadros para ocupações de postos-chave no governo. Como veremos, temos neste curso o futuro Governador do Estado, Prefeito da Capital, Secretários de Governo, professores de EPB da UFSC, empresários, militares, entre outros.

Os temas foram tratados de maneiras diferentes, conforme o grupo, mas podemos sintetizar segundo os setores acima descritos: Setor Psicossocial (educação, ciência e tecnologia, assistência social, cultura e saúde); Setor Econômico (finanças, indústria, comércio, turismo, pesca, carvão, agropecuária, agricultura, saneamento, energia, comunicações, transportes, urbanização e habitação e recursos humanos); Setor político-administrativo (política microrregional, legislativo, judiciário e executivo); e Segurança Interna (segurança e informações e política militar). Essa classificação se coaduna com a proposta de Golbery do Couto e Silva (1981, p. 253) que separa a análise da conjuntura em fatores políticos, psicossociais, econômicos e militares.

Um dos grupos sintetiza o objetivo do Ciclo, que é trabalhar na perspectiva da DSN articulando segurança interna com desenvolvimento econômico, em consonância com as diretrizes do Governo Federal. Assim, afirmam que:

a Segurança Nacional, como fator paralelo e básico ao desenvolvimento, forma, com êste, o binômio original responsável pela temática dêste Ciclo de Estudos [...] Partindo do binômio Segurança – Desenvolvimento, chegamos a um entendimento comum, no qual o tema deste relatório, deve estabelecer ações a facilitar a Política Estadual de Desenvolvimento para que esta, estando em sintonia com as Metas e Bases para a ação do Governo Federal, possibilite atingir o ideal catarinense (ADESG, 1970, p. 36).

E também apresenta a quem caberia esse papel de norteador da política catarinense, as “elites” catarinenses, pois como o primeiro grupo de trabalho afirmou, “a orientação filosófica, deu-nos o ciclo doutrinário, de cujas palestras concluímos urgente necessidade de *mobilização das elites*, para um trabalho comum, sério, disciplinado e impessoal em favor da comunidade” (ADESG, 1970, p. 5).

O elitismo presente na proposta é recorrente e se coaduna com um tipo de concepção e de atuação histórica que concebe que a efetiva participação política cabe apenas aos considerados iguais, pois “aqui, o consenso burguês concilia a ‘tradição brasileira’, de *democracia restrita* — a democracia entre iguais, isto é, entre os poderosos, que dominam e representam a sociedade civil — com a ‘orientação modernizadora’, de *Governo forte*” (FERNANDES, 1976, p. 348, grifos do autor).

Portanto, neste curso temos o que seria considerada a elite catarinense, entre elas um número significativo de professores da UFSC, formados na DSN, analisando a conjuntura estadual e propondo uma política a ser efetivada. Na relação completa de estagiários daquele ano observamos a composição por militares, eclesiásticos, profissionais liberais, empresários e muitos professores universitários da UFSC, que do total de mais de cem participantes representam aproximadamente 30% dos estagiários.

Vamos identificar, a princípio, apenas alguns que tiveram um papel de destaque na UFSC, seja como ocupante de cargos de direção (Diretor de Faculdade/Centro), professor de EPB, militares, ocupantes de cargos políticos. Podemos destacar os professores, inclusive de diferentes grupos políticos: Oswaldo Rodrigues Cabral, que foi Diretor da Faculdade de Filosofia; Hamilton Nazareno Ramos Schaeffer, que foi Vice-Reitor; General Jaldyr B. Faustino, foi Vice-Diretor da Faculdade de Filosofia e Coordenador de Estudos dos Problemas Brasileiros; Colombo Machado Salles, Governador de SC; Militar Ari de Oliveira, Prefeito de Florianópolis; Major Luiz Felipe Gama D’Eça, do 14º Batalhão de Caçadores; Alcides Abreu, um dos conferencistas; Nilson Paulo, idealizador do Vestibular “Único e

Unificado” da UFSC³⁵; Norberto Ulysséa Ungaretti, Celestino Sachet e Glauco Olinger, Secretários da Justiça, da Casa Civil e da Agricultura, entre outros.

Além de identificar alguns dos participantes e conferencistas da UFSC no Ciclo, nosso objetivo não é dissecar esta política e, por conseguinte, o documento como um todo, por isso, nos restringiremos aos apontamentos que revelam os nexos da Universidade com as necessidades identificadas por esta elite.

Podemos dizer que apesar da Universidade estar enquadrada na DSN na área Psicossocial, suas funções são requeridas nos diferentes setores, como Econômico e Político-Administrativo. Um exemplo é a necessidade de formação de força de trabalho intelectual, pois como discutimos no primeiro capítulo, esta é uma das funções da universidade, para atuar tanto no processo de produção como no controle desse processo social.

Esta necessidade requerida pelo desenvolvimento capitalista é um dos requisitos para o aumento significativo no número de universidades no país, ainda que a maioria tenha sido no setor privado, e também no desenvolvimento da pesquisa e pós-graduação, aí praticamente restrita às universidades públicas. Assim, os estagiários da ADESG afirmam a necessidade de formação de técnicos, seja para a indústria, a agricultura, a pesca, o planejamento etc., ou ainda de “gerentes, administradores e técnicos de treinamento” (ADESG, 1970, p. 8). Assim, reafirmam a importância da UFSC na formação dessa força de trabalho, necessária para o desenvolvimento econômico e das políticas de Estado. Algumas destas necessidades identificadas foram efetivadas, como a criação da Faculdade de Agronomia, uma maior integração universidade-empresa e a celebração de diversos convênios, como veremos a seguir.

Uma das necessidades apresentadas era a implantação de uma Faculdade de Agronomia, o que se concretizou em 1974 e inclusive, como vimos no primeiro capítulo, foi saudada pelo representante da Federação da Agricultura de SC em reunião do Conselho Universitário.

Outro elemento elencado seria a necessidade de aumento dos estágios industriais e uma integração maior universidade-empresa. A UFSC firmou convênio em 18/10/72 com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL)³⁶ (criado pela Federação das Indústrias de SC), para colaboração

³⁵ Na conferência de Ferreira Lima no XXXII Plenária do CRUB citou a experiência da UFSC na elaboração do Vestibular, atribuído ao trabalho deste professor. “Este vestibular [...] foi trabalho de um professor catarinense [...] (Prof. Nilson Paulo)” APA ACE 2225_81_001.

³⁶ Foram vários os convênios firmados com o IEL/FIESC, como veremos adiante.

no funcionamento do Sistema Estadual de Estágio, para que estudantes da UFSC pudessem estagiar nas empresas. A princípio pensado exclusivamente para os estudantes de engenharia, foi ampliado para todos os cursos da instituição.

Ainda ocorreu o incentivo às pesquisas nos setores fundamentais da economia, o que foi sendo feito via convênios, na maioria das vezes com recursos oriundos de fundos ou agências financiadoras públicas, como também destacaremos no capítulo seguinte. Entre eles o papel fundamental da UFSC com as Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC), na construção da eletrificação no Estado, considerada área estratégica.

Quanto à discussão sobre a Segurança Interna foi afirmado, por um dos grupos de trabalho que:

no Estado de Santa Catarina, pacífico por excelência com seu povo muito bem humorado e cordial, não chegamos a sentir esta ação propriamente dita [combate à Guerra Revolucionária] mas, *de seus efeitos, muitos males* [...] a urbana já se faz sentir acentuadamente em todos os setores, muito em particular no *meio estudantil*” (ADESG, 1970, p. 100).

Neste sentido o movimento estudantil foi identificado como o setor a ser vigiado, controlado e reprimido. Temos que levar em consideração a articulação do movimento estudantil com o movimento operário e popular. Essa articulação se manifestava na amplitude da pauta de reivindicações e nas articulações dos movimentos (greves, manifestações), e estava em sintonia com o movimento estudantil nacional, representado pela União Nacional dos Estudantes. Um exemplo foi uma manifestação contra o aumento do valor das passagens de ônibus nos dias 24 e 25/03/1964 na qual os estudantes se juntaram aos populares no centro da Capital e foram reprimidos pela polícia³⁷.

Logo, como veremos no capítulo três, os principais conflitos na Universidade estão relacionados à ação do movimento estudantil, que a despeito das sucessivas legislações cerceadoras, das ameaças e punições, continuou se reconstruindo.

Ainda sobre o setor relacionado à Segurança Interna, é recorrente a importância dada ao serviço de informações, pois “a informação *oferece* segurança, *elimina* a incerteza e *evita* a

³⁷ Mas esta articulação, a despeito de toda repressão que foi desencadeada pós-64 e principalmente pós-68, se repetiu em 1979 na chamada “Novembrada”, quando estudantes e populares se manifestaram contra a visita do Presidente Figueiredo na Capital, e que resultou na prisão de vários estudantes do Diretório Central dos Estudantes e mobilizou a capital do Estado em grandes protestos pela soltura e absolvição dos mesmos. Temos pelo menos uma dezena de documentos do Arquivo Nacional que foram produzidos pelos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Informação e Contra-Informação – SisNI, que versam sobre informes da véspera da visita do Presidente Figueiredo à capital; recortes de jornais sobre o assunto; reuniões de solidariedade aos estudantes presos; campanhas para soltura e absolvição dos estudantes; e sobre o julgamento dos estudantes.

surpresa” (ADESG, 1970, p. 157), tendo em vista seu papel na prevenção à subversão. Sendo identificados setores nos quais a Guerra Revolucionária faz sentir seus efeitos, torna-se necessário um serviço de informações para prevenção, ações para a repressão e uma campanha ideológica de propaganda.

Existe proposta de reformulação da Secretaria de Segurança Pública, de inserção de curso de informações na Escola da Polícia e de ações de propaganda valorizando a função policial, pois um dos antagonismos identificados seria “um ambiente psicológico adverso [...] [e a] incompreensão da população quanto ao papel e finalidade da Segurança Pública e do serviço de informações” (ADESG, 1970, p. 21). Portanto, seria necessário fazer uma “campanha de orientação contra a Guerra Revolucionária” (ADESG, 1970, p. 157).

Verificamos que, independente do Grupo de Trabalho, com observações mais ou menos elaboradas nos diferentes assuntos, houve uma integração entre as propostas dos diferentes grupos, demonstrando que a parte inicial do Ciclo, de certa forma, cumpriu seu papel homogeneizador quanto às análises e as propostas.

Importa ressaltar que neste documento publicado pela ADESG/SC também consta o “Projeto Catarinense de Desenvolvimento – 1971-1974”, elaborado pelo Engenheiro Colombo Machado Salles³⁸, futuro governador do Estado de SC (1971-1974) e professor da UFSC, e que participou, assim como seu secretariado e o Prefeito da Capital, deste curso da ADESG/SC. Dada a própria divisão desse planejamento nos setores acima e sua integração com as propostas dos grupos de trabalho, pode-se afirmar que há uma adequação do planejamento estadual às diretrizes nacionais.

Isso não significa que o planejamento elaborado neste Ciclo de Estudos da ADESG/SC foi colocado em prática, ainda que o próprio futuro governador, o secretariado e seu projeto de governo estivessem plenamente integrados. Mas quanto a UFSC, em muitos aspectos verificamos que ao longo de seu desenvolvimento esteve envolvida, seja por meio de convênios, criação de cursos, formação ideológica e da força de trabalho requerida, nos

³⁸ Consta seu nome como credenciado para possíveis cargos públicos, conforme ACT_ACE_1555_81, documento classificado a princípio como secreto e posteriormente classificado como confidencial, datado de 14/1/78 no qual o assunto é a “RELAÇÃO NOMINAL DE PESSOAS CREDENCIADAS PARA EVENTUAIS PARA CARGOS PÚBLICOS - ESTADO DE SANTA CATARINA” do Serviço Nacional de Informações – Agência Curitiba. Na sua descrição, além dos cargos públicos que ocupou e deste curso da ADESG/SC em 1970, foi selecionado para matrícula em 1975 para o Curso Superior de Guerra da ESG. Ressalta-se que neste documento aparecem os nomes de outros professores da UFSC, como Esperidião Amin Helou Filho, que também cursou a ADESG em 1973.

diferentes temas e necessidades elencadas, formação de quadros para ocupação de postos-chave no governo, além do alto número de professores universitários participantes.

Mas não era só na ADESG que os professores da UFSC se formavam. Anualmente, o Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) solicitava indicação ao reitor (que repassava aos Pró-Reitores e Diretores de Centro) de candidatos para o curso da ESG e fazia a seleção de um dos indicados. Ao candidato escolhido era garantida pela legislação federal³⁹ a passagem de ida e volta e diárias de 30 dias corridos de fevereiro a dezembro para participação no curso. O objetivo era habilitar quadros para funções de direção e assessoria, principalmente para órgãos responsáveis pela formulação, aprimoramento da metodologia e planejamento da Política Nacional de Segurança e Desenvolvimento. Segundo o Reitor Ernani Bayer estes professores geralmente ministravam a disciplina de EPB⁴⁰.

Em 1984 estas indicações são questionadas⁴¹ por professores que entre outras alegações, informam que o valor das diárias para um professor que se licencia para cursar a ESG corresponderia ao valor de cinco bolsas de doutorado no país ou em três meses equivaleria a toda a dotação orçamentária de diárias de um Centro de Ensino. Ressalta-se que um destes professores denunciante, Osvaldo de Oliveira Maciel, foi presidente da Associação de Professores da UFSC (APUFSC) e primeiro presidente da Associação Nacional de Docentes da Educação Superior (ANDES), constantemente vigiado pelos órgãos de informação de dentro e de fora da UFSC⁴².

Estes documentos constam no arquivo do SNI⁴³ e tem origem na Divisão de Segurança e Informações do Ministério de Minas e Energia (DSI/MME). Este documento foi gerado pelo Sistema de Informações no intuito de demonstrar a resistência de determinados setores com objetivo de inviabilizar a participação de professores no curso, o que abriria, segundo os agentes, um precedente para outras universidades e também enfraqueceria a ESG, “uma vez que é na área das Universidades que se realiza a mobilização de *expressivo percentual* de seus estagiários”. Este informe mostra como as ações na Universidade também eram vigiadas por

³⁹ Decreto n. 72.699, de 27/08/73 e 83.396, de 02/05/79.

⁴⁰ Ofício 57/GR/84.

⁴¹ Ofício 001/84/CCB/CUn.

⁴² São inúmeros os documentos dos órgãos de informação sobre a APUFSC e Osvaldo de Oliveira Maciel.

⁴³ AC ACE 40163/84, da DSI/MME tem origem na Assessoria de Segurança e Informações da Eletrosul (ASI/Eletrosul) e foi difundido na Agência Central do SNI. Neste documento constam os nomes dos professores que cursaram o curso da ESG em 1973, 74, 75, 78, 80, 81, 82 e 83. Este informe mostra como as ações na Universidade também eram vigiadas por outras agências de informação e ministérios, neste caso, de Minas e Energia.

outras agências de informação e ministérios, neste caso, de Minas e Energia, e da importância da cooptação dos professores universitários para formulação e disseminação da DSN, sendo, enfim, incorporados aos diferentes setores do Estado. Ressalta-se, no entanto, que os professores além de serem frequentadores dos cursos, também eram disseminadores dessa ideologia, como os conferencistas da UFSC no curso da ADESG/SC.

Mas a ESG foi apenas um entre os vários organismos com financiamento empresarial e estrangeiro que desenvolveu, adaptou e defendeu a Doutrina da Segurança Nacional, como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), o Serviço Nacional de Informação (SNI), entre outros⁴⁴. Em Santa Catarina um dos integrantes do IBAD foi o General Vieira da Rosa, que tinha uma coluna no jornal *O Estado* e que difundia as concepções ideológicas da ESG.

Segundo Padrós (2005, p. 19-25), essa proposta de desenvolvimento e segurança pautou a criação da Aliança para o Progresso (1961), a política de contrainsurgência e foi disseminada através de mecanismos de transmissão como a doutrinação militar, os acordos na área educacional, a indústria cultural, entre outros. Seus conceitos básicos são: “inimigo interno”, “guerra interna”, “subversão”, “contrainsurgência”, “Estado como ser vivo”, “objetivos nacionais” etc. “Os regimes de Segurança Nacional (pese as particularidades de cada Estado nacional) foram o instrumento de reenquadramento dessas sociedades fortemente mobilizadas” (PADRÓS, 2005, p. 20) e indicaram um “estado de guerra permanente” contra um (suposto) “inimigo interno”, que podia ser qualquer indivíduo ou organização armada, política ou social de oposição aos interesses da ordem vigente.

Doutrina essa que rejeitou a ideia da divisão da sociedade em classes, pois contradizia um elemento essencial da sua formulação que era a noção de “unidade política”, e o reconhecimento das classes seria o reconhecimento do conflito e a quebra dessa suposta unidade harmônica. Segundo Padrós (2005, p. 52-55), eliminando o conflito pretendia-se identificar o Estado com a Nação ou a Pátria.

Além da reafirmação da Pátria (Nação) como unidade, destaca-se a função disciplinadora que está implícita na sua aceitação. Trata-se de formar as novas gerações inculcando-lhes valores como fidelidade, docilidade, obediência e disciplina (p. 54-55).

⁴⁴ Sobre esse aspecto, a obra de Dreifuss (1981) comprova a articulação de setores civis e militares na construção e preparação para o golpe de Estado.

No preâmbulo do Ato Institucional nº 1, de 09 de abril de 1964⁴⁵, entre as justificativas para o golpe de Estado, em seu segundo parágrafo se auto representa como “A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, *mas o interesse e a vontade da Nação*”. Aqui além de autointitular-se como “revolucionários”, se autoconclamam como os legítimos representantes dos interesses da Nação. E adiante identificaram os “inimigos internos” como os “bolsões comunistas” que se infiltraram na cúpula do governo e na administração. Não obstante, chegaram a afirmar que o governo de João Goulart estava “bolchevizando” o Brasil. Este ato é um exemplo da doutrina de segurança e desenvolvimento: construção dos golpistas como representantes da vontade geral; criação da Nação como uma unidade; construção do “inimigo interno” a ser combatido; a suspensão das garantias constitucionais; e dos direitos políticos.

Com o golpe, conforme Ianni (1984, p. 93-101), a ditadura (i) bloqueou e destruiu as conquistas democráticas que vinham se realizando desde a derrubada do Estado Novo, e por isso organizou-se de forma brutal para destruir essas conquistas, destruir partidos, sindicatos, ligas camponesas, liberdades de imprensa, de ensino e pesquisa, entre outras; (ii) Adotou medidas de cunho social, educacional, político, econômico e cultural que aceleraram o processo de “modernização conservadora”. Tanto no campo como na cidade o capitalismo desenvolveu-se de forma intensiva e extensiva, sob o lema “segurança e desenvolvimento”; (iii) A ditadura militar é a dimensão mais visível de um bloco de poder formado pela burguesia estrangeira e nacional [grande burguesia financeira e monopolista] e que consolida seu poder no estado. “Tanto o planejamento governamental como a dimensão da violência estatal, a repressão e a censura, toda a vasta máquina do Estado, todo esse poder foi posto a serviço da acumulação capitalista” (IANNI, 1984, p. 94). O militarismo que assume o poder expressa uma face especial da luta de classes no Brasil e no âmbito internacional.

Sintetizando, Padrós (2005, p. 52) afirma que as ditaduras latino-americanas, baseadas na Doutrina de Segurança Nacional [de segurança e desenvolvimento], têm em sua origem dois elementos fundamentais: o primeiro pela repressão decorrente da pressão do capital internacional e elites locais para imposição de um novo modelo de acumulação; e o segundo como resultado do avanço dos projetos reformistas ou revolucionários que resultaram na radicalização das contradições de classe.

⁴⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm.

Dessa forma que se desenvolveu, segundo Padrós (2005), uma guerra contra o “inimigo interno”, permanente, “total” e, conseqüentemente, “suja” - ou seja, ilegal e clandestina que exigiu o confronto total com a oposição, sem compromissos ou negociações e que terminaria com a destruição total e permanente do adversário, representando os interesses das frações burguesas nativas vinculadas como associada subordinada ao capital internacional e que consolidaram, do ponto de vista econômico:

a internacionalização da economia, a aplicação das receitas do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, o crescimento do endividamento externo, a concentração de renda e a exploração das “vantagens comparativas” (sobretudo a baixa remuneração da força-de-trabalho) (PADRÓS, 2005, p. 21-22).

Politicamente, o objetivo era aprofundar a associação com os Estados Unidos, destruir o “inimigo interno”, impor uma disciplina para garantir a estabilidade política e a desmobilização e despolitização, assim:

destruir as organizações revolucionárias; desmobilizar e despolitizar os setores populares; aprofundar a associação com os EUA e os aliados internos da região; enquadrar os espaços político-institucionais (partidos, Congresso, sindicatos, grêmios estudantis, etc.); impor uma ordem interna disciplinadora de segurança e estabilidade; esvaziar o pluralismo político e interromper a dinâmica eleitoral (PADRÓS, 2005, p. 22).

E assim, o Estado organiza-se segundo a Doutrina da Segurança Nacional e Desenvolvimento, pondo e repondo na história da revolução burguesa o problema do Estado forte. Como já afirmado, no caso brasileiro os processos de transição não significaram uma ruptura definitiva com o passado e a atuação tendencialmente de forma autocrática e reacionária da burguesia nativa fazia parte do seu estilo de atuação histórica, identificando os setores subalternos como principais inimigos. Nesse sentido, uma Doutrina que coloca a necessidade de um Estado forte, que promova a defesa contra os “inimigos internos” já encontra terreno fértil para se desenvolver pela própria história de atuação da burguesia nativa.

Dessa forma, sob o monopolismo e de acordo com a posição de cada Estado na divisão internacional do trabalho, o Estado pode abarcar formas que vão desde políticas como o keynesianismo até a organização do Estado fascista, ou ainda abarcar formas como as ditaduras civis-militares calcadas na DSN que tomaram conta da América Latina a partir da década de 1960. E foi essa doutrina o fundamento teórico justificador para a edificação do

Estado que deveria proteger a sociedade nacional, mascarando assim a sua essência autocrática, antidemocrática, capitalista, anticomunista e pautada no avanço contra as classes subalternas como forma de resolução da carência de hegemonia entre os grupos dominantes nacionais e modernização conservadora.

Entre as funções pertinentes a esse Estado, segundo Padrós (2005, p. 64-73) destacamos a função coercitiva e o monopólio do uso da violência, dentro dos marcos constitucionais, e que tem como suporte instituições como o exército, a polícia, o ministério público, tribunais, prisões, dentre outras.

A violência é intrínseca ao funcionamento do capital (a expropriação dos meios de produção e exploração da força de trabalho para produção e reprodução ampliada de mais-valia), e monopolizada pelo Estado dentro de marcos legais. E em momentos de crise aguda, no qual nenhuma fração de classe tinha condições de se impor às demais, é que a burguesia nativa define sua lealdade, tarefas e missão histórica, cujo objetivo tornou-se consolidar seu poder pelo fortalecimento das estruturas e funções nacionais da dominação de classe, na qual seus interesses fossem universalizados, impostos a toda a comunidade nacional por mediação do Estado e tratado como se fossem interesses universais de toda nação. É nesse momento que a violência extrapola os marcos constitucionais e passa a ser uma necessidade dos setores dominantes, pois como afirma Mészáros (2005 p. 44, grifos nossos):

trata-se de uma questão de ‘internalização’ pelos indivíduos – tal legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas ‘adequadas’ e as suas formas de conduta ‘certas’, mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno. Enquanto a internalização conseguir fazer o seu bom trabalho, assegurando os parâmetros reprodutivos gerais do sistema do capital, a *brutalidade e a violência podem ser relegadas a um segundo plano* (embora de modo nenhum sejam permanentemente abandonadas) posto que são modalidades dispendiosas de imposição de valores, como de fato aconteceu no decurso do desenvolvimento capitalista moderno. Apenas *em período de crise aguda volta a prevalecer o arsenal de brutalidade e violência, com o objetivo de impor valores, como demonstraram em tempos recentes as tragédias dos muitos milhares de desaparecidos no Chile e Argentina.*

Assim, Padrós (2005), baseado na análise de James Petras, afirma que era necessário reordenar a superestrutura às novas necessidades econômicas da burguesia nativa associada ao capital internacional cuja estratégia de enquadramento segue, em geral, as seguintes fases:

- 1) Destruição dos movimentos sociais e das instituições populares.
- 2) Consolidação do Terror de Estado e recomposição dos setores dominantes que controlam a direção do processo de acumulação.

3) Implementação, através da força, de novo processo de acumulação pela canalização de empréstimos para investimentos nos setores que sustentam o regime. Na medida em que isso ocorre, a dinâmica social se estabiliza e o poder econômico retoma sua dominância, diminuindo a necessidade e a funcionalidade do terror. Este perde sua autonomia relativa, subordinando-se às regras do mercado e retornando a um limite institucional-legal, onde reassumem um perfil de força ostentatória, intimidatória ou de controle.

4) Acirramento de contradições entre as orientações local e internacional do Terror de Estado, em função das crises econômicas profundas, abrindo um cenário de novas possibilidades onde o ressurgimento do movimento social pode induzir uma nova escalada repressiva ou uma retirada tática negociada mediante processos eleitorais nos quais os aparatos repressivos se retraem” (PADRÓS, 2005, p. 75).

Por trás da autojustificadora Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento da “guerra interna”, temos na verdade uma “guerra suja” utilizada para enfrentar um agudo questionamento que se dá pelo embate político e social. Mas destacamos que não é só pela brutalidade e violência que a DSN se manifesta. Uma possibilidade sempre implícita é a cooptação de adesões ou pelo menos a indução de atitudes de passividade ou indiferença, que já se torna um grande trunfo e uma forma mais “econômica” de afastar eventuais contestações ou resistências.

Nesse sentido adiante discutiremos como foram utilizados os diferentes mecanismos preconizados na DSN nas universidades, pelas diferentes formas de repressão, controle, vigilância e cooptação, além da moldagem da universidade enquanto instituição com fins ideológicos e comportamentais, além dos econômicos já mencionados no capítulo 1 e de estruturação, os quais serão mencionados no capítulo 3.

Assim, a intervenção na sociedade e o golpe de Estado eram objetivos mais diretos e imediatos para resolução da crise do poder burguês e da destruição da mobilização, justificando-se na construção do “inimigo interno” (real ou imaginário) e interrompendo a transmissão da experiência de mobilização política e da consciência crítica para novas gerações e a sua formação não só distante destas experiências, mas de forma acrítica e passiva.

Portanto, existem objetivos políticos e econômicos a serem atingidos a curto, médio e longo prazo: a resolução da crise do poder burguês através da unificação da burguesia por meio do poder político; a interrupção do processo de democratização e a destruição de qualquer forma de organização dos setores subalternos (sindicatos, organizações rurais, entidades estudantis, associações, partidos etc.); a transição para o capitalismo monopolista através do desenvolvimento desigual interno; o ambiente de estabilidade requerido pelo capital internacional para exploração da força-de-trabalho e seu disciplinamento; a nova

modelação das instituições; o combate a qualquer projeto que questione o sistema do capital, em especial o comunismo; a interrupção da transmissão da experiência de mobilização política entre as gerações; a formação ideológica das novas gerações de forma acrítica e passiva; entre outros.

Segundo Padrós (2005) o terror, como forma específica de poder, tem duas dimensões destacadas: a comportamental e a ideológica, que tem como objetivos, cada uma:

A comportamental: a imposição da adaptação da população ao novo padrão de comportamento político desejado e a obediência absoluta às diretrizes dos setores que detém o controle do poder. A segunda, ideológica: molda as instituições a fim de obter, mediante mecanismos de cooptação, uma obediência voluntária que permita conformar novos sujeitos políticos (PADRÓS, 2005, p. 87).

Como visto acima e afirma Poulantzas (1980, p. 94),

[...] a repressão jamais é pura negatividade: não se esgota nem no exercício efetivo da violência física, nem em sua interiorização. Há na repressão outra coisa da qual raramente se fala: os mecanismos do medo. Mecanismos materiais e nada subjetivados; chamei-os teatralidade do Estado moderno, verdadeiro Castelo de Kafka.

Houve, portanto, uma combinação de violência direta (ativa) e de uma violência irradiada (potencial), que tinham por objetivo produzir o medo e “educar”, através do exemplo, na passividade, submissão, indiferença e cooptar para a colaboração, se fosse possível. Como afirma Ianni (1984, p.19, grifos nossos):

Desde 1964, sob a ditadura militar, muito da problemática da revolução burguesa e do caráter autoritário do Estado se recolocou de forma escancarada, brutal. Nesse tempo, o Estado fascista se impõe e sobrepõe às classes e grupos assalariados, às regiões e aos “cidadãos”, como um vasto bloco de poder articulado segundo as exigências da grande burguesia financeira e monopolista (estrangeira e nacional). É tão acentuado o divórcio entre o Estado e a maioria da sociedade civil, que *o povo se sente estrangeiro no próprio País; emigra para dentro de si mesmo.*

Assim, a violência foi exercida em nome da “ordem e progresso”, como garantidor da paz e da segurança contra o “inimigo interno” e com objetivo de desenvolver a economia. E assim, buscou legitimar-se através da DSN que ampliou o escopo da defesa contra países estrangeiros para o “inimigo interno” e criou todo um aparato jurídico, tanto para moldar as

instituições (como a Contrarreforma Universitária), como também justificador dos atos criminosos cometidos (como os atos institucionais e a propaganda).

No combate ao suposto inimigo todos os meios eram justificáveis. Como nos aponta Lucas Figueiredo (2005), numa conferência para a Escola Superior de Guerra (ESG) em 1965, João Batista Figueiredo, então segundo homem no comando do Sistema Nacional de Informações (SNI) [e posteriormente o último presidente militar da ditadura], explicou que o SNI estava sendo erguido para combater o comunismo com todos os meios, inclusive os *ilegais* - chamados de trabalhos clandestinos.

Mas o SNI era apenas um entre tantos órgãos utilizados para o que Mansan (2014) denominou como sistema de controle social da educação superior na ditadura, e era composto por quatro elementos independentes, mas interligados, muitas vezes exercidos pelos mesmos organismos: (1) a vigilância, (2) a repressão, (3) a propaganda e (4) a formação de intelectuais.

Nesse sentido Mansan (2014) identificou os seguintes organismos que atuaram em várias dessas frentes:

- (1) o do SNI (formado por agentes civis e militares);
- (2) o das polícias civis (incluídos aí os DOPS e a Polícia Federal);
- (3) o dos órgãos militares de informações (segundas seções, escritórios dos adidos, CIE, CENIMAR e CISA);
- (4) o do sistema DOI/CODI, composto por agentes civis e militares e formado a partir da experiência da OBAN (MANSAN, 2014, p. 75-76).

Além desses setores, atuaram na educação superior também o Ministério da Educação (MEC), seja através da Divisão de Segurança e Informação (DSI/MEC) e das Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESIs) instaladas nas próprias universidades, seja pela criação em 1969 da Comissão de Investigação Sumária do MEC (CISMEC). Destacamos ainda os grupos paramilitares de ação clandestina, como o Comando de Caça aos Comunistas.

Para nossos propósitos, será mais útil apresentar, na lógica proposta por Motta (2014), mostrando as relações entre as diferentes ações, que eram realizadas muitas vezes pelos mesmos organismos e se confundiam. Portanto, no próximo item apresentaremos o funcionamento dessas estruturas na universidade e exemplificaremos a partir da análise do relatório de três Comissões da Verdade Universitárias constituídas logo após a formação da Comissão Nacional da Verdade e que publicaram seus relatórios até 2015, quais sejam: Universidade de Brasília (UnB); Universidade de Campinas (Unicamp); e Universidade Federal da Bahia (UFBA). E também trabalharemos com o Relatório provisório da Comissão

da Memória e Verdade da UFSC, que ainda não foi publicado e documentos produzidos pelo Sistema Nacional de Informações.

A escolha dessas três primeiras comissões foi feita pela representatividade de modelos universitários brasileiros e por sua criação em distintos períodos. A UFBA por ser fruto da junção das faculdades isoladas, e que data do ano de 1946, exemplifica o modelo de universidade baseado no sistema de cátedras, com currículo rígido o qual o movimento estudantil lutava para transformar. A UnB foi criada dois anos antes do golpe (1962), quando a capital federal já tinha sido transferida para Brasília, a partir do modelo departamental e como projeto inovador da nova universidade brasileira. E a Unicamp, uma universidade estadual paulista, constituída dois anos depois de instaurada a ditadura (1966) e cujo primeiro reitor foi Zeferino Vaz, o primeiro interventor na UnB. E a UFSC, por ser o objeto de estudo nesta dissertação.

Antes de adentrarmos na discussão, cabe a explicitação dos motivos pelos quais optamos por trabalhar com os resultados apresentados pelas Comissões da Verdade. As Comissões têm como finalidade assegurar o direito à memória e ao esclarecimento dos fatos (verdade) em relação às violações dos direitos humanos. Além disso, tiveram acesso a uma parte importante da documentação dos setores estatais e aos depoimentos/entrevistas com personagens centrais no período e que, de alguma maneira, foram atingidos pelo amplo sistema repressivo.

Quanto às fontes, todas as comissões trabalharam com os depoimentos dos perseguidos, em alguns casos com entrevistas ou com depoimentos em audiências públicas. No caso da Unicamp, esse foi o único tipo de fonte, o que destoa das demais comissões que, além de colherem depoimentos, também buscaram complementar sua análise com documentos internos e externos à instituição e algumas vezes, de material da imprensa.

Na UFBA foram consultados documentos do Arquivo Geral, correspondência sigilosa do Gabinete do Reitor, atas das Congregações, algumas Faculdades e do Conselho Universitário, além de documentos guardados e entregues por depoentes. No caso da UFBA houve uma análise específica da Congregação de Direito na qual trabalharam com outras fontes documentais, como inquéritos e investigações policiais, correspondências e ofícios entre a ASI e a Direção da Faculdade, e entre esta e a Reitoria; ofícios do 6º Comando Militar e da Delegacia Regional da Polícia Federal ao Reitor da UFBA.

Na UnB a Comissão teve como fontes os documentos do Arquivo Nacional relacionados ao: Fundo ASI-UnB; Fundo CISA; Fundo SNI e outros. Documentos do

Arquivo Central da UnB; do Setor de Pessoal/CD; o Arquivo Público do Distrito Federal; o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e o Acervo do Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado. “A Comissão também trabalhou com acervos jornalísticos de veículos de imprensa da época e com arquivos judiciais e policiais disponíveis no fundo Brasil Nunca Mais” (Relatório UnB, 2015, p. 14).

Na UFSC a Comissão teve uma variedade enorme de fontes, de dentro da própria Universidade (Arquivo Central, Agência de Comunicação, Biblioteca Central, Centro Acadêmico XI de Fevereiro do curso de Direito, Diretório Central dos Estudantes, Gabinete da Reitoria, Laboratório de Fotojornalismo do curso de Jornalismo, Laboratório de História Oral e TV UFSC) ou de outras instituições no Estado: TV Floripa, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Biblioteca Pública de Santa Catarina, Casa da Memória de Florianópolis, Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Comissão Estadual da Memória, Comissão Interna do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), União Catarinense dos Estudantes (UCE) e Fundação Vidal Ramos.

Assim como as demais Comissões, também utilizou o acervo do Arquivo Nacional - Brasília e Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado de São Paulo - acervo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP), Arquivo Público do Estado do Paraná - acervo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Paraná (DEOPS-PR), Brasil Nunca Mais, Cinemateca Brasileira e Instituto João Goulart. Além destas fontes, também teve acesso a diversos acervos privados (pessoais).

Ainda temos que ressaltar que uma preocupação das diferentes comissões foi a realização de audiências públicas para tomada de depoimentos, para discussão do tema, a elaboração de material de divulgação, ou seja, a tentativa de disputar a memória social referente ao período trazendo à tona as informações e análises realizadas a partir da vasta fonte trabalhada. Destaca-se que o acesso a esta documentação ainda é um grande empecilho àqueles que pretendem compreender o período e que as Comissões também tiveram muitas dificuldades em relação a isso. As documentações das ASI e das respectivas instituições são um exemplo disso, pois segundo Motta (2014, p. 338-339), muitos desses documentos foram literalmente queimados ou recolhidos por organizações militares e, possivelmente, estejam escondidos até os dias de hoje.

Com algumas peculiaridades, os relatórios das diferentes Comissões tiveram uma estrutura que segue o mesmo padrão, com uma breve apresentação, a informação sobre as

fontes utilizadas e as atividades desenvolvidas, um balanço sobre a repressão e outro sobre a resistência, as considerações finais e finalmente as recomendações.

Muda a forma de exposição, como, por exemplo, a Comissão da UnB que trabalha primeiro com a discussão por meio da periodização (assim como a linha do tempo da Comissão da Unicamp), depois por eixo temático (da repressão e resistência) e “das vidas” (atingidos por ações da ditadura), mas a lógica interna é sempre a mesma. Ressalta-se que a Comissão da UFBA abre um item específico para a atuação da vigilância interna à instituição (a ASI), que teve uma atuação intensa. A Comissão da UFSC, além da contextualização, da repressão e resistência, tem dois itens específicos: um sobre a reforma universitária, dado o papel central da UFSC neste projeto e outro sobre “casos esquecidos” e “histórias singulares”. Também finaliza com uma linha do tempo. Ressaltamos que o Relatório Final da CMV-UFSC nos foi disponibilizado, mas ainda não foi publicado.

As instituições de ensino superior apesar de estarem conectadas ao processo de produção e reprodução social também são espaços onde se explicitam as contradições fundamentais do capital e a universidade brasileira na década de 1960 era um espaço de organização do movimento estudantil e dos professores críticos e progressistas, que pressionavam pela democratização da universidade e da sociedade, o que só seria possível rompendo com o padrão de desenvolvimento dependente.

Diversos estudantes militaram no movimento estudantil pela reforma universitária até a decretação do AI-5 em 1968 e vários passaram a integrar organizações clandestinas que tiveram atuação no pós-64. Além de todos os aspectos já destacados da importância estratégica das universidades, também por isso, as universidades eram *locus* da repressão pelo Estado golpista. Coabitaram nas universidades a cooptação e a coerção!

Para fins expositivos apresentaremos como foram instrumentalizados nas Universidades, em especial na UFSC, os mecanismos de disputa ideológica, controle, vigilância e repressão, como preconizados na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. No caso da UFSC, além do trabalho da CMV-UFSC também utilizaremos fontes primárias com as quais trabalhamos para esta dissertação.

2.2 As universidades e os mecanismos de cooptação, vigilância e repressão

A primeira medida após o golpe de Estado foi a edição do Ato Institucional nº 1, em 09 de abril de 1964 com a cassação de direitos políticos e a suspensão das garantias constitucionais de estabilidade:

Art. 7º - Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade.

§ 1º - Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República [...]

Art. 10 - No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos.

Foi publicada a lista de cassações de direitos políticos como anexo do AI-1 que incluía 102 nomes de parlamentares, políticos, sindicalistas, intelectuais, militares, entre outros.

A Câmara dos Deputados publicou em 2000 a pesquisa *Atos institucionais: sanções políticas*⁴⁶, que utilizou os Diários Oficiais para compilar os nomes e seus respectivos tipos de sanção política. Ironicamente, no momento da publicação deste documento o Presidente da Câmara dos Deputados era Michel Temer, o golpista da vez, que fez a apresentação do documento informando que constam os nomes de mais de 4800 pessoas atingidas pelo golpe.

Com a publicação *Atos Institucionais: sanções políticas*, a Câmara dos Deputados leva ao conhecimento público um trabalho de pesquisa, organização e edição que reúne os nomes de mais de 4.800 pessoas atingidas pelo golpe de 1964 e pelos governos do período militar, com a cassação do mandato, suspensão dos direitos políticos, aposentadoria, reforma e banimento. Trata-se de uma lista dolorosa, cuidadosa e pacientemente organizada pelo então Secretário-Geral da Câmara dos Deputados, Paulo Afonso Martins de Oliveira, que recortava os atos punitivos, um por um, à medida que eram publicados no Diário Oficial da União. Foram centenas, se não milhares, de decretos e medidas editados pelos chefes militares no período de 1964 a 1978, quando o regime implantado e mantido pela força era senhor da vida e do destino dos cidadãos (OLIVEIRA, 2000, p. 10).

⁴⁶ A pesquisa conduzida por Paulo Afonso Martins de Oliveira foi publicada em 2000 pela biblioteca digital da Câmara e utilizou os Diários Oficiais para compilar os nomes e seus respectivos tipos de sanções. O documento é organizado por nomes em ordem alfabética e também por tipos de sanções, que apresentamos a seguir: aposentadoria; banimento; cassação de aposentadoria; cassação de disponibilidade; cassação de mandato; confisco de bens; demissão; destituição de função; dispensa de função; disponibilidade; exclusão; exoneração; reforma; rescisão de contrato; suspensão de direitos políticos; e transferência para a reserva. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/6384>

Se levarmos em consideração que nem todas as formas de perseguição foram registradas como tal e constam no Diário Oficial, presume-se que esse número é potencialmente muito maior.

Relacionada à UFSC, tivemos acesso via documentação do Serviço Nacional de Informações – Agência Curitiba da lista dos *Funcionários do Estado de Santa Catarina, atingidos com base nos Atos da Revolução de 1964 e punidos por decisão do Governador do Estado* (ACT ACE 3103_82_001).

Já Motta (2014) apresenta uma lista, a partir de documentos da embaixada estadunidense, de 20 a 30 mil pessoas detidas no momento do golpe, sem precisar o número de universitários nesse universo.

Com base nos dados colhidos pela embaixada [estadunidense] e alguns consulados, pode-se estimar entre 20 mil e 30 mil o número de pessoas detidas no momento do golpe. [...] não há como saber com precisão quantos universitários e professores figuraram nas listas de presos, mas o número deve ter sido expressivo (MOTTA, 2014, p. 26).

Além das cassações que atingiram diversos setores, inclusive universitários, nas universidades foi deflagrada a “Operação Limpeza” imediatamente após o golpe, pois logo depois dos sindicatos e organizações rurais, segundo Motta (2014, p. 23-35) as universidades foram as instituições prioritárias de intervenção, já que identificadas como locais de proselitismo de propostas revolucionárias e recrutamento de militantes para a esquerda.

Ainda que a universidade tenha sido considerada local de proselitismo, diversos setores acadêmicos apoiaram o golpe, com aprovação de moções de apoio em colegiados e o fornecimento de quadros políticos para o Estado.

Esse foi o caso da UFBA, na qual diferentes congregações aprovaram moções de apoio ao golpe de Estado, como se verá a seguir no caso da Escola Politécnica e Faculdade de Filosofia:

Em reunião de sete de abril de 1964 a Congregação da Escola Politécnica, com a presença de 24 docentes, aprovou moção às Forças Armadas “por sua posição nos últimos acontecimentos políticos na vida nacional”. Apenas três dos professores votaram contra [...] (Comissão UFBA, 2014, p. 10).
Exprimindo o pensamento predominante nos órgãos dirigentes da UFBA, o diretor da Faculdade de Filosofia, Aristides da Silva Gomes, enviou ofício, em 27 de abril de 1964, ao General Comandante da VI Região Militar, Manoel Mendes Pereira, informando que o Conselho Departamental da Faculdade de Filosofia “aprovou um voto de congratulações com as gloriosas Forças Armadas pela sua decisiva atuação no movimento redentor de 31 de março” (Coordenação de Arquivos e Documentos/UFBA, Série

Memória e Verdade/Ditadura Militar, RP00005) (Comissão UFBA, 2014, p. 12).

Ou ainda o caso da UFSC, que comemorou o primeiro e segundo aniversários da “Revolução”, a despeito de no seu primeiro Estatuto estar previsto que “A Universidade abster-se-á de promover ou autorizar quaisquer manifestações de caráter político”, o que somente seria utilizado após o golpe para os setores considerados subversivos. No caso de apoio ao golpe, a postura seria diferente, como o envio de telegramas enaltecendo o golpe, como pode ser visto no dia 29/03/65, sendo foi aprovado o envio de telegrama em nome da UFSC e do Conselho Universitário comemorando o aniversário da Revolução pelo *reestabelecimento do princípio da ordem e autoridade* que permitiu que professores e alunos cumprissem sua missão *sem movimentos subversivos* que tanto prejudicam a mocidade. E no 2º aniversário da “Revolução” enalteceu “aqueles que *baniram* para sempre os corruptos e os *subversivos* dando ao País um clima de tranquilidade” (Ata do CUn de 31/03/66, livro 2, p. 376).

Retomando a “Operação Limpeza” logo após o golpe, segundo Motta (2014, p. 23-64), as autoridades incumbiram às próprias instituições públicas de investigar seus servidores, pois essa era uma das ações previstas no AI-1, a criação de Comissões de Inquérito ou Sindicância dentro das instituições. No dia 19 de abril de 1964 o Ministro da Educação editou a portaria nº 259 e encaminhou aos reitores determinando que as universidades instaurassem inquéritos administrativos por meio de investigações sumárias e a partir daí, coube a cada instituição constituir suas próprias comissões e definir internamente a sua forma de funcionamento. Interessa perceber que não houve o devido direito de defesa no caso das “investigações” dos servidores públicos, partindo-se da presunção de culpa, nesse caso, de “subversão”:

Ao contrário dos inquéritos que tramitaram nas Justiças Militar e Civil, os processos de expurgo no serviço público não respeitaram o devido direito de defesa dos acusados, afastados a partir da presunção de serem subversivos ou corruptos (MOTTA, 2014, p. 55).

Variava muito a composição, a forma de indicação de membros, o funcionamento, o grau de “transparência” e o resultado das Comissões. Houve comissões compostas de três membros (USP) até quinze membros (URGS⁴⁷). No primeiro caso os membros foram indicados diretamente pelo reitor e sem consulta ao Conselho Universitário, buscando atuar de

⁴⁷

Na época a sigla da Universidade Federal do Rio Grande do Sul era URGS.

forma secreta e sem ouvir os acusados. No segundo caso, foram indicados membros de praticamente todas as unidades acadêmicas divididas em subcomissões e com a adoção de procedimentos burocráticos, como a confecção de atas, por exemplo. Diferente do caso da USP, segundo Motta (2014), a comissão da URGS tomou depoimentos dos acusados, mas no final, o resultado foi o mesmo, pois apesar dos depoimentos eles não foram levados em consideração para a decisão.

No caso da UFSC foram formadas mais de uma Comissão de Inquérito em decorrência do AI-1⁴⁸. Uma Comissão de Inquérito para apurar atividades subversivas de professores, funcionários e estudantes, uma segunda Comissão específica para os funcionários da Reitoria e uma terceira para os estudantes latino-americanos que estudavam na UFSC.

A Comissão de Inquérito⁴⁹ para investigar professores, funcionários e estudantes foi constituída pelo professor Vitor Lima (Presidente), Antônio Moniz de Aragão e Ernesto Bruno Cossi e, posteriormente, por Roberto Mundel de Lacerda, futuro Reitor da UFSC. Esta Comissão solicitou relatórios dos Diretores de cada uma das Faculdades sobre as possíveis atividades subversivas a serem encaminhadas a esta Comissão. Contou ainda com depoimentos e documentos da Reitoria, do DOPs, do 14º Batalhão, do Comando do 5º Distrito Naval e Secretaria de Segurança Pública. Segundo o Relatório da Comissão da Memória e Verdade da UFSC:

Era possível deparar-se com militares transitando pelas faculdades, especialmente pelos corredores do “*Palácio da Reitoria*”, haja vista o desabrido entrelaçamento dos trabalhos investigativos entre civis e militares, com intensa troca de informações então tidas como “*confidenciais*”. Papéis com nomes e dados pessoais de professores, alunos e funcionários passavam da Universidade para os militares e destes, acrescidos de informações sigilosas, para a Universidade, numa perturbadora e insana ciranda acusatória (Capítulo 2, Relatório CMV-UFSC, s/p).

⁴⁸ Está sob a guarda do Arquivo Central da UFSC o Fundo Aberto intitulado “Comissões de Inquérito” que abrange o período de 1964-1985, composto por duas caixas. Além das CI formadas em 1964 em decorrência do AI-1, e que sumariaremos brevemente, foram formadas ainda as seguintes CI: 1) para apurar trabalhos elaborados por alunas do Colégio de Aplicação para a disciplina de História Geral cujo assunto abordado foram as “causas do sub-desenvolvimento” em 1970; 2) Comissão de Sindicância instituída para apurar ocorrências no Posto da Caixa Econômica Federal em 1974; 3) averiguar situações denunciadas referentes à tráfico de drogas envolvendo alunos da UFSC em 1974; 4) Comissão de Sindicância encarregada de apurar o desaparecimento de uma máquina de escrever em 1977; e 5) Apuração de fatos envolvendo desvio de carga por servidor lotado no CAC em 1985.

⁴⁹ Portaria 79/64 de 02/05/64.

A segunda Comissão foi formada especificamente para “instauração de processo de investigações [...] contra funcionários *da Reitoria* da Universidade de Santa Catarina” (Portaria 11/64 CI de 19/05/64, grifos nossos). Assim, investigou especificamente funcionários da Reitoria que eram suspeitos ou haviam sido mencionados em alguma documentação oriunda do DOPs, do 14º Batalhão de Caçadores ou do Comando do 5º Distrito Naval, e por isso os mesmos foram investigados.

Neste sentido se percebe a estreita relação entre as Comissões de Inquérito e os distintos setores de informação e repressão no Estado que são mantidas, além da troca de informações e retroalimentação destes setores. A Comissão de Inquérito pede informações de órgãos externos sobre determinados indivíduos considerados suspeitos, e a depender da resposta e das investigações, devolve a estes órgãos externos para abertura de Inquéritos Policiais Militares (IPMs), como veremos a seguir. Em alguns outros casos são os próprios órgãos externos que encaminham nomes para a Comissão abrir processo de investigação, e em caso de confirmação dentro da UFSC, devolvido a estes órgãos. Nas investigações dentro da UFSC esteve à disposição desta Comissão um secretário, três datilógrafos, um porteiro e três motoristas. Foi inclusive solicitado um laudo de um perito grafotécnico para verificar a autenticidade de assinaturas em manifestos.

No mínimo, um caráter espetaculoso, que mobilizou os Diretores de todas as Faculdades, os Presidentes de todos os Diretórios Acadêmicos, além de ouvir depoimentos de centenas de pessoas, entre professores considerados idôneos como testemunhas (como Maria Carolina Gallotti Koerig⁵⁰, presidente da Campanha da Mulher pela Democracia e o Reitor Ferreira Lima) ou os investigados.

O caráter sigiloso das atividades da Comissão pode ser demonstrado na resposta a um dos investigados, José do Patrocínio Gallotti, que estava preso no 14º BC⁵¹, ao que o relator informou que “dado o caráter sigiloso dos trabalhos desta Comissão, indefiro pedido. Oficie-se ao requerente dando ciência do despacho. (ass) Antônio Moniz de Aragão” (Ofício 108/64 de 02/06/64). Portanto, apesar de todos saberem da existência das Comissões e de todo este trabalho realizado durante quarenta e cinco dias, suas atividades eram sigilosas. O resultado

⁵⁰ No prontuário de Ernani Bayer, um dos investigados na segunda CI sobre funcionários da reitoria, consta: “Segundo depoimento da Professora D^a MARIA CAROLINA GALLOTTI KEHRIG, em 25/05/64, o fichado esteve em CUBA. (Ofício n. 101/64- do Presidente da Comissão de Inquérito ao Cmt do 5º DN)” (ACT ACE 2857_82). Ressalta-se que Ernani Bayer tornou-se posteriormente Reitor da UFSC, mas sempre foi alvo da desconfiança dos setores de informação, e durante sua gestão, acusado de leniente com os movimentos. A acusação relaciona-se a uma viagem a Cuba realizada antes do golpe.

⁵¹ Não localizamos o documento do Professor José do Patrocínio Gallotti.

foi o indiciamento de alguns estudantes e funcionários, mas localizamos ainda ofícios encaminhados para setores militares com indicação de possíveis suspeitos que, dado o prazo exíguo, não puderam ser investigados pela Comissão, como o caso do Professor Armen Mamigonian⁵².

Ao final dos trabalhos, a CI deliberou pelo *indiciamento* dos estudantes Francisco Mastella, Rogério Queiroz, Eduardo Luiz Mussi e Ivo Eckert, todos da Faculdade de Direito, como incurso no art. 5 do Ato Institucional nº 1. E, para que tal viesse a ocorrer, tratou de remeter cópia dos processos para a Comissão de Investigações da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Do mesmo modo, a Comissão achou por bem indiciar os funcionários Emanuel Campos, João Nilo Linhares, Murilo Gonzaga Martins (Capítulo 2, Relatório CMV-UFSC, s/p).

Assim, para além dos indiciamentos temos ainda o envio de nomes para o 14º Batalhão de Caçadores para serem posteriormente investigados. Como veremos adiante, um dos responsáveis pelos IPMs no Batalhão também se tornou professor da UFSC.

A segunda Comissão, específica para funcionários da Reitoria, concluiu⁵³ que a posição do Bacharel Carlos Alberto Silveira Lenzi “é de molde a ser apurada em IPM, pelas implicações que pode ter com a Lei de Segurança Nacional” e “que a sua situação funcional só pode ser objeto de qualquer medida depois das conclusões de um IPM”. Portanto, assim como da Comissão Central, remeteu a documentação ao 14º Batalhão de Caçadores que é o responsável pela instauração dos IPMs em Florianópolis.

A terceira Comissão foi formada a pedido do Ministro da Educação, Flavio Suplicy de Lacerda, e denominada “Comissão Especial de Inquérito para apurar responsabilidade de caráter subversivo de estudantes latino-americanos” na UFSC, composta pelos professores João Baptista Bonnassis, Edmundo Acácio Soares Moreira e Samuel Fonseca⁵⁴. Foi solicitado a relação de alunos latino-americanos por faculdades (no total de 19, em sua maioria bolivianos e paraguaios), convocados para depor os diretores das Faculdades e dos Diretórios Acadêmicos, além dos próprios estudantes investigados. Foi ainda feita consulta ao Coronel Danilo Klaes da Secretaria de Segurança Pública e ao DOPs, que enviou documento de que nada consta a respeito dos mesmos. As conclusões foram entregues em 13/06/64 e foram: i) nenhum estudante estava envolvido com atividade de subversão; ii) todos frequentaram os

⁵² Ofício 133/64 de 18/06/64.

⁵³ Relatório 8/64 de 15/06/64.

⁵⁴ Portaria 112/64 de 01/06/64.

cursos técnicos (medicina, odontologia e engenharia industrial) em que estavam matriculados e eram cumpridores das normas e regimentos e iii) a única restrição feita pelos Diretores foi a falta de preparo básico para acompanhar o curso da Faculdade. Decorrente disto, desta Comissão nenhum estudante foi penalizado.

Portanto, os resultados das Comissões foram o indiciamento e encaminhamento para que os setores militares aplicassem as punições cabíveis e sugestões de nomes para investigações pelos militares. Além disso, alguns dos indiciados já estavam presos pelo AI-1, como Francisco Mastella, Presidente do Diretório Central – FEUSC.

Mas no prontuário de José do Patrocínio Gallotti consta o seguinte conceito geral:

É atualmente o mais antigo comunista de Florianópolis; obcecado pelas doutrinas marxistas, lelinistas (sic), etc., são a tônica de suas palestras; procura influenciar suas ideias entre os estudantes com quem conversa; em outras épocas assinou e tomou parte em todos os Manifestos, Abaixo-Assinados pelo Petróleo é nosso, Areias Monásticas, Legalização do partido comunista Brasileiro (PCB), etc ... etc ... Sugestão: - Demitir das funções de Professor Catedrático de História do Pensamento Econômico da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina (AC ACE SEC 1840_69).

No prontuário apresenta as conclusões da CI que dizem que deve ser incurso na Lei de Segurança Nacional. Segundo a CMV-UFSC foi um dos demitidos após o golpe de 64.

Mas nem tudo se passava nas Comissões de Inquérito ou pelos Órgãos Deliberativos da UFSC, e nem toda ação era registrada formalmente por motivação política/ideológica, muitas vezes se utilizava de artifícios administrativos, como veremos no prontuário do professor Luiz Henrique Mendes Campos, que detalha a demissão do mesmo, pelo professor e General Jaldyr B. Faustino, sem ser necessário utilizar nenhum Ato Institucional:

Antes da Revolução de 1.964, era Presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia o estudante LUIZ MENDES CAMPOS, comunista. [...] Após a Rev. [...] foi inexplicavelmente nomeado para o cargo Federal na própria Faculdade. [...] Com o fechamento da Diretoria [cassação do Diretório Acadêmico], LUIZ MENDES CAMPOS ficou sem ação alguma, do que se aproveitou a Direção da Faculdade para, *por motivos Administrativos, destituiu-lo da função federal* que exercia (ACT ACE 3103_82_001).

Portanto, além do papel das CI instituídas nas universidades, muitas outras formas de perseguição ocorriam, usando de artifícios burocráticos como supostos “motivos administrativos”.

Das Comissões de Inquérito, a da UFBA foi uma exceção e chegou à conclusão de que não havia ninguém a indicar (os possíveis indicados já estavam sendo investigados em IPMs fora da instituição, e, portanto, decidiram que não cabia duplicidade de investigações), mas contraditoriamente o próprio Reitor Albérico Fraga da UFBA, sem precisar da formação de Comissão de Inquérito, fez o primeiro expurgo:

[...] a Comissão de Inquérito concluiu que “não encontrou, como resultado de seus trabalhos, o que indicar como atividades de professores, alunos ou funcionários da Universidade contra ‘as instituições democráticas e a ordem pública’, objeto de sua sindicância, nos termos da Portaria de designação” (Coordenação de Arquivos e Documentos/UFBA, Série Memória e Verdade/Ditadura Militar, RP00004) (Relatório UFBA, 2014, p. 16).

E declarou em reunião do Conselho Universitário, no dia 09 de abril de 1964, a honra de ter efetuado a primeira demissão política:

Informou que praticou e o fez “com abundância de coração, o primeiro ato arbitrário como Reitor da Universidade, que foi a demissão pura e simples do famoso comunista Isidorio Bispo de Oliveira, funcionário que todos os diretores pediam para tirar de sua unidade e que, no DCE, ficou a articular, como manivela do professor Nelson Pires, todas as misérias contra a universidade” (Relatório UFBA, 2014, p. 10).

Mas o expurgo sem formação de Comissão não aconteceu apenas na UFBA, pois na UnB “o interventor Zeferino Vaz demitiu 13 professores e numerosos funcionários. As demissões ocorreram entre os dias 9 e 15 de maio de 1964” (Relatório UnB, 2015, p. 66). Após duas semanas foi instaurado um Inquérito Policial Militar (IPMs) para “apurar os fatos criminosos contra o Estado e a Ordem Política e Social verificados na UnB” (Relatório UnB, 2015, p. 69). Mas os expurgos não ocorreram somente com os professores e técnico-administrativos, também os estudantes foram expulsos:

Expedito Roberto Mendonça teria feito em 1963 uma cartilha de alfabetização de adultos, considerada “subversiva” pelo major Líster de Figueiredo. Indicado, ainda, como outro que conclamou pela defesa do governo de João Goulart. Esse caso merece destaque porque Expedito Mendonça foi o primeiro estudante da UnB a ser expulso pela ditadura (Relatório UnB, 2015, p. 55).

No caso da UnB, o primeiro professor a ser demitido foi Rui Mauro Marini. “Muitos professores foram presos, demitidos ou tiveram que abandonar o trabalho para evitar as

consequências daquela intervenção” (Relatório UnB, 2015, p. 54). Em solidariedade, mais de 170 professores pediram demissão.

Importa ressaltar que além da colaboração das reitorias e dos membros das Comissões, nesses processos de expurgo também houve delações de colegas e estudantes, o envio de carta de denúncias e o próprio depoimento na justiça contra o expurgado.

[...] comentava-se na ocasião, também, que um ou dois elementos da Universidade haviam se dirigido espontaneamente à sede do DOPS para prestar informação e depoimento (Relatório UnB, 2015, p. 69).

Como vimos em relação às testemunhas nas Comissões de Inquérito na UFSC, “ao final de seu trabalho, somou 98 depoimentos recolhidos (sendo seis de defesa de indiciados), 100 sessões realizadas (em mais de um turno diário, inclusive feriados e dias santos)” (Capítulo 2, Relatório CMV-UFSC, s/p). Dos 98 depoimentos apenas 6 foram de defesa dos investigados. É uma proporção muito pequena que entre os 98 depoimentos de testemunhas, apenas seis foram de defesa dos acusados. Por óbvio que as testemunhas foram escolhidas entre as pessoas consideradas de confiança e apoio ao golpe, mas ainda assim o número de defensores é irrisório e demonstra o grau de colaboração nos primeiros meses após o golpe na UFSC.

No prontuário de José do Patrocínio Gallotti, preso em decorrência do AI-1 e demitido da UFSC, conforme afirmado anteriormente, está registrado o depoimento de uma destas testemunhas, Adi Vieira Filho, conforme registro a seguir:

Além do acima exposto, segundo declarações de ADI VIEIRA FILHO, o Professor José do Patrocínio Gallotti, tomava parte em reuniões da Frente Operária Estudantil Popular, estando presente por ocasião da última reunião realizada em 31 de março p. passado, ocasião em que foi redigido violento manifesto de caráter subversivo (AC ACE SEC 1840_69).

Um outro exemplo na UFSC está no prontuário de Ady Vieira Filho⁵⁵, no qual consta trecho do depoimento do Presidente da União Florianopolitana de Estudantes acusando o mesmo, quando estudante secundarista, como “de esquerda” e de “extremista”, e que comprometeria a classe estudantil, conforme trecho a seguir:

⁵⁵ O prontuário consta como anexo a documentação produzida pela Assessoria de Segurança e Informações da UFSC (ASI/UFSC) sobre as eleições da Associação de Servidores da UFSC (ASUFSC), sendo o nominado funcionário da UFSC e integrante de uma das chapas.

JOSÉ MANOEL SOAR, em depoimento prestado no DOPS/SC, em 14/04/64, na qualidade de Presidente da União Florianopolitana de Estudantes - UFE, disse que sua conduta frente a UFE, foi sempre de combate aqueles que procuravam deturpação da ordem, tal como aconteceu em CONCÓRDIA, lugar de desfecho da campanha encetada para depor o estudante ADY VIEIRA FILHO, Presidente da União Catarinense de Estudantes Secundários (UCES), *elemento reconhecidamente de esquerda* e que vinha comprometendo toda a classe estudantil catarinense, (ACE N« 339/66) [...] *Extremista* - depoimento de JOSÉ MANOEL SOAR no DOPS, em 14/04/64 (ACT ACE 1972_82, p. 13 e 18, grifos nossos).

Também houve a colaboração intelectual, seja por oferecimento de palestras a órgãos integrantes do sistema de vigilância e repressão, seja por análises, pois “as autoridades também contavam com informações e análises de conjuntura feitas por professores da universidade” (Relatório UnB, 2015, p. 96).

Como tratamos acima, no *Ciclo de Estudos sobre Segurança e Informação em 1970* da ADESG-SC temos dois professores que foram conferencistas e publicaram cadernos específicos: *Panorama infra-estrutural de Santa Catarina: as comunicações*, de Alcides Abreu e *Panorama financeiro do Estado de Santa Catarina: agentes financeiros*, de Carlos Passoni Júnior. Ainda trataremos adiante o papel da UFSC na discussão sobre a reforma administrativa e universitária, tendo vários de seus professores e funcionários ministrado palestras, organizado seminários, dentre outros.

Outro exemplo de colaboração foi o estudante da UFSC que venceu o 1º concurso literário do Exército em homenagem à Semana do Exército:

Por ocasião das comemorações da Semana do Exército, o referido acadêmico [Jayme Spricigo] recebeu o 1º prêmio no concurso literário promovido pela 5ª RM na categoria Ensino Superior, em sessão solene celebrada no quartel do 14º BC, na presença do Diretor da Faculdade, Secretários de Estado, Diretores de Colégios e autoridades civis, militares e eclesiásticas (ACT ACE 2838_82).

No caso da Unicamp, é relatada a colaboração no meio estudantil, pelo depoimento de Gustavo Zimmermann, então estudante na época:

Gustavo Zimmermann [então estudante] acrescenta que eram montados murais com as notícias censuradas, mas “*No dia seguinte de manhã estava tudo destruído (...)*. A reitoria havia afirmado, segundo o ex-aluno, que o vento estaria derrubando tais cartazes. Contudo, acabaram descobrindo que o pessoal das atléticas eram os responsáveis pela retirada dos cartazes, evidenciando o quão difícil era promover o debate político, já que “*Tinha muita atividade contrária no próprio meio estudantil*” (Relatório Unicamp, 2015, p. 33).

Os expurgos foram realizados por motivação ideológica, pela vinculação com algum partido considerado “subversivo”, mas também existiram alguns casos de disputas entre setores tradicionais de extrema direita e setores jovens modernizantes, por exemplo, como o caso da Faculdade de Medicina da USP (Motta (2014, p. 23-64).

Mas se esses foram os expurgos diretos, existiram também os expurgos indiretos, quando não havia condições de expurgar diretamente. Uma das formas utilizadas era manter o “subversivo” preso na cadeia ou obrigando-o à clandestinidade⁵⁶, e assim, demiti-lo sob a justificativa do mecanismo administrativo de abandono do cargo. Também houve o mecanismo da aposentadoria compulsória.

Um exemplo é dado pela fala do próprio reitor da UFBA:

Disse que havia outros serventuários e alguns professores detidos e que “a posição deles é difícil porque eles não vão poder comparecer ao serviço e serão, portanto, dispensados por abandono de emprego” [...] (Relatório UFBA, 2014, p. 10).

E continua afirmando que tanto os professores quanto os estudantes detidos ou foragidos estão recebendo faltas:

O Reitor esclareceu que os foragidos estão tomando falta e que tem aconselhado “que compareçam às aulas e que se eles forem detidos nós procuraremos resolver os seus problemas.” Quanto aos professores detidos, estes também estão recebendo falta (Relatório UFBA, 2014, p. 14).

Terminada essa primeira etapa dos expurgos, nos anos de 1965 e 1966 o movimento estudantil voltou a se articular e a fazer protestos e passeatas, e o foco da vigilância e repressão se voltou ao movimento estudantil. Foi assim que foi promulgada a Lei 4.464/64 ou Lei Suplicy, que previa a substituição da UNE pelo Diretório Nacional de Estudantes (DNE), instituía o voto obrigatório e definia que os órgãos estudantis tinham função de defender os interesses dos estudantes, mas sem ações de caráter político-partidário.

No caso da UFBA, houve a substituição de lideranças estudantis, como afirma o reitor:

Em relação aos diretórios estudantis e suas lideranças informou que em assembleias presididas em alguns casos pelos próprios diretores, têm se

⁵⁶ Este é um dos casos típicos que não constam no relatório da Câmara de Deputados que apurou os atingidos por sanções políticas, e cujos números são difíceis de calcular.

processado a substituição daqueles estudantes “que, realmente, se tornaram indignos da condição de líderes estudantis” (Relatório UFBA, 2014, p 11).

Na UnB a Federação de Estudantes Universitários de Brasília foi enquadrada, recorrendo-se a Lei Suplicy:

Recorrendo à lei 4.464 de 09 de novembro de 1964 (conhecida como Lei Suplicy) e ao Decreto n. 56421, de 4 de maio de 1965, que a regulamentava, o parecer dizia que a FEUB não teria a legitimidade de exercer o papel de representação estudantil, a não ser como órgão de caráter assistencial, esportivo ou cultural” (Relatório UnB, 2015, p. 75).

Na UFSC não seria diferente, logo após o golpe o Reitor Ferreira Lima propôs a cassação dos mandatos da Diretoria do Diretório Central – FEUSC, recorrendo para isso a argumentos sobre as atividades anteriores do Diretório, por greves e manifestações, sua proximidade com o movimento sindical e por estar incompatibilizada com a situação atual do país. Ressalta-se nesta fala que os estudantes teriam incitado os operários, portanto um papel ativo nas atividades agora consideradas subversivas.

Com a palavra, o Magnífico Reitor declarou que com a implantação do *Ato Institucional* que estabelece a possibilidade de cassação de mandatos, direitos políticos, retirando inclusive certos direitos relativos a vitaliciedade, estabilidade, etc. Em sua opinião de Reitor, existe um órgão na Universidade, cujos membros estão incompatibilizados com a situação atual, e, embora a contra gosto, mas acha-se no dever de manifestar isso perante o Conselho Universitário para que o mesmo delibere como julgar conveniente. [...] Este órgão é o Diretório Central dos Estudantes – FEUSC [...] O Conselho devia providenciar a cassação dos mandatos da atual Diretoria, conforme dispõe o Estatuto. Poderia citar, primeiro, face a prisão do Presidente do Diretório, já incompatibilizava o restante da Diretoria da FEUSC [...] em segundo lugar o Diretório esteve presente *em todas essas manifestações anteriores ao movimento revolucionário, greves*, havendo mesmo manifestação em jornal da FEUSC – “*A Reforma*”- e, na própria posse da Diretoria, em que esteve presente, verificou-se que estavam presentes representantes do *CGT, na mesa, de representantes de diversos Sindicatos de Operários, na greve do DER e DOP*, os membros da FEUSC tiveram atividades proeminentes *incitando* os operários, convidando-os a tomar refeições no Restaurante Universitário (Ata do CUn, livro 2, p. 120, grifos nossos).

Neste primeiro momento, para Mansan (2014, p. 124) entre os anos de 1964 e 1967, os órgãos externos às instituições eram os responsáveis pela vigilância, como o DOPs, SNI etc, contando com a colaboração de agentes internos, como reitores, as Comissões de Investigação ou de Inquérito formadas a partir de 1964 para os expurgos, ou ainda de delatores, todos sob coordenação do Ministério da Educação.

Houve intervenções em reitorias e nomeação de reitores interventores (UnB, UFPB, UFRGS, UFRRJ, UFES E UFG); a depredação e incêndio do prédio da UNE; as invasões das universidades (UnB e USP, por exemplo); o fechamento ou intervenção em diretórios estudantis (USP e UFSC, por exemplo), inclusive com nomeação de estudantes interventores; os expurgos de livros; os inquéritos policiais militares (IPM); a formação de comissões de inquérito ou sindicância para os expurgos, para citar algumas das ações (Motta (2014, p. 23-64).

Os expurgos, prisões, aposentadorias compulsórias, invasões de *campus* ou moradias estudantis, a amplitude do conceito de “subversivo”, que veremos ao longo das próximas páginas, fazem parte do arsenal coercitivo e repressivo que cria um ambiente de medo, desconfiança e terror permanente, pois qualquer um, independente do grau de conformismo, pode ser identificado como o “subversivo”, e isso contribui para a própria justificação do aparato de vigilância e repressão, pois o inimigo poderia estar em qualquer lugar. As próprias delações e infiltrações contribuem também para um ambiente de autocensura.

Tanto a UFBA quanto a UnB tiveram invasões das suas instalações, no caso da UnB, recorrentemente ao longo da ditadura.

No caso da UFBA, a invasão foi na residência universitária:

Na madrugada do dia 31 de março para 01 de abril de 1964, por volta das duas horas da manhã, policiais militares - sob o comando do Secretário de Segurança Pública do Estado, Coronel do Exército Francisco Cabral, e do Delegado Geral Rui Pessoa - invadiram a Residência Universitária, prenderam todos os que lá estavam, a socos, empurrões, tapas e pontapés, e os levaram para quartéis do Exército. Uns poucos conseguiram fugir. Cerca de 50 foram presos (Relatório UFBA, 2014, p. 9).

Já a UnB, teve o *campus* invadido e ocupado por tropas do exército e da polícia de Minas Gerais. Essa foi a primeira de muitas das invasões pelas quais o *campus* passou:

[...] no mês de abril de 1964, encontramos o seguinte repertório: demissões motivadas por perseguição política, interferências arbitrárias na vida acadêmica, ataques à autonomia universitária, difamação da comunidade universitária por órgãos repressivos e meios de comunicação, cerco policial armado, invasão de caráter militar ao campus e prisões arbitrárias. Assim, no dia 9 de abril, o campus da Universidade de Brasília foi invadido por tropas do Exército e da Polícia Militar de Minas Gerais (Relatório UnB, 2015, p. 53).

Essa ocupação durou duas semanas, com a presença ostensiva de policiais e militares à paisana percorrendo os corredores da universidade (Relatório UnB, 2015, p. 65).

Concomitante à invasão, houve a intervenção na reitoria e no conselho diretor logo após o golpe, com a nomeação de um interventor.

Quatro dias depois da invasão, foi destituído o conselho diretor e o reitor e vice, e nomeado o interventor Zeferino Vaz. O novo conselho diretor foi nomeado pelo novo governo (Relatório UnB, 2015, p. 66).

Outra ocupação, a pedido do reitor Laerte Ramos de Carvalho, ocorreu em 1965:

No domingo, dia 10 de outubro [de 1965], o Reitor Laerte Ramos de Carvalho solicitou ao Departamento Federal de Segurança Pública que ocupasse o campus [...] Na segunda-feira, dia 11, o campus estava cercado pela polícia, com aparato reforçado. O acesso de quaisquer pessoas à universidade estava vetado, inclusive de parlamentares e representantes estrangeiros (Relatório UnB, 2015, p. 77).

E uma das grandes invasões na UnB ocorre em 1968, sob pretexto de executar mandados de prisão após a instauração de um inquérito referente a uma grande manifestação promovida pela FEUB, sob a presidência de Honestino Guimarães, após a morte de Edson Luiz (no RJ) e que foi reprimida por forças policiais.

O Inquérito Policial Militar se desdobra durante 1968, a partir de abril, e suas investigações e indiciamentos desaguaram no mandado de prisão a estudantes da UnB que foi usado como pretexto para a grande invasão militar de agosto. Depois da invasão, o inquérito prosseguiria com prisões e interrogatórios (que também incluíram estudantes presos no congresso da UNE em Ibiúna em 12 de outubro de 1968). Ele se encerra com uma série de indiciamentos que se desdobrarão com novos mandados de prisão, condenações, expurgos nos anos seguintes (Relatório UnB, 2015, p. 86).

Essa grande invasão de agosto, segundo o relatório, foi uma operação planejada e enquadrada no contexto da guerra contra o “inimigo interno”. Nesse sentido o uso da força, aparentemente desproporcional como arma na guerra psicológica contra o foco de resistência (Relatório UnB, 2015, p. 111-112). Em alguns documentos chega-se a afirmar que a UnB era foco da luta armada, conforme trecho a seguir: “neste documento a UnB é tratada como foco de resistência política, inclusive com a afirmação de que havia no campus, à época do golpe, mobilização de luta armada” (Relatório UnB, 2015, p. 73), o que certamente era uma justificativa para tamanha violência.

Na UFSC houve o recebimento de telegrama de 17/08/65 do Ministro de Educação Flávio Suplicy de Lacerda: “Peço informações sobre eleição Ivo Eckert implicado em IPM” e ainda um segundo telegrama da mesma data informando que “como notícias que me chegam

meios estudantis Florianópolis causam apreensões recomendei sindicância pela Diretoria Ensino Superior contando sua completa colaboração” (Ata do CUn, livro 2, p. 324). Tratava-se das eleições para o Diretório Acadêmico do Direito na qual Ivo Eckert concorria à presidência. Deste episódio, houve uma invasão da Polícia na Faculdade de Direito, conforme Relatório da CMV-UFSC:

O jornal A Gazeta⁵⁷ trouxe a notícia em sua contracapa sob a manchete “DOPS intervém nas eleições da Diretoria do CAXIF”, destacando que “Transcorria a eleição normalmente, quando ali chegou um choque da Delegacia de Ordem Política e Social apossando-se das urnas, intervindo assim, no pleito estudantil (Capítulo 2, Relatório CMV-UFSC, s/p, grifos do autor).

Depois desse primeiro expurgo de 1964, houve esse segundo momento de expurgos com a edição do Ato Institucional nº 5 em 1968, mais abrangente que o primeiro e que se desenrolou nas universidades. Neste momento é criada a Comissão de Investigação Sumária do MEC (CISMEC) que tinha, segundo Motta (2014, p. 148-184), a função de reunir dados dos diferentes órgãos de informação e repressão, como DOPs, SNI, entre outros, sobre professores e funcionários considerados subversivos, recomendando dezenas de aposentadorias com base em argumentos anticomunistas. Essa lista era encaminhada ao presidente para sanção. Também órgãos do Exército e Marinha encaminharam listas de recomendação de aposentadorias. Houve ainda a expulsão de estudantes, como Honestino Guimarães na UnB, que se tornaria um dos desaparecidos políticos da instituição. Sua expulsão baseou-se numa manifestação estudantil pela demissão do professor Román Blanco que colaborou com a repressão aos estudantes na Biblioteca Universitária, sendo considerado a principal liderança e, portanto, expulso.

Do ponto de vista da prova, argumentava a comissão, mesmo com a dificuldade de se atribuir responsabilidade a “todo ato multitudinário”, Honestino era indicado, em vários depoimentos, como principal liderança. E assim, defendia-se o parecer com recomendação de expulsão de Honestino da Universidade de Brasília (Relatório UnB, 2015, p. 111).

Ou ainda as demissões no Departamento de Medicina Preventiva e Social da Unicamp, em decorrência da militância pela Reforma Sanitária e adoção de práticas inovadoras, com a

⁵⁷ Jornal A Gazeta, 20-10-1965, Florianópolis, contracapa. Hemeroteca da Biblioteca Pública de SC.

proibição de reuniões com pacientes e visitas a periferias, posteriormente com a proibição de lecionar e finalmente as demissões. Esse processo durou de 1973 a 1975.

Tal processo, que culminou com a demissão de muitos dos membros do departamento, acaba por girar muito em torno de Sergio Arouca, personalidade importante da Medicina Preventiva no Brasil e a mais destacada figura política daquele grupo. Nos registros oficiais, Arouca, que era militante do PCB [...] teria pedido demissão voluntariamente (Relatório Unicamp, 2015, p. 28).

Na UFSC, a partir do Relatório da CMV-UFSC, ainda com a dificuldade de documentação, foram identificados alguns casos de demissão ou não contratação:

Durante o período correspondente à ditadura civil-militar, houve na UFSC demissões e não-contratações de professores e servidores. Apesar de ter pesquisado nos acervos do SNI, do DEOPS e da UFSC e ter encontrado e estudado vários casos, é provável que a Comissão de Memória e Verdade da UFSC não seja exaustiva nessa questão, uma vez que no caso de não contratação, por exemplo, muitas vezes não conseguimos depoimentos dos testemunhos diretos e que se sentiram prejudicados, nem, em alguns casos, os registros e as provas concretas de perseguição política. Por essa razão só serão citados os casos estudados de forma mais aprofundada pela CMV-UFSC. Para as demissões, destacam-se os casos dos professores Aldo Ávila da Luz, Eugênio Doin Vieira, Osmar Cunha após o AI-5, o professor Gerônimo Vanderlei Machado em 1972, o servidor Valci Lacerda e o professor Vilson Rosalino após a Operação Barriga Verde, o professor João Soccas em 1978; para as não-contratações, os casos de Eglê Malheiros, Gerônimo Wanderley Machado, Pedro de Castro, Valmir Martins (Capítulo 4, Relatório do CMV-UFSC, s/p).

No prontuário de Solange Donner Pirajá Martins, consta carta endereçada ao Chefe do SNI questionando sua não contratação como auxiliar de ensino da UFSC por motivos políticos:

Alega a nominada, em carta endereçada, em 2 Abr 73, ao Exmo Sr Gen Chefe do SNI que: "Em princípios de março deste ano fiz concurso na Universidade Federal, como candidata a uma vaga de Auxiliar de ensino. Apesar de haver obtido na Banca Examinadora notas 10 nas três provas a que fui submetida fui preterida em favor de candidato com média muitíssimo inferior. A razão veladamente alegada para a decisão. Injusta para mim e inconveniente para a instituição universitária, foi de que eu teria sido vetada pelo SNI" (ACT ACE 3007_82).

Em relação a essa manifestação da nominada, o parecer do SNI – agência de Curitiba foi pelo acerto na sua não contratação, e confirmado que a AESI/UFSC solicitou informações, no mês anterior, a DCI/SSI/SC, portanto a tese de não contratação por motivações políticas se confirmou.

No que se refere a não liberação da nominada, para Auxiliar de Ensino da UFSC, em março de 1973, decorrente, ao que tudo indica, de informações negativas da DCI/SSI/SC e da própria AESI/SC, a Agência é de parecer, que muito embora não tenha opinado sobre o assunto, foi uma medida acertada, justa e conveniente para a Instituição Universitária (ACT ACE 3007_82).

Outra forma de expurgo indireto era a negação da matrícula, como o caso do estudante enquadrado na Lei de Segurança Nacional, que ficou preso por três anos e não conseguiu retomar sua situação acadêmica, tendo que prestar vestibular novamente para outro curso.

Mamizuka fazia parte, de fato, dessa organização [ALN], e foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, sendo condenado a três anos de prisão. No momento de sua captura, levou tiros nas costas. Passou pelo DOPS-SP e pelo Presídio Tiradentes, sofrendo diversas sevícias no período. Saiu da prisão apenas em 1974, quando tentou regressar à Unicamp. O reitor Zeferino Vaz, porém, não quis recebê-lo para conversar sobre sua situação acadêmica, e o ex-estudante teve de prestar vestibular novamente para poder retornar à universidade, desta vez para outro curso de graduação (Relatório Unicamp, 2015, p. 23).

Além do critério ideológico, que foi o principal motivador, o autor também afirma que um número minoritário foi punido por opor resistência às ações de repressão, solidarizar-se com colegas expurgados ou apoiar as manifestações estudantis. Um exemplo na PUCCAMP é o caso do professor que defendeu o direito a ampla defesa e julgamento de um estudante expulso e que acabou demitido após o AI-5.

O processo na PUC se desenvolve por alguns meses, chegando ao seu fim quando [Rodolfo] Caniato é demitido da universidade. O caso particular ocorreu depois que a direção da universidade expulsou um aluno participante do movimento estudantil [hoje, professor e diretor da Faculdade de Educação da Unicamp, Luiz Carlos de Freitas]. Caniato, [...] sustentou a bandeira do direito a ampla defesa e de um julgamento adequado, o que apenas contribuiu para acirrar ainda mais os atritos. Em fins de 1968, semanas após a edição do AI-5, a reitoria pressionava para que os professores envolvidos em toda aquela “agitação” pedissem demissão; no caso de Caniato, como isso não surtiu efeito, a PUCCAMP demite-o (Relatório Unicamp, 2015, p. 38).

Nesse sentido, percebe-se que muitos dos expurgos foram indiretos e, portanto, não contabilizados, quando por pressões ou por medo os próprios professores ou técnico-administrativos pedem demissão, ou o estudante deixa de frequentar as aulas.

Casos raros, mas que também existiram foram expurgos por razões pessoais, quando oportunistas e delatores aproveitaram a situação para fazer a carreira com as vagas abertas, ou por motivos pessoais, mediante falsas denúncias sem relação com a questão política nacional.

Além das aposentadorias compulsórias também tivemos demissões, rescisões ou não renovações de contratos.

Um dos exemplos de demissões ocorrido é descrito pela Comissão da Verdade da UFSC como o “Caso João Soccas”, de um professor que foi demitido por denunciar que outras entidades, como Fundações de Apoio e o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), estavam utilizando o computador da UFSC e prejudicando o trabalho no sistema de matrículas, que tinha que ser realizado de madrugada, conforme depoimento de João Soccas a seguir:

“Então eu comecei a fazer análise da matrícula e eu fiz um relatório dizendo que não era possível, porque várias entidades como CREA, como... eu não me lembro outras entidades... usavam horas de computador e essas horas de computador, esse dinheiro, era passado para os professores, eu não tinha nada a ver com isso, só que as horas dadas para o CREA, para essas outras entidades era durante o dia e que eu processava matrícula para a Universidade, o controle acadêmico universitário, tinha que vir de madrugada, trabalhar de madrugada, porque as horas do computador eram usadas para essas entidades.” [...] “Nesse relatório coloquei o absurdo que era a Universidade, os trabalhos da Universidade serem preteridos pela venda de horas para entidades alheias”. [...] “Mas aquele relatório que eu fiz, sobre a fundação e a utilização da fundação, primeiro que ele não quis receber o relatório, ele pegou depois de ler o relatório, ele: me nego a receber o relatório, negou-se a receber. Após esse procedimento, aquele negócio todo, eu passei a ser inimigo lá dessa fundação, do trabalho da fundação, porque estava denunciando processo de desvio de dinheiro da Universidade”. [...] O chefe do DPD [Departamento de Processamento de Dados] Márcio Ferrari encaminha ofício ao reitor, distorcendo os fatos narrados no relatório pelo professor Soccas e sugerindo sua consequente demissão. No depoimento à CMV-UFSC, Soccas afirmou que antes da demissão acontecer estava recebendo ameaças e intimidações dentro do seu ambiente de trabalho, e que decidiu procurar diretamente o reitor, Caspar Erich Stemmer, para quem fez as mesmas denúncias de malversações de recursos públicos através da utilização de equipamentos alocados ao sistema de matrículas por entidades privadas. Stemmer se prontificou em tranquilizá-lo, afirmando que cuidaria do caso. Soccas não sabia, entretanto, que “cuidar do caso” ia significar sua demissão, pois ao receber o ofício, o reitor encaminhou a solicitação para o Departamento de Pessoal da UFSC para que a demissão fosse efetuada. [...] Após ser informado de sua demissão, João Soccas tentou encaminhar ofícios reclamando da situação para os órgãos colegiados, Conselho de Ensino e Pesquisa (CEPE) e Conselho Universitário (CUn). Os ofícios não eram recebidos, eram arquivados, numa clara tentativa de evitar confrontos desses órgãos com o reitor. Por outro lado, o Departamento ao qual era vinculado (CEC) não aceitou a decisão da demissão diretamente pela administração central, “porque tinha que passar pelo Departamento a demissão do professor, depois pelo CEPE e pelo CUN, para depois ser excluído, então o Departamento pediu para reconsiderar”. Não foi levado em consideração. Posteriormente, quando ele tentou incluir na sua defesa jurídica a ata “em que o Departamento pede para que o Stemmer reconsidere a minha demissão”, essa ata tinha sumido. A Comissão

de Memória e Verdade da UFSC, após este depoimento em 2015, reencontrou no Arquivo Central cópia dessa ata, mas sintomaticamente sem a última página, a que esclarecia sobre a decisão do Departamento. Apesar das dificuldades em achar um profissional que aceitasse defendê-lo contra a Universidade, conseguiu um advogado, Paulo Stodieck⁵⁸, filho de Henrique Stodieck, que tinha sido um eminente professor de Direito na UFSC. Entretanto, o mandado de segurança foi encaminhado por ele um dia após o fim do prazo, mas o advogado não informou a Soccas sobre o fato, do qual só tomou conhecimento dois anos depois. Algumas questões e ocorrências estranhas ficaram até o momento sem respostas: os arquivamentos nos órgãos colegiados, o sumiço da ata do Departamento, a coincidência de uma especialização no exterior do advogado Paulo Stodieck exatamente nesse período e seu financiamento: *“ele não era professor da Universidade, não era funcionário da Universidade e ganhou uma especialização nos Estados Unidos por conta da UFSC. Um advogado consegue uma especialização nos Estados Unidos com dinheiro da UFSC? Se isso é verdade? Eu também não sei se isso é verdade, porque essa informação me chegou”* (Capítulo 4, Relatório CMV-UFSC, s/p).

Neste trecho demonstra a utilização do controle da estrutura administrativa para fins que não o interesse público, ao não se respeitar as instâncias recursais, negando direitos ao professor demitido e pelo sumiço de documentos que poderiam ser um obstáculo à decisão da reitoria. Ainda abre a hipótese de que o advogado do professor tenha sido “comprado” com uma especialização nos Estados Unidos. Mostra ainda que sua demissão tem relação com denúncia sobre a promiscuidade entre o setor público e privado, com o uso do computador, que apenas a UFSC teria condições de comprar, por Fundações de Apoio e o CREA, prejudicando o funcionamento das atividades de matrícula. Esta prática pode ser comprovada, conforme consta na Ata do Conselho de Curadores da UFSC⁵⁹:

Em plenário, o Chefe do Gabinete, Professor Luiz Adolfo Olsen da Veiga, que discorreu sobre o andamento do processo e demonstrou minuciosamente, a maneira pela qual a Universidade poderia obter condições financeiras para aquisição do novo computador. Em seu relatório o Professor Olsen da Veiga esclareceu que *um computador de grande porte não só atenderia as necessidades atuais da Universidade, mas ensinaria condições de se atender também a comunidade, vendendo as horas em que a Universidade não necessitasse, considerando-se que não exista no Estado um computador desse porte* (Ata da sessão do CC, livro 1, de 15/12/72, p. 59, grifos nossos).

⁵⁸ Num dossiê do SNI sobre a Associação de Professores da UFSC (APUFSC) consta um boletim no qual a Associação informa que está constituindo sua assessoria financeira e que “A primeira medida neste sentido foi a contratação do advogado Paulo Stodieck pela APUFSC para ação jurídica na demissão sumária do professor João T. Socas” (ACT ACE 1263_81).

⁵⁹ Apesar da ata ser datada de 1972 e João Soccas estar falando de 1976 a 1978, ela demonstra que esta prática fazia parte dos procedimentos na UFSC.

Isto mostra, além da promiscuidade com o setor privado, a importância da UFSC no Estado também pelo volume de recursos a que tinha acesso, neste caso, a compra de um computador de grande porte.

Houve ainda a punição a dirigentes universitários que foram aposentados por não chamarem a polícia em momentos de manifestações estudantis ou acusados de não coibir os estudantes sob sua responsabilidade, por exemplo.

[Durante a intervenção na Unicamp em 1981] Oito dos doze diretores de unidades, foram destituídos de seus cargos pelo Reitor Plínio de Arruda Moraes, que nomeou novos diretores interventores, a mando do governador Paulo Maluf. Foram também demitidos quatorze funcionários, diretores eleitos da Associação dos Servidores da Unicamp (ASSUC) (Relatório Unicamp, 2015, p. 48-49).

Aposentá-los, neste caso, era mais que uma punição, mas também um recado aos demais dirigentes universitários. Além disso, em alguns casos optou-se por nomear vice-reitores militares, como se pode observar na UnB:

É nesse contexto de profunda desconfiança com Reitores civis, que surgiria, então, a alternativa do vice-reitor militar. Além de tudo, como expressamente indicado na documentação, militar da marinha próximo e bastante afinado com o CENIMAR (Relatório UnB, 2015, p. 115).

Na UFSC, em 1966, ao receber a lista tríplice para Diretor da Faculdade de Direito, na qual constavam os nomes de Waldemiro Cascaes, Henrique Stodiek⁶⁰ e Aldo Ávila da Luz, o Presidente da República deu o seguinte despacho: “Nas circunstâncias atuais, julgo inaceitáveis os nomes constantes da lista apresentada. 22 de julho de 66. Mal. Castelo Branco.” (AC ACE SEC 17199_69). A mesma foi devolvida ao Reitor Ferreira Lima.

Muitas vezes, ainda que os militares não estivessem oficialmente na estrutura universitária, sua presença era constante nos altos escalões universitários, conforme relato ainda na UnB:

⁶⁰ Na sua ficha conceito consta: “Ideologia – Comunista atuante; Conceito geral: Anti revolucionário convicto. Comunista ativo. Utiliza-se da cátedra na Faculdade de Direito da UFSC para professar a ideologia esquerdista, motivando, estimulando e liderando acadêmicos em movimento de agitação e subversão”. Sugestão Aposentadoria com proventos proporcionais e suspensão dos direitos políticos por 10 anos, conforme AI-5 (AC ACE SEC 17199_69).

O militar [Coronel Darcy Lázaro, comandante do Batalhão da Guarda Presidencial] estava constantemente no campus, em frequente proximidade com os interventores no cargo de reitores entre 1964 e 1965” [...] “Em 1965, durante a crise, o mesmo coronel inclusive participou de reunião sobre a UnB com o presidente da república Castelo Branco, da qual também participaram o general Paes, comandante do Exército estacionado em Brasília, Golbery do Couto e Silva, chefe do SNI e Laerte Ramos de Carvalho, na figura de reitor (Relatório UnB, 2015, p. 58).

Mas não foi somente na UnB que os militares ocuparam postos-chave, como se pode ver com a nomeação para a chefia do gabinete do reitor da Unicamp de um antigo delegado do DOPS, conforme depoimento de Ronaldo Simões Gomes, então estudante e militante do movimento estudantil:

Muito do que se pensava sobre a Universidade não se podia manifestar, porque os controles estavam postos, a figura do Doutor Camargo [delegado do antigo DOPS e chefe de gabinete de Zeferino Vaz] na Chefia do gabinete do Reitor Zeferino causava um constrangimento, até para a hora que queríamos marcar uma audiência tinha que passar pelo Camargo e ele abrir ou não sua agenda (Relatório Unicamp, 2015, p. 44).

Temos nos quadros da UFSC alguns militares de destaque, entre eles o Major Luiz Felipe Gama D’Eça, participante do Ciclo de Estudos da ADESG em 1970 e que foi comandante do 14º Batalhão de Caçadores (BC). Ele foi responsável pelas Comissões de Inquérito abertas em 1964 no 14º BC. Uma das consequências dos IPMs instaurados pelo Major está presente no prontuário do Professor Victor Otto Schaeffer com a interdição à ocupação de cargo de direção na UFSC em 1975:

Disse [Victor] ter seu nome vetado para a sub-chefia do Departamento de Engenharia-Civil da UFSC e atribuiu tal fato, as suas declarações prestadas em 1964 ao então Maj LUIZ FELIPE DA GAMA LOBO D’EÇA no antigo 14º BC, hoje 63º BI (ACT ACE 3054_82, p. 4).

O outro militar de destaque é o General Jaldyr B. Faustino, militar e professor da Faculdade/Centro de Filosofia da UFSC, que também participou do Ciclo de Estudos da ADESG em 1970, representante no Conselho Universitário da Faculdade de Filosofia e professor da Coordenadoria de Estudos dos Problemas Brasileiros, além de escritor de livros didáticos de EPB junto com o Coronel Ayrton Capella, também professor da UFSC, como veremos a seguir.

No prontuário de Luiz Henrique Mendes Campos (que foi estudante e professor da UFSC), consta o papel do General Jaldyr na ocupação de postos-chave institucionais, na

geração de informações aos setores externos e na repressão propriamente dita, seja pela intervenção no movimento estudantil assim como demissão de professor, como vimos anteriormente. Neste momento damos ênfase a outros aspectos do prontuário, que não a demissão sumária do professor, conforme visto anteriormente:

Informante - Vice-Diretor da Faculdade de Filosofia da USC, Gal. JALDYR FAUSTINO. Antes da Revolução de 1.964, era Presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia o estudante LUIZ MENDES CAMPOS, comunista. Em virtude disso o Diretório era um foco constante de Agitação. [...] Após a Rev, foi empossado novo Diretor e a Congregação elegeu Vice-Diretor, por unanimidade, Gal FAUSTINO, aproveitando a situação post - revolucionária e como o Diretório estivesse totalmente infiltrado por comunistas, tendo motivado até o licenciamento do Diretor, o Vice-Diretor ao assumir, o fechou e nomeou nova diretoria para o mesmo (ACT ACE 3103_82_001, p. 60-61).

Num único prontuário podemos perceber o papel dos militares dentro da Universidade. Como os setores que apoiaram o golpe foram beneficiados com a ocupação de cargos, neste caso sua “eleição” para vice-diretor; seu papel de interventor no movimento estudantil, fechando o Diretório Acadêmico e nomeando nova diretoria; e a partir da desarticulação do movimento estudantil, a utilização de artifícios administrativos para demissão do professor considerado comunista; e finalmente seu papel de interlocutor e informante junto aos setores externos na UFSC.

Também houve prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos, que são descritos nos depoimentos constantes nos relatórios, além de sistematizados no Relatório Brasil Nunca Mais. E assim, o ano de 1969 é simbólico, pois “neste momento, basta realçar que o medo se espalhou nos meios acadêmicos, para satisfação dos órgãos de repressão que desejavam exatamente isso” (MOTTA, 2014, p 175).

Essa presença militar constante e o medo de se manifestar expresso pelo depoente, bem como o arsenal repressivo demonstram o clima de medo e insegurança vivido no período, pois se o medo pode não garantir a cooptação para a colaboração, pode ao menos incentivar a passividade.

Caso no qual estão presentes tanto a prisão, como a tortura e o desaparecimento são dos três estudantes da UnB que figuram na lista de desaparecidos políticos:

Três daqueles inúmeros jovens que passaram pela UnB como alunos acabaram integrando a lista oficial dos chamados *desaparecidos políticos* — Paulo de Tarso Celestino da Silva, desaparecido em 1971; Honestino

Monteiro Guimarães, em 1973; e Ieda Santos Delgado, em 1974 (Relatório UnB, 2015, p. 50).

Na UnB, a prisão, sequestro e tortura não atingiram apenas militantes políticos, mas também estudantes considerados moralmente perigosos, como os residentes nas repúblicas estudantis próximas ao *campus*.

Sequestro, prisão e tortura, a propósito, não vitimaram apenas militantes políticos. Alcançaram também estudantes que, residindo em “repúblicas” próximas ao *campus*, supostamente personificavam a “estratégia do MCI” (Movimento Comunista Internacional) para, unindo a “licenciosidade moral”, o “uso de entorpecentes” e outros “flagelos que atingem especialmente a juventude dos países em desenvolvimento” levar a cabo a “infiltração subversiva”. Contra esse mal cabia ao governo “aplicar um tratamento total, em vez de perseguir meras soluções tópicas” (Relatório UnB, 2015, p. 50).

Num dos depoimentos, Alexandre Ribondi afirma que “*eles não nos deixavam dormir. Nos interrogatórios, preocupavam-se em saber quem fazia trabalhos clandestinos, quem fumava maconha e quem era homossexual*” (Relatório UnB, 2015, p. 151).

A caracterização vaga de quem era subversivo fica evidente nesse caso das repúblicas:

O relatório passa a apresentar fichas individuais de alguns dos presos, situando-os nas habituais e vagas categorizações de “subversivos”. Proximidade com alguém que tivesse tido alguma militância, participação de grupos de discussão, teatro, literatura de cordel – os indícios são variados e aleatórios. Considerações de teor moralista sobre a vida nas repúblicas são elencadas, para compor um quadro de suposta “degeneração moral” que conduziria à “subversão política”. “Tendências esquerdistas” incertas eram atribuídas mesmo a quem se declarava “alienado”. Moradores de repúblicas eram “simpatizantes de idéias vermelhas”. Entre os livros apreendidos, Sartre, Marx e números da revista Rolling Stones (Relatório UnB, 2015, p. 149).

Um caso que exemplifica como qualquer um poderia ser alvo de interrogatórios é de Rubens Murillo Marques, que foi assessor e figura de confiança do reitor Zeferino Vaz e mesmo assim foi convocado pelo DOI/CODI (SP) em 1970 para prestar depoimento.

A acusação que sofreu era a de ter colaborado com “atividades subversivas” associadas ao grupo Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), pelo fato de haver concedido estadia em sua casa a um casal que atuava na clandestinidade. Rubens Murillo explica, contudo, que sequer tinha conhecimento de quem eram aquelas pessoas ou do motivo pelo qual eram procuradas; aceitou abrigá-las por solicitação de um colega e amigo, professor na Universidade de São Paulo. O casal permaneceu por uma semana em sua casa, e tal fato foi suficiente para que a repressão da ditadura

militar incluisse o nome do docente no inquérito policial e o prendesse para averiguações” (Relatório Unicamp, 2015, p. 25).

Na UFSC temos alguns casos assim, como de Ernani Bayer⁶¹, que foi funcionário e professor da UFSC e ocupou vários cargos na instituição, mas por sua visita a Cuba em 1961 quando estudante de Direito, foi classificado como “filocastrista”. Ele foi um dos funcionários da Reitoria investigados pela Comissão de Inquérito instituída pelo AI-1. Quando Reitor da UFSC (1980-1984) foi considerado leniente com os movimentos “subversivos”. O fato de ter antecedentes negativos gerou algumas dificuldades, ao que entrevistou o Governador do Estado de Santa Catarina, que encaminhou ofício ao General João Batista de Oliveira Figueiredo, Ministro-Chefe do SNI em 1976⁶², ao que foi determinado que se colocasse “silêncio” nas anotações sobre o mesmo e emitido o atestado de antecedentes políticos e sociais.

Venho solicitar sua pronta e valiosa interferência no sentido de determinar a liberação do seu nome e o registro dos fatos aqui apontados na DSI/SC, a fim de que cesse o constrangimento a que tem sido exposto. [...] "Por determinação do Sr, Secretário de Segurança e Informações e face ao ofício n. 1812, do Exmo Sr Governador do Estado, endereçado ao Chefe do SNI, colocar silêncio nas anotações do Sr ERNANI BAYER- FPOLIS/SC, 16/12/76-ASS. PAULO MENDONÇA - Diretor da DCI/SSI/SC" (ACT ACE 2857_82).

Ou ainda de Caspar Erich Stemmer⁶³, diretor da Escola de Engenharia Industrial e Reitor da UFSC (1976-1980) que foi alvo da Sub-Comissão Geral de Investigações de Santa Catarina (SCGI), na qual foi acusado de apropriação de recursos da Escola de Engenharia Industrial. Neste caso, o próprio Stemmer deslocou até Porto Alegre para conversar com o professor Roberto Médici, da Escola de Engenharia da UFRGS e filho do General Emílio Garrastazu Médici, na época comandante do 3º Exército.

O general escreveu um bilhete de próprio punho, endereçado ao Gen. Álvaro Veiga Lima, chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) em Florianópolis, solicitando que acompanhasse o caso (BLASS, 2015, p. 69). Mas foi por uma Comissão de Inquérito formada na UFSC que Stemmer foi inocentado.

⁶¹ Nos documentos do Arquivo Nacional temos pelos menos três documentos sobre o mesmo: ACT ACE 2857_82, AC ACE 29558_83 e AC ACE 43399_84. Mesmo depois de colocado silêncio, continuou sendo alvo do Serviço de Informações, inclusive da ASI/UFSC.

⁶² Ofício 1872/76 de 17/12/76.

⁶³ Caspar Erich Stemmer foi o Reitor responsável pela demissão do professor João Soccas, conforme relatado na página 91-92 dessa dissertação.

Qualquer um poderia ser considerado o “inimigo interno” ou “subversivo”, o que superdimensionava o inimigo (real ou imaginário) sempre presente, ao mesmo tempo em que gerava uma insegurança pessoal, pois ninguém poderia ter certeza que não seria enquadrado na categoria de “subversivo”.

Ainda houve a triagem ideológica, quando Motta (2014, p. 224-236) afirma que era necessária autorização tanto para participação em eventos no exterior como para o recebimento de bolsas, e que algumas contratações eram vetadas ou contratos rescindidos ou não renovados por informações contidas no prontuário do indivíduo.

Após a edição do AI-5 recaiu a repressão sobre os estudantes intensamente, com o Decreto nº 477/1969, concebido para dismantelar o movimento estudantil. Editado em fevereiro, antes do reinício das aulas, foi comunicado aos reitores que estivessem preparados e que não poderiam deixar de adotar as devidas punições. Segundo Motta (2014, p. 153-164) foi uma das legislações mais draconianas, dada a amplitude e generalidade das infrações, assim como ao caráter sumário do processo. Foi concebido para desestruturar as organizações estudantis, ainda que pudessem ser punidos professores e funcionários.

Uma das primeiras atividades foram as intervenções nas entidades estudantis (Diretórios Acadêmicos e Diretórios Centrais dos Estudantes), com destituição e prisão de lideranças e nomeação de novos “responsáveis”. Na identificação dos alvos dessa nova “limpeza”, segundo Motta (2014, p. 23-64) recorreu-se às filmagens de manifestações e passeatas ocorridas em 1968, que serviam para a composição de uma “lista negra” divulgada com estudantes excluídos ou a excluir. Foram negadas matrículas a estudantes e solicitado atestado de “bons antecedentes” para ingresso nas universidades.

Uma peculiaridade é que uma boa parte dos estudantes punidos o foram a partir dos próprios regimentos internos das universidades, alterados com objetivo de endurecer as punições, e não necessariamente pelo Decreto nº 477/69. Assim, a própria legislação repressiva se diluía e se escamoteava internamente nas instituições. A peculiaridade da UFSC, como veremos no próximo capítulo, é que sua legislação, desde a fundação em 1962, já previa a possibilidade de cassação de mandatos, ainda que tenha sido adaptada às legislações federais ao longo do tempo. Essa punição por meio de mecanismos internos foi utilizada pelos reitores como uma alternativa ao uso do Decreto nº 477, como forma de evitar maiores desgastes políticos, como foi feito na UnB:

Ao desprezar a aplicação do temido Decreto-Lei nº 477/69, o reitor Azevedo não estava sendo generoso com os estudantes. Apenas evidenciava que já

não precisaria recorrer ao MEC, observar prazos e procedimentos, ainda que sumários, levar adiante discussões jurídicas: os próprios instrumentos legais da universidade — Estatuto, Regimento Geral, Regimento Disciplinar, Regimento do D.U. da UnB, Resolução do Conselho de Administração — já lhe asseguravam o poder, ao alcance de sua caneta, para excluir seus indesejáveis (Relatório UnB, 2015, p. 165).

Concomitante à repressão aos professores, funcionários e estudantes, Motta (2014) cita que no Nordeste, com objetivo de aumentar a pressão e vigilância, os chefes militares e policiais passaram a estimular seus comandados a se matricularem nas universidades, muitas vezes sem necessidade de passar no exame vestibular.

Mas é importante ressaltar que ao mesmo tempo em que havia a repressão violenta contra professores, técnicos e estudantes, o Estado golpista aumentou as verbas para o desenvolvimento das pesquisas e da pós-graduação, que eram realizadas em sua quase totalidade em instituições públicas, conforme já apresentado no capítulo 1. Esse aumento de verbas e incentivo ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação, que se desenvolvem e consolidam sob a ditadura civil-militar, contribuíram para a colaboração direta ou indireta de setores acadêmicos com a ditadura.

Relembremos que foi em 1968 que a ditadura impôs a Contrarreforma Universitária na qual a educação superior e a pesquisa teriam papel estratégico no novo modelo de desenvolvimento, e que previa mais investimentos nas universidades, para uma maior integração com o setor produtivo e o aceleração na formação da mão-de-obra requerida (Motta, 2014, p. 82-84).

Neste sentido, a UFSC foi uma das Universidades que antecipou elementos político-administrativos e implantou integralmente a proposta da Contrarreforma. Sobre este aspecto discutiremos mais no próximo capítulo.

Partindo de documentos confidenciais, a Comissão da UnB mostra diferentes tipos de colaboração, aqui documentada a relação entre reitoria, professores e órgãos do sistema de inteligência, nesse caso professores que contribuíam na formação dos setores de vigilância proferindo palestras na Escola Nacional de Informações - EsNI:

[...] o ano de 1974 principiou sob a égide do colaboracionismo para com o regime. Em 25 de janeiro, por meio do Ofício FUB-C (Confidencial) nº 03/74, o reitor Amadeu Cury autorizou a professora Thaís Maria Ottoni de Carvalho a proferir palestra na Escola Nacional de Informações – EsNI [...] Do mesmo modo, em fins de janeiro, outro ofício confidencial do reitor (O.FUB-C nº 002/74, de 24/01/74), prazerosamente comunicou ao diretor da EsNI o atendimento ao pedido de autorização para que o professor Roberto

Lyra Filho proferisse palestras naquela Escola, de 7 a 29/03/74 (Relatório UnB, 2015, p. 154).

Na UFSC, o estudante de Engenharia Valdemiro Furtado de Lucca, que trabalhava na Delegacia Regional do Trabalho de SC, que desde dezembro de 1986 era chefe da ASI/DRT, prestou exames para ingresso no Serviço Setorial de Informações (SSI) e realização de cursos e estágios na EsNI. Contudo, por ser sobrinho de um Deputado Federal do MDB foi “não recomendado”⁶⁴.

Além das atividades de vigilância e repressão, que se acentuaram após a edição do AI-5, segundo Motta (2014, p. 184-192) em 1969 foi aprovada a introdução da disciplina de Educação Moral e Cívica nas instituições escolares, que na graduação e pós-graduação chamava-se de Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB) e que objetivava a formação de valores na nova geração, com a disseminação de valores tradicionais e conservadores como a defesa da nacionalidade, da pátria, seus símbolos e tradições, assim como a preservação da moral e da religiosidade cristã (incluindo a família). Assim como o Projeto Rondon, visava disseminar uma concepção de Pátria/Nação e estimular o patriotismo, além da religiosidade e do anticomunismo. Servia ainda como propaganda indireta ao associar a ditadura à defesa da pátria e da moral, contra a “subversão”.

Aquilo que era considerado subversão era um amplo arco de possibilidades, conforme teoria do “inimigo interno” da DSN, pois se associou qualquer manifestação de descontentamento com o “subversivo”, que era o portador de ideias e influências vindas de fora, externas, associando os subversivos ao comunismo internacional e tratando-os como contaminadores ou ameaçadores da suposta unidade interna representada pela Pátria/Nação, pautada na ausência de conflitos e questionamento do projeto capitalista posto em curso pelo golpe. Portanto, cada cidadão poderia ser uma ameaça potencial, justificando o estado de alerta e vigilância constante, pois, ou se está com o Estado e se colabora com ele ou então se torna suspeito (Padrós, 2005, p. 100). Isso fica explícito num dos lemas da ditadura sob o governo Emílio Garrastazu Médici, que era “Brasil, ame-o ou deixe-o”.

Neste sentido, na UFSC temos um militar que foi um dos estagiários no Ciclo de Estudos da ADESG/SC em 1970 e que após a Contrarreforma Universitária tornou-se coordenador da Coordenadoria de Estudos dos Problemas Brasileiros. Era o historiador e General Jaldyr B. Faustino, militar e professor da Faculdade/Centro de Filosofia. Além disso,

⁶⁴ ACT ACE 6965_87

publicou o livro “Educação Moral e Cívica” pela Editora Laudes, e em conjunto com o professor e Coronel Ayrton Capella, um dos introdutores em 1970 da disciplina de EPB na UFSC, foram autores dos livros “Estudos de Problemas Brasileiros”, com mais de uma edição pela Editora Lunardelli e o livro “Organização Social e Política do Brasil: estudo didático das instituições brasileiras” pela Editora Laudes, todos do início da década de 70. Em 1995 foi eleito para a Academia Catarinense de Letras.

Outro participante do Ciclo de Estudos da ADESG foi o Professor Acácio Garibaldi de Paula S. Thiago, designado (portaria 03/81) por Jaldyr Faustino, então Coordenador de Estudo de Problemas Brasileiros, como presidente de uma comissão que propôs a implantação do Departamento de Estudos Brasileiros⁶⁵. A Coordenadoria, naquele momento, contava com 15 professores e com a devida estrutura administrativa. No Departamento proposto, além de três disciplinas de EPB ministradas (1ª fase, subsequentes e pós-graduação), ainda sugeriu a incorporação de outras duas disciplinas já ministradas pelo Departamento de Ciências Sociais, quais sejam: Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Estudos dos Problemas Catarinenses (EPC).

Portanto a Educação Moral e Cívica tinha papel fundamental na disputa ideológica dos jovens catarinenses, era dirigida por um militar e fazia parte da estratégia da DSN.

No caso da Unicamp, foi criada a coordenadoria de Estudo de Problemas Brasileiros dentro da Faculdade de Educação, que exigia formação na ESG, e segundo Ronaldo Simões Gomes:

[...] existia a coordenadoria de Estudo de Problemas Brasileiros, ou seja, dentro do campo de concessões que Zeferino fez para compor a universidade ele entregou algumas coisas (...) a Faculdade de Educação é um exemplo, lá a esposa do Capitão Camargo pôde se impor e estabelecer o perfil inicial da F.E. Trouxe um construtivismo lindado da participação, um viés de um aluno passivo (Relatório Unicamp, 2015, p. 45).

Além do objetivo de disputa ideológica de formação das novas gerações, o ensino desta disciplina servia também como propaganda indireta ao apresentar a ditadura como defensora da pátria e da moral contra a “subversão”. A partir da introdução obrigatória desta disciplina nos currículos, formou-se um novo filão editorial e foram elaborados manuais e cartilhas, como as encaminhadas pela DSI/MEC ou pelo SNI como material didático, ou ainda

⁶⁵ Essa proposta foi feita pelo coordenador de EPB Jaldyr B. Faustino no V Encontro de Educação Moral e Cívica, realizado em Brasília em 1980.

os livros didáticos escritos pelos professores Jaldyr Faustino e Ayrton Capella da UFSC. As aulas ainda serviam para identificar estudantes mais questionadores, conforme relatório da Unicamp:

As aulas de “Problemas Brasileiros” serviam também para investigar quem eram os alunos mais questionadores e envolvidos no movimento estudantil; eram assistidas por indivíduos que provocavam discussões para que se pudesse perceber quem eram os estudantes que tinham definições “ideológicas” (Relatório Unicamp, 2015, p. 45).

O período datado de 1967 até 1979, segundo Mansan (2014, p. 124) foi o período em que se complexificou e houve a internalização institucional da vigilância nas instituições, seja através da DSI/MEC ou mesmo da Comissão de Investigação Sumária do MEC (CISMEC), das ASIS nas delegacias regionais do MEC (DEMEC) ou das ASIs na estrutura das próprias universidades. Destaca ainda que esse é o período de aprofundamento da ostensividade da vigilância, que buscava desincentivar comportamentos considerados inadequados.

Essa estrutura de vigilância foi utilizada de diferentes formas e Mansan (2014) apresenta que segundo o manual da ESG, “a vigilância era considerada ‘essencial para esclarecer o governo quanto à *realidade* da situação, à *verdade* dos fatos e às características e intensidades das manifestações e dos efeitos dos antagonismos e pressões, bem como à *estimativa de acontecimentos futuros*” (MANSAN, 2014, p. 124).

Importa destacar que as atividades desenvolvidas principalmente pela comunidade de informações, por meio da política de controle acentuavam o clima de medo e insegurança.

Quanto à vigilância é bom destacar que os órgãos não surgiram pós-ditadura de 1964, como bem aponta Lucas Figueiredo (2005)⁶⁶ ao fazer a historiografia do que chamamos de serviço de inteligência. A criação, a partir de 1967, do Centro de Informações do Exército representa o início da reformulação do sistema de informações da ditadura (Figueiredo, 2005, p 154) e o início da formação da *comunidade de informações*. Neste momento, são

⁶⁶ O embrião do que chamamos de serviço de inteligência foi montado ainda no governo de Washington Luís em 1927. Mas o serviço secreto brasileiro, segundo Lucas Figueiredo, ganhou vida após a posse de Juscelino Kubitscheck. E desde seus primórdios, a relação com os Estados Unidos fica patente, por exemplo, através do intercâmbio dos primeiros agentes. Em 1960, o Serviço Federal de Informações e Contra-informação (SFICI) já havia editado manuais e havia fichado várias pessoas identificadas como "comunistas". Com a posse de Golbery do Couto e Silva em 1961 o Sfici se estruturou melhor com a contratação de agentes e com a ênfase no papel da formação. Com a posse de João Goulart, Golbery deixou o Sfici e organizou um serviço secreto particular sob a fachada do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), onde continuou a articulação do golpe de estado de 1964. Após tomar posse novamente depois do golpe, Golbery levou todo o acervo do IPES para o SNI.

reformuladas as Seções de Defesa Nacional, criadas em 1934 por Getúlio Vargas e rebatizadas de Divisões de Segurança e Informações (DSI), desdobrado como uma espécie de “minisserviço” secreto no âmbito dos Ministérios civis, ganhando capilaridade. Nesta reformulação, são criadas as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI) ou Assessorias de Segurança e Informação (ASI)⁶⁷.

Em Santa Catarina, em janeiro de 1979, segundo informe da Agência Central do SNI⁶⁸, tinham parecer favorável do SNI, conforme Decreto n. 75.524/75 e faziam parte dos Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis os seguintes órgãos:

- Diretoria Estadual do MA, no Estado de SANTA CATARINA - ASI/DEMA/SC – Ministério do Meio Ambiente;
- Telecomunicações de SANTA CATARINA S/A – ASI/TELESC – Ministério das Comunicações;
- Universidade Federal de SANTA CATARINA – ASI/UFSC – Ministério da Educação;
- Centrais Elétricas do Sul do BRASIL S/A – ASI/ELETROSUL – Ministério de Minas e Energia;
- Superintendência Regional do INAMPS, no Estado de SANTA CATARINA - AGSI/INAMPS/SC – Ministério da Previdência e Assistência Social;
- Delegacia Regional do Trabalho/SANTA CATARINA – ASI/DRT/SC – Ministério do Trabalho;
- Delegacia do Trabalho Marítimo/PORTO DE ITAJAÍ - ASI/DTM/PORTO DE ITAJAÍ – Ministério do Trabalho.

No caso das universidades, até a criação e funcionamento das ASI, segundo Motta (p. 196-198), a DSI/MEC solicitou aos reitores a nomeação de “elementos de ligação” entre ela e as universidades, para facilitar a comunicação. Portanto, a relação entre universidades e MEC com objetivo de controle e repressão já existia, e o que mudou com a criação das ASIs foi a institucionalização e maior organização desse processo dentro das instituições na relação com os outros órgãos de repressão e MEC.

As ASIs criadas nas universidades eram subordinadas aos reitores, e cabia a eles a nomeação de seus membros e de seu presidente, e eram encarregadas de assessorá-los em assuntos relativos à segurança nacional e informação. Ainda assim, eram orientadas e supervisionadas pela DSI/MEC, a quem respondiam, e indiretamente ao SNI. Tanto é assim que em muitas universidades só é possível reconstituir a atuação das ASIs pela documentação do SNI, já que em muitas universidades a documentação da própria ASI desapareceu.

⁶⁷ Inicialmente foram chamadas de Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI), mas após sua reformulação em 1975 passaram a ser chamadas de Assessorias de Segurança e Informação (ASI).

⁶⁸ ACT ACE 3796_83

Este é o caso da UFSC, na qual a partir dos documentos do SNI – Agência Curitiba, disponibilizados no Arquivo Nacional, foi possível ter contato com alguns dos documentos produzidos pela ASI/UFSC. Mateus Vargas em duas entrevistas obteve a informação de que estes documentos foram queimados. A primeira entrevista foi com Álvaro Reinaldo de Souza, Procurador da UFSC na gestão de Ernani Bayer e a segunda com o último presidente da ASI/UFSC, José Antônio Ceccato⁶⁹:

“o material até 80 você não achou porque dei fim nele. Foi queimado num sábado, atrás da Reitoria. Meu temor era que as informações pudessem ser usadas contra os citados nos relatórios. Comuniquei ao Ernani Bayer, que aprovou a decisão. As informações e notas subjetivas versavam sobre a ideologia dos mencionados, inclusive eu, Ernani e Sílvio Coelho” (VARGAS, 2016, p. 115).

“Já não tinha mais documentos. O que tinha eram informes simples para o reitor, que a gente incinerou. Tinha alguma coisa anterior” (VARGAS, 2016, p. 126).

Até o momento os documentos não foram encontrados na UFSC. Portanto, é uma tese provável que a destruição dos documentos realmente tenha ocorrido. Mas como o Sistema de Informações replicava os documentos, informes e ofícios, é possível ter acesso a alguns destes documentos.

O trabalho dos agentes de vigilância compreendia dois momentos, o momento da leitura e o momento da escrita, cada um com sua especificidade, como descrito abaixo:

Na ‘leitura’, era frequente a infiltração de agentes, a compra de informações, as colaborações, as “batidas” e a “produção de depoimentos”, bem como o acompanhamento da imprensa e das correspondências. Já na ‘escrita’, tipos específicos de documentos eram produzidos e difundidos, como pedidos de busca, informes, informações, prontuários, fichas, avisos, apreciações etc. Os vigiados eram classificados segundo supostos padrões de comportamento, bem como quanto a questões como liderança e perfil ideológico. Diferentes estratégias de vigilância foram adotadas ao longo do período, tendo em conta as demandas de cada conjuntura (MANSAN, 2014, p. 319-320).

Na UnB foram encontrados documentos como informe e degravação que demonstram a existência de algum infiltrado ou de material de espionagem, conforme trechos a seguir:

Esse tipo de informe, tão comumente encontrado na documentação produzida pela ditadura, merece, é claro, uma leitura crítica. Nele são

⁶⁹ Estas entrevistas também foram citadas no Relatório da CMV-UFSC em seu capítulo 4.

atribuídas ao estudante palavras que, evidentemente, faziam parte do vocabulário da repressão. [...] Mesmo assim, o informe interessa e muito, não tanto pelo seu conteúdo, mas pelo simples fato de ter sido produzido. O informe indica que havia alguém presente a uma reunião de alunos da FAU, fosse como infiltrado ou usando algum recurso de espionagem (Relatório UnB, 2015, p. 90).

[...] os registros trazem a gravação de uma fala do presidente do D.U. Flávio Botelho em evento cultural no ICC” [...] A presença dessa gravação no arquivo da ASI/ UnB diz menos sobre o teor da intervenção do presidente do D.U. do que sobre o caráter da repressão e o nível de seus procedimentos (Relatório UnB, 2015, p. 173).

No dia seguinte, um estudante apertou o “botão do *dial* em busca de uma estação FM com música, sintonizou nada menos do que as vozes do grupo que fazia uma reunião na sala do D.U. para discutir o processo de criação do DCE Livre (naquele momento, em torno de 50 estudantes). De imediato, foram ao local e, passado o alvoroço decorrente da notícia e após uma busca pelo interior do recinto, acabaram descobrindo uma aparelhagem de rádio-escuta escondida acima do forro móvel do teto da sala. Pouco depois, conforme relataram os estudantes à imprensa, chegaram algumas pessoas, apresentando-se como funcionários do SPP/UnB, e solicitaram o equipamento para averiguação” (Relatório UnB, 2015, p. 187-188).

Temos na UFSC a gravação feita pela ASI/UFSC⁷⁰ de uma reunião para Lançamento da Campanha Nacional em Defesa do Ensino Público e Gratuito, na qual são detalhadas as entidades presentes, indivíduos, composição da mesa, e gravadas as falas de todos os oradores, inclusive com a fala do mediador da mesa, “Continua aberta a palavra ao plenário. Pedimos ao colega que se apresente por favor.” (ACT ACE 3675_83), e que é considerada pelos agentes da ASI como uma reunião de “comunistas”:

Encaminha-se cópia dos dados obtidos de uma reunião ocorrida no dia 27 Abr 82, às 20:00 horas, no salão de atos da Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina, para “LANÇAMENTO A NÍVEL REGIONAL DA CAMPANHA NACIONAL EM DEFESA DO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO”, constituindo-se em mas (sic) uma reunião de comunistas, alguns deles pertencentes a entidades clandestinas, como UNE e UCE, tentando impor ao Brasil o seu “MODUS VIVENDI” (ACT ACE 3675_83).

Ou ainda no prontuário de um ex-estudante, Jayme Spricigo da UFSC, dois momentos em que aparece o papel do colaborador e do informante. No primeiro, datado de 1968, são retirados cartazes, folhetos, recortes de jornal na Faculdade de Filosofia, e enviados ao chefe do SNI em Florianópolis. São devolvidos no mesmo dia para não gerar suspeitas sobre o cooperador na Faculdade. Ressalta-se que a decisão de retirar do mural os papéis foi do

⁷⁰ Informe 36/82 – ASI/UFSC – 10/05/82 no ACT ACE 3675_83

Diretor da Faculdade, influenciado por um professor e alguns funcionários, nenhum deles nominados.

No dia 30 out 68, pela parte da manhã, os quadros murais da Faculdade de Filosofia, da UFSC, situados na entrada do prédio, apareceram cheios de folhetos, cartazes, recortes de jornais, desenhos rústicos, todos próprios do espírito subversivo que domina um pequeno grupo daquela Faculdade. Naquele dia pela manhã, o Diretor da Faculdade, Dr. EDMUNDO ACCACIO MOREIRA, vendo os cartazes, influenciado por um professor e dois ou três funcionários, mandou arrancar os cartazes. Naquela noite os cartazes foram levados até a Chefia do NAFL/SNI. Juntamente com as fotografias tiradas pelo DOPS. Os cartazes foram devolvidos para não causar suspeitas para o *cooperador do NAFL, na Faculdade* (ACT ACE 2838_82, p. 4-5, grifos nossos).

No mesmo prontuário aparece a figura do informante, o primeiro que acusa o estudante de atividades subversivas, embora não existam provas sobre isso, como reconhece o agente do serviço de informações, e um segundo momento em que o estudante conversa com um informante sobre o governo e emite suas opiniões.

Embora um *informante idôneo* diga ter o nominado atividades, devem ser as mesmas muito veladas, porquanto não foi assinalada sua presença em movimentos estudantis, documentos, panfletos, etc (ACE N 1948/68) [...] Numa conversa recente com um *informante*, disse que tempos atrás, achava muitas coisas erradas no Governo da Revolução, porém, agora, acredita que o Governo do Brasil está no caminho certo [INFO NC 28/71-PM/SC] (ACT ACE 2838_82, grifos nossos)⁷¹.

Outro indício de um informante do 5º Distrito Naval em SC está contido no prontuário de Volney Collaço:

Esse juiz há poucos dias, convidou um informante [5º Distrito Naval] daquele Comando a ingressar no PC, pois, no seu entender "está tudo falido" (ACE n2 2164/72)(ACT ACE 2886_82)⁷².

Temos ainda o registro no prontuário de Marcos Antonio Goudel, que afirma já ter trabalhado no SNI e quando estudante da UFSC ter sido informante, inclusive participado na Operação Barriga Verde, responsável pela prisão dos militantes do PCB no Estado:

⁷¹ Prontuário do ex-estudante Jayme Spricigo.

⁷² Prontuário de Volney Collaço de Oliveira

Recentemente o nominado passou a "encostar" em funcionários lotados na SR/DPF/SC, alegando ser professor universitário e que já tinha sido "tira", pois já trabalhara para o SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI) em BRASÍLIA/DF, RIO DE JANEIRO/RJ, CURITIBA/PR e FLORIANÓPOLIS/SC, dizendo inclusive que, em conjunto com o EXÉRCITO, havia participado da "OPERAÇÃO BARRIGA VERDE", em 1975, pois naquela época estava *infiltrado no meio universitário, tendo se bacharelado em Química* (ACT ACE 3806_83).

Neste caso, o SNI – agência de Curitiba não encontrou nenhum registro de que o mesmo tenha sido um informante. Ressalta-se que no momento que faz estas afirmações, segundo os agentes de informação do Departamento da Polícia Federal, o mesmo era professor universitário da Universidade do Estado de SC (UDESC).

Mas a relação com os militares, no caso da UFSC, envolvia inclusive questões financeiras. Um assunto que gerou controvérsias foi a cessão de terreno da UFSC no Centro para o Grupamento Leste Catarinense. O terreno em questão foi comprado em 1962 e foi objeto de controvérsia com o movimento estudantil e os professores defensores do projeto da Cidade Universitária e visava ser ocupado pela reitoria da UFSC. Após mais de 10 anos, e depois da mudança da reitoria para o campus da Trindade, o Ministério do Exército solicitou a cessão daquele prédio para instalação de um comando do exército na capital. Este assunto foi tema na sessão do CUn na qual o Reitor Ferreira Lima se pronunciou afirmando

da importância da instalação de um comando do Exército, em nível de Oficial General em nossa capital e que, atendendo a solicitação dos altos poderes do Estado, o Reitor estudou a possibilidade de abrigar em [prédio] próprio da Universidade, este Comando, tendo em vista a necessidade de sua urgente instalação (Ata do CUn de 18/04/73, livro 3, p. 66).

Na cessão gratuita aprovada, com o aval do MEC, ficou consignado que após o prazo da cessão, prorrogável, poderia haver a devolução ou o compra pelo preço de avaliação, caso fosse interesse da Universidade a alienação. Depois de várias prorrogações, o imóvel foi vendido em troca de letras do tesouro. Ressaltamos que em 1975 o representante dos estudantes Leodegar Tiscosky, votou contra e manifestou o pesar pela perda do imóvel. O estudante ainda solicitou que o Reitor verificasse se havia fundamento que existia “grosseria”, por parte do Grupamento, no relacionamento com o pessoal da UFSC que lá trabalhava, ao que o Reitor Mundel de Lacerda respondeu: “que o funcionário ofendido apresentasse por escrito a denúncia para que a Universidade pudesse tomar atitude junto àquele comando” (Ata da sessão do CUn de 19/05/75, livro 3, p. 120). Obviamente nenhuma denúncia foi feita por escrito contra os militares para uma reitoria comprometida integralmente com os mesmos.

Importa ressaltar que coabitava e se buscava um equilíbrio possível entre coerção e consenso e muitas dessas estruturas criadas ou reformuladas baseadas na DSN têm seus desdobramentos nos dias atuais, como nas próprias instituições universitárias. Na UFSC tentou-se realizar uma estatuinte na década de 80, mas ela não foi adiante, não conseguindo alterar mais do que a missão da Universidade. Até hoje mantem-se no Estatuto da UFSC que é vedado aos representantes dos estudantes nos órgãos deliberativos promoverem atividades político-partidárias. Ademais, de caráter geral, podemos exemplificar com a forma de escolha do Reitor⁷³, quem pode se candidatar, a composição dos órgãos colegiados e a proporcionalidade prevista, entre outros.

Além disso, é relevante trazer à tona os elementos elencados por Ianni (1984) que aponta para a dispersão burocrática da execução desta política. Uma vez criados os setores repressivos nas universidades, instituídas as disciplinas e os mecanismos de coerção e repressão, o quadro administrativo poderia executar tais atividades como se fossem meras atividades burocráticas. Os ritos já estavam criados e a comunidade acadêmica moldada e amordaçada pelo medo. Os militares poderiam ser substituídos por um quadro funcional aparentemente técnico e cumpridor da ordem estabelecida pela violência. Buscaremos fazer alguns apontamentos sobre isso na conclusão desta dissertação.

Mas podemos adiantar, conforme Relatório da Unicamp, a utilização recente da legislação ditatorial como o Decreto 477/69, “uma legislação imposta pela ditadura militar às universidades brasileiras teve seus efeitos no passado e ainda se refletem no presente de nossa vida acadêmica”, citando processos disciplinares abertos recentemente contra estudantes (Relatório Unicamp, 2015, p. 11). Ou ainda sobre disposições disciplinares presentes ainda hoje na legislação interna da universidade:

Alguém duvidaria que estas “disposições disciplinares”, impostas pela legislação da ditadura militar, ameaçam estudantes e funcionários da Unicamp quando suas respectivas categorias se mobilizam em defesa de reivindicações sociais (salariais, saúde, moradia etc.) e políticas (democratização das instâncias de poder na universidade)? Mais do que simples ameaças, deve ser lembrado que recentes decisões da Reitoria e do CONSU se fundamentaram na legislação autoritária ainda não revogada na Unicamp. Temos de convir que a manutenção da legislação imposta pela

⁷³ Para um estudo histórico sobre a forma de escolha dos Reitores na legislação e na UFSC ver relatório do Grupo de Trabalho Democracia UFSC (2014). Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B2gTKhjrMHMrbHEzSVNKUDVFbEE/edit>

ditadura militar compromete a convivência democrática no campus (Relatório Unicamp, 2015, p. 12).

Um dos instrumentos relacionados à disputa ideológica e à propaganda, além da disciplina de EPB já citada, foram as atividades realizadas de contrainformação e contrapropaganda (Motta, p. 205-236). Na batalha ideológica a DSI/MEC produzia materiais para disseminação pelas ASIs nas universidades, de forma sigilosa, atribuindo a autoria às organizações políticas fictícias, ou ainda Centros Acadêmicos inexistentes ou mesmo textos apócrifos. A utilização da contrainformação da contraofensiva e da necessidade de criar e recriar o “inimigo interno”, seja ele real ou imaginário, pois é isso que justifica o ambiente de ameaça constante e a necessidade, cumprindo assim funções políticas, propagandísticas e psicológicas.

Além disso, também vigiavam eventos e palestras, para evitar a presença de conferencistas de oposição e a abordagem de temas que consideravam inconvenientes. Vários conferencistas foram “desconvidados” para eventos universitários devido à ação de ASIs. Houve inclusive o encaminhamento pelo Ministro da Educação Jarbas Passarinho de um aviso reservado (873/73) às universidades que orientava os reitores a comunicarem à DSI/MEC, com noventa dias de antecedência, a organização de quaisquer eventos de natureza esportiva, cultural, científica ou acadêmica. Após este aviso vários eventos foram proibidos nas instituições.

Na UFBA temos um exemplo de conferência cancelada devido aos antecedentes do conferencista, como podemos observar a seguir:

Dia 31 de março de 1975 o Reitor mandou suspender a realização de conferência a ser proferida pelo professor Herval Pina Ribeiro, da Escola de Medicina da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e Chefe do Serviço de Pneumologia do hospital dessa entidade. A razão: Herval Pina Ribeiro teve seus direitos políticos suspensos por 10 anos, por Decreto de 12 de junho de 1964, e demitido do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos por Decreto de seis de outubro de 1964 (Correspondência Sigilosa do Gabinete do Reitor, doc. RP1133) (Relatório UFBA, 2014, p. 36).

Controlavam ainda as publicações estudantis, os cartazes e revistas, assim como as atividades culturais, como a encenação de peças teatrais ou shows musicais. Houve ainda vigilância sobre as pesquisas das áreas das ciências humanas e sociais.

No caso da UFBA, a ASI buscava inviabilizar as publicações das entidades estudantis, ao solicitar que tivessem inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas:

Em 21 de agosto de 1973 a Procuradoria Jurídica da UFBA emitiu parecer, respondendo consulta da AESI, afirmando que revistas, jornais, boletins, panfletos, impressos, datilografados ou mimeografados, publicados pelos diretórios acadêmicos deveriam ter inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, sob pena de serem consideradas clandestinas (Correspondência Sigilosa do Gabinete do Reitor, doc. RP876) (Relatório UFBA, 2014, p. 26-27).

Assim como as atividades culturais:

Dois meses depois, em 30 de janeiro de 1974, a AESI encaminha ao Reitor “Informe” recebido da Polícia Federal sobre “Proibição de espetáculos teatrais na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA” (Correspondência Sigilosa do Gabinete do Reitor, docs. RP892-894) (Relatório UFBA, 2014, p. 30).

Na UFSC também se vigiavam as atividades culturais e científicas, como veremos no exemplo do informe do Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal, na qual podemos observar alguns elementos: o primeiro é a censura prévia, já que a Coordenadoria do Setor de Artes Cênicas encaminhou a peça para análise. Outro elemento é a impossibilidade de qualquer perspectiva de organização popular, vista como incitamento à revolta.

1. Em 05.XX.79⁷⁴, a Coordenadoria do Setor de Artes Cênicas da UFSC encaminhou ao SCDP da SR/SC, para exame, a peça teatral intitulada “CIRCO DE ARENA”, de CLÉCIO ANTÔNIO ESPEZIM.
2. Pela leitura do texto verifica-se que o autor utiliza-se da arte de escrever peças teatrais para expressar o seu inconformismo com o regime vigente, bem como para levar à platéia a sua mensagem de rebelião: “os oprimidos devem unir-se para aniquilarem os opressores”. Toda a alegoria da peça tem como tônica a contestação e o incitamento à revolta (AC ACE 3541_79).

Um último elemento é a atuação interligada entre as diferentes agências, já que neste caso o informe foi feito pela Polícia Federal.

Como afirmado anteriormente, foram montadas as ASI nas universidades e a Comissão da Verdade da UnB constatou a presença e atuação ligada a outros setores da própria instituição, a DSI do MEC e a Polícia Federal. Inclusive na gestão do então reitor Cristovam Buarque (1985-1989) foram identificados documentos que vieram a compor o fundo ASI-UnB, e que demonstram uma regularidade na sua atuação e troca de informações.

⁷⁴ O mês estava ilegível no documento.

Importa observar que a ASI/UnB ligava-se, administrativamente, ao Gabinete do Reitor, mas funcionalmente, ainda que subordinada ao Reitor, estava também sob a supervisão do Diretor da Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura (DSI/MEC). À DSI/MEC a ASI/UnB apresentava relatórios de atividade com regularidade que chegava a ser mensal; com frequência ainda maior, respondia a incontáveis Pedidos de Busca e Informação, relacionados a fatos e pessoas (em certos momentos de crise, como em 1977, essa atividade era mesmo diária). Outras atividades de destaque para a ASI eram aquelas ligadas ao controle sobre professores, funcionários técnico-administrativos e estudantes. São, de fato, abundantes na documentação arquivada, sendo citados, a título de exemplo, na introdução da Cronologia deste Relatório Final, vários expedientes de consulta e registro sobre viagens ao exterior para participação em congressos, conferências e outros eventos acadêmicos, tanto quanto em pesquisas científicas. Da mesma forma, constam muitos estudantes, sobre a bibliografia usada e sobre livros não recomendados, e mesmo sobre organização ou participação em eventos locais (Relatório UnB, 2015, p. 228).

Na UnB, conforme a documentação analisada, eram emitidos relatórios periódicos e respondidos pedidos de busca e informação. O controle era exercido sobre professores, técnicos e estudantes, tanto individualmente (através dos pedidos de informação ou participação em eventos, por exemplo) até o tipo de conhecimento produzido (bibliografia utilizada e pesquisa científica).

Mais uma vez aparece a colaboração voluntária de alguns servidores da própria UnB, conforme trecho abaixo:

A UnB, assim como tantas outras universidades, foi palco de uma rede institucionalizada de espionagem e vigilância política. Tal rede incluiu alguns funcionários, estudantes e professores que *voluntariamente colaboravam com o regime, mas que era constituída, sobretudo por servidores (da própria UnB, da Polícia Federal, das Forças Armadas, da Polícia Civil etc., sob disfarce ou de modo ostensivo)*, remunerados com recursos públicos, incumbidos de *relatar* o que quer que lhes parecesse indício de subversão, *apontar* os supostos subversivos, *reprimi-los* de todo modo. No âmbito da UnB, a rede praticava, entre outras violações aos direitos humanos, a violação de correspondência, comprovada documentalmente e escuta eletrônica no forro do teto de local de reuniões estudantis (Relatório UnB, 2015, p. 50, grifos nossos).

Estes colaboradores eram tanto servidores da própria instituição como de outros setores do serviço público, como Polícia Federal, Forças Armadas e Polícia Civil e

contribuíram com a espionagem (relatar e apontar), mas também com a coerção (reprimir), como demissão de servidores, não contratação ou mesmo a delação, prisão e desaparecimento de membros da comunidade universitária. Assim, o quadro funcional das universidades foi “filtrado” e só quem operasse em favor da ditadura poderia permanecer e, por consequência, selecionar, acompanhar e avaliar os novos integrantes desse mesmo quadro. Advertimos, no entanto, que a atitude “saneadora” nunca consegue extirpar os elementos de contestação e resistência e atingir a todos, por completo.

Apesar de não ser o escopo desta dissertação, se havia a colaboração por um lado, havia a contestação e resistência por outro, o que fica explícito ao longo dos Relatórios de todas as Comissões, e nenhum expurgo pode ser completo:

É fato que, desde o início do regime ditatorial, uma parte da comunidade acadêmica se *retraiu, temerosa, omitindo-se, ou mesmo colaborou*, integrando a estrutura de poder da ditadura. Não menos verdade, porém, é o fato de que outra parte a ela se *opôs*, de diversas maneiras, numa luta de *resistência* a esse estado de coisas (Relatório UnB, 2015, p. 51).

No caso da UFSC, aqui foi realizado o 1º Congresso da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (1º CANDES)⁷⁵ e o professor Osvaldo de Oliveira Maciel foi seu primeiro presidente, e constituída a Comissão Nacional Provisória dos Pós-Graduandos (CNPPG)⁷⁶. Também foi palco de uma manifestação conhecida como Novembrada⁷⁷ contra a visita do Presidente General João Baptista Figueiredo na Capital.

Como até agora pudemos observar, a vigilância estava intrinsecamente vinculada às ações repressivas. Caracterizadas como “ação-resposta ao processo subversivo”, era exercida pelas polícias civis e os órgãos militares, bem como o sistema DOI/CODI e o MEC, já identificados anteriormente. No caso da repressão, também tinham atuação os grupos paramilitares, de ações clandestinas, como por exemplo, o Comando de Caça aos Comunistas.

Segundo Mansan (2014, p. 320-321) foi marcada uma combinação de elementos punitivos tradicionais com inovações em termos de técnicas e organização e devido a maior participação em manifestações e na luta armada, os estudantes foram um dos setores mais

⁷⁵ ACT ACE 3370_82

⁷⁶ ACT ACE 3376_82

⁷⁷ Novembrada é como ficou conhecida uma grande manifestação organizada pelo Diretório Central dos Estudantes da UFSC, em 30 de novembro de 1979, quando da visita do então Presidente João Baptista Figueiredo à Florianópolis, e na qual alguns estudantes foram presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Com a prisão, grandes manifestações foram organizadas na cidade pela soltura e absolvição dos manifestantes.

atingidos pelas medidas mais duras, como torturas e assassinatos. Já os docentes, e em menor número os técnicos-administrativos e pesquisadores foram mais atingidos por expurgos e cassações de direitos políticos.

Mansan (2014) identifica então o período que data de 1979 a 1988, no qual a ostensividade foi substituída por ações mais discretas para evitar críticas da oposição, num momento onde se buscava a transição, mas na qual as ações de vigilância continuaram sendo utilizadas para garantir uma transição controlada pelo alto. Foi nesse período que as ASIs nas universidades foram extintas⁷⁸, mas mantiveram-se os agentes, em alguns casos, como “assessores especiais” dos reitores e houve a extinção formal do DOPS, ainda que suas funções muitas vezes tivessem sido transferidas para outros órgãos. Somente no MEC houve a continuidade da estrutura de vigilância, seja pela DSI/MEC ou das ASIs nas suas delegacias regionais (ASI/DEMEC).

Toda essa atividade de repressão, censura e vigilância afetou o ambiente universitário. Segundo Mansan (2014, p. 125-127), entre as funções do aparato de informações, identifica o controle da sociedade pela construção de um clima de constante vigilância, na qual os indivíduos tendiam a não contestar o *status quo* e pelo fornecimento de informações aos dirigentes do sistema, que possibilitavam respostas mais rápidas para manutenção do controle da situação. De modo indireto, essas informações orientavam as ações repressivas e também nas ações de propaganda com objetivo da formação de consenso. Finalmente, serviam de autojustificação e motivação aos agentes do próprio sistema de que estariam, de fato, combatendo o comunismo em defesa da pátria.

Esse ambiente de medo é reafirmado no depoimento de Osvaldo de Oliveira, então estudante, ao afirmar: “*Existe um medo na sociedade que é um negócio terrível (...). Era difícil realizar qualquer reivindicação por causa do medo*” (Relatório Unicamp, 2015, p. 34). Ou ainda quando Claudio Antônio de Almeida rememora sua última conversa com Honestino:

O tempo passou, HONESTINO é solto por habeas corpus, num trabalho impressionante do advogado José Luiz Clerot, em plena ditadura militar. Um dia me encontro na Universidade com HONESTINO, já expulso da Universidade, no último semestre do curso de geologia, já vivendo na clandestinidade, que me pergunta – E agora? Eu vou seguir para a clandestinidade, disse. E eu lhe disse que ficaria, pois não tinha estrutura físico-psicológica para enfrentar aquela luta. Foi a última vez que estive com aquele grande brasileiro (Relatório UnB, 2015, p. 121).

78

Na UFSC foram encontrados documentos que comprovam a existência da ASI ainda em 1986.

Esse ambiente de medo e terror era o que se objetivava, pois esse clima acabava gerando outro elemento, que é o não reconhecimento de si próprio, a destruição moral do indivíduo. Conforme o depoimento de Felipe Lindoso, uma das vítimas da prisão e da tortura, “comentou que um dos efeitos mais perversos desse tipo de violência é a dissociação entre mente e corpo” (Relatório UnB, 2015, p. 146). Também em depoimento, Alduísio Moreira da Silva, então estudante, afirma que:

Trata-se de uma luta para destruir, não tanto a resistência física, mas a resistência moral dos presos. A pressão física é apenas veículo para a pressão moral [...] Cria-se um clima de terror para esmagar a resistência moral do preso (Relatório UnB, 2015, p. 123).

Além disso, os documentos produzidos pelo sistema de vigilância serviam para registrar as ações repressivas, armazenando informações que futuramente poderiam ser utilizadas para justificar a repressão narrada⁷⁹. O fato desta documentação ser toda confidencial, da própria existência das ASIs ser secreta, apesar de formal, toda essa rede interna e externa de vigilância e controle contribuía para um ambiente de ocultamento e manipulação da informação que criava um clima de desconfiança.

Assim, também nas universidades foram utilizados os dois tipos de estrutura previstos na DSN: o aparato repressivo e de controle armado e a rede de informações. A contraofensiva tinha que se concentrar em novas técnicas de contrapropaganda e contrainformação, cujas algumas das técnicas fomos apresentando ao longo deste capítulo. Elementos como a guerra psicológica com o superdimensionamento das ameaças, a recriação constante do “inimigo interno” (real ou imaginário), a utilização de vasto arsenal repressivo e coercitivo, a política de ocultamento de informações e de controle exercida pela comunidade de informações, configuram a forma como a DSN foi se institucionalizando nas universidades, criando um

⁷⁹ Se a princípio a guarda desses documentos tinha também por objetivo ser utilizada como justificativa contra os atingidos pelas ações estatais, com o desmonte e fechamento das ASIs universitárias, segundo Motta (2014, p. 338-339), muitos desses documentos foram literalmente queimados, alguns foram recolhidos por organizações militares e que o autor supõe que estejam escondidos até os dias de hoje. Ressalta-se que a decisão de destruição destes documentos foi dos próprios reitores, o que aponta indícios de que setores da comunidade universitária que tiveram alguma participação em atos repressivos desejavam apagar os vestígios. Como afirmado pela Comissão da UFBA, “Embora não tenham sido jamais encontrados, documento classificado como “Secreto”, datado de 20 de julho de 1977, informa que naquela data os documentos sigilosos controlados pela ASI/UFBA passaram para a custódia do Reitor Augusto Mascarenhas”. Assinam o documento o chefe da ASI, professor George Barreto de Oliveira e o reitor Augusto Mascarenhas (Correspondência Sigilosa do Gabinete do Reitor, doc. RP3045) (Relatório UFBA, 2014, p. 54).

ambiente de terror, medo, silêncio, desconfiança, autocensura e isolamento, cumprindo funções tanto de destruição da mobilização social como de cunho pedagógico.

3. AUTOCRACIA BURGUESA E TECNOCRACIA NA UFSC

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é gestada no período pré-golpe e se estabelece enquanto Universidade a partir da disputa entre dois grupos políticos constituintes dos setores dominantes no Estado: o Partido Social Democrático (PSD) liderado por João David Ferreira Lima e a União Democrática Nacional (UDN) representada por Henrique da Silva Fontes. Nesta disputa, o PSD se impôs e o primeiro reitor da UFSC⁸⁰ foi João David Ferreira Lima, que ficou no cargo até 1972. Registra-se que esta disputa pelos rumos da instituição e por sua direção foram “esquecidas” e a história oficial da UFSC é contada como linear, homogênea, sem conflitos e centrada na figura-chave de seu primeiro reitor, tratado como um visionário⁸¹.

Sancionada pelo então presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 18 de dezembro de 1960, a Lei nº 3.849 federalizava a Universidade do Rio Grande do Norte e criava a Universidade Federal de Santa Catarina. Contudo, antes de vigorar a referida lei, existiam na Ilha algumas Faculdades isoladas: a de Direito (1932); de Ciências Econômicas (1943); de Odontologia (1946); de Farmácia e Bioquímica (1946); de Filosofia (1952); e Serviço Social como agregada (1958) (NECKEL, et. al., 2010)⁸².

Em termos socioeconômicos, Santa Catarina era um estado cujo impacto da criação de uma Universidade Federal em sua capital, Florianópolis, pode ser medido pelos recursos orçamentários. A “UFSC, [que] já em 1962, [era] responsável por aplicações três vezes e meia superior (sic) ao orçamento da Prefeitura Municipal de Florianópolis, que à época custeava 1.108 empregos diretos” (PEREIRA apud SILVA, 2000, p.4).

Mas o fato de estar na periferia não diminui a importância da Universidade, pois tanto o governo do Estado quanto às gestões universitárias foram bastiões de apoio ao golpe de 1964 e à ditadura civil-militar. Isto se deve ao posicionamento dos setores empresariais e

⁸⁰ Na constituição era designada como Universidade de Santa Catarina – USC, mas para evitar o uso excessivo de siglas, utilizaremos sempre a sigla UFSC, denominada assim a partir de 1965. Essa disputa consta no livro de memórias de João David Ferreira Lima intitulado *UFSC: sonho e realidade*. (LIMA, 2000, p. 57-70).

⁸¹ Recente livro publicado pela Editora da UFSC traz a reedição de dois cadernos publicados por Henrique Fontes. O livro divide-se em duas partes, sendo a primeira sobre a Faculdade de Filosofia e a segunda parte sobre a Cidade Universitária, da qual foi defensor. Sobre a Cidade Universitária o Reitor Ferreira Lima foi publicamente contrário, e esse tema foi pivô de muitos conflitos, como veremos adiante. Auras, Marli, Mamigonian, Armen (orgs.) *Henrique da Silva Fontes – Pensamentos, palavras e obras*. Florianópolis: EdUFSC, 2016.

⁸² Disponível em: http://www.agecom.ufsc.br/files/2010/12/Livro_UFSC50Anos_2010_web.pdf

militares no Estado que se alinharam nacionalmente aos setores vinculados ao capital internacional e às imbricações das gestões universitárias a estes setores. Logo após o golpe, o Reitor Ferreira Lima participou de ato público de apoio ao golpe denominado “A Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que contava ainda com representantes do executivo, judiciário, legislativo, religiosas, e outros membros da comunidade universitária (SILVA, 2000, p. 106).

Em Florianópolis essa marcha só aconteceu no dia 17/04/64, para legitimação do golpe. Ela foi construída pela Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), que era composta de esposas de ex-Governadores e do então Governador do Estado, Edith Ramos (esposa do governador Celso Ramos) e tinha o apoio dos comerciantes de Florianópolis (Clube dos Diretores Lojistas e pela Associação Comercial de Florianópolis). A CAMDE era presidida pela professora da UFSC Maria Carolina Gallotti Koerig da Faculdade de Filosofia (MAY, 1998).

O governador Celso Ramos, herdeiro de uma das famílias tradicionais de grandes proprietários rurais do planalto serrano, além de político e uma das lideranças do Partido Social Democrático (PSD) de Santa Catarina, também era industrial e um dos fundadores da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC). Já Ferreira Lima, além de vinculado ao PSD e reitor da UFSC e futuro presidente do Conselho de Reitores (CRUB) também era Diretor da empresa Transportes Aéreos Catarinenses S/A e a professora Maria Carolina Gallotti Koerig, da Faculdade de Filosofia foi uma das “testemunhas” convocadas para dar depoimento na Comissão de Inquérito instituída pelo Ato Institucional nº 1.

Assim, neste terceiro capítulo vamos mostrar, no primeiro item, a imbricação entre os setores empresariais, políticos e o papel desenvolvido pela Universidade junto a esses setores, já que as legislações e sua forma de funcionamento são expressões dos interesses de classe que os grupos que a dirigem representam. Desse modo, iniciamos mostrando a formação da economia catarinense, o bloco de poder que foi se constituindo e sua vinculação com setores golpistas, assim como o papel desempenhado pelo Estado e a UFSC para o desenvolvimento dos interesses econômicos que o monopolismo dependente exigia no Estado de Santa Catarina.

E num segundo momento mostraremos como se expressa nas legislações, organização política e administrativa e no modo de funcionar da UFSC, desde sua constituição, do caráter autocrático de atuação da burguesia no trato com as demais classes sociais. E se esse caráter já estava presente antes de abril de 64, a partir do golpe se aprofundou intensivamente, conforme

veremos. Mas se a autocracia é uma das faces do capitalismo dependente, e se com o golpe se mostrou efetiva a reorganização das instituições para atender às necessidades do capital nesta nova fase de desenvolvimento capitalista, nossa hipótese é que a UFSC, na sua forma de se organizar, já antecipou essa reorganização institucional no seu desenvolvimento e foi modelo administrativo para as demais universidades brasileiras.

3.1 A formação da UFSC e sua relação com as necessidades econômicas do estado

Para entender o papel da Universidade e o desenvolvimento da sua política no Estado de Santa Catarina é necessário entender os nexos que a vinculam ao bloco de poder composto por diferentes grupos políticos/empresariais que a partir de 1945 se dividiram entre o PSD e UDN e representado pelos Ramos (PSD) X Konder Bornhausen (UDN).

Na 1ª República (1889-1930), segundo Patrícia May (1998), as disputas se davam entre os grupos políticos do Planalto Serrano (representado pelos Ramos) e do Vale do Itajaí (representado pelos Konder e Bornhausen). O Planalto Serrano (região de Lages) representava os setores tradicionais vinculados aos antigos grandes proprietários rurais⁸³ e o Vale do Itajaí (Itajaí, Blumenau e Brusque) era representado por setores empresariais que se fortaleceram na passagem para a República e vinculados às atividades financeiras, comerciais e manufatureiras. A partir da década de 30 surgem novos setores empresariais na região do Itajaí, no Oeste e no Vale do São Francisco (Joinville). Foram esses setores tradicionais e os “novos empresários” que formaram a base para a criação, em 1945, do Partido Social Democrático (PSD) e União Democrática Nacional (UDN), que durante a ditadura se unificaram na ARENA.

Segundo Alcides Goulart Filho (2002, p. 979) a formação econômica de 1880 até 1945 foi marcada pela chegada dos imigrantes e a fundação de diferentes núcleos coloniais, a expansão da fronteira agrícola no oeste, a construção de ferrovias e a atuação de companhias

⁸³ Na caracterização que faremos a seguir da economia catarinense até 1945 nos baseamos na análise de Alcides Goulart Filho, que não exclui a presença das grandes propriedades pecuaristas e extrativistas no planalto serrano, representada na família Ramos, mas que identifica que o padrão hegemônico no Estado era da pequena propriedade, que ditava o ritmo da economia catarinense. Segundo ele, em ambos os regimes de propriedade predominava o capital mercantil (GOULART FILHO, 2002, p. 981).

colonizadoras⁸⁴. Nasceram e se expandiram nesse período a indústria têxtil em Blumenau e Brusque, o carvão no sul (região de Criciúma), a extração da erva-mate no norte, a madeira e a produção alimentar no Vale do Itajaí. Entre 1945 e 1962 “surgiram novas e dinâmicas indústrias, como a metal-mecânica em Joinville, a cerâmica no sul e a de papel e celulose no planalto” (GOULART FILHO, 2002, p. 979).

Houve a expansão de setores tradicionais assim como a sua diversificação, como o setor madeireiro e de alimentos, e ampliando a base produtiva e sua integração com a economia nacional.

Durante o período 1945-62, houve uma expansão dos setores tradicionais [carbonífero, têxtil, madeireiro e alimentar] que se originaram no período anterior. Ao mesmo tempo em que se expandiam, havia uma diversificação a partir do próprio setor: o madeireiro diversificou-se para a produção de papel, papelão e metal- mecânica, e do setor dos alimentos nasceu a agroindústria, resultado da metamorfose do capital mercantil para o capital industrial. A lenta acumulação da pequena produção mercantil foi acelerada quando o capital se engajou no "projeto nacional de industrialização" e no planejamento estadual, surgindo as grandes indústrias catarinenses (GOULART FILHO, 2002, p. 987).

São esses os setores empresariais que compunham tanto o PSD como a UDN e suas respectivas alas, como veremos a seguir. O PSD era composto por dois grupos: um primeiro ligado a ala conhecida como “Clube 12 de Agosto”, um clube social com sede em Florianópolis, e a ala da “Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC)”. No Clube 12, além da figura de destaque de Aderbal Ramos (Empresa Carlos Hoepcke), também integrante da Associação Comercial de Florianópolis, eram ligados outros empresários, alguns profissionais liberais de Florianópolis e alguns militares (como Alcides Abreu⁸⁵, General Paulo Weber Vieira e Coronel Antônio Lara Ribas).

⁸⁴ Mas essa expansão se deu a partir do extermínio indígena e da subordinação dos caboclos ao trabalho nos moldes capitalistas, ou seja, da violência. Neste contexto que analisamos a Guerra do Contestado no oeste catarinense. Sobre esse tema consultar: MACHADO, Paulo Pinheiro. *As lideranças do Contestado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004; AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995. Ou ainda o dossiê produzido em 2012 e disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/contestado>

⁸⁵ O professor Alcides Abreu cursou a ESG em 1973, participou do Ciclo de Estudos da ADESG/SC em 1970 e foi um dos conferencistas neste ciclo com o tema *Panorama infra-estrutural de Santa Catarina: as comunicações*, transformada em texto. Também foi indicado, na sessão de 12/12/78 como representante no Conselho de Curadores da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. (FIESC). Era membro do Clube 12 de Agosto e do PSD. Além disso, consta seu nome como credenciado para possíveis cargos públicos, (ACT_ ACE_1555_81, de 14/1/78 no qual o assunto é a “RELAÇÃO NOMINAL DE PESSOAS CREDENCIADAS PARA EVENTUAIS PARA CARGOS PÚBLICOS - ESTADO DE SANTA CATARINA” do SNI). Sua descrição relaciona, além da sua atividade como professor universitário da UFSC, sua formação e

O grupo da FIESC, cujo representante de maior destaque, radicado em Florianópolis, era Celso Ramos (C. Ramos Comércio e Agência – Revendedora da Volkswagen e Cia. Florestal de SC), um dos fundadores da Federação (1950) e do SENAI (1954). Essa ala era composta ainda de empresários de Florianópolis, do Oeste, Joinville e Vale do Itajaí. Entre as empresas identificamos: São Jorge, Sadia, Perdigão, Indústria Têxtil Santa Teresinha, Wetzel Ind., Chapecó Ind., Cônsul, Renaux, Artex, entre outras.

A UDN era composta por duas alas chamadas de Ala Grossa, formada por empresários de Blumenau e Itajaí (setores tradicionais) e Ala Renovação com empresários de Joinville. A figura de maior destaque da Ala Grossa era Irineu Bornhausen, que tinha sócios importantes na região de Itajaí e Blumenau em empresas como Banco da Indústria e Comércio de SC (INCO), primeiro banco de crédito do Estado, Pátria Comércio de Seguros e Moinho Reunidas S.A. Composta ainda por empresas como WEG⁸⁶ e Hering. A ala renovação era vinculada principalmente às indústrias Tupy e Indústria Colin S.A, e ainda empresas como Cremer e Tekka, entre outras.

São as necessidades empresarias e sua expressão política nesses dois partidos fundamentais para entender o papel da UFSC em relação ao setor empresarial.

Segundo Alcides Goulart Filho (2002) as alterações na economia catarinense a partir de meados dos anos 40 tornavam necessários novos arcabouços institucionais, financeiros, de investimentos e infraestrutura, já que as condições concretas não se adaptavam às necessidades de expansão do capital, limitada pela falta de infraestrutura viária e portuária, de energia e de recursos financeiros. Recursos esses que somente o Estado dispunha, tanto no âmbito nacional como estadual. Mas a mudança no padrão de acumulação está relacionada à realidade nacional, consolidada com o golpe e a inserção na fase monopolista de forma dependente.

também os diversos cargos públicos que ocupou: Formação: Economia - Paris - 1951/52, Doutor em Direito - UFSC - 1955, Planejamento do Desenvolvimento – EUA - 1963 e Administração de Sistema de Formação Profissional – RJ - 1953. Suíça, Alemanha e França - 1957. Ocupou os seguintes cargos na Administração Pública: Diretor de Economia do Governo de Santa Catarina - 1947/50, Promotor Público (concurado) de Santa Catarina - 1953, Diretor Regional do SENAI/SC -1954/72, Secretário Geral do Plano de Obras de Santa Catarina -1961, Presidente do Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina - 1962/65, Incorporador e Presidente do Banco Regional de Brasília e Cia. de Desenvolvimento do Planalto Central - 1966/67, Economista da SUDESUL, Presidente da Companhia de Telecomunicações de Santa Catarina - CODESC, membro do Conselho Administrativo do BNDE/SC, Secretário do Desenvolvimento Econômico do Estado de Santa Catarina -1971, Conselheiro do Tribunal de Contas de Santa Catarina – 1972. Este professor é a expressão das vinculações nas relações entre o empresariado, a universidade, os militares e o Estado.

⁸⁶ A WEG instalou-se na UFSC na incubadora industrial tecnológica da Fundação CERTI e teve como seu diretor industrial em 1987 o ex- diretor da Escola de Engenharia Industrial e ex-Reitor Caspar Erich Stemmer, que solicitou licença sem vencimentos da UFSC.

A mudança do padrão de crescimento em Santa Catarina só pode ser entendida, em primeira instância, pela mudança do padrão de acumulação em nível nacional, que tinha como tripé básico o capital estatal, o externo e o nacional (a perna fraca) (GOULART FILHO, 2002, p.989).

As barreiras foram transpostas a partir de 62, e a Universidade tem uma função fundamental nesse aspecto. A questão energética era um dos principais entraves ao desenvolvimento das indústrias catarinenses e foi uma das questões chave a se resolver. Assim foi constituída a empresa Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) em 1955, que foi incorporando as pequenas empresas regionais de energia e centralizando a geração, transmissão e distribuição de energia no Estado. E a UFSC foi fundamental para o próprio desenvolvimento da Celesc, que firmou uma série de convênios com a instituição, como veremos a seguir.

Assim foi criada a Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina (FEESC) pela Celesc em maio de 1966 pela necessidade de contratação de engenheiros para dar conta de suas atividades na geração e distribuição de energia. A partir do convênio entre Celesc e Escola de Engenharia Industrial foi criado o curso de Eletro-Técnica na UFSC para atender a essa necessidade⁸⁷. Mas a relação entre Celesc e UFSC não se restringiu a formação de força de trabalho especializada. Com a constituição da FEESC não só foi viabilizada a implantação do Curso de Eletro-Técnica mas a mesma passou também a apoiar projetos de pesquisa e extensão, em parceria com outras instituições públicas e privadas⁸⁸. Também foi via a Fundação que o Governo do Estado de SC repassou verbas para criação do curso de Engenharia Civil (BLASS, 2015, p. 58)

A título de exemplo, foi firmado convênio da Celesc com o Departamento de Engenharia Elétrica em 18/10/72 para estudos de sistemas elétricos. Na manifestação do relator favorável ao convênio foram ressaltados os benefícios que trariam para uma maior integração universidade-empresa e o aprimoramento do corpo docente do Centro Tecnológico. Ou ainda o convênio aprovado 27/11/1972 para elaboração de orientação quanto à política carvoeira e sua repercussão na estrutura tarifária.

⁸⁷ A partir da sessão do CUn de 30/11/65 o Conselheiro Caspar Erich Stemmer foi autorizado a fazer as gestões necessárias para assinatura do convênio, na qual a CELESC se comprometeria a custear um ano do curso pelos próximos cinco anos. Mas foram vários os convênios firmados com a CELESC.

⁸⁸ Disponível em: <http://noticias.ufsc.br/2011/05/fundacao-de-ensino-de-engenharia-de-santa-catarina-completa-45-anos-auxiliando-transferencia-tecnologica-na-ufsc/>.

Portanto, não é possível pensar a política de produção, transmissão e distribuição de energia em Santa Catarina sem levar em consideração a criação da Celesc e sua atuação conjunta com a UFSC.

Mas o funcionamento da Escola de Engenharia Industrial não foi financiado apenas pela Celesc. Antes dele, em 29/03/63 o professor Petrucci informou em sessão do CUn sobre a possibilidade da instalação da Escola de Engenharia com a sugestão de instalação dos cursos de mecânica e metalurgia, já que essas eram as necessidades apresentadas pelas *entidades industriais* visitadas pelo mesmo nas cidades de Brusque, Joinville e Blumenau. Comprometeu-se a elaborar relatório sugerindo de onde contratar os professores e posteriormente foi firmado acordo com a Universidade do Rio Grande do Sul. A partir da sua criação, quando da constituição da UFSC em 1962, uma série de convênios foram assinados pela Escola de Engenharia Industrial garantindo verbas federais e estaduais para seu funcionamento.

Entre eles, com a Comissão Supervisora do Plano dos Institutos (COSUPI), responsável por definir a aplicação de verbas do MEC para implantação e desenvolvimento de um programa de educação tecnológica, e que assinou convênio com a UFSC em 31/07/64 destinando recursos para a Escola de Engenharia Industrial.

Assim, os cursos de graduação e pós-graduação em Engenharia da UFSC firmaram diversos acordos com órgãos públicos e privados. Em outubro de 72 firmou convênio com o Banco Nacional de Desenvolvimento e Fundo Nacional de Desenvolvimento (BNDE/FUNTEC) para complementação de recursos para os cursos de Pós-graduação em Engenharia Elétrica e Mecânica, vigente até dezembro de 74. Ao longo das atas do Conselho Universitário e Conselho de Curadores acompanhamos vários convênios como este sendo aprovados.

E por este último convênio, entramos num segundo entrave ao desenvolvimento da indústria, o sistema bancário, que até o início dos anos 60 era constituído de pequenas casas bancárias, com abrangência local e crédito para a pequena propriedade rural. Era necessário dotar o Estado com capacidade de financiamento de longo prazo, por meio de agências de fomento e programas de incentivo.

Tanto o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BDE) como o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), criados em 1962, foram criados para atender a esta necessidade e deslocaram o sistema financeiro do crédito, até então voltado ao consumo, para o crédito ao investimento de longo prazo. Foram criados ainda os

fundos para fomento e incentivo da indústria e agroindústria catarinense (Goulart Filho, 2002, 991-992).

Assim, em 26/05/1971 foi firmado convênio com a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), o Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (CODESUL), o Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (FUNDESC), a UFSC, a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e o Núcleo Regional do Instituto Euvaldo Lodi de Santa Catarina (NR/IEL/SC) para elaboração do cadastro industrial de SC⁸⁹.

Contudo, os convênios não ficaram restritos a Escola de Engenharia, sendo que o Instituto de Pesquisa e Estudos Econômicos (IPEE) da Faculdade de Ciências Econômicas firmou vários convênios para atender as empresas catarinenses, como o firmado com a Empresa Rogério Souza para realização de trabalhos técnicos relativos à elaboração de Projeto Industrial visando colaboração financeira e ainda com o Escritório Invest Ltda. para pesquisa de mercado para instalação de uma Indústria Química na Grande Florianópolis (29/10/69). Ou o convênio firmado com a Universidade do Estado de Ohio (USO), para que a equipe técnica do IPEE (Wilmar Orlando Dias, José Itamar de Sá, Carlos José Gevaerd e Plínio Henh) participasse da pesquisa sobre uso e distribuição de fertilizantes nos Estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais (29/07/66). Outro convênio com a Universidade de Ohio foi firmado para análise dos Programas de Instituições e Serviços de Crédito Rural (30/12/69). Também foi aprovado o convênio entre a UFSC e Imobiliária A. Gonzaga & Cia Ltda. para pesquisa conduzida pelo IPEE para estimar a capacidade do mercado imobiliário para apartamentos e salas para escritórios no centro de Florianópolis.

Ainda foi firmado convênio pela Faculdade de Farmácia e Bioquímica para fabricação de produtos farmacêuticos com a Fundação Médico Hospitalar Catarinense (30/12/1969), ou convênio com o Instituto Brasileiro de Assistência Gerencial à pequena e média Empresa (IBAGESC), por meio de um programa de assistência técnica e gerencial através de serviços, formação e aperfeiçoamento de pessoal técnico e administrativo (09/08/73) ou com a Secretaria do Planejamento da Presidência da República, Programa Nacional de Treinamento de Executivos, a UFSC e o IBAGESC, para a realização em SC do Programa Nacional de Treinamento de Executivos (31/10/74) ou convênio firmado entre SUDESUL-UNICEF e

⁸⁹ Além da criação do Cadastro Estadual de Estágios, conforme visto no capítulo anterior.

Faculdade de Serviço Social para curso de extensão de Serviço Social, sem ônus para a Universidade (30/08/69).

Estes foram apenas alguns exemplos de convênios que muitas vezes eram financiados por órgãos de fomento ou fundos ou programas públicos, criados para garantir a expansão do setor privado, ou ainda diretamente com empresas ou com as organizações patronais, como a própria FIESC. Vimos ainda que atenderam áreas estratégicas, do desenvolvimento do setor energético, carvoeiro, a habitação, produtos farmacêuticos até pesquisa de mercado imobiliário ou crédito rural.

Todos estes convênios fazem parte de uma política de planejamento estadual, como vimos que foi discutido no curso da ADESG em 1970 no Estado.

Foi somente com o Plano de Metas do Governo (Plameg) — 1961 -65 que efetivamente o Estado passou a utilizar instrumentos ativos de políticas econômicas para implantar e ampliar a infra-estrutura social básica e para financiar o capital privado local. A mesma proposta do Plano foi repassada para o Plameg II (1966-70) e para o Projeto Catarinense de Desenvolvimento (PCD) — 1971-74 e, em menor proporção, ao Plano de Governo (PG) — 1975-1979. [...] O Plameg, o Plameg II, o PCD e o PG de 1961 a 1979 podem ser classificados como planos com objetivos e resultados concretos afinados com os objetivos nacionais. O Estado foi um dos atores principais. Durante esse período, a infra-estrutura social básica catarinense foi profundamente alterada, removendo os pontos de estrangulamento, sobretudo no tocante à energia e ao transporte (GOULART FILHO, 2002, p 990-991).

Esses planos, assim como reproduzido no Ciclo de Estudos da ADESG, dividiam-se em áreas, como o Projeto Catarinense de Desenvolvimento que foi discutido naquele Ciclo, e a UFSC tinha um importante papel em todas elas, logo, para o desenvolvimento com segurança do Estado de Santa Catarina.

Mas para além de convênios firmados ao longo do tempo, já na criação da Universidade, no campo político, reproduzia-se essa mesma disputa verificada no plano estadual, ou seja, de um lado Ferreira Lima, ligado ao PSD, e que defendia a federalização da universidade e sua permanência no centro de Florianópolis e de outro, Henrique da Silva Fontes, vinculado à UDN e que defendia a estadualização e a construção da cidade universitária no bairro da Trindade.

Henrique Silva Fontes⁹⁰ iniciou o projeto de construção da cidade universitária na década de 50 e a Faculdade de Filosofia, da qual era Diretor, foi a primeira a se transferir para lá. Contava, para isso, com apoio dos Bornhausen, na figura de Irineu Bornhausen, então Governador do Estado (1951-1956) e que assinou duas Leis em favor desse projeto. A Lei nº 1.170 de 26/11/54, e que “determina providências para localizar a futura Universidade de Santa Catarina” e destina terrenos na Trindade para sua construção, e a Lei nº 1.362 de 29/10/1955 que “autoriza o poder executivo a promover a criação da Universidade de Santa Catarina” e também destina recursos.

No âmbito nacional, durante a crise instalada após o suicídio de Getúlio Vargas, entre 11/11/55 e 31/01/56 assumiu a Presidência da República o catarinense Nereu Ramos, do PSD (irmão de Celso Ramos, futuro Governador). Nereu Ramos, após a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart tornou-se Ministro da Justiça até 1957, quando retornou ao Senado. Nesse sentido, Ferreira Lima, vinculado ao PSD e próximo aos Ramos, conseguiu junto ao Presidente aprovar a Lei nº 3.038 de 19/12/56 e federalizar a Faculdade de Direito, da qual era Diretor, e assim conseguir mais verbas para seu funcionamento. Em 1960, conseguiu aprovar a criação da Universidade de Santa Catarina, como autarquia federal, e incorporar a Faculdade de Filosofia a ela (Lei nº 3.849 de 18/12/60).

Assim, a Universidade federalizada que hoje conhecemos, com campus na Trindade, é fruto da disputa entre dois grupos articulados local e nacionalmente e de acordo com as próprias divisões políticas que vigoravam no país e no Estado.

Mas voltando ao cenário estadual, apesar da aliança PTB/PSD na eleição de Celso Ramos para o governo do Estado, que deveria repetir-se em 62, com a renúncia de Jânio Quadros e a crise que se instalou, o PSD rompeu a aliança com o PTB e se juntou à UDN.

Isso se deve à posição adotada pelos empresários e militares no Estado, favoráveis ao movimento golpista. Segundo May (1998), quando iniciou a Campanha da Legalidade, mesmo sendo vinculado ao Terceiro Exército do Rio Grande do Sul, o Coronel Silvío Pinto da Luz⁹¹, comandante do 14º Batalhão de Caçadores e o General da Reserva Paulo Weber Vieira da Rosa aderiram ao movimento golpista encabeçado por Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Recordemos que os dois militares eram vinculados ao Clube 12 de Agosto e a

⁹⁰ Foi secretário da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura no Governo Adolfo Konder (1926 a 1929), cunhado de Irineu Bornhausen.

⁹¹ Tio de Rodolfo Pinto da Luz, estudante que venceu as eleições do DCE a base da cassação dos membros da outra chapa e apoiou a Contrarreforma de 1968 como Presidente do DCE. Também foi três vezes Reitor da UFSC.

Aderbal Ramos. O objetivo era impedir que as tropas do Rio Grande do Sul chegassem até Curitiba⁹².

Com a posse de João Goulart, as tropas se recolheram, mas as articulações golpistas continuaram também em Santa Catarina. Segundo May (1998), o General Vieira da Rosa passou a integrar o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e passou a divulgar as concepções ideológicas da Escola Superior de Guerra (ESG) por meio da sua coluna “Bilhete” no jornal O Estado. Suas ligações com o IBAD e ESG o credenciaram para ser nomeado como Diretor Regional da Ação Democrática Popular Catarinense – ADP, em 1962. A ADP influenciou na ruptura da aliança entre PSD e PTB e serviu como canalizador de fundos para os candidatos do PSD e UDN, a maioria empresários que concorreram nas eleições em 1962.

De seu lado, o empresariado, independente do partido, colocou-se em franca oposição ao governo de João Goulart e sua proposta de reformas, e se autointitulavam como as “forças do bem” e defensores da liberdade ameaçada, alarmando a sociedade contra a suposta “comunização” do país, chegando a exaltar, próximo ao golpe, a necessidade de uma intervenção externa.

No trabalho de Patricia May (1998, p. 94-97) são citados trechos de pronunciamentos de diversos destes políticos/empresários (elencados acima) e publicados na Revista da Indústria e Comércio, na qual identificamos as concepções da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, construindo a perspectiva de uma instabilidade política causada pela subversão e orientada pelo comunismo internacional.

Nesta perspectiva que vemos o discurso de final de ano do Governador Celso Ramos, em 1962: “há quem ouça e sinta os rumores subterrâneos de subversão, anarquia e revolta em nossa Pátria” ou “ora exótico e importado, conforme figurinos bárbaros do terrorismo asiático” (MAY, 1998, p. 94). Ou ainda conclamando a todos para impedir um regime totalitário, que era identificado como sinônimo de regime comunista, e que todos deveriam se posicionar contra o governo de João Goulart e suas medidas, como o pronunciamento em final de 1963, feito pelo empresário Dieter Schmidt, fundador da indústria Tupy: “como cidadão e homem de empresa, acho que todos os brasileiros devem ser participantes desta luta ideológica [...] Não podemos admitir [...] pudesse o Brasil cair na desgraça de um regime totalitário” (MAY, 1998, p. 97). Mas essas ligações com as posições defendidas pela ESG

⁹² Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticia/2011/08/os-50-anos-da-campanha-da-legalidade-e-as-escaramucas-em-santa-catarina-3456465.html>

tiveram desdobramentos práticos, como o financiamento do primeiro ciclo de estudos da ADESG-SC:

Estas ligações de Dieter Schmidt, bem como de outros empresários da rede do PSD e da UDN com os militares da ESG, podem ser confirmadas através de uma reportagem da Revista Sul sobre o primeiro ciclo de estudos da filial da ESG no Estado, a ADESG (Associação dos Diplomados da Escola de Guerra de Santa Catarina). De acordo com a reportagem [1965], o curso foi patrocinado pelo governador Celso Ramos e pelas Associações Comerciais e Industriais de Blumenau e Joinville (MAY, 1998, p. 126).

Essa relação do empresariado com a ideologia da ESG, fosse participando ou patrocinando cursos da ADESG – exemplificados nos dois discursos, de final de 1962 e final de 1963, respectivamente, de um representante do PSD e da UDN –, demonstram o alinhamento quanto à identificação do inimigo comum denominado de subversivo, por um lado, e dos defensores do bem, da liberdade e dos valores cristãos, do outro. Neste sentido que este Estado da Federação foi um bastião de apoio ao golpe de 1964, e a partir dele todos estes setores empresariais se unificaram e dirigiram o Diretório da ARENA no Estado.

Mas para nosso trabalho, é importante perceber como o empresariado catarinense se colocou em defesa e luta por um projeto de desenvolvimento com segurança e se alinhou aos setores burgueses que consolidaram um tipo de capitalismo que se associa ao capital internacional de forma dependente, mas que internamente mantém não só o controle, como garante a extração do excedente para repartir-lo com seu sócio majoritário, a partir da superexpropriação e superexploração do trabalhador, portanto a superdominação também intrínseca a essa forma de desenvolvimento dependente.

Não existe empresário inovador sem um arranjo institucional e financeiro propício à realização de novos investimentos, sem um estado de confiança, sem expectativas favoráveis e com retorno garantido. Esse aparato financeiro que promove as finanças industrializantes faz parte de um movimento geral da industrialização brasileira (GOULART FILHO, 2002, p. 992).

Assim, para garantir um ambiente estável e o retorno dos investimentos foi institucionalizada a DSN, que unificou desenvolvimento com segurança para impedir manifestações de caráter político, destruir as organizações de trabalhadores urbanos e rurais e qualquer outro tipo de movimento coletivo contestatório. Com isso, segundo Alves (1985), comprimir os salários do setor público e privado e retirar direitos como o da estabilidade, substituindo-a pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), utilizado para acumular capital e subsidiar investimento. Mas estes ataques aos trabalhadores só pôde ser

feito recorrendo-se a todos os instrumentos, da criação do consenso, da cooptação, da vigilância e inclusive o recurso à violência no trato com as classes subalternas, que faz parte da nossa história, e no Estado de SC não seria diferente.

Mostramos assim alguns dos militares que tiveram papel preponderante na preparação do golpe no Estado, como o General Paulo Weber Vieira, que se tornou Prefeito de Florianópolis (mandato tampão) em 1964 e Secretário de Segurança Pública em 1965, ou ainda o Coronel Silvio Pinto da Luz, que foi nomeado Presidente do Instituto Nacional do Pinho em 1964 e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal em 1967 e suas vinculações com os empresários/políticos de Santa Catarina.

Boa parte destes empresários ocupou cargos públicos, sejam eletivos/indicados (de Governador, Prefeito, Vereador, Deputado Estadual, Federal, Senador) ou como presidentes ou diretores de empresas e bancos públicos, algumas delas que firmaram convênios com a UFSC (como CELESC e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE), como visto acima.

Mas também evidenciamos, ainda que de forma rudimentar, a vinculação entre os dirigentes universitários e os políticos catarinenses, logo com o empresariado. Mostramos as vinculações dos dois principais idealizadores da UFSC, Henrique Silva Fontes e João David Ferreira Lima com os políticos/empresários do PSD e UDN e como foi que essas relações, nas disputas intraclasse, permitiram a configuração da Universidade como a conhecemos. Uma destas vinculações é o fato do Reitor Ferreira Lima ser Diretor da empresa Transportes Aéreos Catarinenses S/A (TAC)⁹³, na qual Aderbal Ramos era sócio majoritário, que como vimos, era um político e empresário catarinense.

E ainda que de forma inicial, mostramos a relação entre as necessidades empresariais, o planejamento, as ações do Estado e o papel da UFSC por meio dos diversos convênios, da importação de maquinário à formação de força de trabalho e estudos de viabilidade.

Mas advertimos que a relação com o empresariado é um trabalho que ainda precisa ser feito, pois o que fizemos foi somente um pincelamento de algumas poucas relações, necessitando do devido aprofundamento e análise.

⁹³ Este assunto será destaque numa denúncia que a União Catarinense dos Estudantes fez para o MEC em final de 1963, e que veremos mais detalhadamente a seguir.

3.2 Autocracia e suas expressões

Como afirma Fernando Ponte, faz parte da nossa história, pelo tipo de processo histórico que desenvolvemos, o método político de atuação com violência para submeter a maioria:

O contexto histórico e político de 1964 expressa o golpismo como método e como o fazer política próprios das democracias que nascem do escravismo colonial e têm no capitalismo dependente sua versão mais bárbara. Têm como legado da revolução burguesa não a institucionalização da democracia, mas a institucionalização da violência de Estado, como potência antidemocrática ou, pelo menos, como um permanente esforço como regime político e como sistema econômico em submeter as maiorias às obediências ao Estado como dominação de classe (Cap. 1, Relatório CMV-UFSC, s/p.).

Se a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento inicia seu processo de institucionalização a partir de 1º de abril de 1964, e se a tendência a atuar com violência e repressão pelo Estado brasileiro ficou mais explícita a partir de então, não significa que as formas anteriores de resposta das classes dominantes em relação aos protestos, manifestações, greves, movimentos sociais, revoltas, entre outros, presentes na história do país, tenham sido diferentes. Pelo contrário, a autocracia burguesa é a forma histórica de resposta das classes dominantes numa sociedade dependente. E a tentativa de excluir o conflito e a mobilização social também se expressa na Universidade Federal de Santa Catarina, desde a sua fundação.

Para analisarmos então a particularidade da UFSC, consideramos dois momentos como emblemáticos nesse processo: da fundação como universidade federal até o golpe de 64; logo após o golpe e no período da [contra] reforma universitária e decretação do Ato Institucional nº 5/Decreto 477/69.

Buscamos demonstrar neste primeiro item que a Universidade Federal de Santa Catarina, federalizada em 1962, já continha em seus documentos formais (Estatuto e Regimento) e no seu *modus operandi* alguns dispositivos que anteciparam a própria legislação repressiva, assim como a perspectiva de uma estrutura política centralizadora e autoritária que norteou a Contrarreforma Universitária de 1968.

Para isso analisamos não só as legislações internas, mas as atas do Conselho Universitário (a partir de agora referido como CUn) de 16/09/1961 até 31/03/1964 e do Conselho de Curadores (referido como CC) de 27/01/62 até 20/02/64, portanto anteriores ao

golpe, e nas quais inclusive foram discutidas essas legislações internas e que, ainda que sejam documentos que retratam a versão oficial da reitoria, se lidos nas entrelinhas, deixam transparecer os agentes e os conflitos existentes, seja entre os diferentes grupos de poder presentes na instituição, como também o conflito com o movimento social, principalmente estudantil, e que tem traços de continuidade na forma de funcionamento e no trato com a coisa pública.

Na segunda parte, a partir das mesmas fontes utilizadas anteriormente, mas cujo recorte temporal inicia a partir do dia 31 de março de 1964, faremos a conexão com a primeira parte para demonstrar os traços de continuidade e aprofundamento da forma autocrática de ser, seja no entre-golpe⁹⁴, no tratamento com o movimento estudantil no pré-golpe e logo após o golpe, assim como na Contrarreforma Universitária de 1968 e decretação do AI-5.

Para compreendermos então quais os agentes nos conflitos dentro da instituição, temos que desvelar quem são os setores que ocupam os espaços de poder e quem pressiona pela ampliação dos espaços democráticos dentro da instituição. Como não pretendemos fazer uma exploração exaustiva sobre o assunto, e como nos órgãos deliberativos e na reitoria se expressam as principais expressões do poder existente na Universidade, faremos essa discussão a partir das atas do Conselho Universitário, Conselho de Curadores e dos Regimentos e Estatutos da instituição.

Ademais, seria impossível mostrar a forma de atuação calcada na autocracia sem mostrar os setores que deveriam ser contidos, portanto os movimentos sociais⁹⁵ também podem ser identificados pelos conflitos que se expressam nesses espaços de poder, e apesar de não serem o foco desta dissertação, consideramos que mostrá-los pelo filtro institucional ou documentos da repressão, apesar de limitado, é suficiente para caracterizar os limites da repressão e os fundamentos de uma sociedade de classes cujo conflito é estrutural.

3.2.1 A autocracia já estava aqui: UFSC pré-golpe

⁹⁴ Entre-golpe é utilizado no sentido de caracterizar o período de um mês entre 24/03/64 e 22/04/64, portanto imediatamente anterior e posterior ao golpe de Estado.

⁹⁵ Fizemos um recorte de momentos-chave que possibilitaram compreender a dinâmica de funcionamento da Universidade e o movimento estudantil foi o movimento social que fez os embates nesses momentos escolhidos. Isto não significa, todavia, que a contestação era limitada apenas ao movimento estudantil e nem que fizemos um levantamento da história do movimento estudantil na UFSC.

Numa autocracia busca-se eliminar, de todas as maneiras, os conflitos sociais inerentes, o contraditório, as divergências, para garantir que prevaleçam os interesses dos pequenos grupos que controlam o poder e, portanto, ocupam as posições-chave na instituição.

Mas se o conflito é inerente a qualquer sociedade classista, ele não pode ser simplesmente eliminado, por mais artifícios que sejam utilizados. Mesmo assim, diferentes mecanismos são usados para intimidar ou tentar abafá-los da vida social, e pretendemos mostrar sua instrumentalização na UFSC desde sua constituição até dia 31/03/1964. E evidenciaremos ainda como os avanços democratizantes, quando ocorrem, tem como pano de fundo algum tipo de mobilização social, no caso, estudantil.

Para isso escolhemos uma situação-limite que é o assunto em pauta da sessão do Conselho Universitário de 24/01/64, qual seja, o pedido de intervenção federal na UFSC feito pela União Catarinense dos Estudantes (UCE). Esse caso nos permite explorar as diferentes nuances da questão autocrática, complementando sempre com outras informações obtidas das fontes e que tenham relação com os diferentes temas que serão tratados.

Vamos aos fatos. Em novembro de 1963 a União Catarinense dos Estudantes (UCE) e o Diretório Acadêmico XI de Fevereiro (Direito) encaminharam representação ao Ministro da Educação, ao Presidente da República e ao Conselho Federal de Educação pedindo abertura de inquérito, intervenção federal e nomeação de reitor *pro tempore* até que as irregularidades apresentadas fossem sanadas.

Antes de adentrarmos no documento redigido, a própria existência da denúncia já explicita o nível que o conflito entre Reitoria, Movimento Estudantil e grupos de oposição ao Reitor (capitaneado pelo Diretor da Faculdade de Direito) chegou antes do golpe. Muitos desses conflitos remontam às disputas expressas em temas como federalização ou estadualização da Universidade, criação da Cidade Universitária ou de Conjunto Universitário, se o local seria no Centro, no bairro da Trindade ou no Continente, sobre a democratização dos espaços, papel dos estudantes e do movimento estudantil, entre outros, alguns inclusive prévios à própria constituição da Universidade Federal em si.

Mas seu ápice se deu com esse pedido de intervenção, que acabou gerando um comunicado do Conselho Federal de Educação (CFE), lido na sessão do CUn de 24/01/64, no qual informa que recebeu da União Catarinense dos Estudantes uma representação, e solicitando esclarecimentos do Reitor e Conselho Universitário. No documento enviado pelo CFE consta a representação dos estudantes, composta de doze itens, e que apesar de extensa,

transcrevemos na íntegra, pois explicita o conflito e instabilidade na instituição e mostra a resistência a um modelo centralizador e autoritário que era utilizado na Universidade desde sua fundação, e que nos permite apresentar a hipótese de uma significativa continuidade na legislação e no modo de funcionamento da instituição.

Na representação são elencadas questões como o não cumprimento das deliberações do CUn por parte do Reitor Ferreira Lima, a desatualização do Estatuto, nomeações sem concurso e por apadrinhamento, falta de prestação de contas, acumulação de cargo de Reitor com o de Diretor de uma empresa privada, cerceamento aos direitos dos estudantes nos órgãos deliberativos, uso da burocracia para tratamento desigual entre as Faculdades, centralização das funções universitárias, que passamos a transcrever:

- I. Não cumprimento das deliberações do Conselho Universitário por parte da Reitoria, como no caso da construção do Conjunto Universitário na Trindade, sempre adiada e boicotada, e como no caso das Bolsas de Estudo, que o Conselho fixa em C\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros) e a Reitoria pagou apenas C\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros); tendo-se ainda a considerar a verba constante no orçamento da USC [UFSC] de 1962 não foi, para êste fim, aplicada integralmente.
- II. Os Estatutos da USC são anteriores e contrários à Lei de Diretrizes e Bases.
- III. Nomeações irregulares (sem observância de concursos públicos), empreguismo desenfreado e a serviço de grupos políticos.
- IV. Não prestação de contas regimental, por parte da Reitoria.
- V. Acumulação de cargos do Sr. Reitor que é também da Diretoria de Transportes Aéreos Catarinenses (T.A.C) através do qual exerce pressão econômica contra os estudantes, fechando as portas da Imprensa.
- VI. Não cumprimento das deliberações do Forum de Reitores no qual ficou decidido a participação nos órgãos colegiados de 1/3 de representantes do corpo discente.
- VII. Negação de direito de voto aos dois atuais representantes estudantis no Conselho Universitário, o que vem decididamente contra o art. 78 da Lei n. 4.024 de 20/12/61.
- VIII. Existência de um órgão espúrio que é o Conselho de Curadores, através do qual o Poder Econômico dirige a Universidade. Mais ainda: Nêsse Conselho faltam os representantes da União, do Estado de Santa Catarina, na qualidade de doadores e dos estudantes.
- IX. Cerceamento de liberdade do Diretório Central (FEUSC) o qual não foi dotado de sede, nem de nada para funcionamento ao menos de urgência. É que a Reitoria não se sente bem com a presença dos estudantes livres e descompromissados e querem uma Universidade desalienada (sic).
- X. Tratamento desigual às unidades da USC, através da burocracia e controle de verbas, e que levou dois Diretores a renunciarem (Filosofia e Direito) por não poderem administrar e por não quererem compactuar.
- XI. Eis as causas, para conhecimento de V.Exia, que levaram o Prof. Henrique Stodieck, Diretor da Faculdade de Direito, a formular seu pedido de dispensa: A Reitoria concentra, ilegalmente, poderes que tornam impossível a direção da Faculdade. É ilegal a concentração, porque o

Estatuto da Universidade (art. 68, contido no capítulo “Do regime financeiro”) obriga o diretor a apresentar, anualmente, relatório de sua administração. Ora, não permitindo a Reitoria que o Diretor aplique o orçamento da Faculdade, impede tal prestação de contas. Além disso, a Reitoria, absorvendo os poderes de administrador da Faculdade de Direito, na verdade não exerce, pois não atende às solicitações reiteradas de realizações de consertos e reparos indispensáveis à conservação do prédio, bem como não atendeu a muitos pedidos formulados pelo Diretor, relativos a fornecimento do material de expediente pedagógico e outros. Não satisfeito, o Magnífico Reitor, com todos esses cerceamentos no pleno exercício da direção procurou abalar as boas relações existentes entre a Direção e os estudantes, quando declarou a êstes que na Faculdade de Direito nada se realiza porque o Diretor não se interessa e nada solicita. Em face de semelhante tentativa de solapar a autoridade do Diretor, por ato do Reitor, o primeiro entendeu necessário para preservar a paz da Universidade, renunciar.

XII. Por isso, baseado no artigo 9º letra g e o art. 84, da lei n. 4.024 de 20/12/61, solicita esta União Catarinense de Estudantes, inquérito administrativo através do Conselho Federal de Educação e posterior imediata intervenção federal, nomeando-se para esse fim um reitor pro tempore, afim de que sejam sanadas as irregularidades que, atualmente, fazem da USC mais uma estrutura anti-povo. Sem mais, aproveitamos o ensejo para reiterar os nossos mais elevados protestos de estima e consideração. Cordiais saudações universitárias. Ass: Luiz Carlos Halfpap – Secretário – Ass. Rogério Duarte de Queiroz – Presidente (Ata do CUn de 24/01/64, livro 2, p. 64-66).

Dada a variedade de temas, que muitas vezes se entrecruzam, optamos por analisar tematicamente as questões e demonstrar os elementos autocráticos contidos nos dispositivos formais e na dinâmica de funcionamento da instituição.

3.2.2. Quem são os sujeitos políticos, quem compõe e quem vota

A primeira questão a se discutir é qual era a composição dos próprios órgãos deliberativos, espaços máximos de deliberação da instituição e quem tinha o direito de compô-lo.

À primeira vista os colegiados integrados pela própria comunidade universitária, portanto autogeridos, aparentam ser mais democráticos e representativos dos diferentes setores da vida universitária. Sem dúvida sua existência em detrimento unicamente de um executivo (Reitoria) cria mais um espaço passível de disputa de projetos. Contudo, quando se observa mais de perto se percebe que a questão é mais complexa, pois assim como a democracia restrita na sociedade brasileira, na Universidade não seria diferente, e se reproduz na Universidade as diferentes hierarquias sociais que marcam a sociedade. Além disso, a

própria ditadura promulgou Atos Institucionais buscando dar legitimidade jurídica ao golpe e uma Constituição (1967), que permitiu o funcionamento bipartidário, e nem por isso deixou de ser uma ditadura. Assim, após a fundação da Universidade Federal de Santa Catarina foi constituído o Conselho Universitário⁹⁶, órgão deliberativo máximo, composto (artigo 10 do Regimento) pelo i) Reitor, como seu presidente, ii) dos Diretores das Unidades Universitárias, iii) de um professor catedrático efetivo eleito por cada Unidade Universitária, iv) por um “docente livre” eleito por seus pares em assembleia geral presidida pelo Reitor, v) do presidente do Diretório Central dos Estudantes e vi) do ex-reitor que seja professor catedrático em exercício e que tenha exercido a reitoria nos últimos três anos.

A primeira questão que chama atenção é a hierarquia que havia entre os professores, sendo que, com exceção de um professor eleito em assembleia, todos os demais são catedráticos. Se levarmos em consideração as diferentes modalidades de ingresso para o magistério superior⁹⁷ fica evidente essa hierarquia e o monopólio do poder pelos catedráticos.

Assim como os professores não catedráticos, os estudantes tinham apenas um assento e a assembleia chamada para eleger o professor não catedrático era organizada e presidida pelo próprio Reitor, e não auto-organizada. No caso dos técnicos não havia qualquer menção em qualquer momento sequer sobre a possibilidade de participação. No caso estudantil, a participação era prevista pela representação do Presidente do Diretório Central dos Estudantes (item e do artigo 30), mas limitada à “deliberação em matéria da competência do seu órgão de classe” (§ 4).

Assim, além da questão da composição, soma-se o cerceamento ao direito de voto estudantil, pois apesar dos estudantes terem assento no CUn, sua participação era restrita exclusivamente a assuntos considerados “estudantis”, estando alijados de todas as outras discussões universitárias.

Nessa concepção estão presentes alguns pressupostos: de que é possível fatiar um projeto de universidade e categorizá-los de forma independente, de maneira que fosse possível desvinculá-los (como se bolsa estudantil fosse assunto estritamente de interesse dos estudantes e não impactasse em questões como orçamento, evasão escolar, entre outros, ou

⁹⁶ Ressalta-se que utilizaremos como referência o Regimento que foi discutido e aprovado no Conselho Universitário em 27/11/1961, já que existe um hiato entre este e o aprovado pelo Ministério da Educação. As alterações que foram sendo feitas, quando relevantes para a análise, serão referenciadas.

⁹⁷ Os docentes eram divididos em três classes: catedráticos, adjuntos e assistentes. Além dessas classes ainda havia as categorias dos professores contratados e dos auxiliares de ensino. Eram consideradas ainda carreiras do magistério superior as classes de pesquisador-chefe, pesquisador-associado e pesquisador-auxiliar.

como se o concurso para professor fosse de interesse apenas dos professores, e não impactasse nas questões pedagógicas, desenvolvimento das pesquisas). Essa concepção tripartite continua vigorando nas universidades, separando-se artificialmente em categorias: estudantes, técnicos e professores, inclusive nas eleições para reitoria, como se cada categoria fosse um todo harmônico e tivesse interesses próprios e desvinculados dos demais e de um projeto global de universidade e sociedade. Assim se camufla que na universidade também se expressam os interesses das classes sociais que compõem a sociedade e que, portanto, disputam projetos de universidade antagônicos, que não estão desvinculados dos projetos de sociabilidade.

E parte ainda da presunção da incapacidade estudantil na discussão universitária, ou mesmo da falta de direito a participar dos processos decisórios, monopolizados por pequenos grupos. Essa perspectiva restritiva pode ser evidenciada na fala do Conselheiro Bonassis de que:

não se admira, nem poderia se admirar diante de fatos corriqueiros que se vê diariamente no meio estudantil, sobre a *falta de responsabilidade*, de escrúpulo dos estudantes catarinenses [...] não sabia a que atribuir esse *radicalismo* dos estudantes [em referência ao pedido de intervenção]. [...] falta de fato o gabarito discente ao estudante catarinense, para levar avante êste empreendimento, que *êles até hoje não entenderam e não podem entender o que é uma universidade* (Ata do CUn de 24/01/64, livro 2, p.82).

Sua “categoria” na universidade é o que determina a sua condição enquanto sujeito político ou não. E a perspectiva de que os estudantes eram incapazes de entender o que é uma universidade, logo incapazes de debater, defender um projeto e principalmente *decidir*, ou seja, não são considerados sujeitos políticos de fato e de direito, está expressa em falas como a do conselheiro acima e nos documentos que regem a Universidade.

Isso levando em conta que, caso pudessem votar, a representação estudantil representaria apenas um voto (até 27/06/62), logo, sem nenhuma possibilidade de, por si só, definir alguma questão. Além disso, não fica clara a definição do que é de interesse e competência dos estudantes e muito menos a quem caberia essa decisão, mas com certeza não seriam os estudantes que definiriam isso.

Mas se até 27/06/62 a legislação interna da UFSC só previa um representante com direito a voto apenas em assuntos estudantis, isso começou a mudar a partir da sessão de 29/05/62. Nela o Reitor Ferreira Lima resolveu, em caráter consultivo, ouvir a opinião dos Conselheiros sobre o número de representantes estudantis, cujo resultado foi a) cinco votos a favor de maior representação, b) seis votos contrários e c) três votos a favor de dois representantes.

Mas o assunto retornou na sessão seguinte de 27/06/1962, dessa vez em caráter deliberativo. A reivindicação estudantil era de participação na proporção de 1/3 do número total de conselheiros, o que já ocorria na Faculdade de Direito da UFSC. Apesar de haver a manifestação de um conselheiro⁹⁸ contra o aumento na representação, somente foram encaminhadas as propostas para o aumento para dois representantes e da proporcionalidade de 1/3.

Após debates, foram colocadas em votação as propostas e computados a) dez votos pelo aumento da representação para dois estudantes e b) seis votos contrários, não ficando claro se a segunda proposta de 1/3 foi votada em contraposição da primeira (portanto obteve 6 votos), ou se a primeira foi preliminar e a segunda sequer votada.

Importa ressaltar que na sessão de maio na qual se consultou os Conselheiros sobre o aumento da representação estudantil, seis votos foram contrários ao aumento na representação. Mas na reunião seguinte nenhum conselheiro encaminhou essa proposta e não houve nenhuma abstenção, resultando no aumento de três para dez votos em favor do aumento para dois representantes estudantis. Levando em consideração que a proporcionalidade de 1/3 naquele momento significaria um aumento para cinco representantes estudantis, nos parece crível a hipótese de que essa mudança de posição visava barrar a proposta mais progressista de 1/3 em relação ao total de membros e a decisão por dois representantes foi uma forma de “perder” menos.

Mas essa alteração só se deu num contexto de pressão do movimento estudantil, com a decretação pela União Nacional dos Estudantes de uma greve nacional a partir de 1º/06/62 e à qual os estudantes da UFSC aderiram. Portanto a decisão se deu durante uma greve estudantil. Inclusive em 31/07/62 (CUn) o Reitor informou que chamou os líderes estudantis em seu gabinete e alertou sobre a situação da greve [no âmbito nacional] e exortou os estudantes que voltassem às aulas em face aos prejuízos que poderiam ser causados.

E também em decorrência de pressão do próprio Ministério da Educação, que convocou a reunião do Fórum de Reitores e cujo assunto principal foi a representação estudantil nos órgãos deliberativos. Conforme Ferreira Lima

todos os Reitores, com base na autonomia das Universidades, ratificada pela Lei de Diretrizes e Bases, não poderiam admitir a interferência, de quem

⁹⁸ O Conselheiro Paulo Fernando Lago se manifestou contrário ao aumento na representação estudantil, mas apesar dessa posição, informou que não encaminharia essa proposta e queria apenas registrar sua opinião.

quer, após decisão de seus órgãos, e que o Conselho Federal teria somente que homologar as decisões das Universidades [...] e que ficou sabendo da disposição do Conselho Federal de Educação em aceitar a tese da homologação dos atos [...] das Universidades [...] Confirmada e ratificada a autonomia das Universidades, voltaram todos os reitores altamente satisfeitos [...] (Ata do CUn de 31/07/62, livro 1, p.78).

Este informe do Reitor é diferente do que consta no item VI da representação da UCE, mas para nós não importa qual foi o resultado do Fórum, e sim o papel das pressões internas e externas para avanços democráticos, a despeito de todos os entraves. E também perceber a posição firme do Reitor Ferreira Lima em defesa da “autonomia” no que trata da representação estudantil durante o governo João Goulart, e o adesismo nessa relação após o golpe.

Mas a discussão sobre a representação estudantil estava longe de ser resolvida, e na sessão seguinte volta a pauta quando é discutido o direito ao voto dos estudantes para formação da lista tríplice para Direção da Faculdade de Filosofia e Letras. A posição estudantil é clara: “O acadêmico Humberto Polessio comunicava a Casa que a classe que representava [...] firmara um ponto de vista o qual era contrário ao pensamento da maioria dos Conselheiros que se manifestaram contra a validade dos votos dos estudantes para escolha da lista tríplice” (Ata da sessão de 30/08/63, livro 2, página 11). Com exceção dos Conselheiros estudantes, todos os demais votaram contra a validade do voto estudantil. O representante dos estudantes solicitou que constasse em ata a posição do Conselheiro João Baptista Bonnassis de que por não ter direito a voto os estudantes também não teriam direito a pedir vistas do processo [solicitação que havia sido feita pelo representante estudantil], e Conselheiro Waldemiro Cascaes que “serei a favor do voto dos estudantes, caso seja verdadeira a recíproca, isto é, os professores poderem votar nas eleições da classe estudantil” (Ata da sessão do CUn de 30/08/63, livro 2, página 11).

E novamente o direito ao voto estudantil volta à pauta em 18/12/63, justamente após a representação da UCE solicitando a intervenção na Universidade. Se no mês de agosto todos os Conselheiros (exceto os estudantes) eram contrários ao voto estudantil em matérias que não fossem consideradas “estudantis”, nesse momento por maioria foi aprovado o voto estudantil em *todas as matérias exceto* as relativas a concurso de provimento de cátedra ou livre docência, com direito a declaração de voto do Reitor em defesa desta proposta.

3.2.3. O “espúrio” Conselho de Curadores e a centralização do poder

A composição do Conselho de Curadores, a quem os estudantes chamam de “órgão espúrio no qual o poder econômico dirige a Universidade”, é ainda mais restritiva do que o Conselho Universitário. Segundo o artigo 51 do Regimento, aprovado em 21/11/61, era composto pelo Reitor, como seu Presidente, por um representante do CUn, por um representante de uma Unidade Universitária (na forma de rodízio), por um representante do MEC e por um representante dos doadores. Levando em consideração que até 1º de abril de 1964 não havia nem representação do MEC e nem dos doadores (conforme pedido de intervenção estudantil), era composto efetivamente pelo Reitor Ferreira Lima, o representante do CUn - a princípio o professor Polydoro de Santiago e o representante de uma das Unidades - a princípio Alcides Abreu (Direito), ou seja, o órgão consultivo e deliberativo sobre matérias financeiras e orçamentárias era composto por três pessoas, sendo uma delas o Reitor.

Tendo em vista todas as atribuições do CC, e o controle exercido pelo Reitor nesse órgão, pode-se dizer que a Reitoria concentrava amplos poderes em matérias financeiras e orçamentárias. Entre suas atribuições, cabia a esse órgão aprovar o orçamento elaborado pelo CUn (item a), autorizar despesas extraordinárias não previstas nos orçamentos (item b), a prestação de contas feita pelo Reitor e Unidades (item c), deliberar sobre a administração do patrimônio (item e), autorizar acordos entre as Unidades e entidades industriais, comerciais ou outras para trabalho de pesquisa (item f), aprovar a tabela de pessoal extraordinário e as normas para sua admissão (item g) e fixar tabela de taxas e emolumentos.

A prestação de contas e os balanços, objeto de questionamento da UCE, referentes aos exercícios de 1961 e 1962 foram submetidas pelo Reitor e aprovadas nas reuniões de 10/05/63 do Conselho de Curadores e 19/06/63 do Conselho Universitário. Na reunião do CC justificou-se pelas dificuldades administrativas para o atraso nessa prestação, o que foi plenamente acolhido pelos outros dois integrantes.

Se não bastasse sua composição, o CC⁹⁹ delegou ao Reitor a sua atribuição de autorizar despesas não previstas no orçamento, tornando-se uma segunda instância, após o “filtro” da reitoria.

⁹⁹ Essa decisão foi tomada na segunda sessão do Conselho de Curadores em 07/12/62, ao analisar recurso do Diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Osvaldo Rodrigues Cabral, contra decisão do Reitor. O recurso foi motivado pela negativa do Reitor, sem consultar o Conselho, referente a destinação de verbas para Faculdade de Filosofia.

Percebe-se o controle do Reitor desse colegiado com a resolução aprovada em decorrência desta situação: “O Reitor, recebida a solicitação de abertura de créditos poderá negá-la. Dessa negativa, poderá haver recurso, através do Reitor, para o Conselho de Curadores” (Ata do CC de 07/12/62, livro 1, página 5 verso).

Sobre a centralização da execução financeira na Reitoria, foi proposto em 18/12/63 que as Unidades executariam diretamente seus orçamentos e prestariam contas ao Reitor em janeiro do ano subsequente sobre a utilização dos recursos no ano anterior, o que foi rejeitado por maioria de votos, mantendo-se assim o controle da reitoria sobre a execução orçamentária.

A própria existência do CC é questionada na sessão do CUn de 10/05/63 e 18/12/63, quando o conselheiro Henrique Stodieck solicita a sua extinção, justificando pela Lei de Diretrizes e Bases e ainda sobre sua composição, com um representante do MEC e um representante dos doadores, assim alheio aos interesses da Universidade, alheamento que é agravado pela ausência da representação do corpo discente. Na sua argumentação afirma que disso resultaria um desentrosamento entre as finalidades educacionais e de perspectiva universitária com os aspectos financeiro-administrativos. A extinção é rejeitada, mas como nessa sessão os estudantes já haviam enviado a representação pela intervenção do MEC, foi aprovada a partir de dezembro de 63 a participação de um representante estudantil no Conselho de Curadores. Mais uma vez como resultado do conflito é que o movimento estudantil garantiu sua participação (a ocupação efetiva da vaga não se configurou, como veremos adiante).

Mesmo com esse controle, até o dia 1º/04/64 o CC reuniu-se oito vezes em praticamente dois anos e meio, e sendo uma reunião específica para tratar do conflito com a Faculdade de Filosofia. Além disso, por duas vezes reuniu-se para referendar os atos *ad referendum* do Reitor em matéria orçamentária (08/03/63 e 20/02/64).

O dispositivo do *ad referendum* deveria ser utilizado apenas excepcionalmente em casos de impossibilidade de se reunir o colegiado e em matérias urgentes. Dada sua composição, de fácil convocação, e que a matéria poderia esperar até a sessão em que foram homologadas, não se justifica a utilização, ainda mais em assunto de tamanha relevância como o orçamento. O pressuposto por trás da utilização indiscriminada deste mecanismo, que continuou sendo utilizado largamente nos anos posteriores, como demonstraremos, é que todo o poder emana do Reitor e de que os órgãos colegiados são legitimadores de suas ações.

Assim, vamos discutir o uso da burocracia, a centralização do poder e o *modus operandi*, outros temas questionados pelos estudantes e típicos da autocracia burguesa.

3.2.4. *Modus operandi e centralização na reitoria*

A centralização de poder no executivo (reitoria) também já está presente desde sua fundação, e essa centralização no executivo foi umas das questões centrais da institucionalização da Doutrina de Segurança Nacional após o golpe de 64. Esse é um dos motivos pelos quais Rudolph Atcon se impressiona com a UFSC durante seu estudo para o Ministério de Educação para propor a [contra] Reforma Universitária, e que discutiremos adiante.

No seu Regimento aprovado no CUn em 1961 é previsto que a reitoria, representada na figura do Reitor, é o órgão executivo central e responsável por coordenar, fiscalizar e superintender todas as atividades universitárias (artigo 56). Nas atribuições do reitor está prevista a representação, a administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias (item d do artigo 58), além de inspecionar pessoalmente as unidades e notificá-las de irregularidades (item e), exercer o poder disciplinar (item h), admitir, licenciar, dispensar e remover de um estabelecimento para outro, o pessoal extraordinário da Universidade (item j) e realizar acordos entre a universidade e instituições públicas ou privadas (item k).

Uma das denúncias dos estudantes versava sobre a contratação sem concurso e apadrinhamento político, e sobre o assunto o Reitor Ferreira Lima deixou claro que tinha essas prerrogativas legais e as utilizou, pois segundo ele

É de lembrar ainda que as admissões, nos quadros da Universidade, são da *competência exclusiva do Reitor*, ex-vi do art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, combinado com o art. 24, letra “n” do Estatuto da Universidade. As nomeações procedidas, o foram em *caráter de interinidade que dispensam concurso*, cuja realização, de acôrdo com a Lei, compete ao DASP determinar e orientar. [...] Procedemos àquelas nomeações interinas porque se fôssemos aguardar a realização de concursos, a Universidade não estaria funcionando até esta data (Ata do CUn de 24/01/64, livro 2, p. 74, grifos nossos).

Portanto, reafirma sua prerrogativa de contratar livremente a quem lhe convier, justificando a urgência nessa contratação para dispensar o concurso e sua prerrogativa prevista na LDB e Estatuto da Instituição. E destas contratações existe uma concentração de trabalhadores na reitoria, em detrimento das Faculdades. Do total de 189 funcionários administrativos, a reitoria contava com o total de 64, ficando os demais 125 divididos entre as

07 Faculdades, ou seja, a reitoria contava com quase quatro vezes mais trabalhadores do que cada uma das Faculdades.

As irregularidades em contratação foram tema na sessão do CUn de 29/03/62, na qual foi lida pelo representante dos estudantes Wilmar d'Allagnoll uma denúncia formulada pelo Centro Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas sobre irregularidades na nomeação de Hamilton Caminha como substituto para a cátedra da cadeira de Moedas e Créditos.

Alegavam os estudantes que o mesmo não cumpriu as formalidades legais e não tem as habilidades para assumir essa cadeira, solicitando a suspensão imediata do magistério, o encaminhamento ao MEC para invalidação da nomeação e a contratação de outro professor, e que por este motivo o Diretório havia entrado em greve por tempo indeterminado.

Na sessão seguinte, no dia 13/04/62¹⁰⁰ foi trazido o relatório produzido pela Comissão Especial de Inquérito¹⁰¹ constituída para apuração, que concluiu pela acumulação ilegal de cargo, pois o mesmo exercia ao mesmo tempo o cargo de Supervisor Legislativo na Assembleia Legislativa. Com isso, foi aprovada a anulação da nomeação.

Neste caso verifica-se que a Comissão se utilizou de outra justificativa legal, diferente da apresentada pelos estudantes, para atender ao pleito. Apesar de não usarem os argumentos elencados pelos estudantes, certamente a greve estudantil influenciou na decisão pela anulação da nomeação, sendo o recurso à greve um instrumento de pressão contra a reitoria¹⁰². Mas se isso não fosse suficiente, a reitoria constantemente usurpava atribuições dos órgãos deliberativos ou então nesses próprios órgãos, inseria dispositivos que mantinham a concentração do poder numa cúpula dirigente e buscava restringir ao máximo a participação estudantil.

Entre as atribuições do CUn cabia a aprovação não só dos regimentos das Unidades Universitárias, mas do próprio Estatuto do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e suas possíveis modificações (item c do artigo 18 do Regimento). Esse item deixa claro o intuito de controle do movimento estudantil, que é completado com a atribuição de “*reconhecer, suspender ou cassar* reconhecimento ao Diretório Central dos Estudantes, ou a Instituição que, com outro nome, tiver a sua finalidade” (item v, grifos nossos). Mas apesar do intuito de

¹⁰⁰ Entre as duas sessões correram apenas 15 dias, celeridade que demonstra a intenção de resolver a questão.

¹⁰¹ Destacamos que o denunciado participou de todas as reuniões, com exceção da última e que arrolou o Deputado Osmar Cunha como testemunha.

¹⁰² Também foram solicitados esclarecimentos na sessão de 18/12/68 sobre o concurso para Auxiliar de ensino para a Escola de Engenharia Industrial ter sido realizado fora da UFSC e em outro Estado, sem que a Congregação da Escola fosse consultada.

controlar e ameaçar com esses dispositivos, como veremos adiante, nenhum mecanismo, inclusive os formais, é capaz de acabar com a contestação e a luta, por mais dispositivos que se construam. E eles só foram utilizados após o golpe de 64.

Essa prática de tutelar as entidades estudantis ficou sob responsabilidade da Divisão de Assistência ao Estudante (artigo 97), que tem como atribuição assistir as entidades estudantis para que cumpram sua função estatutária (item a) e auxiliar tecnicamente a organização e manutenção das instituições dos estudantes, supervisionando a aplicação das dotações orçamentárias destinadas pela Reitoria (item b)¹⁰³.

Se isso não bastasse, o regimento ainda prevê “assuntos secretos” e que as próprias reuniões do CUn são secretas. No artigo 37 do regimento aprovado na reunião de 27/11/1961 se define que as decisões do CUn serão escritas e publicadas no Boletim da Universidade, “exceto se a matéria for julgada secreta”, e no artigo 38 define que as reuniões do CUn serão secretas, salvo se forem sessão solene ou se for para julgar penas disciplinares.

A perspectiva sempre foi de monopolizar o poder e centralizar as informações na cúpula dirigente da Universidade, excluindo a comunidade universitária não só das decisões, como também das informações sobre o que se discute e define no órgão máximo deliberativo. Este dispositivo presente no primeiro Regimento da UFSC antecipa a legislação pós-golpe que garante o sigilo sobre o sistema de informações e suas ramificações, assim como a possibilidade de promulgação de decretos presidenciais secretos¹⁰⁴.

Consideramos esse um elemento típico de um Estado autocrático, qual seja, recorrer ao sigilo para deliberar matérias e a exclusão da maioria em detrimento de uma minoria que ocupa os postos de poder.

Um exemplo de referência a este dispositivo foi dado na sessão do CUn de 13/04/62 na qual o Conselheiro Airton Roberto Oliveira informa que “soube que o Senhor Governador do Estado foi informado que ele [Airton] havia se recusado a subscrever uma moção de aplauso àquela autoridade, entre outras, pelos relevantes serviços prestados a Universidade” e conclui que

¹⁰³ É importante explicar que existiam verbas destinadas para as entidades estudantis, e que neste período eram as entidades estudantis as responsáveis pelo Restaurante Universitário ou distribuição de bolsas, por exemplo.

¹⁰⁴ Decreto nº 69.534 que altera dispositivos do Regulamento para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos. Maria Helena Moreira Alves afirma no livro *Estado e Oposição no Brasil* ter tido acesso há alguns destes decretos secretos.

faz essa comunicação ao Conselho Universitário por entender que as sessões do Conselho Universitário, na forma do Estatuto, *são secretas, quanto as discussões*, e, por isso, lamentava houvesse àquela alta autoridade sido erroneamente informada, e *quebrando o sigilo* estabelecido pelo Estatuto (Ata do CUn de 13/04/62, livro 1, p. 60 verso, grifos nossos).

Mas como este caso bem demonstra, independente da existência do dispositivo legal, o sigilo e secretismo não estava garantido, ainda mais quando se trata de assunto que envolve os grupos de poder no Estado. Mas a existência dele denota já elementos autocráticos na condução da política universitária.

Na reunião de 29/12/62 um Conselheiro teceu considerações sobre a rapidez com que os assuntos são apreciados no CUn, muitos de alta relevância, solicitando assim que os assuntos sobre os quais se deva decidir e que importe em proposições seja feito por escrito e com a devida justificativa, e que antes da decisão do CUn seja encaminhado e analisado pela respectiva Comissão técnica.

Esse comentário explicita um *modus operandi* na forma de deliberação dos assuntos, muitos deles incluídos na pauta durante a sessão e com reduzido tempo de discussão. Essa forma de funcionar privilegia quem controla as solicitações, ou seja, a reitoria, permitindo a escolha do que e de quando inserir na pauta, permitindo tempo para articulações de bastidores e permitindo que tenha mais condições de impor sua perspectiva e projeto de universidade. Um exemplo dessa imposição de projeto se relaciona com um dos assuntos elencados pelos estudantes, que versa sobre a “Cidade Universitária” ou “Conjunto Universitário”¹⁰⁵.

Na sessão de 20/11/62 a questão em pauta era a construção da Cidade Universitária no bairro da Trindade, que havia sido aprovada pelo CUn anteriormente e em relação a qual o Reitor Ferreira Lima era veementemente contrário. Após assumir como Reitor, ainda que houvesse uma equipe contratada e um projeto já em andamento, assim como a doação da área

¹⁰⁵ Está sob a guarda do Arquivo Central da UFSC o Fundo Fechado intitulado *Fundação Universidade de Santa Catarina*, com documentos datados entre 1954 e 1960. A princípio a proposta era a criação de uma universidade estadual (não federal) e que foi encabeçada por Henrique da Silva Fontes, Diretor da Faculdade de Filosofia e um dos propositores da Cidade Universitária. Entre os documentos constam a Lei nº 1170 de 26/11/54, do Governador do Estado de SC e que “determina providencias para localizar a futura Universidade de Santa Catarina”. Nesta Lei estão reservadas 22 áreas no Sub-Distrito da Trindade de propriedade do Estado e autorizada a compra, desapropriação, permuta ou doação de áreas vizinhas (essa área foi doada pelo Governo do Estado quando da federalização). Também estão previstos recursos para “os devidos trabalhos topográficos, inclusive o planejamento de uma cidade universitária e para as aquisições”. Consta ainda a Lei nº 1362 de 29/10/1955 também do Governo do Estado que “autoriza o poder executivo a promover a criação da Universidade de Santa Catarina” e também destina recursos. Além disso, nesse Fundo constam diversas Minutas e Planos da Cidade Universitária datados de 1956 e 1957 e elaborados pela equipe designada, assim como prestações de conta dos anos de 1959 e 1960 feitas pela Faculdade de Filosofia referentes ao recebimento de verbas federais para a construção.

pelo Governo do Estado, foram comprados inúmeros imóveis no Centro da Florianópolis, inclusive o prédio da reitoria, e o movimento estudantil identificava nessas ações o desvio dos recursos da construção da Cidade, que estava sendo adiada.

A disputa deste projeto gerou constantes conflitos entre reitoria e movimento estudantil¹⁰⁶ e ficou expresso na ata da sessão de 20/11/62 na qual foi proposto um voto de apoio, reconhecimento e homenagem ao reitor, que estaria sofrendo ataques do movimento estudantil, conforme deixa claro um conselheiro no trecho a seguir: “[...] atribuindo essas frases de estudante a uma manifestação muito comum à mocidade”. A moção inicia “1º Considerando os altos ataques que não somente ferem a alta autoridade do Magnífico Reitor [...] como, também, a sua ilustre pessoa; 2º Considerando que tais ataques são destituídos de quaisquer fundamentos justificáveis”; e continua afirmando o compromisso do Reitor com a instituição e que, dentro da realidade e limitações financeiras, buscou atender as deficiências das Unidades de forma equitativa.

Na sessão seguinte de 27/11/62 o assunto continua e é o único ponto de pauta, sendo apresentado pelo relator que para que a questão da Cidade Universitária fosse resolvida “era necessário bom senso e colaboração, desarmar os espíritos, a intransigência, pois o ambiente estava hostil, levando a precipitação e desarmonia, poderia estremecer velhas amizades”. Afirma ainda que a decisão da Cidade na Trindade *já está dada* e que aqueles que são contrários tem que aceitar, mas discorda que “os que assim pensam [contrários à construção da cidade] sofrem uma campanha desmoralizadora. São reacionários, inimigos dos estudantes, pretendem destruir o ensino superior em Santa Catarina”. Nesse sentido, após longa explanação propõe à votação *a construção do Conjunto Universitário* (observe-se que não era mais Cidade) na Trindade, sejam feitos os levantamentos técnicos e projetos e destinadas verbas, entre outros.

Nessa sessão, o Reitor Ferreira Lima pediu que constasse em ata que “quanto a esse assunto tinha posição formada [...] Consideramos um erro a solução “Cidade Universitária” nas condições em que se encontra e luta o ensino superior brasileiro na atualidade” (referindo-se a falta de recursos). Deixou claro que era contra a construção da Cidade Universitária e o local do bairro Trindade¹⁰⁷.

¹⁰⁶ Esse conflito perdurou, como pode ser percebido na representação da UCE em novembro de 1963.

¹⁰⁷ Ferreira Lima defendia que a Universidade deveria ser instalada no Centro de Florianópolis e ao longo da década de 1960 comprou ou alugou inúmeros imóveis para a UFSC, a despeito das construções na Trindade. Alguns desses imóveis ficaram sob a suspeita de estarem com valor acima de mercado. Esse é o caso do contrato

Boa parte da sua justificativa refere-se à falta de recursos, às condições do terreno onde se deveria construir, a mobilidade urbana, a desnecessária concentração de toda a Universidade num único local, e exemplifica que até então, a única Cidade Universitária em andamento era a da USP, que tinha um orçamento muito maior e era estadual.

Conceitua ainda o que seria uma “Cidade”, que deveria ter prédios para todas as Unidades Universitárias, laboratórios, biblioteca, restaurante, lavanderia, residência para todos os estudantes, professores e demais trabalhadores, campos de esporte com piscina, auditório com cinema etc. Que poderia ter qualquer denominação, menos “Cidade”. Defende então a construção de um Centro Universitário e finalmente justifica as ações que a Reitoria tem feito para levar à frente a decisão do CUn.

A questão central é que, nessa disputa de projetos, ao final deixa de ser de uma Cidade Universitária para tornar-se um Conjunto Universitário. Finalmente, o Reitor conclui informando que poderia utilizar um dos dispositivos presentes no Estatuto e Regimento, que dá *grandes poderes ao Reitor*:

Poderíamos, de acordo com o artigo 25 do Estatuto, vetar a decisão desse Egrégio Conselho Universitário (se contrária a nosso ponto de vista) e o nosso veto só poderia ser rejeitado por dois terços da totalidade de membros deste mais alto órgão, mas, para que não parem dúvidas sobre a nossa maneira de pensar e agir, que se baseia em convicção bem orientada e não em teimosia ou desejo de impor opinião pessoal, não usaremos do direito de veto que a referida disposição estatutária outorga ao Reitor (Ata do CUn de 27/11/62, livro 1, p. 101-105V).

Mas o Reitor não precisou utilizar do dispositivo do veto para garantir a sua posição, pois por meio de manobra no Conselho Universitário foi abandonado o projeto da Cidade, e em seu lugar proposto um Conjunto Universitário, contratando assim a Divisão de Obras da Universidade do Rio Grande do Sul para iniciar do zero o novo projeto, como fica explícito em sua fala:

Da leitura dessa Resolução, verá Vossa Excelência o que decidiu o Conselho, se construísse na Trindade, não uma “Cidade Universitária”, mas, sim, um “Conjunto Universitário”, com o que se *abandonou o Plano*

com a família Daux para servir como moradia estudantil (mais informações sobre esse caso pode ser visto no capítulo 2 do Relatório da CMV/UFSC). Minha hipótese sobre essa disputa e a resistência à construção da Cidade Universitária no distrito da Trindade relaciona-se a especulação imobiliária e a relação com famílias tradicionais de proprietários de imóveis na região central e do ramo da construção civil. Esse é um tema que precisa ser melhor pesquisado.

Estadual. Essa decisão foi de 19 de dezembro de 1962 (Ata do CUn de 24/01/64, livro 2, página 69, grifos nossos).

Se nesta ocasião não foi necessário utilizar o recurso do veto isso não significa que em outras ocasiões o reitor não o tenha utilizado para vetar decisões do Conselho Universitário das quais discordava.

Mesmo após conseguir alterar substancialmente o projeto de Universidade (porque existe uma diferença de concepção de Universidade por trás), os recursos continuam sendo utilizados para compra de imóveis. Na ata de 29/03/63 a Faculdade de Ciências Econômicas solicita permissão para construir obra de emergência em terreno no Centro de Florianópolis, que foi aprovado por maioria. E os estudantes continuam se manifestando contrariamente, assim como o representante estudantil fez nessa mesma reunião declarando o voto contrário por entender que todas as despesas com construção deveriam ser feitas na Trindade. E a divergência vai continuar depois do golpe, sendo expresso, por exemplo, na sessão do dia 29/10/64, 12/11/64 e assim por diante. É neste contexto que se insere todo o conflito entre reitoria e movimento estudantil.

Outro momento onde o conflito aparece nas atas e foi citado na representação refere-se à renúncia do Diretor da Faculdade de Direito, Henrique Stodieck que acusa, entre outras questões, o Reitor de beneficiar algumas e penalizar outras Faculdades. Nessa mesma sessão de 15/11/63 um Conselheiro manifesta que os estudantes estão solicitando a destituição do Reitor e Vice-Reitor. Na sessão seguinte de 05/12/63 o representante dos estudantes Francisco Mastella diz estranhar que suas considerações sobre as acusações do Diretor e sobre a resposta do Reitor não constassem na ata, afirmando que constasse que estava em desacordo com os esclarecimentos prestados pelo Reitor em resposta ao Diretor da Faculdade de Direito.

Aqui, antes de adentrarmos nestes conflitos, importa destacar os limites de uma fonte como uma Ata de uma instituição. Apesar de, como estamos demonstrando, ser possível perceber uma dinâmica universitária com seus diferentes setores, nas entrelinhas da descrição das reuniões, continua sendo escrito a partir da perspectiva de quem detém o poder, nesse caso, a reitoria. Assim, a solicitação do representante estudantil de inclusão na pauta do seu posicionamento demonstra a seletividade na escrita destes documentos.

Feita esta advertência, retomamos o conflito entre Ferreira Lima e Henrique Stodieck¹⁰⁸, que são recorrentes. Na sessão do CUn de 05/09/62 se discutiu o mandado de segurança impetrado pelo Diretor para recebimento de vencimentos atrasados. Transcorrido o processo e tendo a Universidade recorrido, o requerente encaminhou um ofício (que não foi transcrito) que os Conselheiros consideraram conter termos e expressões inapropriados e indelicados. Diante disso, o Conselheiro Nicolau Severiano de Oliveira considerou que se devia respeito na relação dos Diretores com o Reitor, tendo em vista a *hierarquia* da Universidade e “adiantou mais que, no seu entender, os termos do ofício, se levados às últimas consequências, justificariam *punição disciplinar*” (Sessão do CUn de 05/09/62, livro 1, página 85, grifos nossos).

Portanto, não sendo possível conter o conflito de outra forma, seria possível recorrer à repressão, outra atribuição do CUn. No caso acima a afirmação de punição disciplinar não passou de ameaça, mas existe no Regimento um dispositivo que se refere a tomar providências de prevenção, correção ou repressão de *atos de indisciplina coletiva* (item s do artigo 18, grifos nossos). Nesse caso engloba não apenas o movimento estudantil, mas qualquer forma de organização coletiva que seja considerada, por aqueles que detêm o poder na Universidade, de “indisciplina”. Na divisão entre comissões que comporiam o CUn, coube a Comissão de Legislação e Regimentos a competência de dar o parecer sobre essas providências citadas acima (item f do artigo 47) e também sobre a aplicação de penalidades (item g).

Se sabemos que nesse momento os atos de *indisciplina coletiva* são voltados especialmente para o movimento estudantil, destacamos que as associações de professores já estavam previstas na legislação. Portanto, a amplitude desse artigo demonstra uma antecipação à organização coletiva de outros setores universitários, como professores e técnicos, por exemplo, que depois de mais de uma década foram alvos da espionagem da Assessoria de Segurança e Informação da UFSC.

Além disso, o alvo eram as *organizações coletivas* de trabalhadores ou estudantes, exatamente os setores identificados como necessários de serem contidos e que na Doutrina de

¹⁰⁸ Na Comissão de Inquérito do AI-1 em 1964, no depoimento do Reitor Ferreira Lima, recebe destaque as acusações sobre o Diretor da Faculdade de Direito Henrique Stodieck. As acusações se repetem com o ofício nº 37/69, do GR e de caráter confidencial, encaminhado ao Chefe do Serviço Nacional de Informações no qual informa da “atuação destrutiva que vem, permanentemente, desenvolvendo, há vários anos, contra o desenvolvimento desta Universidade e, no momento, já inicia campanha tendenciosa contra a implantação da Reforma Universitária, que tanto interessa a todos nós e ao Governo da República” (AC ACE SEC 17199_69).

Segurança Nacional e Desenvolvimento eram considerados os “subversivos” e o “inimigo interno”. Portanto, pretendemos, a partir de agora, mostrar como esses diferentes dispositivos e *modus operandi* funcionaram após o golpe de Estado.

3.2.5. No entre-golpe: a vingança é um prato que se come quente

No item anterior objetivamos demonstrar a forma de se organizar, com uma forte centralização das funções universitárias na Reitoria, sejam administrativas, financeiras e de pessoal, assim como os dispositivos legais presentes no Estatuto e Regimento que já previam mecanismos limitadores de participação, cerceadores, de controle e repressivos do movimento estudantil, portanto de “segurança”.

Com o advento do golpe, pretendemos demonstrar como esses mecanismos passaram a ser utilizados, porque calcados na ditadura, já que a partir de então a reitoria recebeu mais poderes para operá-los. E mostraremos ainda alguns dispositivos que foram sendo adicionados, na medida em que a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi se institucionalizando. Começaremos demonstrando a diferença na relação entre a reitoria e o movimento estudantil na sessão antes e logo após o golpe e as alterações nos dispositivos legais da Universidade.

A sessão do Conselho Universitário de 31 de março de 1964 foi convocada a pedido dos próprios Conselheiros, que enviaram documento com esta solicitação para a reitoria para que fosse discutida a repressão policial a uma manifestação ocorrida nos dias 24 e 25/03/64 no centro de Florianópolis contra o aumento das passagens de ônibus.

Segundo o Presidente da FEUSC, Francisco Mastella, os estudantes se solidarizaram com o povo que se manifestava contra o aumento do valor das passagens de ônibus. Na noite do dia 24 a polícia dissolveu a manifestação de forma violenta e por isso, foi marcado o enterro do Prefeito Municipal e Secretário de Segurança Pública para o dia 25 para protestar também contra a violência policial. Encerrada a manifestação houve mais violência policial, conforme relato abaixo:

com violência inaudita surgia a polícia, que sem olhar quem quer que seja, desceu a borracha, indistintamente, apanhando populares e estudantes inclusive ele e o Presidente da UCE. Informou, inclusive, que policiais invadiram a sede da entidade. A sanha policial foi implacável contra estudantes, principalmente e, por isso solicitava um pronunciamento do

Conselho Universitário sobre os fatos que narrava [...] (Ata do CUn de 31/03/64, livro 2, página 117).

Nesta sessão, vários Conselheiros se manifestaram, tendo inclusive o Conselheiro Alcides Abreu informado que o Governador do Estado, tomando conhecimento, já solicitou abertura de rigoroso inquérito para apurar as responsabilidades. Por unanimidade o CUn aprovou moção de aplauso ao Governador pela abertura de inquérito, solicitou que fosse admitido um representante do CUn como observador para acompanhar a apuração e fez uma moção de protesto contra a violência ocorrida.

Portanto no dia 31/03/64 o CUn se manifestava a favor dos estudantes e contra a violência policial, inclusive sendo convocado a pedido da maioria dos Conselheiros. Mas na sessão seguinte, dia 23/04/64, já com a ditadura instalada, a postura foi bem diferente, com a sugestão de cassação do mandato dos diretores da FEUSC.

O Reitor Ferreira Lima manifestou que, com a edição do Ato Institucional nº 1, que prevê cassação de mandatos, direitos políticos e a vitaliciedade e estabilidade, existia um órgão cujos membros estavam incompatibilizados com a situação atual, que é a FEUSC. E que a “contra gosto” trouxe a discussão para que o CUn se manifestasse.

Continuou informando que solicitou a todos os membros que renunciassem, mas que os mesmos se negaram, e que era de conhecimento de todos que o Presidente do Diretório Central - FEUSC (Francisco Mastella) estava preso, além de ser de conhecimento de todos as atividades anteriores de 1º/04/64 daquele Diretório.

Percebemos aí que, se na reunião do dia 31/03/64 a ação dos estudantes foi considerada legítima, inclusive gerando moção de repúdio a violência policial, na sessão seguinte é informada a prisão do Presidente e solicitada a cassação dos mandatos por suas atividades anteriores, conforme previsto no Estatuto da Universidade.

Assim, para além das Comissões de Inquérito que foram instaladas em decorrência do Ato Institucional nº 1, foi a partir da própria legislação da UFSC, que já previa essa possibilidade (item v do artigo 18 do Regimento – reconhecer, suspender ou cassar), como vimos acima, que a cassação foi proposta. Pela primeira vez foi utilizado o regimento de 1961 que previa a cassação do mandato dos diretores estudantis.

Ressaltamos que as atividades anteriores citadas pelo Reitor eram a proximidade com o movimento operário e sindical, a edição do jornal “As reformas” e as manifestações e greves que haviam feito. Por fim encaminha a cassação, baseado no Regimento e propõe nova eleição, conforme fica claro em seu encaminhamento abaixo:

1º - *Cassação* do mandato dos atuais membros da diretoria da FEUSC; 2º - Se nomeie a estudante, de livre nomeação do Conselho, para que êle, dentro de uma semana, convoque Assembleia Geral dos Estudantes para a eleição da nova diretoria da FEUSC, que esteja naturalmente, *desvinculada* da situação anterior (Ata do CUn de 22/04/64, livro 2, p. 121, grifos nossos).

Nesta mesma sessão, como defesa, o vice-presidente da FEUSC Walmir Antônio da Silva afirma, reiteradas vezes, que o Presidente Mastella agia em seu nome, e não da FEUSC, e era ele que tinha ligações com o movimento de libertação nacional. Informa ainda que era a UCE que participava das greves e editou o jornal “As Reformas” e que a FEUSC não estava envolvida em nenhuma atividade subversiva, pois era um órgão *administrativo e não político*¹⁰⁹.

Apesar da proposição do Conselheiro Waldemiro Cascaes da abertura de um inquérito antes da tomada de qualquer posição, garantido o devido direito de defesa, a proposta foi rejeitada por maioria. Assim foi cassado o mandato do Presidente Francisco Mastella e constituída comissão de inquérito para apurar a responsabilidade dos demais, composta pelos Professores Abelardo de Assumpção Raupp, Miguel Orofino Filho e Ernesto Bruno Cossi. Na sessão de 24/09/64 foi afastado também o vice-presidente e aberto prazo de 48h para defesa, assim como isentada de culpa todo o restante da diretoria da FEUSC. A cassação do vice-presidente pelo mesmo dispositivo do Estatuto foi confirmada na sessão de 29/03/65.

Portanto, concomitante à Comissão de Inquérito instaurada em virtude do AI-1, e que em nenhum momento é citada em nenhuma ata dos órgãos deliberativos, é cassado o Presidente e Vice-Presidente da FEUSC com base no Estatuto e Regimento da Universidade. Mas essa não foi a única intervenção no movimento estudantil. Nas reuniões de 18, 27 e 30/11/64, após a eleição da FEUSC, é interposto recurso para análise do CUn. Na sessão do dia 30 é anulada a eleição e mandado adaptar o regimento da entidade à lei 4.464 de 09/11/64 (Lei Suplicy).

Importa observar que a previsão de reconhecer, suspender ou cassar o Diretório já estava prevista antes do AI-1 e da Lei Suplicy, e que o Estatuto e Regimento foram utilizados logo no primeiro mês após o golpe para a primeira cassação estudantil.

¹⁰⁹ Aqui vemos na defesa do vice-presidente da FEUSC a antecipação, pelo estudante, da própria lei nº 4.464/64 (Lei Suplicy) e Decreto 277/69, que vedam atividades político-partidárias das entidades estudantis. Não entraremos no mérito das declarações do vice-presidente, que precisaria de mais elementos para avaliação, mas estas declarações que constam em ata poderiam comprometer ainda mais o estudante Francisco Mastella.

3.2.6. A legislação e *modus operandi* no pós-golpe

Após o golpe, na sessão de 08/01/65 foi alterado o Estatuto e o Regimento adaptando-o à Lei nº 4.464/64. Boa parte dos itens previstos nesta Lei já estavam contidos nos documentos, como a previsão de cassação, a aprovação pelo CUn do Estatuto da entidade e a aprovação da prestação de contas.

A representação do MEC no Conselho de Curadores, prevista desde 61, passou a ser efetivamente exercida por Paulo de Tarso da Luz Fontes¹¹⁰, a partir da sessão de 18/08/64, ou seja, primeira sessão após o golpe. Já a representação estudantil, conquistada a partir de 12/63, somente a partir de 06/05/70 passou efetivamente a participar das reuniões.

Como afirmamos anteriormente, o regimento já previa inclusive deliberar sobre providências preventivas, corretivas ou repressivas dos atos de indisciplina coletiva, dispositivo que a Lei nº 4.464 não prevê por tratar especificamente do movimento estudantil. Portanto a normatização da UFSC ia além do movimento estudantil, permitindo providências quanto a qualquer movimento coletivo. O que foi acrescentado foi a competência do CUn de apurar a responsabilidade do Reitor em caso de não cumprimento desta Lei. Este dispositivo pode tanto ser uma ferramenta de pressão externa para que os reitores e órgãos deliberativos cerceassem as atividades estudantis como uma justificativa para aqueles com tendências autoritárias exercessem mais livremente a coerção e repressão. Dada a própria forma como a UFSC se constituiu, de maneira centralizada e já prevendo dispositivos de controle e repressores, ainda que haja contradições, já estava alinhada às políticas da ditadura.

Quanto às finalidades das entidades estudantis, tanto o Estatuto/Regimento da UFSC quanto a Lei Suplicy já continham várias afinidades. A mudança significativa foi a proibição explícita de atividades político-partidárias e a proibição ao incentivo a ausências coletivas (entenda-se a proibição de paralisações ou greves). Ressalta-se que ainda hoje consta na legislação da UFSC a proibição da representação estudantil de desenvolver atividades político-partidárias.

Outras alterações foram na estrutura da representação estudantil. No caso da UFSC, o Diretório Central era composto por dois representantes de cada Diretório das Unidades Universitárias, e a partir da Lei nº 4.464/64 passou a ser constituído por chapas eleitas pelo

¹¹⁰ Nesta sessão o Reitor salienta as atividades do representante do MEC como médico humanitário, Deputado Estadual e Prefeito da Capital. Em 18/06/71 foi substituído por Hercílio Aldo da Luz Colaço.

conjunto dos estudantes. O voto passou a ser obrigatório e a ausência na eleição sem justificativa geraria uma penalidade. E isto foi levado a sério pois na sessão do CUn de 22/04/64 os Conselheiros ficaram um tempo discutindo as penalidades aos estudantes que não votaram e o que seria considerada justificativa válida, dado o grande número de abstenções. E com objetivo de garantir a plena inserção da Lei nº 4.464/64 no Estatuto/Regimento, criou-se um capítulo específico onde se copiou, *ipsis litteris*, a legislação federal. O Estatuto do Diretório Central assim como das Unidades também foram adequados a esta Lei no ano de 65.

Mas assim como os conflitos existiram antes e no entre golpe, não deixariam de existir logo depois. Mas ainda que o Estatuto tenha sido reformado e adequado à Lei Suplicy, foi através de proposta de Resolução própria que a sanha do Reitor Ferreira Lima continuou em relação às manifestações de descontentamento. No dia 26/05/65 quando trouxe à pauta o assunto sobre os trotes aos calouros, e que segundo ele era evento considerado uma tradição universitária e que era acompanhado pela população no centro da cidade e na qual os estudantes, num ambiente festivo, caracterizavam-se com diferentes personagens e carregavam cartazes e teciam algumas críticas.

Mas que nesse ano o trote extrapolou suas finalidades com críticas imorais e ofensas pessoais, que faltaram com respeito às autoridades constituídas. E para que não se repetisse, sugeriu uma Resolução que prevê censura prévia da Direção da Unidade quanto aos cartazes, faixas, dísticos. Não contente com a censura, a Resolução ainda previa as penalidades aos Diretórios Acadêmicos e seus diretores em caso de descumprimento, com suspensão, destituição e intervenção.

Observamos, mais uma vez, que partiu da própria universidade, por meio de uma Resolução interna a ação de censura às atividades estudantis, que continha dispositivos punitivos, servindo como uma ameaça contra os estudantes.

Em resposta à censura, cassação, impedimentos, enfim, a interferência constante no movimento estudantil, os estudantes também solicitavam recursos, reiteradamente negados pelo Conselho, como na sessão de 27/08/65 na qual o DCE solicita revogação do ato do Reitor que na mesa de apuração das eleições de 16/08/65 tornou inelegível Antônio Cesar Becker para suplência no CUn.

Quanto a Lei Suplicy, ela não previu o número de representantes estudantis nos órgãos deliberativos, que na UFSC sempre se buscou manter o menor possível, mas nem nela estava prevista a restrição do voto estudantil apenas a matérias consideradas do interesse de sua “classe”, como até pouco antes do golpe vigorava na UFSC.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 228 de 28/02/67 (Decreto Aragão) novamente foi reformulado o Estatuto e Regimento (sessão do CUn de 31/07/67). Este manteve as mesmas limitações da Lei Suplicy, mas além de extinguir o Diretório Estadual (antiga UCE), retomou a forma de eleição do DCE do Estatuto da UFSC de 61, ou seja, o voto indireto por delegados formados por Diretórios das Unidades Acadêmicas.

As alterações seguintes foram decorrentes da Lei nº 5.540 de 28/11/68 (Lei da Contrarreforma Universitária) e a partir da aprovação do Decreto nº 64.824 de 15/07/69, o qual aprovou o plano de reestruturação da UFSC, que veremos adiante.

As intervenções, cerceamentos e conflitos com o movimento estudantil continuaram, como foi denunciado na sessão do CUn de 26/03/69. Os militantes do DCE começaram a entregar formulário para os estudantes no Restaurante Universitário (RU) quando foram impedidos de continuar por ordem da reitoria. A justificativa do Reitor foi não ter tomado conhecimento prévio da distribuição e do conteúdo, e que nada disso teria acontecido se tivessem solicitado permissão, apesar de achar que o RU não era ambiente próprio para tal. Este caso demonstra a tentativa de controle não só do conteúdo, mas do próprio contato dos estudantes vinculados ao Movimento com os demais, já que o RU é um dos espaços que concentra o maior número de estudantes dos diferentes cursos.

Elencamos apenas alguns dos exemplos de intervenção da reitoria ocorridos na UFSC e a dinâmica era sempre a confirmação dos atos do Reitor Ferreira Lima pelos órgãos deliberativos. Portanto, seja antes ou depois do golpe, a dinâmica de funcionamento continuou a mesma, ainda que os elementos repressivos fossem utilizados com muito mais frequência.

Mas nestes casos não foi necessária a legislação ditatorial para que isso ocorresse, bastando o uso de dispositivos internos e do alinhamento e obediência aos ditames do governo federal e MEC. Como protesta seu principal opositor no CUn de 15/07/64, o Conselheiro Henrique Stodieck, não havia mais democracia na Universidade, ou seja, os Conselhos eram convocados a partir da necessidade do Reitor e não das decisões institucionais que deveriam ser tomadas, pois não existiam mais sessões ordinárias, mas somente extraordinárias.

E essa prática de convocar quando lhe conviesse, no caso do CC, estava associada muitas vezes a aprovação de *ad referendum* e resoluções (de competência do CC) baixadas

pelo Reitor¹¹¹. Se já vimos que isso aconteceu numa proporção alta no pré-golpe, continuou acontecendo depois e com diferentes reitores em relação à aprovação do orçamento e taxas, por exemplo.

3.2.7. A “Contrarreforma” Universitária de 1968 e a UFSC

A Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968 foi o coroamento de um processo que instituiu um projeto de Universidade articulado com o binômio segurança e desenvolvimento. Esse projeto foi sendo construído para atender as necessidades de institucionalização da DSN, adequando as instituições universitárias às novas necessidades econômicas no país, para atender a demanda pelo aumento do número de vagas no ensino superior e para conter o movimento estudantil e a pressão por democratização nas universidades.

Portanto o planejamento governamental e as reestruturações administrativas atingiram todos os campos da vida nacional, e a educação superior não estaria fora disso:

Os planos e programas governamentais não se restringiram a questões de política econômica, em sentido estrito. Ao contrário, não só transbordaram amplamente os vários campos da economia (finanças, comércio, indústria, agricultura, mineração, extrativismo, etc.) como avançaram sobre os campos da educação, cultura, meios de comunicação de massas, organização política e muitos outros. Na prática, todos os campos da vida nacional foram alcançados, influenciados, reorientados, dinamizados, bloqueados ou reprimidos. Nesse sentido, cabe mencionar aqui os campos da educação e ciência e tecnologia. (IANNI, 1981, p.19)

Romanelli (1986, p. 196) distingue então dois momentos na política educacional da ditadura: um primeiro a partir do golpe, que identifica como momento nacional de uma política de recuperação econômica associada à repressão e na universidade ao aumento da demanda por vagas universitárias. Nesse período foram assinados 12 convênios entre o MEC

¹¹¹ Essa prática continuou após o golpe, para citar apenas alguns exemplos: 21/12/67 (Aumento das Taxas e emolumentos); 04/07/68 (Orçamento de 68); 23/03/69 (Orçamento de 69); 18/01/71 (Orçamento de 71); 25/01/73 (Orçamento de 73); 12/02/74 (Orçamento de 74); 15/09/75 (Complementação de verbas no orçamento). Essa usurpação de atribuições (em baixar resoluções que seriam da competência do CC e uso do *ad referendum* acabou gerando descontentamento, quando na reunião de 71, ao ser questionado sobre o uso do *ad referendum* na matéria [orçamento] que é uma das principais funções do CC, o Reitor respondeu que havia despesa inadiável a ser paga. Ou quando o Reitor deixou de ser um membro do CC, foram objetos de discussão em algumas sessões dos anos de 76 e 77 (22/10/76, 14 e 20/01/77). Na sessão do CC de 05/08/77 o Conselheiro Yoldory Bittencourt (FIESC) lembrou a decisão anterior do Conselho de não mais votar proposições *ad referendum*.

e a *Agency for International Development (AID)*, os chamados “Acordos MEC-USAID”, com objetivo de cooperação financeira e assistência técnica para a organização do sistema educacional. E o segundo, a partir de 68 com medidas práticas, de curto prazo, que visavam enfrentar a crise educacional, mas também por influência da assistência da USAID, adequar o sistema educacional ao modelo de desenvolvimento econômico que se intensificava, numa perspectiva centralizadora e tecnocrática. Nesse aspecto que o planejamento educacional passou a integrar o Plano Nacional de Desenvolvimento¹¹².

os Governos dos Marechais Castello Branco e Costa e Silva assinaram acordos com o Governo dos Estados Unidos, no sentido de planejarem cooperativamente a "modernização" do sistema brasileiro de ensino [...] Tratava-se de providenciar uma ampla reforma do sistema brasileiro de ensino, de modo a "despolitizá-lo" e levá-lo a preparar profissionais para os planos e programas de desenvolvimento capitalista que o Governo passou a dinamizar. A economia política da ditadura estava sendo imposta também na área da educação. A universidade mereceu atenção especial nos acordos MEC-USAID. Tratava-se de ajustá-la às exigências do capital (IANNI, 1981, p. 20)

Sobre esses acordos, Romanelli (1986, p. 213-214) destaca a abrangência, pois englobavam todo sistema educacional, do primário ao superior, em seus diferentes ramos (acadêmico e profissional) e visando a reestruturação administrativa, o planejamento, o treinamento de pessoal docente e técnico e o controle do conteúdo por meio do controle de publicação e distribuição de livros técnicos e didáticos. Para coordenação e execução dos programas tinham a necessidade de utilização de órgãos centrais de decisão e administração, no caso o Conselho Federal de Educação.

Um dos assessores que foi expoente na reforma universitária foi Rudolph Atcon, que em 1966 publicou obra intitulada *Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira*, e que serviu de base para as comissões seguintes que foram formadas e para a própria lei da Contrarreforma: A Comissão Meira Matos e o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária.

As diretrizes propostas pelo Relatório Atcon foram regulamentadas pelos Decretos Lei nº 53, de novembro de 1966 e nº 252 de fevereiro de 1967, que determinam a extinção das cátedras e das faculdades e a criação do sistema de créditos, do ciclo básico e dos centros, por áreas de conhecimento, divididos em departamentos. Além das questões estruturais, as diretrizes educacionais para o ensino superior apresentadas pelo Relatório Atcon

¹¹² Em Santa Catarina esse objetivo ficou explícito no Ciclo de Estudos da ADESG/SC em 1970 e no Plano Catarinense de Desenvolvimento, que foi discutido no curso.

também estavam de acordo com uma educação voltada para um projeto de desenvolvimento econômico com segurança (Capítulo 3, Relatório CMV-UFSC, s/p).

Atcon propôs, além destas medidas, um sistema administrativo para as universidades que seria o ideal das empresas privadas, que se baseava na separação entre a formulação e a execução da política universitária. Propunha ainda a criação de um Conselho de Reitores e uma Secretária-geral em moldes empresariais “para empreender estudos sistemáticos sobre o ensino superior e planejamento ininterrupto” (ATCON, 1966, p. 121).

Mas para que tudo isso pudesse prosperar, segundo o Relatório, era necessário disciplina e autoridade, que foi contemplada, além dos Decretos-Lei acima, também com o Decreto nº 477/69, que previa uma série de punições disciplinares.

A perspectiva tecnocrática e repressiva também estava presente nas outras comissões. A Comissão Meira Matos foi criada no final de 67, presidida pelo Coronel Carlos Meira Matos, da Escola Superior de Guerra, e que tinha o objetivo de avaliar as reivindicações estudantis, estudar a crise e propor reformas. Segundo Romanelli (1986, p. 222) essa Comissão sofreu dupla influência ideológica: uma mentalidade empresarial na orientação do modelo econômico, adotando uma perspectiva tecnocrática para a reforma administrativa e repressiva, no sentido de retirar os obstáculos políticos, entenda-se reprimir o movimento estudantil então em ascensão.

Essa dupla influência também foi identificada no Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, que apresentou o anteprojeto que se tornou a Lei nº 5.540/68. Sua missão era “estudar a forma da Universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país”. Mas também propôs medidas de contenção à mobilização estudantil.

Nessa mesma perspectiva na UFSC foi formado também um Grupo de Trabalho¹¹³ presidido por Roberto Mundel de Lacerda para adaptação da estrutura universitária ao Decreto-Lei nº 53/66. A UFSC se antecipou, portanto, ao anteprojeto apresentado em 1968 e seus resultados foram bastante semelhantes.

¹¹³ Portaria nº 392/66, de 05 de dezembro 1966, designou os professores Roberto Mundell Lacerda, Paulo Henrique Blasi, Miguel Espera Em Deus Manganelli Orofino, Ranulpho José de Souza Sobrinho, Ayrton Roberto de Oliveira, Anibal Nunes e Valmir Dias e o técnico Teodoro Rogério Vahl. Posteriormente também foram inseridos os professores Nilson Paulo, Felipe Gama D’Eça e Ernani Bayer e os técnicos Luiz Manganelli Orofino Filho e Marcelo Sabino Rupp. O plano de Reestruturação da Universidade Federal de Santa Catarina havia sido aprovado pelo Decreto nº 64.824, de 15 de julho de 1969 (Capítulo 3, Relatório CMV-UFSC, s/p).

Contribuíram com isso as ligações existentes entre o Reitor Ferreira Lima com Rudolph Atcon e o MEC, ao participar de comissões, assim como a perspectiva tecnocrática e autoritária que direcionavam a Universidade desde sua criação. Como afirma Ferreira Lima, “a administração foi sendo erguida, paulatinamente, dentro de um plano preestabelecido em que o preparo dos homens, a racionalização e a mecanização eram peças importantes” (LIMA, 2000, p. 135).

E só foi possível aprovar a Reforma na UFSC, cujos resultados foram apresentados em 1969, com a intervenção direta nas eleições estudantis pelo impedimento de várias candidaturas na eleição do DCE, o que garantiu a vitória da chapa concorrente, ou “chapa da reitoria”.

Em 30/08/1969 foi analisado recurso de acadêmicos (Nelson Widekin, Eriberto José Meurer, Humberto Pereira e Eraldo Viviane) contra validade das eleições do DCE ocorridas no dia 22/08/69, recurso para o qual foi designado Roberto Mundel de Lacerda como relator, exatamente o Presidente do GT da Reforma na UFSC.

O recurso era contra a Portaria nº 142/69 emitida pelo Reitor Ferreira Lima, um dia antes da eleição, no qual considerando o decreto-lei nº 228/67 e que os Órgãos de Informação e Segurança do Governo encaminharam documentos que impediam a participação de Sergio Luiz de Castro Bonzon, Marcos Cardoso Filho, Gerônimo Wanderley Machado e Celso Wiggers nas eleições dos órgãos de representação estudantil, declarou os mesmos inelegíveis e, portanto, nulos os votos a eles outorgado.

Após a leitura, a reitoria ainda fez algumas considerações. Que depois de registradas as duas chapas, por recomendação de órgãos superiores e diante do momento em que atravessa o país, encaminhou documento solicitando informações ao SNI e recebeu resposta, em documento secreto, que alguns daqueles nomes estavam impedidos por motivos expressos nos prontuários. Restavam então duas alternativas: impedir que fossem votados ou admitir a sua eleição para depois cassar os mandatos enquadrando os estudantes no Decreto-Lei nº 477/69 com todas as decorrências graves. Optou então pela primeira solução. Disse ainda que alertou os acadêmicos dos riscos que poderiam advir se porventura houvesse intransigência.

No recurso os estudantes alegam que a portaria, emitida um dia antes das eleições, prejudicou a chapa e garantiu a vitória da concorrente. Após discussão, foi negado provimento

ao recurso e considerada válida a eleição que elegeu Rodolfo Joaquim Pinto da Luz¹¹⁴ como Presidente do DCE, contra o voto dos dois conselheiros estudantis.

Aqui foi utilizada a referência ao Decreto nº 477/69, considerado o AI-5 das universidades e que previa uma série de penalidades àqueles considerados subversivos. Observamos ainda a relação entre os órgãos de informação e a reitoria da Universidade, e a rapidez de comunicação (apenas um dia para envio dos prontuários). Finalmente foi o tipo de intervenção que garantiu a eleição da chapa concorrente, cujo Presidente depois se tornou reitor ainda durante a ditadura.

Esta eleição ocorreu no ano em que se “discutiu” e se aprovou o projeto de reforma universitária da UFSC e que contou com a colaboração dos membros do DCE, com “valiosas sugestões”. Portanto a intervenção no movimento estudantil neste ano também teve caráter preventivo visando garantir um ambiente colaborativo da entidade estudantil para a institucionalização deste projeto de universidade, aprovado de cima para baixo.

A UFSC implementou todas as medidas previstas na Contrarreforma Universitária de 68, como bem observou o assessor de Newton Sucupira, que:

declarou, textualmente, que as únicas universidades do Brasil que tiveram a coragem de implantar a Reforma Universitária foram a PUC do Rio de Janeiro, por ser particular e a Universidade Federal de Santa Catarina, porque teve *um Reitor com a coragem de praticar certos atos* que permitiram essa implantação (Ata da sessão de 09/02/72, livro 3, página 265).

Atos como a imposição de cima para baixo, a intervenção no movimento estudantil, a restrição desta discussão ao Conselho Universitário majoritariamente composto por seu grupo político, a posterior nomeação *pró-tempore* de todos os Diretores de Centro, sub-reitores e

¹¹⁴ Como afirmado anteriormente, é sobrinho do Coronel Silvio Pinto da Luz que fez parte do movimento golpista. Foi como estudante de Direito na UFSC e como “interventor” no DCE que iniciou sua carreira política, que descreveremos a seguir: Após formar-se, tornou-se professor da UFSC e em 1973 assumiu o Departamento de Assuntos Universitários do MEC, em Brasília. Entre 1984 e 1988 foi pró-reitor e reitor da Universidade Federal de Santa Catarina. Após o mandato, retornou a Brasília para assumir duas pastas do MEC – Educação Superior e Desporto –, entre 1993 e 1994. Exerceu interinamente nesta mesma época, os cargos de Ministro da Educação, Secretário Executivo do MEC e Presidente da CAPES. Retornou para UFSC para dois mandatos consecutivos como reitor, de 1996 a 2004. Em 2005 assumiu a Secretaria de Educação de Florianópolis, na gestão do prefeito Dário Berger (PMDB), onde permaneceu até 2012. Candidatou-se a vice-prefeito de Gean Loureiro, pelo PMDB, e mesmo tendo sido derrotado, foi convidado a continuar como Secretário de Educação. Também já esteve à frente do IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, em 1989, e Fundação Franklin Cascaes, de 2009 a 2012.

membros do Conselho durante o período de transição, e também, como afirma Ferreira Lima (2000, p. 208):

trabalho de ensino e doutrinação. Os seus membros [do GT da Reforma], inclusive nós, proferiram muitas palestras nas então faculdades, para mestres e alunos, e para a coletividade em corporações, associações, clubes e pelo rádio. Daí, em grande parte, o sucesso na implantação da Reforma, da qual a Universidade Federal de Santa Catarina foi a pioneira no Brasil.

Mas antes da implantação, a sua forma de organização centralizada na reitoria já havia chamado atenção dos consultores do MEC, como Rudolph Atcon:

Florianópolis foi para mim a exceção, por ter sido a primeira vez que visitava esta pitoresca capital. [...] No momento porém, é a sede administrativa do Estado, relativamente isolada, sócio-econômicamente, da área à qual serve como capital [...] do qual participa também a Universidade Federal de Santa Catarina. [...] Líder deste movimento é o atual Reitor [...] Usou e segue usando sua experiência administrativa junto com seus profundos conhecimentos legais, na busca de soluções e não de desculpas para justificar a inação [...] (ATCON, 1966, p. 66-67).

O que a transforma num local promissor é, por um lado, a orientação que lhe proporcionam o Reitor e seus colaboradores, e por outro, a grande novidade que ali encontrei no que diz respeito a um sistema administrativo verdadeiramente modelar. Em Florianópolis encontrei a solução administrativa para as universidades brasileiras [...] (ATCON, 1966, p. 69-70).

Em outras palavras, já é a base de um sistema, que operaria numa universidade tipo empresa privada. Por esta razão, estou convencido de que uma grande parte da problemática universitária do país seria resolvida — e o poderia ser dentro de um ano — se o sistema de Florianópolis fosse aplicado, tal qual, nas demais universidades do país (ATCON, 1966, p. 71).

E se já se organizava nessa lógica centralizada e empresarial, deveria ser seguida pelas demais universidades brasileiras.

Foi por seu alinhamento às políticas do Governo Federal que o Reitor Ferreira Lima foi eleito para o Diretório Executivo do Conselho de Reitores (CRUB)¹¹⁵, do qual foi seu segundo Presidente logo em seguida, e que foi indicado como representante do CRUB no Grupo de Trabalho para elaboração de um Plano Nacional de Educação instituído pelo Governo em 1967¹¹⁶. Ademais, a delegação da UFSC se destacou na Reunião de

¹¹⁵ Telegrama do CRUB lido na sessão do CUn de 29/07/66.

¹¹⁶ Sessão do CUn de 31/05/67.

Administradores de Universidades e alguns membros foram convidados para implantarem em outras universidades os serviços que dirigiam utilizando os métodos da UFSC¹¹⁷.

Na XXXII Reunião Plenária do CRUB foi feito um balanço sobre seus 15 anos de funcionamento e enquanto Ferreira Lima discursou sobre os avanços com a reforma universitária e defendeu o ensino pago, um dos reitores avaliou que “o CRUB caracterizou-se pelo exercício de um papel quase que meramente repassador, das diretrizes governamentais” sem participação da comunidade universitária. E que “o processo de formulação e implantação da “Reforma” caracterizou-se predominantemente pela verticalidade, consistindo na recomendação de fórmulas [...]”¹¹⁸. Portanto, na sua avaliação, na primeira década o CRUB limitou-se a auxiliar as universidades na implantação da reforma de acordo com as diretrizes governamentais, logo os tipos de ações desenvolvidas foram cursos e treinamentos técnicos, assessorias, consultorias, estudos e projetos gerenciais, racionalização de procedimentos.

Mas essa não foi a única avaliação que destacou os aspectos da tecnocracia do desenvolvimento e da segurança. A Secretária Geral do CRUB (cargo anteriormente ocupado por Atcon) e também Reitora da Universidade Federal de Juiz de fora, classificou que o estilo de atuação do Conselho implicou:

na difusão de uma ideologia que valoriza uma forma de pensamento caracterizado, à falta de melhor denominação, como técnico-científico; na incorporação à burocracia pública de grande contingente de indivíduos com habilitação técnica e identificados com tal ideologia; ao uso generalizado de técnicas, objetivando a racionalização de atividades e planejamento dos diversos setores da vida da sociedade. Entre as palavras de ordem do período destacaram-se: segurança nacional, desmobilização política, controle social, ordem e centralização administrativa (APA ACE 2225_81_001).

Foram muitos os especialistas convocados para “modernizar” a organização e funcionamento do aparelho estatal e desenvolver o planejamento como se fosse uma técnica neutra e inocente, como afirma Ianni (1981, p. 29), cujas palavras de ordem eram a “técnica”, a “ciência” e a “eficiência”.

A crescente articulação do Estado com a economia, ao lado do desenvolvimento das relações de produção capitalistas e das contradições de classes, propiciou a expansão da tecnocracia. Em escala crescente, as classes dominantes estavam

¹¹⁷ Sessão do CUn de 29/10/65. A delegação foi composta por: Emanuel Campos, Antonio Miroski, Manoel Martins Filho, Ademar Cardoso, Maria Tereza Machado e Roseli Miroski.

¹¹⁸ APA ACE 2225_81_001.

transformando os técnicos em *elite* governante. Esse processo acelerou-se muitíssimo com a instalação da ditadura. Os governos militares imaginaram substituir o "político" pelo "técnico", a "demagogia" pela "ciência", o "carisma" pela "eficácia". (IANNI, 1981, p. 30, grifos do autor).

Assim, continua Ianni (1981, p. 31) que essa tecnocracia aliada aos militares, podia formular e executar as políticas econômicas com vistas a atender aos interesses do capital monopolista.

E essas eram as palavras de ordem que guiaram a forma de organização e funcionamento da UFSC, identificada por Rudolph Atcon como uma universidade tipo empresa-privada, cuja orientação “administrativa” inovadora e modelar era dada pelo Reitor Ferreira Lima e seus jovens colaboradores. Como fica claro na posição de Atcon abaixo, mais do que as máquinas compradas, a mecanização administrativa modelar da UFSC era a orientação tecnocrática dada pela administração universitária, com a padronização do trabalho tratada como uma “técnica científica neutra”, baseada na centralização na reitoria das atividades, garantindo um maior controle das mesmas, a simplificação e a racionalização do trabalho evitando as duplicações, e com isso a conseqüente intensificação, produtividade e eficiência, uma orientação pautada na forma de gerenciamento preconizada pela “administração científica”.

Mas não foi a mera compra de umas tantas novas máquinas, que resolveu o problema administrativo-financeiro do qual sofrem todas as instituições do país. Máquinas compraram também outras universidades, e não encontraram a solução. O que distingue das demais o sistema da Universidade Federal de Santa Catarina é a orientação que se deu ao uso dessas máquinas, a simplificação das tramitações vigentes no serviço público e a adaptação das máquinas às necessidades da instituição. A Reitoria delineou os procedimentos que deveriam reger para a instituição e, em seguida, com a cooperação de uma companhia sueca, adaptou as máquinas a tal finalidade. Em conseqüência, todo processo que entra na Universidade ou se origina nela é atendido com rapidez sem as tão desnecessárias duplicações de trabalho. É um sistema orientado para a tramitação eficiente, com todos os resguardos de controle, mas sem indevida preocupação com meras formalidades que se dizem necessárias para evitar abusos. Tanto o processamento dos documentos como a tramitação financeira de cada caso, recebem soluções que, por norma, só se encontram em boas empresas privadas e quase nunca no serviço público. [...] Tudo é feito por Bancos, eliminando folhas de pagamento, e as custosas filas do pessoal das distintas unidades, esperando seu turno para assinar e receber a mensalidade. (ATCON, 1966, p. 70-71, grifos do autor).

Exatamente sobre a lógica de organização da UFSC, sua antecipação a legislação da Reforma, a concentração de poderes no executivo e seu estreito relacionamento com o MEC e

Governo Federal que a UFSC se tornou a referência para ministrar os tipo de cursos e treinamentos “técnicos” em administração universitária requerida pela “modernização conservadora” da universidade.

A UFSC foi pioneira em 1970 e realizou o seu primeiro Vestibular “Único e Unificado”, que repercutiu nacionalmente. Foi na lógica da centralização que houve a unificação do vestibular por instituição como forma de ingresso e o mesmo deixou de ser por nota mínima e passou a ser um concurso classificatório. A repercussão foi tamanha que o Coronel Jarbas Passarinho, então Ministro da Educação enviou mensagem para o Reitor Ferreira Lima solicitando relatório minucioso sobre como foi realizado. Nos jornais da cidade a manchete foi: “Passarinho quer saber como SC fez vestibular” (SILVA, 2000, p.12). E foi baseada no vestibular da UFSC que foi fixada a forma de ingresso nas universidades, pelo Decreto nº 68.908 de 13 de julho de 1971.

Essa forma de ingresso previa o vestibular classificatório, acabando assim com a figura do excedente, uma das principais bandeiras de luta do movimento estudantil.

Além dos destaques acima, a UFSC passou a firmar uma série de convênios nos quais “exportou” seu modelo administrativo às demais universidades, a princípio no Brasil, posteriormente na América Latina, como veremos a seguir. Esses cursos foram uma das propostas de Atcon em seu relatório:

Agora, no referente a uma recomendação, de qual maneira se poderia começar, para chegar a soluções específicas, só posso reiterar encarecidamente a alta conveniência de implantar em todas as universidades brasileiras, federais, estaduais e privadas, como primeiro passo, o sistema administrativo mecanizado da Universidade de Santa Catarina. É adequado às necessidades do momento, eficiente dentro dos cânones vigentes e capaz de se desenvolver numa máquina administrativa no sentido aqui exposto. Seria dinheiro bem aplicado, montar um projeto especial que permitisse o treinamento de pessoal administrativo de todas as universidades, junto ao pessoal da Universidade de Santa Catarina, para a aprendizagem não só do manejo das máquinas ali usadas, senão também dos novos procedimentos. No mesmo projeto deveriam existir fundos, para a aquisição dessas máquinas por cada universidade e a manutenção de um grupo assessor, que supervisionará a implantação do sistema em cada parte do ensino superior do país (ATCON, 1966, p. 89).

E a verba sugerida por Atcon foi acrescentada no orçamento da UFSC, que passou a firmar uma série de convênios e ministrar cursos. Como afirmou Ferreira Lima “o Ministério do Planejamento consignou elevadas verbas, durante 3 anos no Orçamento Federal para a Universidade Federal de Santa Catarina” (APA ACE 2225_81_001).

Foi aprovado em 1967 um convênio para organização e execução de um curso de Aperfeiçoamento de Pessoal Administrativo das Universidades Brasileiras¹¹⁹, que visava a melhoria da Administração Central de todas as universidades, e garantido um destaque no orçamento da UFSC por indicação de Rudolph Atcon. Em 1968¹²⁰ foi sugerido pelo CRUB refazer o convênio para novo curso, ao qual os estudantes se contrapuseram por entenderem que fazia parte da política educacional do governo. Deste curso¹²¹ participaram os Reitores Guilardo Martins, Onofre Lopes, Monsenhor Veiga, Ernesto Scotch, Alaôr Queiroz Araujo e Manuel Barreto Neto.

Além deste curso, o CRUB firmou outro convênio com a UFSC para elaboração de normas padronizadas de processamento administrativo para as universidades¹²², dando prosseguimento ao trabalho iniciado em convênio anterior.

Mas para além dos convênios atendendo necessidades de universidades brasileiras, a partir de 1971 a UFSC passou a ministrar cursos para universidades latino-americanas. Um exemplo foi o comunicado na sessão de 26/05/71 que o Engenheiro Jorge Serrano, da Federação das Universidades Particulares da América Central (FUPAC) e o Reitor da Universidade de El Salvador queriam firmar convênio com a UFSC para promover a reforma das universidades da América Central. Consistiria em receber técnicos das universidades para estágios na UFSC e, de acordo com a necessidade, o envio de equipes de administradores da UFSC para prestar assistência *in loco* naquelas universidades.

Comunicou ainda que a Associação Internacional de Universidades (AIU), da UNESCO, escolheu a UFSC para fazer parte de um grupo de 100 universidades no mundo que darão subsídio para uma planificação universitária internacional e que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) consultou em 09/02/72 sobre a possibilidade da UFSC firmar o mesmo convênio que fez com a FUPAC também com a Universidade de Santo Domingo, na República Dominicana, para reestruturação universitária.

Além disso, a UFSC participou de e sediou eventos relacionados ao tema, com participação de representantes de universidades europeias, latino-americanas, inclusive

¹¹⁹ Sessão do CUn de 28/06/67.

¹²⁰ Sessão do CUn de 16/08/68.

¹²¹ Informe na sessão do CUn de 24/05/1968 de que estes reitores participariam do próximo curso.

¹²² Sessão do CUn de 26/06/69.

técnicos da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional – USAID¹²³, que foi a principal idealizadora da reforma de 68.

Foi assim que a UFSC deu sua contribuição à reforma das universidades brasileiras na ditadura.

Na questão da formação de força de trabalho, como sintetizado no relatório da CMV-UFSC:

Com base no modelo norte-americano de educação, a legislação que norteou a educação nacional a partir dessa época refletiria a necessidade de preparação de quadros considerados aptos para atuarem junto ao crescente empresariado que vinha assumindo o controle econômico do país e dando suporte ao governo militar instalado com o Golpe, em 1964 (Capítulo 3, Relatório CMV-UFSC, s/p).

Destaca-se que a formação universitária estava articulada à concepção de “desenvolvimento”, de transformar as universidades em formadoras de força de trabalho para o mercado, e por isso foram privilegiados setores tecnológicos, como as engenharias, conforme discutido no capítulo 1. Mas não havia preocupação com a formação humanística, pelo contrário, com a disciplina de Estudos dos Problemas Brasileiros se buscava formar para a passividade e na disputa ideológica pelos valores burgueses numa sociedade autocrática. Foi assim que foi criado o curso de Engenharia Eletro-Mecânica da UFSC e a Fundação de Ensino da Engenharia em Santa Catarina – FEESC, para formação de engenheiros elétricos para as Centrais Elétricas de Santa Catarina, que carecia de trabalhadores naquele mesmo momento.

Ainda nesta perspectiva de desenvolvimento e que continua presente na realidade universitária, se propunha a aproximação do professor com as empresas, inclusive com oferecimento de consultorias, assim como a criação de centros de integração da universidade com a indústria. Relembramos que eram sugestões feitas no Ciclo de Estudos da ADESG/SC em 1970.

O privatismo e a lógica empresarial instituída englobava também buscar novas formas de financiamento, o que a UFSC fez criando a Fundação de Amparo a Pesquisa e Extensão

¹²³ Informe sobre a realização em Florianópolis, com a participação de universidades da América Latina, Alemanha, EEUU, Portugal, França e Inglaterra, do Seminário Internacional de Administração Universitária. Depois do Seminário a UFSC recebeu em 22/10/71 congratulações de uma série de instituições nacionais e estrangeiras, entre elas da USAID.

(FAPEU) em 1976, como vimos. Segundo Blass (2015, p. 127), “no período 1977-1979, a FAPEU preparou mais de 150 projetos”¹²⁴. Posteriormente, em 1984, criando a Fundação Centro Regional de Tecnologia em Informática - CERTI¹²⁵, um centro de tecnologia privado, dedicado à pesquisa, desenvolvimento de serviços tecnológicos em automação industrial e pioneira no Brasil na criação da *Incubadora Empresarial de Tecnologia*.

Mas a inserção do empresariado na universidade também se deu pela inserção dos representantes da “comunidade” nos órgãos deliberativos, no caso da UFSC explicitamente considerados como os representantes das “classes produtoras” (federação da agricultura, indústria e comércio).

Neste sentido também que se organizou os currículos por créditos. Neste caso cumpria duas funções. A primeira era já deixar preparada a estrutura para o pagamento de mensalidades, com a “compra” de créditos/disciplinas conforme o estudante pudesse pagar. É o que ocorre nas Universidades e Faculdades Privadas. E como sempre, Ferreira Lima estava afinado com esta perspectiva ao afirmar em 1981 que “o ensino gratuito constitui tremenda injustiça social” (APA ACE 2225_81_001).

Outra função que entra na concepção da “segurança” seria acabar com as turmas, pois não havendo um currículo integrado e podendo escolher as disciplinas em diferentes departamentos e momentos, a chamada flexibilidade curricular, a turma que iniciava não era a mesma turma que se formava, e se diminuía os laços de solidariedade entre os estudantes. Como afirma, criticamente, Fernando Ponte em entrevista para a CMV-UFSC:

“você sabe com quem você começa um curso de graduação, você não sabe com quem termina, porque as turmas vão se dividindo nos créditos e se descomprometendo como equipe, como grupo de estudo, como grupo de vivência política, cultural, etc., né? Provavelmente você entra com uma turma grande e no dia da formatura é uma turma bem menor, né? Sendo que no dia da formatura, essa turma bem menor são com alunos que vieram...”

¹²⁴ Esta obra sobre a atuação do professor Caspar Erich Stemmer na UFSC, que foi tanto Diretor da Escola de Engenharia Industrial como Reitor da UFSC, tem o *copyright* da CAPES, mas sua segunda edição de 2015 foi financiada pela FEESC e pela FAPEU, “que com isso se associam aos trabalhos de resgate da memória de seu fundador” (BLASS, 2015, p. 17).

¹²⁵ Originou-se das atividades do Laboratório de Metrologia do Departamento de Engenharia Mecânica da UFSC e localiza-se no campus Trindade. Além da própria UFSC, participaram da constituição da CERTI, como Entidades Membro, empresas privadas e públicas e órgãos dos governos federal e estadual. Foram fundadores: Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A, Eletromotores WEG S/A, Fundação Volkswagen, Mercedes-Benz do Brasil S/A. Ainda teve como apoiadores na sua fundação: Secretaria Especial de Informática, CNPQ, Governo do Estado de Santa Catarina, FIESC, Fundação de Ensino da Engenharia em Santa Catarina – FEESC, CELESC, ELETROSUL, Companhia Hering, Inplac – Indústrias de Plásticos S.A. e Mitutoyo do Brasil Indústria e Comércio Ltda. Disponível em: <http://www.certi.org.br/pt/acerti-historico>

entraram em outro período que não o seu. Anterior ou posterior ao seu. Porque o seu percurso não é o percurso de uma turma. Porque você não faz um curso. É como se fosse um self-service nesses restaurantes, né? Porque foi visando um sistema pago. Então, esse é um campo propício para vigorar dentro da universidade a mentalidade individualista, egoísta e privatista (Capítulo 3, Relatório CMV-UFSC, s/p, grifos do autor).

Outras questões abordadas por Fernando Ponte foram a centralização maior na Reitoria com a extinção das Faculdades, a separação do colegiado pedagógico do colegiado administrativo, a composição dos órgãos deliberativos que continua a mesma¹²⁶ e não representa a comunidade universitária, a forma de escolha do Reitor feita por nomeação da Presidência da República¹²⁷ e dos Diretores de Centro, cargos de indicação do Reitor¹²⁸, para citar apenas algumas implicações da Contrarreforma que continuam ainda hoje na legislação e estrutura universitária.

Finalmente, como vimos com a disciplina de EPB e com a formação dada pela ADESG, ambas servem também para a formação de quadros, a disputa ideológica e a construção de valores conservadores para justificação do caráter autocrático do Estado, reafirmando as hierarquias sociais e o atual estado de coisas.

Se até então vimos a utilização de uma série de mecanismos de cooptação, vigilância, controle e repressão para a institucionalização da DSN nas universidades, a introjeção deles na rotina acadêmica, pela lógica meritocrática, produtivista, de disputa entre linhas de pesquisa, disputa por verbas, pelo controle das publicações, as hierarquias na comunidade universitária (entre os próprios professores, ou entre professores, técnicos e estudantes, ou ainda entre trabalhadores efetivos e terceirizados), ou ainda separação da formulação da política, altamente centralizada, e a execução, fez com que hoje não seja mais necessário

¹²⁶ Essa composição está prevista na Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394 de 20/12/1996 e prevê que os órgãos deliberativos e comissões devem ser compostos por no mínimo 70% de docentes.

¹²⁷ Cabe à Presidência da República a nomeação do Reitor e Vice-Reitor das universidades federais, a partir de lista tríplice elaborada pelo órgão deliberativo máximo ou colégio eleitoral, sendo composta, ordenadamente, por três servidores docentes da carreira do Magistério Superior, ocupante do cargo de Professor Titular ou Professor Associado 4 ou então com título de Doutor, e encaminhada pela própria universidade ao MEC. Ressalta-se que a proporcionalidade prevista na legislação é de no mínimo 70% do peso dos votos para os docentes. Conforme Lei nº 9.192 de 21/12/1995 e Decreto nº 1.916 de 23/05/1996. As universidades têm feito consultas informais que se organizam de diferentes formas, como voto paritário, voto universal, ou ainda diferentes proporcionalidades. Na UFSC, mantém-se a consulta à comunidade por voto paritário. Para um histórico das eleições na UFSC ver o relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho Democracia UFSC (2014). Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B2gTKhjrMHMrbHEzSVNKUDVfBEE/edit>.

¹²⁸ A mesma legislação acima que trata a nomeação do Reitor também preconiza que os Diretores de Centro serão indicados pelo Reitor. Na UFSC ocorrem processos eleitorais para eleições das Direções de Centro, de diferentes moldes a depender do Centro de Ensino (voto universal, paritário, 70% para docentes, entre outras).

aquele aparato para que a mesma estrutura e *modus operandi* continue vigorando e aprofundando as tendências já apontadas desde a sua fundação.

Mas se vimos o aprofundamento dessas tendências, elas não foram introjetadas sem contradições, conflitos e disputas, como observamos ao longo da dissertação. Existem, como existiam anteriormente, diversos movimentos de resistência dentro das universidades, sejam sindicais, estudantis, de resistência cultural, cada um com sua forma de organização e sua pauta e a seu modo pressionando por avanços democráticos e por outra lógica de funcionamento, de produção e disseminação do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Demonstramos ao longo desta dissertação, por meio de ampla documentação, como se consolidou, particularmente na UFSC, o projeto de “desenvolvimento com segurança” preconizado pela ditadura civil-militar. Além disso, notamos a presença latente da autocracia como marca fundamental no processo de consolidação e desenvolvimento da instituição universitária. Ou seja, o “desenvolvimento com segurança” se caracterizou como uma forma histórica de manifestação da autocracia no interior da instituição universitária. Ademais, percebemos como a perspectiva calcada na “administração científica”, que se baseia na racionalização, divisão entre planejamento e execução, mecanização administrativa com métodos padronizados, também eram norteadores da política universitária desde sua constituição. Dessa forma, foi nesse período de exceção que se mostrou patente a importância interseccional entre universidade, políticos, empresários e militares em prol da manutenção do desenvolvimento capitalista dependente, na sua fase monopolista.

Consideramos que a UFSC foi criada visando à constituição do que, na ADESG, chamavam a “elite” que deveria planejar e gerir as instituições estatais. Organizaram a Universidade administrativa e politicamente como se fosse uma empresa privada, com o horizonte na eficiência, produtividade, hierarquia, ordem e desenvolvimento. Organização numa perspectiva tecnocrática e autocrática que foi se aperfeiçoando e aprofundando, na medida em que se institucionalizava a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.

A maneira pela qual a tecnocracia se desenvolveu desde 64 permite conhecer ainda melhor o poder estatal. Primeiro, a tecnocracia civil e militar confunde-se numa categoria profissional importante para a organização, operação e reprodução da ditadura. Segundo, é no âmbito da tecnocracia que tendem a desenvolver-se as articulações entre o "político" e o "econômico", entre as razões do Estado e as razões do capital monopolista, sob o manto da neutralidade, ou inocência, das técnicas da economia política burguesa. Terceiro, a forma, pela qual se articulam o "político" e o “econômico”, o Estado, e o capital, da mesma maneira que a tecnocracia civil e militar, expressa a forma pela qual a burguesia, enquanto classe dominante, captura o poder estatal, ou lhe confere as direções fundamentais. (IANNI, 1981, p. 32).

Assim ao longo da consolidação da UFSC, contada a partir dos documentos do Sistema Nacional de Informações e documento oficiais (Atas, Estatutos/Regimentos,

Comissões de Inquérito), pudemos acompanhar o próprio desenvolvimento e papel de uma universidade num país capitalista dependente na sua fase monopolista.

Formadora de força de trabalho intelectual para o mercado, produtora de ciência e tecnologia para a “modernização conservadora”, construtora e disseminadora da ideologia burguesa baseada na heteronomia econômica, política, social e cultural. Isso com a estreita vinculação dos setores universitários, militares e empresariais e políticos.

Essa vinculação orgânica entre o político e o econômico, público e privado, se mostra factível quando demonstramos que o primeiro Reitor, Ferreira Lima (1962-1972), também era Diretor da empresa Transporte Aéreos Catarinenses S/A, cujo sócio majoritário era Aderbal Ramos, que além de empresário também fazia parte da política catarinense (PSD). A UFSC, na sua gênese, se mostrava, por um lado, como uma peça fundamental para a consolidação do poder político e econômico local e regional, e por outro, para a consolidação e intensificação do projeto da DSN em âmbito nacional.

Nesse sentido, seja por meio dos convênios, da formação como ministradores de curso da ADESG/SC, como produtores de material didático de educação moral e cívica, por sua estrutura administrativa construída numa lógica empresarial, a UFSC se adequou ao “desenvolvimento” preconizado dela DSN.

Por seu modo de funcionamento centralizador do poder decisório, sua legislação repressiva, pelo sistema de vigilância e controle constituído e a forma excludente, cerceadora e punitivista em relação ao movimento estudantil, mostram como sua constituição se deu por meio da perspectiva de “segurança”, que coaduna com a lógica de funcionamento do Estado autocrático.

Este trabalho nos permitiu vislumbrar alguns nexos entre a ampliação das funções do Estado, a consolidação do capitalismo monopolista no Brasil e o papel da universidade nesse processo de desenvolvimento, por intermédio da relação da UFSC com o empresariado, com a política catarinense e com a DSN.

Isto nos permite entender um pouco melhor as continuidades na política universitária de uma lógica e estrutura institucionalizada no período ditatorial e que permanece até os dias de hoje, evidenciando o papel central que teve o regime de exceção para estabelecer e institucionalizar não somente as diretrizes econômicas e políticas de desenvolvimento e dominação, mas também diretrizes dentro do campo educacional, que se articulam de forma unitária para a produção e reprodução da ideologia e formas de sociabilidade que visam a manutenção do *status* vigente.

Entretanto, se podemos verificar ao longo deste trabalho que se impõe essa política no campo universitário, com a atuação ativa dos dirigentes da UFSC, de outro, evidenciamos a partir de situações-chave, a constante oposição exercida pelos movimentos de resistência, em especial, o movimento estudantil.

Apresentamos um panorama geral que precisa ser aprofundado para o entendimento mais sistematizado dessas complexas relações estabelecidas entre universidade, poder político e poder econômico. Seguir algumas pistas levantadas nesta dissertação, como os diversos convênios sumariados nas Atas dos Conselhos e estabelecer melhor os nexos entre o papel da Universidade para os setores empresariais e quais os diferentes interesses de frações de classe os grupos de poder da instituição representam, para citar alguns exemplos, podem ser importantes pontos de partida para algumas possíveis investigações.

Ou ainda questões que visam compreender o papel da UFSC na especulação imobiliária e construção civil, o papel das fundações de apoio na privatização interna, a internalização do sistema de controle e vigilância, a relação entre professores da UFSC e os formuladores da DSN, se mostram como outras perguntas fundamentais, entre tantas possíveis, que deveriam ser melhor exploradas.

Finalmente, ainda que de maneira panorâmica, demonstramos que a despeito da intencionalidade daqueles que ocupam os espaços de poder, mesmo em períodos como na ditadura, em que a violência se sobressai ao sistema de concessões, não é possível ser suprimida a resistência. As contradições da sociabilidade capitalista e os antagonismos de classe não podem ser abolidos, mesmo que a base de um sistema majoritariamente apoiado na violência.

FONTES:

Relatório da Comissão Nacional da Verdade, Brasília: CNV, dezembro de 2014.

Relatório final da Comissão da Memória e Verdade da UFSC, Florianópolis, não publicado.

Relatório final da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA, Salvador, 18 de agosto de 2014.

Relatório final da Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni” da Unicamp, Campinas, 1º de abril de 2015.

Relatório final da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB, Brasília, 22 de abril de 2015.

Livro de Atas do Conselho Universitário, livro 1, Coordenadoria do Arquivo Central, Fundo Órgãos Deliberativos Centrais, UFSC, 16/09/61 a 28/06/63.

Livro de Atas do Conselho Universitário, livro 2, Coordenadoria do Arquivo Central, Fundo Órgãos Deliberativos Centrais, UFSC, 16/08/63 a 09/08/67.

Livro de Atas do Conselho Universitário, livro 3, Coordenadoria do Arquivo Central, Fundo Órgãos Deliberativos Centrais, UFSC, 31/08/67 a 10/04/75.

Livro de Atas do Conselho Universitário, livro 4, Coordenadoria do Arquivo Central, Fundo Órgãos Deliberativos Centrais, UFSC, 10/04/75 a 09/06/81.

Livro de Atas do Conselho de Curadores, livro 1, Coordenadoria do Arquivo Central, Fundo Órgãos Deliberativos Centrais, UFSC, 27/01/62 a 30/12/69.

Livro de Atas do Conselho de Curadores, livro 2, Coordenadoria do Arquivo Central, Fundo Órgãos Deliberativos Centrais, UFSC, 06/05/70 a 24/07/81.

Comissões de Inquérito, Coordenadoria do Arquivo Central, Fundo Gabinete do Reitor/Procuradoria Geral, UFSC, 1964 a 1985.

Fundação Universidade de Santa Catarina, Coordenadoria do Arquivo Central, Fundo Fundação Universidade de Santa Catarina, UFSC, 1954 e 1960.

Universidade Federal de Santa Catarina, Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações, DF.

ADESG. *60 anos: lapidando lideranças!* Revista da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra. Edição Especial Comemorativa Jubileu de Diamantes 1951/2011, p. 46. Disponível em: <http://www.adesg.net.br/arquivos/biblioteca/1334879647.pdf>

ADESG. Delegacia do Estado de Santa Catarina. *O Estado de Santa Catarina: necessidades básicas, antagonismos, política de consecução*. Ciclo de Estudos sobre Segurança e Desenvolvimento. Florianópolis, 1970.

ADESG. Delegacia do Estado de Santa Catarina. *Política Nacional de Desenvolvimento e Segurança*. Ciclo de Estudos sobre Segurança e Desenvolvimento. Florianópolis, 1971.

ADESG. Delegacia do Estado de Santa Catarina. *A posição de Santa Catarina no planejamento da região sul*. Ciclo de Estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento. Florianópolis, 1973.

ABREU, Alcides; ADESG. Delegacia do Estado de Santa Catarina. *Panorama infraestrutural de Santa Catarina: as comunicações*. Ciclo de Estudos sobre Segurança e Desenvolvimento. Florianópolis, 1970.

LAPAGESSE, Eugênio. *A dinâmica da segurança interna*. Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar de Santa Catarina. 1972.

MORITZ, Charles Edgar; ADESG. Delegacia do Estado de Santa Catarina. *Panorama da economia de Santa Catarina; o comércio*. Ciclo de Estudos sobre Segurança e Desenvolvimento. Florianópolis, 1970.

PASSONI JÚNIOR, Carlos; ADESG. Delegacia do Estado de Santa Catarina. *Panorama financeiro do estado de Santa Catarina agentes financeiros*. Ciclo de Estudos sobre Segurança e Desenvolvimento. Florianópolis, 1970.

RODRIGUES, Maria Zélia; ADESG. Delegacia do Estado de Santa Catarina. *Panorama Psicossocial de Santa Catarina: a assistência social*. Ciclo de Estudos sobre Segurança e Desenvolvimento. Florianópolis, 1970.

ZADROZNY, Júlio Horst; ADESG. Delegacia do Estado de Santa Catarina. *Panorama infraestrutural de Santa Catarina: a energia elétrica*. Ciclo de Estudos sobre Segurança e Desenvolvimento. Florianópolis, 1970.

Lei nº 1.170 de 26 de novembro de 1954, disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1954/1170_1954_Lei.html.

Lei nº 1.362 de 29 de outubro de 1955, disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1955/1362_1955_Lei.html.

Lei nº 3.038 de 19 de dezembro de 1956, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3038.htm.

Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3849.htm.

Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L4024.htm.

Ato Institucional nº 1, de 09 de abril de 1964, disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm.

Lei nº 4.464, de 09 de novembro de 1964, disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4464.htm.

Decreto nº 75.524 de 24 de março de 1975, disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/Default.aspx?Codigo=498164>.

Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0053.htm.

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm.

Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967, disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0228.htm.

Decreto-Lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967, disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0252.htm.

Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm.

Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm.

Decreto-Lei nº 405 de 31 de dezembro de 1968, disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0405.htm.

Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm.

Decreto-Lei nº 574, de 08 de maio de 1969, disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0574.htm.

Decreto nº 64.824 de 15 de julho de 1969, disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-64824-15-julho-1969-406147-publicacaooriginal-1-pe.html>

Decreto-Lei nº 898 de 29 de setembro de 1969, disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0898.htm.

Ato Complementar nº 75, de 20 de outubro de 1969, disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/ACP/acp-75-69.htm.

Decreto nº 68.908 de 13 de julho de 1971, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D68908.htm.

REFERÊNCIAS:

- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil nunca mais*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ATCON, Rudolph. P. *Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1966.
- AURAS, Marli; MAMIGONIAN, Armen. *Henrique da Silva Fontes: pensamentos, palavras e obras*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.
- BAFFA, Ayrton. *Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989.
- BARBOSA, Roldão R., CARVALHO, Antônio de P. *Historiografia da Reforma Universitária de 1968*, 2009, 14p. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada9/_files/XQmLE4cC.doc
- BLASS, Arno. *Caspar Erich Stemmer: administração, ciência e tecnologia*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.
- BRANCHER, Ana Lice; LOHN, Reinaldo Lindolfo (orgs.). *Histórias na ditadura - Santa Catarina (1964-1985)*. Florianópolis: UFSC, 2014.
- BRITO, Talamira Talita Rodrigues; CUNHA, Ana Maria de Oliveira. *Revisitando a História da Universidade no Brasil: política de criação, autonomia e docência*. APRENDER - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação. Vitória da Conquista, Ano VII, n. 12, 2009.
- CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- COGGIOLA, Osvaldo. *Governos militares na América Latina*. SP: Editora Contexto, 2001.
- CRUZ, Carlos H. de Brito. *A Universidade, a Empresa e a Pesquisa*. Seminário Brasil em Desenvolvimento. UFRJ: Instituto de Economia. Disponível em: <https://www.ifi.unicamp.br/~brito/artigos/univ-empr-pesq-rev102003b.pdf>
- CRUZ, José Vieira da. *Estudantes vigiados: órgãos de segurança e informação na Universidade Federal de Sergipe (1969-1977)*. Ponta de Lança, São Cristóvão v.2, n.3, out. 2008 – abr. 2009, p. 93-109. Disponível em: http://200.17.141.110/periodicos/ponta_de_lanca/revistas/art6.pdf
- DAGOSTIM, Leonardo Denez, et al. *Terrorismo de Estado*. Em Debate: Revista Digital, Florianópolis, nº 3, 2007, p.87-102.

DELGADO, Lucila de A. N. 1964: temporalidades e interpretações. IN: REIS, Daniel. A.; Ridente, Marcelo; Motta, Rodrigo P. S. (orgs). *O Golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 15-28.

DREIFUSS, René A. *1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1981.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. RJ: Editora Zahar, 1976.

_____. *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. SP: HUCITEC, 1976a.

_____. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* SP: Alfa-Omega, 1975.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio. A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital Imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

GASPARI, Élio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GOULART FILHO, Alcides. *A formação econômica de Santa Catarina*. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 23, n.2, 2002, p. 977-1007. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2049/2431>.

HOBBSAWM, Eric J. *A era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. SP: Companhia das Letras, 2008.

IANNI, Octavio. *O ciclo da revolução burguesa*. RJ: Editora Vozes, 1984.

_____. *A Ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

ISHAQ, Vivien, FRANCO, Pablo E. *Os Acervos dos Órgãos Federais de Segurança e Informação do Regime Militar no Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Revista Acervo, vol. 21, nº 2, jul. a dez. 2008, p. 29-42.

LECHNER, Norbert. *La Crisis Del Estado en America Latina*. Caracas: El Cid Editor, 1977.

LEHER, Roberto. Florestan Fernandes e a universidade no capitalismo dependente. IN: FÁVERO, Osmar (org.). *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. SP: Autores Associados; RJ: EdUFF, 2005, p. 211-245.

LEITE, Isabel Cristina. "Apurando a subversão": um estudo de caso sobre a repressão na Universidade pelos arquivos da AESI/UFMG. *Revista Temporalidades*, vol. 2, nº 1, jan-jul de 2010, p. 148-156.

LIMA, João David Ferreira. *UFSC: sonho e realidade*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.

LIMA, Katia R. S. *Capitalismo dependente e "reforma universitária consentida"*: a contribuição de Florestan Fernandes para a superação dos dilemas educacionais brasileiros. 28º Reunião Anual da ANPED. Outubro-2005. 16p. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt11/gt11446int.rtf>

MAGALHAES, Marionilde Dias Brehol de. *A logica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos a época da ditadura militar no brasil*. *Revista Brasileira de Historia*, vol 17, nº 34, 1997, p. 203-220.

MANCEBO, Deise. *Autonomia Universitária: Breve História e Definições Atuais*. *Revista Advir*, Rio de Janeiro, nº 20, p 19-23, dez. 2006.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. SP: Nova Cultural, 1985.

MANSAN, Jaime Valim. *Subversivos. ditadura, controle social e educação superior no Brasil (1964-1988)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.

_____. *Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964 e 1969)*. 320 f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

_____. *O Ministério da Educação e Cultura e o controle do campo do ensino superior durante o governo Costa e Silva (1967-1969)*. Rio de Janeiro: *Revista Militares e Política*, nº 7, jul-dez de 2010, p . 76-99.

MARTINS, Antônio G. S. *A empregabilidade, o empreendedorismo e o silêncio das sereias*. Tese de Doutorado. UFRJ, 2016.

MARTINS, Carlos Benedito. *A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil*. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 30, n. 106, jan./abr. 2009, p. 15-35. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02>

MAY, Patricia Zumblick Santos. *Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, UFSC, 1998.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica*. *Revista Marx e o Marxismo*, v.2, n.2, jan/jul 2014, 17p. Disponível em: http://www.jurupari.unir.br/uploads/36363636/arquivos/MENDON_A_S_601963219.pdf

MÉZSÁROS, István. *A educação para além do capital*. SP: Boitempo, 2005.

MOLINA, Rodrigo S. *Ditadura, agricultura e educação: a ESALQ/USP e a modernização conservadora do campo brasileiro (1964 a 1985)*. Tese de Doutorado. Unicamp, 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. RJ: Zahar Editores, 2014.

_____. *Os olhos do regime militar brasileiro nos Campi*. As assessorias de segurança e informações das universidades. Topoi, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008.

NECKEL, Roselane; Diana, Alita (org.). *UFSC 50 Anos: Trajetórias e Desafios*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e serviço social*. SP: Cortez, 2007.

_____. *Capitalismo monopolista e serviço social*. SP: Cortez, 1996.

OLIVEIRA, Eliézer R. de. *As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.

OLIVEIRA, Paulo A. *Atos Institucionais: sanções políticas*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2000. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/6384>

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Tese de Doutorado: UFRGS, 2005.

PEREIRA, Nereu do V. *A modernização em Florianópolis*. Florianópolis: UFSC, 1974, p. 104. [Tese de Livre Docência]. Apud: Silva, Elizabeth F. da. *Ontogenia de uma universidade: a Universidade Federal de Santa Catarina (1962-1980)*. Tese de Doutorado, USP, 2000.

POULANTZAS, Nico. *O Estado, O Poder, O Socialismo*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1980.

RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930-1973)*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

RUBERT, Sylvania. *A ditadura de segurança nacional no Brasil e os seus silêncios*. Revista Espaço Plural, Marechal Cândido Rondon: Unioeste, volume XIII, número 27, 2º semestre de 2012, p. 96-110.

SARTOTI, Rodrigo Allessandro. *Juristas e ditadura: uma história política da Faculdade de Direito da UFSC durante a ditadura militar (1964-1968)*, Dissertação de Mestrado, UFSC, 2017.

_____. *O CAXIF sob a ditadura: história da atuação política do Centro Acadêmico XI de Fevereiro durante a primeira fase da ditadura militar no Brasil (1964-1968)*. In: XI

Congresso de Direito da UFSC, 2017, Florianópolis. Anais do XI Congresso Direito UFSC. Florianópolis: CAXIF/UFSC, 2016, p. 558-579.

SILVA, Elizabeth F. da. *Ontogenia de uma universidade: a Universidade Federal de Santa Catarina (1962-1980)*. Tese de Doutorado, USP, 2000.

SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura Política Nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1981.

SILVA, Michel G. *Planejamento, modernização e utopia de desenvolvimento em Santa Catarina (1970-1975)*. Anais do XIV Encontro Estadual de História - Tempo, memórias e expectativas, 19 a 22 de agosto de 2012, UDESC, Florianópolis, SC. Disponível em: <http://www.anpuh-sc.org.br/encontro2012/uploads/simposio-07-trabalho-09.pdf>

SWEEZY, Paul M. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. RJ: Zahar Editores, 1985.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. IN: REIS, Daniel A. (et al). *O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois (1964-2004)*. SP: Edusc, 2004, p. 67-77.

VARGAS, Mateus Bandeira. *Dossiê UFSC: As ações da ditadura na Universidade Federal de Santa Catarina*. Monografia de Conclusão de Curso, UFSC, 2016.